

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

Comissologia num castelo da educação escolar indígena

(Orientadora: Prof.^a Dr.^a Antonádia Monteiro Borges)

José Roberto Sobral

Brasília – DF
2018

José Roberto Sobral

Comissologia num castelo da educação escolar indígena

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, como requisito obrigatório para a obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Antonádia Monteiro Borges

Brasília – DF
2018

*Dedico ao candango que depositou o primeiro tijolo da construção do Bloco L da Esplanada dos Ministérios, ajeitando-o cuidadosamente com o prumo da esperança e soprando-lhe involuntariamente a poeira com o esbaforir de seu cansaço. Muitos tijolos depois, quem diria que magnífica estrutura desabaria sobre ele. Confinado e esquecido sobre os escombros, ainda ouço, no silêncio dos corredores à noite, grunhidos de seu infinto trabalho. Com a boca seca de medo, lavo o rosto e bebo de seu suor que sai pelas torneiras e que enche os galões do corredor.
O que é um castelo sem os seus fantasmas?*

Agradecimentos

Gostaria de agradecer às inúmeras pessoas que me apoiaram e com quem pude compartilhar a jornada de escrever esta dissertação.

Ao *Grupo de Estudos em Teoria Antropológica – GESTA*, pelo incentivo e pelos comentários ao primeiro rascunho deste trabalho, especialmente a Barbara Marques, Fabíola Silva Gomes, Luiza Chaer, Marina Villarinho e Stéfane Cryslaine Alves Guimarães.

À turma da disciplina *Oficina de Escrita Etnográfica* – ofertada pela Prof.^a Soraya Fleischer, a quem agradeço especialmente –, pelas sugestões e críticas ao texto: Amanda de Oliveira Mota, Ana Carolina Matias, Bárbara Oliveira, Eliane B. Monzilar, Felipe Almeida, Jéssica Monique Batista (a quem agradeço pelo parecer cuidadoso), Juanita Melo Guzmán, Julia Climaco, Julia Verdum, Léia Da Silva Ramos, Lourival de Carvalho, Luciana Ferreira, Maíra Moraes, Marcelo Caetano, Maristela Muniz Gusmão, Melina Soares, Natália Almeida Bezerra, Tatiane Duarte e Uriel Araújo.

Aos amigos do *Movimento de Valorização e Articulação dos Trabalhadores em Educação do MEC – Movate*, pela parceria e encorajamento: Bartolomeu José Ribeiro de Sousa, Geraldo Coelho de Oliveira Júnior, Janete Mércia da Silva Pereira, Maraisa Lessa, Marcio Grace Pereira da Silva, Welinton Baxto Silva e Xavier Carvalho de Sousa Neto.

A toda a equipe da *Coordenação-Geral de Educação Escolar Indígena* do MEC, com quem tive o prazer de trabalhar e de compartilhar os desafios de atuar nessa área: Adelia de Sá Pedreira, Aline Carla Ribeiro Cavalcante, Anari Braz Bomfim, Ana Elisa Santiago, Cilene Campetela, Cláudio Lopes de Jesus, Fabricio Ângelo Figueredo, Gerarda Maura Leopoldino Sales, Gilva Alves Guimaraes, José Carlos Batista Magalhães, Maria Leia Gonçalves Dias, Nilze Maria Garcia Figueiredo, Nubiã Batista da Silva, Odilar de Vargas. Espero que Rafael Xucuru Kariri e Raquel Ribeiro Martins saibam como foi importante sua amizade nos momentos mais difíceis.

A toda a equipe do *Departamento de Antropologia* da UnB, especialmente Antonia Herculano da Silva, Caroline Greve, Jorge Máximo de Oliveira Barros Filho e Rosa Venina Macêdo Cordeiro.

Às e aos membros da *Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena – Cneei*, os quais citarei nominalmente ao longo deste trabalho.

Às e aos docentes do *PPGAS/UnB*, por todo o apoio ao longo desses anos, especialmente ao Prof. Guilherme Sá, pela convivência e por tantas oportunidades de

aprendizado, e à Prof.^a Marcela Stockler Coelho de Souza, que me orientou nas primeiras pesquisas sobre a Cneei durante a graduação – as quais aproveito nesta dissertação –, e a quem agradeço por aceitar o convite para participar da banca.

A estas pessoas queridas que contribuíram diretamente, e das mais variadas formas, para a redação deste trabalho: Alex Sandro Lopes Cordeiro, Caio Capella Ribeiro Santos, Cíntia Liara Engel, Denise de Oliveira, Francisco da Silva Sarmiento, Gabriela Cunha dos Santos, Gerson Cabral de Oliveira, João Lucas Moraes Passos, João Pimenta da Veiga Neto, Jussara Cardoso Silva, Licia Schroeder, Luciana Magalhães Portela, Marco Antonio Iusten Silva, Rafael dos Reis Bastos, Rafael Honorato, Sidney Wanderley L. Lima e Thiago Nunes.

Ao Prof. Alexandre Nodari, por ter aceitado participar da banca e pelos generosos comentários ao texto.

Agradeço, especialmente, à Professora Antonádia Borges, que há anos vem me orientando e com quem pude compartilhar muitos dos desafios em tempos tão tribulados que perpassam, cada qual ao seu modo, este trabalho. Em sua generosidade na partilha de ideias, de textos e de vivências, pude despertar para a necessidade de uma política pela vida em detrimento das políticas de morte a cargo do Estado. Sou grato por sua sensibilidade em entender e encorajar o caráter experimental desta dissertação, sabendo que se tratava, antes de tudo, de uma luta pela sobrevivência ao embruxamento estatal. Muito obrigado!

Por fim, agradeço ao apoio da minha família. Penso que a escrita de textos como este tem uma relação muito peculiar com nossos familiares, pois o texto, em si, representa um dado negativo pelos momentos de convivência perdidos. Como é provável que não o lerão, a conclusão de um mestrado tem ares misteriosos de conquista, de modo que gostam de nossa dissertação aprioristicamente, porque simplesmente gostam da gente. Mas, afinal, a que se devem os ares de conquista? Como saberão o que foi conquistado com essa distância, muito bem calculada, de minhas atividades em disciplinas e de meus escritos acadêmicos? Minha mãe, Maria do Socorro, e minha irmã, Edivânia, que tiveram a coragem de deixar o sertão pernambucano para se arriscarem nas grandes pelejas da vida em Brasília, sabem. Ah, se sabem! E como gostaria de que meu pai, Domício, pudesse ainda, com seu oblíquo jeito ranzinza, resmungar que não entendia como alguém pudesse perder tempo com isso – como um resmungo ranzinza pode ser uma conquista? Quem veio do *ser-tão* sabe! Por isso, sou grato ao meu irmão,

João, ao meu cunhado, Carlinhos – que sempre me apoiou e quem tanto admiro –, aos meus sobrinhos – Davi, Fernanda, Gabriel, Renato, Renê e Sarah –, ao meu cunhado, Francisco, ao meu sogro, Francisco, e à minha sogra, Fátima – a qual, com tantos cuidados, ajudou a restabelecer minha saúde num pequeno percalço cirúrgico em terras mineiras, durante o mestrado.

Ao meu filho, Domício Lemes Sobral, até pensei em deixar registrado um agravo pelas noites maldormidas e utilizá-lo oportunamente como desculpa para as muitas lacunas deste texto. Por ter nascido no período em que iniciei o mestrado – no dia de uma reunião da Cneei! –, ele e este texto cresceram juntos. Domício foi o que começou a falar primeiro – e, quem sabe, o único filho a fazer isso inteligivelmente. Nos seus abraços e nos seus cabelos encaracolados, pude entender o significado de um bom encontro. Não foram poucas as vezes que abriu a porta a um pai cansado e prostrado na neve.

E por falar em conquistas, bons encontros, portas abertas, agradeço especialmente a Julieta Borges Lemes Sobral. Há muito nos conhecemos nesse mesmo Castelo. Não foram poucas as vezes que compartilhamos as agruras para perseverar e as lutas por mudanças nas políticas em educação. Nosso amor brotou pelas brechas do Castelo, como as assombrações que, felizmente, ainda povoam de vida os corredores à noite. Uma aparição que me trouxe tantas alegrias, a qual tanto amo e sem a qual não mais consigo me imaginar. Sem você, jamais teria conseguido escrever esta dissertação. Mais que isso. Sem seu amor e parceria, ela jamais poderia ter sabor de conquista numa aldeia tão escura e fria. O que conquistamos? Ah, nós dois sabemos!

ESCRAVO EM PAPELÓPOLIS
Ó burocratas!
Que ódio vos tenho, e se fosse apenas ódio...
É ainda o sentimento
da vida que perdi sendo um dos vossos.
(Carlos Drummond de Andrade,
ex-servidor do MEC e poeta de contraturno)

RESUMO

Este trabalho resulta de pesquisa realizada junto à Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (Cneei) do Ministério da Educação (MEC). O pesquisador, que atuava também como servidor público do MEC na Comissão, estabelece um campo de experimentações em que se relacionam episódios de sua expulsão do local de trabalho – algo que é assumido na pesquisa como um traço anti-heroico diante do enredo clássico do trabalho de campo na antropologia – com episódios de *O Castelo*, de Kafka, nos quais se busca uma teorização do cansaço na Administração Pública, a partir da proposta de uma antropologia amadora. A finalidade administrativa da Comissão de um ponto de vista formal é a formulação de políticas em sua área de atuação. A dissertação realiza uma experiência de pensamento em que considera as possíveis consequências – ou, mais precisamente, as consequências dos possíveis – decorrentes do estabelecimento de uma relação com a Comissão em que ela é vivenciada como efetivo espaço de inventividade política. Sua atribuição legal – supostamente não fictícia – passa a ser a origem da ficção antropológica que permeia a pesquisa.

Palavras-chave: antropologia; política; educação; indígena; Estado; Kafka; amadorismo.

ABSTRACT

This work is the result of a research conducted at the Cneei (Portuguese acronym for Brazilian National Commission for Indigenous School Education) which is part of the Ministry of Education (MEC). This researcher (which also worked at the aforementioned Commission as a MEC public servant), having been expelled from his work place, thus sets a field for experimentation in which a parallel is made between such episode and scenes from Kafka's *The Castle*. Such situation is openly acknowledged as a anti-heroic trait, as opposed to the anthropological field work classic plot. Thereby, this researcher seeks to theorise *cansaço* (a Portuguese word which conveys the idea of fatigue, boredom, tiredness, burnout and so on) in the realm of public administration – starting from the proposition of an amateur anthropology. The Commission's administrative purpose from a formal point of view is of course the formulation of public policies within its area of activity. This thesis thus tries an experiment in thought in which it considers the possible consequences – or rather the consequences of the possibles – resulting from establishing a relation with the Commission in which the said Commission is experienced as an actual space for political inventiveness. Its – supposedly non-fictitious – legal prerogatives thus become the source for the anthropological fiction that permeates this work.

Key-words: anthropology; politics; policy; education; indigenous; State; Kafka; amateurism.

SUMÁRIO

PARTE I DO PRIMEIRO PASSO.....	11
Cansaço para introdução	11
Capítulo 1 Descortês em Campo.....	17
1.1. O processo e a fuga	17
1.2. Comissologia num castelo	34
Capítulo 2 Antropologia amadora.....	49
2.1. Trabalho no campo, coisa de amador	52
2.2. Amadorismo	58
PARTE II DO SEGUNDO PASSO.....	73
Capítulo 3 Entrando pelo cano: retrato etnográfico de um trâmite interno .	73
Capítulo 4 Em-caminhamentos independentes.....	132
4.1. Sistema Próprio	138
4.2. Representantes indígenas na Administração Pública: os dilemas da transubstanciação do “muitos” em “um”	162
BIBLIOGRAFIA	180

PARTE I DO PRIMEIRO PASSO

Cansaço para introdução

Sejamos exagerados com o risco de passar por extravagantes. Nessa matéria em particular, o temor do ridículo seria o mais antifilosófico dos sentimentos (TARDE, 2007, p. 90).

Este é um trabalho soerguido em duas pernas assimétricas: amorismo e cansaço. Elas tendem sempre às passadas inconstantes e, por instalar meu tear na Administração Pública, fui incapaz de produzir um texto ambidestro. A caminhada num terreno tão instável – as passadas de K. na neve¹ – fez com que um dos lados inevitavelmente se impusesse, ditando a toada. Se minha pesquisa é resultado do inesperado amor que cultivei pela Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (Cneei) – antropologia amadora –, é também efeito de um profundo cansaço – antropologia contra-Estado feita em ministério.

Começarei com o pé-cansaço.

Soa óbvio que as pessoas se interessem por temas de pesquisa que as motivem e com os quais consigam estabelecer algum tipo de satisfação pessoal ou profissional. Tenho de confessar, todavia, que não suporto mais o meu tema de pesquisa. Não por ser um assunto com que antipatizo. Doutro modo, restaria a impressão de que escrevi esta dissertação obrigado. Não é isso. Falo de um peso nos ombros, de súbita vontade de desistir, de rebelar, de fugir. Sufocado por esta poeira de impossíveis que paira no ar. Uma fuligem arcaica que cobre cada mesa de reunião, cada carimbo de protocolo, cada calendário de ano novo, cada prego sustentando foto de presidente na parede.

Passada mais de uma década, de algum modo, não suporto mais o Ministério da Educação (MEC). Não são apenas os anos, todavia. Bastariam alguns dias para a dificuldade de se respirar fundo com o bolor de tantas interdições em suspenso. Incrível como a antipatia cotidiana pode alcançar lugares improváveis, assim como essa poeira

¹ No primeiro semestre de 2016, por exemplo, tivemos um tempo rigoroso e a camada de neve na Esplanada dos Ministérios passou dos joelhos.

fina. Sou capaz de criticar desde a elaboração e condução de políticas educacionais até uma simples disposição de mobília. De não aceitar o tratamento precário dispensado aos trabalhadores² do órgão, bem como a forma como as pessoas externas aos quadros ali são tratadas. Farto de vê-las sentadas à espera, com seguranças à espreita, pedindo por roupas e questionando por lanças. Reuniões para reuniões. Até o café acho horrível – sobretudo, como veremos, por seu gosto amargo de política estatal. Sorriso, cadeira e cafezinho. Nunca imaginei detestá-los!

Iniciei os primeiros rascunhos desta dissertação mergulhado no estado que geralmente acomete pesquisadores somente na fase final de uma longa jornada de pesquisa: o mais profundo cansaço. Não poderia começar este trabalho ignorando um sentimento tão presente em meu campo, mas relutei em aceitá-lo para além de minhas desventuras particulares e tratá-lo como objeto de pesquisa. Ora, o que mais eu poderia esperar como ponto de partida na Administração Pública? Num ministério, até as portas estão cansadas. Elas rangem em suplício por um depósito e um amontoado de cupins que a preencham com um pouco de vida.

De tal modo, o que poderia ser – e foi – motivo para eu pensar em desistir do meu tema de pesquisa, resolvi transformar em ponto de partida para os meus trabalhos. Um possível fim virou começo. Por isso o **Capítulo 1, *Descortês em Campo***, é a tentativa de dar voz ao cansaço que sempre silencia. Como também espero que seja um reconhecimento da atuação do Estado. Se tomei de bom grado a oportunidade que o MEC me concedeu de trabalhar junto à Cneei, de escrever esta dissertação, não seria indelicado ao ponto de simplesmente descartar o processo de meu abrupto afastamento dos trabalhos da Comissão. Tento, assim, esmiuçar alguns dados iniciais e desventuras do meu *trabalho no campo* (não fiz *trabalho de campo*, pois tinha mais o que fazer!).

² Inicialmente optei pelo plural feminino, embora reconheça o emprego de alternativas para a “neutralidade” de gênero (como “@”, “x”, “æ”). Obviamente substituir o masculino pelo feminino não bastaria. Apostava no fato de vivermos num ambiente suficientemente sexista para o plural feminino gerar algum tipo de deslocamento. Seria, então, a opção por um incômodo em nada neutro. Isso, todavia, acrescentou-me mais um incômodo: quem sou eu para usar o plural feminino? Cheguei a utilizar masculino e feminino de forma aleatória (iniciativa análoga à de BORGES, 2012, p. 471). Todavia, para conseguir um acréscimo vexatório – “A vergonha de ser um homem: haverá razão melhor para escrever?” (DELEUZE, p. 11) –, resolvi utilizar o padrão da língua. Cada flexão de gênero, uma sutil reflexão de gênero. Implícitas manifestações de minha vergonha e de minha covardia para encher o texto de arrobas e demais coisas do *gênero*. Espero que essa decisão desagrade, em mais de um modo, os eventuais leitores.

No segundo momento desse capítulo, demonstro como o cansaço me conduziu ao *O Castelo* de Franz Kafka (2008)³. Confesso que, por puro preconceito estilístico, jamais recorreria a esse autor num trabalho que aborda a Administração Pública. Nada mais clichê que a associação de suas obras às rotinas burocráticas. Até chefe de gabinete, exasperado pelo atraso de processo de marcação de férias, fala em “kafkiano” para analisar criticamente o setor de pessoal. Porém, desde que conheci *O Castelo*, ou melhor, desde que o reconheci, foi impossível ignorá-lo. Sei que Kafka nunca teve a chance de passear pela Esplanada dos Ministérios, mas isso não impediu os ministérios de passearem por Kafka: Esplanada dos Castelos.

O **Capítulo 2, Antropologia Amadora**, por sua vez, começa com certa implicância com certo texto de certo Bronislaw Malinowski no que diz respeito à antropologia amadora. Conjunto que nesse trabalho é chamado *Certo-Malinowski*, pois seria injusto desconsiderar as incríveis potencialidades das obras de Malinowski e capturá-lo em minha sinopse ressentida e vingativa. *Certo-Malinowski* é Malinowski, mas nem tudo em Malinowski é *Certo*.

Assim como me senti em relação a Kafka, jamais citaria a introdução de *Os Argonautas do Pacífico Ocidental* num texto acadêmico de antropologia em pleno século XXI. Neste caso, não apenas por ser lugar-comum, mas também pelas vantagens da hereditariedade, que, como diria Mario Quintana (2005), nos poupa muito trabalho⁴. Para que haveria de citar essa passagem de *Os Argonautas* se nossa avozinha antropóloga já a leu e as lágrimas que ela chorou ficaram fazendo parte do nosso ser-antropólogo para sempre? Tenho, todavia, mais um dado que me isenta dessa escolha. A culpa é de *Certo-Malinowski*, que resolveu colocar as contribuições da antropologia amadora em descrédito. Mexeu com amadores, mexeu comigo. Cismas de parentesco.

Tive de dizer algo a respeito e resolvi fazer uma revelação hereditária estarrecedora: amadoristas, *Certo-Malinowski* não é nosso pai! Revejam o testamento, pois não lhe poderemos herdar a régua e o compasso. Como assim? Mas quem é, então,

³ Após ser levado a perceber minha hierarquização inconsciente de autores no emprego de nomes e sobrenomes, decidi padronizar, citando apenas o sobrenome da segunda menção em diante no texto.

⁴ *Leituras*

Não, não te recomendo a leitura de Joaquim Manuel de Macedo ou de José de Alencar. Que idéia foi essa do teu professor?

Para que havias tu de os ler, se tua avozinha já os leu? E todas as lágrimas que ela chorou, quando era moça como tu, pelos amores de Ceci e da Moreninha ficaram fazendo parte do teu ser, para sempre.

Como vês, minha filha, a hereditariedade nos poupa muito trabalho (QUINTANA, 2005, p. 239).

nosso pai-fundador⁵? Certo-Malinowski novamente envolvido em escândalos? Isso será revelado nos próximos capítulos. De qualquer modo, essa notícia deve ser mais reveladora aos parentes profissionais, uma vez que os demais já suspeitavam disso. Não é de hoje que sentimos na pele *certa* rejeição, pois o caçula profissional sempre foi o predileto – amadores nunca ganhamos uma roupa bonita para irmos às festas da família.

Deixando as intrigas de hereditariedade, os dois momentos seguintes no *Capítulo 2* são dedicados à outra face do trocadilho com a palavra *amador*. Dialogo com diversos amadoristas que contribuem para fortalecermos essa ideia de que, na antropologia, o amor está no ar.

Toda a dissertação tem a ver com os desdobramentos de minha convivência com a Cneei. Pelos motivos que relatarei a seguir, não mais trabalho com educação escolar indígena no MEC. Meu afastamento do setor responsável pela temática coincidiu com os primeiros dias de aula do mestrado. Antes mesmo de me candidatar ao curso, já tinha a pretensão de desenvolver uma dissertação sobre a Cneei, inclusive com motivações propagandistas. A Comissão é pouco conhecida e, quem sabe, teria a oportunidade de divulgá-la e suscitar interesses por novas pesquisas.

Não mais trabalhar junto à Cneei é uma situação consideravelmente embaraçosa para um antropólogo amador. Mesmo assim, decidi continuar apostando nas potencialidades dessa relação intensamente vivida ao longo de mais de três anos. Entretanto essa não é uma aposta num passado. Antes, saio em busca de minhas experiências de futuros que ocorreram ao longo desses anos passados. Os fatos futuros que vivi em campo.

Importante tomar o amadorismo como uma impaciência que antecipa futuros já presentes, cuja experimentação suscita desafios aos quais tento me aproximar com o mesmo tom de lamento e esperança da lacônica expressão “Ai! Se Sêsse!” de Zé da Luz (1979, p. 155). O tipo de aproximação que forma o projeto de fundo desta dissertação: uma experiência de pensamento na qual me proponho a imaginar possíveis desdobramentos para a assunção da Comissão como um espaço de inventividade política. Uma ficção antropológica devedora do *como se*. Assumir a Cneei *como se fosse*, ou melhor, *como se sêsse* aquilo que a Administração diz – e só diz – que ela é.

⁵ Espero não ser interpelado pela *mãe*. Se existe um evidente furo no enredo, afirmo apenas que o enredo não é meu. O máximo que encontraremos são outros pais euro-americanos nesse baú do mito de origem.

No tocante ao estilo, o cansaço desempenhou um papel importante neste trabalho. Devo a ele a vontade de tentar evitar o tom *leitura de Diário Oficial da União* que perigosamente circunda e tenta se apossar de etnografias que abordam a Administração Pública. Não é por acaso que Bruno Latour (2010) começa a sua, sobre o Conselho de Estado francês, com uma espécie de pedido de desculpas. Alega que os leitores podem suportar quando um trabalho antropológico discorre sobre cultura na Nova Guiné, com muitos e intrincados conceitos na língua nativa, mas com certeza não terão paciência para lidar com o arcabouço legal de uma pesquisa que versa sobre a rotina de órgãos públicos. Penso que toda produção antropológica que se dedica a esse campo traz, ainda que implicitamente, esse pedido de desculpas. Adianto-me e explícito o meu.

Acrescento a esse acanhamento um dado importante quando se trata de uma pesquisa amadora. Quem trabalha na Administração Pública não quer – ou não deveria querer, dados os percalços de se levar trabalho para casa – de modo algum se deparar com um Diário Oficial após o expediente. Assim, tanto quanto possível, evitei-o para o bem de leitores e para o meu também. Além de ser um servidor do MEC que se aventura numa *antropologia de contraturno*, começo a firmar convicção de que a antropologia da Administração Pública que de fato (me) interessa é sempre um feito de contraturno, de vida subterrânea, de desapego de certas responsabilidades, de não correspondência a dadas expectativas. Algo vivo e interessante talvez só tome lugar quando uma antropologia da Administração Pública requer, antes de qualquer coisa, que se encerre o expediente.

Apresentaria agora a **Parte II** se, evidentemente, ela coubesse neste primeiro esforço para uma introdução. Todavia tais capítulos requerem um segundo passo. Somente serão bem apresentados se firmados em outro pé. E, adianto, são os passos seguintes desta dissertação os que realmente importam. Se esta dissertação valer a pena de ser lida, espero que seja pelo que ela tem de amadora. O que conta aqui não é começar, mas sim terminar, com o *pé esquerda [sic]*. Por isso gostaria apenas de deixar um registro, tendo em mente as pessoas que não chegarão a dar um segundo passo nesta dissertação.

O cansaço quase sempre vence e nunca deixa de buscar a vitória. O amor não, pois simplesmente se recusa a aceitar algo ou alguém na situação de vencido, a criar um perdedor – o amor perderia ao vencer. Por possuírem preocupações tão distintas,

podemos apenas ter a certeza de que se o cansaço quase sempre vence, o amor nem sempre perde.

Talvez esta seja uma dissertação – fruto de esperança e enfado – em que simplesmente fui vencido. Queria tanto voltar para casa com uma medalha reluzente e mostrá-la à Cneei, dizendo que a conquistei em sua homenagem. Conseguir me ver em algum tipo de gesto heroico que a deixasse orgulhosa. Mas sei que não existe mais a possibilidade de voltar para casa, e já sabia, antes de partir, que não sairia em busca de qualquer vitória. Por isso ficaria imensamente feliz (tão feliz!) se pudesse deixar as pessoas que porventura lerem este trabalho ao menos com a sensação de que tentei não vencer e de que tentei, mais ainda, não perder. E de que, pelo menos aqui, a Cneei não foi simplesmente derrotada. Ah, como gostaria de imaginar a Cneei orgulhosa pelo simples fato de ser amada!

Capítulo I Descortês em Campo

I.1. O processo e a fuga

Começarei este capítulo praticamente contradizendo a preocupação de tom que acabo de esboçar acima. Espero que essa pequena escorregadela logo faça sentido. Apresentarei extenso documento oficial, em citação direta, que versa sobre um importante aspecto de minha “inserção” em campo. As etnografias comumente se iniciam com as aventuras e adversidades para se chegar ao local de pesquisa. Por ironia do destino, vejo-me começando com um relato de minha expulsão do campo. Não me coube o clássico fui, vi e venci que James Clifford (1998, p. 66) chamou de “retórica da presença”, um dos fundamentos da autoridade etnográfica. Por isso, é bom que saibam a quantas anda minha autoridade nessa área de pesquisa.

Pensei em diversas formas de apresentar os dados a seguir. Também em múltiplos modos de empurrá-los para debaixo do tapete. Acabei optando por um caminho mais imediato. O documento fala por si. Faço apenas algumas observações. Devido ao tamanho do texto e do risco de dispersão, resaltei trechos importantes no documento que pretendo retomar oportunamente ou que considero marcas distintas do estilo administrativo.

Outra observação é que o início do memorando⁶ destaca a existência de uma *Representação*. Algumas pessoas que ocasionalmente se veem esmagadas pela Administração Pública tendem a redigir documentos chamados representações e a encaminhá-los à própria Administração. Ainda que isso pareça um contrassenso – pedir socorro a quem o esmaga –, essa prática está amparada na legislação⁷. Redigi, em 1/3/2016, uma representação ao Ministro da Educação pedindo a revogação do ato administrativo que ocasionou minha expulsão da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi). O documento sempre é enviado à autoridade superior contra a qual estamos litigando. Alegava no documento que o meu afastamento se dava num inaceitável contexto de perseguição e assédio moral que assolava a equipe e pedia tempo ao menos para a transição dos trabalhos em curso. Este

⁶ “O memorando é a modalidade de comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão, que podem estar hierarquicamente em mesmo nível ou em nível diferente. Trata-se, portanto, de uma forma de comunicação eminentemente interna” (BRASIL, 2002).

⁷ Tais como a Lei nº 4.898/1965 e a Lei nº 8.112/1990.

memorando é, portanto, uma resposta do Secretário da Secadi ao processo administrativo que eu mesmo occasionei. Resumindo, uma *representação* é o nome que se dá para o imprudente ato de cutucar com vara curta.

Alguns tópicos serão retomados porque considero que esse memorando ratifica a intuição de apostarmos na serendipidade do campo de pesquisa. Para essa dissertação, ele é um guia temático, uma espécie de sumário presenteado pelo acaso – se *presente* não for demasiado para tal enredo. Mais que isso. Pesquisando a etimologia da palavra memorando, achei curioso que suas raízes latinas o definam como o “que deve ser lembrado” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 1890). Ou, ainda, “anotações para facilitar a lembrança de algo[,] conjunto de anotações relativas a fatos que não se podem esquecer[,] pequeno caderno em que se tomam notas” (*ibidem*).

Logo me dei conta desse verdadeiro trunfo de uma antropologia amadora na Administração Pública. Se, por um lado, este tipo de antropologia tem sérias dificuldades para estabelecer a cerimoniosa relação da antropologia profissional com O Caderno de Campo – instrumento fiador da *presença* e companheiro das noturnas reflexões de barraca –, por outro, tem como regalia a possibilidade de encontrar cadernos de campo prontos e à sua disposição. Importante ajuda para pessoas que precisam anotar seus *insights* nas bordas de minutas de documento ou até nas próprias mãos durante reuniões de trabalho cuja cadência permite ascensões reflexivas incomparáveis. Sem mencionar os momentos que precisam transformar tais iluminações numa espécie de mantra de criança que a mãe mandou à padaria – “Oito pães de sal, quatro pães de doce e uma manteiga. Oito pães de sal, quatro pães de...” – até que tenham a oportunidade, findado o expediente, de desenvolver tudo isso por escrito. Resumindo, é como se, *mutatis mutandis*, etnólogos clássicos tivessem a oportunidade de eventualmente se deparar com folhas, no chão das florestas das colônias tropicais, com um “conjunto de anotações relativas a fatos que não se podem esquecer”. A antropologia na Administração Pública tem lá suas invejáveis vantagens.

Re-memorando

Sem mais delongas, eis o memorando:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO⁸

Memorando nº 20/2016/CHEFIA/GAB/SECADI/SECADI

Em 09 de março de 2016.

Ao(À)⁹ GABINETE DO MINISTRO

Assunto: Representação contra decisão do Secretário da SECADI.

Senhor Ministro,

1. Considerando a **representação** encaminhada pelo servidor José Roberto Sobral Correia, a qual solicita a reconsideração da decisão da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI/MEC de colocá-lo à disposição da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, com o objetivo de que o servidor seja lotado em outro setor do Ministério da Educação – MEC, cumpri-me realizar alguns esclarecimentos sobre o assunto.
2. Ao assumir a SECADI/MEC, em maio de 2015, e seguindo as diretrizes do Governo Federal, buscamos fortalecer a educação intercultural indígena. Desse modo, dentre outras medidas, indicamos uma professora indígena, [*nome da Diretora*], originária do Povo [*nome do povo*], como Diretora da Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígenas e para as Relações Étnico-Raciais – DPECIRER, e uma outra professora indígena, [*nome da coordenadora-geral*], Povo [*nome do povo*], para ocupar a Coordenação-Geral de Educação Escolar Indígena – CGEEI. Ambas são especialistas em educação escolar intercultural indígena e possuem amplo respeito das comunidades indígenas e de indigenistas do Brasil.
3. Cabe destacar que a ascensão da [*Diretora*] representa **um momento histórico para os povos originários**, na medida em que se constitui no **mais elevado cargo que um indígena já ocupou na história da hierarquia do Poder Executivo brasileiro**. É por esse motivo que temos buscado criar condições objetivas para que esse novo momento da organização da educação escolar indígena no Ministério da Educação possa evoluir plenamente, e as **suas novas líderes possam avançar no desenvolvimento das necessárias políticas públicas para os seus povos**. É nesse processo que cabe reafirmar a decisão e ratificar a solicitação encaminhada pela Senhora Coordenadora-Geral da CGEEI e pela Senhora Diretora da DPECIRER de disponibilizar o servidor José Roberto Sobral Correia para outras atividades. A seguir, serão destacados alguns aspectos que me foram

⁸ O Brasão da República é um dos símbolos nacionais de uso obrigatório pelos órgãos do Governo. Foi desenhado pelo engenheiro Artur Zauer e instituído em 1889, por meio de decreto, pelo então Presidente Manuel Deodoro da Fonseca. “O escudo tem cor azul-celeste e é apoiado sobre uma estrela de cinco pontas, com uma espada em riste. Ao seu redor, está uma coroa formada de um **ramo de café frutificado** e outro de fumo florido sobre um resplendor de ouro” (BRASIL, 2011b).

⁹ O MEC também está às voltas com questões de gênero quando se reporta a suas repartições.

sendo relatados nos últimos meses pela Senhora Coordenadora-Geral da CGEEI e pela Senhora Diretora da DPECIRER e que, ao nosso juízo, indicam que a sua mudança de lotação para outro setor do Ministério da Educação é de extrema necessidade para o regular desenvolvimento da missão institucional da SECADI.

4. O servidor vinha adotando uma conduta que, inúmeras vezes, **prejudicava os processos decisórios desta Secretaria**; e não obstante tenha sido verbalmente orientado pela sua Coordenadora, não buscou se adaptar a essas diretrizes.

5. Frequentemente, **fazia encaminhamentos independentes**, sem sequer noticiar aos seus superiores, inclusive atrapalhando, muitas vezes, outros encaminhamentos já em curso. Nesse caso, por exemplo, se insere **o envio de documento ao [Secretário da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino – SASE/MEC], em nome de uma subcomissão da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena – CNEEI, sem a devida articulação/autorização** do Pleno dessa CNEEI, do seu Presidente, ou mesmo da Coordenação de Educação Escolar Indígena.

6. Já havia um diálogo para que o referido Secretário da SASE/MEC participasse de uma reunião para apresentar aspectos do **Sistema Nacional de Educação** nessa Comissão, e a iniciativa do servidor de **encaminhar um documento de uma sub-comissão diretamente** ao [Secretário da SASE/MEC] gerou um desnecessário constrangimento à CNEEI, à CGEEI, à DPECIRER e à SECADI.

7. Tal atitude repetiu-se em relação à **atualização da composição da CNEEI**. Estávamos preparando uma cerimônia para o lançamento da nova composição da CNEEI, quando uma mensagem eletrônica encaminhada pelo servidor José Roberto Sobral Correia ao Gabinete do Ministro, cobrando a publicação da portaria da composição da CNEEI, mesmo tendo a ciência da posição contrária da Coordenadora-Geral de Educação Escolar Indígena, resultou na decisão do Gabinete do Ministro de uma antecipação da publicação da Portaria, frustrando o nosso encaminhamento.

8. Um outro fato diz respeito **ao veto que o Ministério da Educação sugeriu a um projeto de lei sobre educação indígena. Houve uma decisão do MEC de vetar o projeto por questões técnicas**. E como acontece muitas vezes na relação entre o Executivo e Legislativo, estamos planejando a construção e envio de um outro projeto ao Congresso sobre o tema, contornando os aspectos que tornaram o original, na nossa ótica, inviável. Esperávamos discutir isso na reunião da CNEEI, mas o servidor José Roberto Sobral Correia resolveu divulgar para o público externo todo o processo que retrata o trâmite interno da avaliação do referido projeto e o papel individual de cada servidor da SECADI/MEC na tramitação do mesmo antes da referida reunião. Na nossa avaliação, isso dificultou muito a governabilidade desse **delicado processo**. Mesmo considerando que tais documentos são públicos, espera-se, obviamente, que um servidor que **acompanha os processos em tempo real** tenha sensibilidade sobre a dinâmica de **assuntos tão delicados** e, ao menos, comunique aos seus colegas e superiores quanto às decisões dessa natureza, para que os mesmos possam ter a mínima **governabilidade no encaminhamento** das questões.

9. Vale salientar que temos registros de desrespeito na relação do referido servidor com os seus superiores. Descrevo aqui o que me comunicou, **constrangida**, a [Diretora da DPECIRER]: “**Numa recente reunião** com convidados externos, após monopolizar a palavra por um tempo além do razoável e receber um **delicado** pedido da Senhora Diretora sobre a necessidade de se respeitar a inscrição e o tempo de fala, o mesmo fez questão de ressaltar, numa expressão que consideramos inadequada: ‘estou tomando pito da Diretora’.

Ainda na mesma reunião, em outro momento, ao se dirigir à Senhora Diretora, mais uma vez fez questão de usar uma expressão pouco indicada para o ambiente: “[Diretora], me erre, vê se me esquece!” Sabemos que no **mundo contemporâneo em que a convivência multicultural é uma exigência do cotidiano** de muitas relações, cuidados são necessários para **evitar choques culturais**, e esse episódio retrata um claro exemplo nessa direção.

10. É ainda importante ressaltar que fomos informados pela senhora Coordenadora o servidor define como um direito seu estabelecer o seu horário de trabalho, preocupando-se apenas em cumprir as oito horas diárias, da forma que considera mais adequada ao seu interesse, mesmo após tentativa da referida Coordenadora buscar estabelecer um acordo sobre o horário, que significaria uma melhor produtividade da equipe.

11. Sobre a excelente avaliação a que o servidor se refere, pelo que foi relatado pela Coordenadora e Diretora da Área, e na qual foi avaliado com nota máxima, vale salientar que resulta de um processo no qual a então Senhora Coordenadora resolveu conduzir por meio de uma autoavaliação, para evitar conflitos e discussões como a que ocorreu no ano de 2012, quando o servidor não foi avaliado em grau máximo e iniciou uma série de contestações, chegando a apresentar, em algumas situações, uma postura de confronto com a Coordenadora.

12. O servidor José Roberto Sobral Correia refere-se a um **amplo contexto de perseguição e assédio moral que assola a equipe da CGEEI**. Por isso, é importante avaliar também este assunto.

13. De fato, existe no Ministério Público Federal o PA nº 1.16.000.003219/2012-97, no qual o Servidor José Roberto Sobral Correia representou contra a servidora [*nome da coordenadora substituta*], à época Coordenadora Substituta da CGEEI, por esta ter realizado no ano 2012 uma avaliação de desempenho funcional do referido servidor, considerada por ele “inaceitável instrumento de perseguição e de assédio moral”.

14. Mesmo **após grandes mudanças** na Coordenação, na Diretoria e na Secretaria, ao que parece, o servidor continua considerando-se submetido a assédio moral, não obstante não apresente situações que possam indicar tal prática **partindo das indígenas que hoje ocupam, com muita dignidade, as funções de Coordenadora-Geral da CGEEI e Diretora da DPECIRER na SECADI**.

15. Conhecendo a **postura ética e os valores que animam as existências da Senhora [Coordenadora] e da Senhora [Diretora]** e pelo que foi descrito acima, posso assegurar a V. Exa. que **caso haja fumaça de assédio nessa relação, o seu vetor tem sentido contrário**, até porque, como dito, todos os relatos da Coordenadora-Geral da CGEEI e Diretora da DPECIRER indicam que **o servidor não respeita a necessária hierarquia que é ínsita ao Poder Executivo Federal**, sendo, por vezes, **insubordinado, descortês e intransigente com seus superiores**.

16. Por tudo isso, consideramos que há efetiva e robusta motivação para a **realocação** do servidor em comento, conforme encaminhado pela Senhora Coordenadora-Geral da CGEEI e pela Senhora Diretora da DPECIRER.

17. Por fim, registro ainda que consultamos as outras quatro Diretorias que compõem a estrutura da SECADI, e os seus dirigentes não demonstraram interesse em contar com o referido servidor. Por essa razão, decidimos encaminhá-lo para a Subsecretaria de Assuntos Administrativos, órgão responsável pela gestão de pessoas, para que proceda a definição da lotação do epigrafado servidor.

Atenciosamente¹⁰,

[*Nome do Secretário*]

Secretário de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

Vamos ao meu alter-retrato: preguiçoso e desrespeitoso, prejudico os trabalhos do setor que trata da educação escolar indígena no Brasil. Desregulo a missão institucional de um órgão público, constranjo pessoas e setores e atrapalho a governabilidade com meu dedo-durismo. Monopolizador da palavra, utilizo expressões pouco adequadas ao ambiente profissional, crio choques culturais e me mostro inapto para a convivência multicultural (algo grave, tratando-se de um antropólogo). Insubordinado e intransigente, consigo boas avaliações a partir de pressão psicológica e sou um peso para as equipes a ponto de nenhum diretor da Secretaria me aceitar. Também sou *descortês* e tenho por hábito assediar moralmente mulheres indígenas que ocupam cargos de chefia no Serviço Público (entre outras coisas, pois estou resumindo o currículo).

Posso imaginar o que estão pensando agora. Eu mesmo já li e reli esse documento por diversas vezes com igual assombro. Suspeito que nem um diabo-datatasmânia, aprovado em concurso público, conseguiria a façanha de ter sua trajetória descrita em tais termos. E depois Certo-Malinowski (2005) ainda acusa os antropólogos amadores de não explicitarem de forma objetiva os dados colhidos em campo. Ora, vejam que nem sempre é fácil! Precisamos, antes, elaborar alguma forma de desapego – sendo o autodesapego, com frequência, o mais difícil. Vide, por exemplo, que suicídios são ainda práticas esporádicas.

Não quero antecipar minha implicância com Certo-Malinowski, mas considero tal acusação absolutamente injusta. Talvez os amadores foram os que sempre deixaram mais patentes as suas situações em campo (padres reconheciam que catequizavam, assassinos e burocratas não negavam os serviços à Coroa...) e os profissionais, por seu turno, os que mais sistematicamente as artificializaram. A profissionalização, enquanto preocupação metodológica, talvez seja justamente a padronização dessa presença em campo e um dos motivos para Certo-Malinowski entrar

¹⁰ É digno de nota que o fecho de comunicação oficial dirigida à autoridade superior (nesse caso, ao Ministro) é “Respeitosamente.” O fecho “Atenciosamente,” é destinado a autoridades de hierarquia semelhante ou inferior (BRASIL, 2002). Pequeno lapso de um secretário tão cioso pela hierarquia.

para a História da disciplina¹¹. A maresia da deserta praia tropical e a solidão apreensiva de alguém sozinho com sua barraca a fitar o barco indo no horizonte mostraram-se imperativas. De modo que um antropólogo amador é também um pesquisador que não se preocupa com a sacramentada pergunta “Será que vai dar praia?” antes de sair a campo.

Aquela velha canção

Voltando ao documento, minha primeira preocupação em trazer esses dados foi da ordem do “Meu Deus, como vou desconstruir tudo isso?”. Tamanha preocupação logo se transformou em persistente mal-estar, pois é certo que não tenho como desconstruir tudo isso. Kafka (2005) já nos ensinou, com Josef K., a banalidade de se dizer *inocente*. Este é um dos motivos para julgar desnecessário compilar a minha Representação que originou o processo em questão (um documento de 122 páginas, inseridos os anexos). Embora possa recorrer a alguns dados para explicar pontos importantes da pauta de discussões da CneeI esboçada pelo memorando, não quero aparentar estar escorado na grade à espera de Émile Zola gritando “*J'accuse!*” pelos corredores do MEC¹². Nem todos conseguem uma saída à francesa.

Ainda no que tange aos dilemas de reputação e ao difícil exercício de autodesapego, Lord Henry, a espirituosa personagem de Oscar Wilde (2006, p. 67), certa vez nos alertou que ser *bom* é estar em harmonia consigo mesmo, os problemas emergem quando nos vemos forçados a estar em harmonia com os outros. Como não posso, melhor não mais querer dissipar esse mal-estar e essa suspeição que agora pairam sobre mim.

Isso não significa que aceitarei de bom grado rótulos como, por exemplo, “assediador moral de mulheres indígenas”. A questão é não dispor de meios para refutá-los de forma inconteste. Como um homem, machista, servidor público com vínculo estatutário numa instituição racista, pode afirmar categoricamente que nunca tenha ofendido mulheres indígenas com quem compartilha um ambiente de trabalho

¹¹ Sei que devem ter pensado que deveria citar *Um diário no sentido estrito do termo* (MALINOWSKI, 1997). Mas quem sou eu, com uma reputação dessas em campo, para falar da de Certo-Malinowski.

¹² Ressaltando que Zola e Alfred Dreyfus, o condenado oficial francês, engrossaram as estatísticas de que um processo estatal nunca acaba bem (ninguém fica bem e os processos literalmente não acabam): “Portanto, Dreyfus nunca foi absolvido de acordo com a lei, e o processo Dreyfus nunca foi realmente encerrado. A reintegração do acusado nunca foi reconhecida pelo povo francês, e as paixões originalmente suscitadas nunca se acalmaram inteiramente” (ARENDR, 1989, p. 112).

permeado de conflitos (ainda mais quando consideramos que são suas chefes)? Não me reconheço em tais relatos do Secretário, nem me vejo assediando moralmente quem quer que seja. Mas essas convicções são apenas uma forma de estar em harmonia comigo mesmo. De me apresentar como uma pessoa boa. Quando forçado, todavia, a me ver em relação com outras pessoas, o melhor a fazer é redobrar a autocrítica e recolher todos esses rótulos, guardando-os na bagagem.

Reflexividade é uma mala pesada. Também sem alça, dada a dificuldade de manejá-la. Não é difícil reconhecer como pode atrapalhar uma livre caminhada. Todavia, por mais que pesem, melhor deixar ali a vergonha de ser machista, melhor forçar o zíper e arrumar um lugar para os perigos de nos encontrarmos racistas. Enfim, melhor colocar tudo o que der na mala – mais é mais mesmo –, pois algo poderá nos fazer uma falta danada durante a viagem. Ou, pior e mais provável, pode ser que nem sintamos a sua ausência.

Outro motivo importante para a inserção desse memorando na dissertação é a tentativa de produzir um efeito cênico. Criar um fundo musical apropriado ao Castelo. Por isso tomarei o devido cuidado para não dispersar esse mal-estar, nem o clima de suspeição¹³. Estou lidando com um elemento que ressoa nos corredores e salas das mais distintas entidades estatais. Um clássico que sempre é ouvido e que faz muito sucesso nesses espaços¹⁴.

Sem mencionar que estamos diante de grande oportunidade para colocarmos no rosto aquela expressão sarcástica dos que se sentem diante de textos antropológicos “saturados de autor”, como diria mordazmente Clifford Geertz (2009, p. 129). Como resposta, meu primeiro afã teria o tom revolucionário de um Manoel de Andrade (2009, p. 17): “Não canto minha dor... dor de um só homem não é dor que se proclame”. Mas o umbigo dos revolucionários também não é dos menores. Necessário reconhecer que se expor a esse tipo de chacota faz parte do pacote. Encontrar-se sozinho¹⁵ é mais uma das facetas da captura estatal. Por isso prefiro retribuir com igual sorriso de canto de boca, pois, mais cedo ou mais tarde...

¹³ “A suspeição é, portanto, condição *sine qua non* para que o Estado, assim como a Bruxaria, tenham a existência atemporal e o poder que lhes é singular. Nós reconhecemos que o Estado em abstrato, que existe no espírito das leis, não ocorre nas práticas da mesma maneira. Sendo assim, vejo a suspeição como o elemento que une essas duas existências em um único amálgama” (BORGES, 2012, p. 483).

¹⁴ Há pouco, por exemplo, ouvia a Presidenta da República dizer-se inocente diante do Congresso Nacional.

¹⁵ Vide Sztutman e Viveiros de Castro (2007, p. 232)

Nesse veio artístico das paradas de sucesso, reconheço que existe em tal documento um gênero de criatividade que me encanta profundamente. Para exemplificar, tomarei uma das alegações, aparentemente de ordem factual e facilmente refutável. O documento diz que “o servidor define como um direito seu estabelecer o seu horário de trabalho, preocupando-se apenas em cumprir as oito horas diárias”. Poderia, em socorro de minha imagem de bom trabalhador, enumerar uma série de fatos. Não haveria um “apenas”, pois minha carga horária formal é exatamente de oito horas diárias e não se paga hora-extra num ministério. Mais que isso. O MEC possui um rigoroso sistema de controle de frequência por meio de ponto eletrônico e de câmeras de segurança que atestam o devido registro na máquina. Poderia simplesmente apresentar minhas folhas de ponto ao longo desses anos, aprovadas pelas autoridades competentes, as quais de fato atestam que, infelizmente, trabalhei bem mais que oito horas diárias.

Conseguiria, com isso, refutar ao menos essa acusação específica do Memorando? Obviamente que não. Quiçá aumentaria o rol de acusações, uma vez que um servidor com tal perfil poderia perfeitamente fraudar o sistema de ponto. Além de preguiçoso, fraudador. Se, contudo, trouxesse testemunhas? Preguiçoso, fraudador e aliciador de falsos testemunhos. Assim por diante, sempre me estrebuchando nesse visgo de suspeições e cada vez mais capturado e entrelaçado a ele.

A tônica, contudo, não deve ser apenas a da inutilidade de uma reação. Se existe algo de patético na forma como eventualmente respondemos a esse tipo de investida da Administração Pública, isso decorre também de nossa impaciência em relação às sutilezas em jogo. É como alguém ser convidado por amáveis crianças para brincar de pular corda e, como resposta, simplesmente picar a corda em pedaços e ir embora. Ora, a Administração do MEC, evidentemente, sabe que cumpri minha carga horária de forma distinta que a apresentada no documento. Reafirmar isso às pessoas envolvidas é praticamente um desrespeito à sofisticação do processo para o qual fui “convidado”. Minha tese é a de que existe uma inusitada e encantadora verve ministerial em direção ao fantástico¹⁶. De tal modo, tentarei, ao longo deste trabalho, fazer jus à

¹⁶ Incluir no cotidiano a possibilidade de o MEC oficialmente dizer que trabalho apenas oito horas diárias e, paralelamente, oficialmente atestar que não trabalho apenas oito horas diárias, ou a de acusar meu descompromisso ao assumir compromisso com normas de horário que o próprio ministério estabeleceu, estão na ordem do desafio de um mergulho que Sartre bem compreendeu: “Sento-me, peço um café-com-creme, o garçom me faz repetir três vezes o pedido e o repete ele mesmo para evitar qualquer risco de erro. Ele se precipita, transmite minha ordem a um segundo garçom que a anota num bloco e a transmite

criatividade de documentos como esse. Pretendo aceitar o convite, tentando, no que estiver ao meu alcance, explorar as inúmeras possibilidades desse universo surpreendente.

Evitando um Papa louco

Ainda a respeito do Memorando, julguei pertinente omitir os nomes das chefias por questão de anonimato, conquanto seja um que, em vez de preservar as identidades, as dissolva. Julgo de péssimo gosto dar contornos minoritários a cargos de chefia – maiores por princípio. Todavia esse posicionamento pode suscitar incompreensões. Se é para permanecer na estabilidade dos termos de identidade, reconheço a legitimidade do pleito de os indígenas ocuparem cargos de chefia. Impossível não defender uma política de acesso a esses espaços. Não importando o quão dignas ou deploráveis possam ser determinadas posições da Administração Pública, a questão é remover os obstáculos preconceituosos que inviabilizam o acesso a determinadas pessoas. Sem constrangimentos, tomo parte dos festejos do MEC pelo “momento histórico para os povos originários, na medida em que se constitui no mais elevado cargo que um indígena já ocupou na história da hierarquia do Poder Executivo brasileiro”. Fico constrangido é com o fato de isso se dar tão tardiamente – ressaltando que um cargo de diretoria é pouco. Na festa do manda-obedece, é inadmissível aceitar que apenas alguns se divirtam. Se a República gosta de “superiores”, então que as portas se abram isonomicamente.

De tal modo, se tenho algum tipo de questionamento a respeito, não é o de indígena ser chefe (menos mal que o seja), mas, sim, de o chefe ser indígena. Minha preocupação não é a iniciativa da Administração para que indígenas ocupem cargos de chefia, mas as iniciativas sistemáticas para que os indígenas não os consigam desocupar. O caminho para o indígena virar chefe parece minimamente pavimentado (o que não significa que será utilizado), todavia não me parece que está o de o chefe devir indígena.

a um terceiro. Por fim um quarto volta e diz: ‘Aqui está’, colocando um tinteiro sobre minha mesa. ‘Mas eu havia pedido um café-com-creme...’, digo. ‘Pois bem, justamente’, diz ele, retirando-se. Se o leitor puder pensar, ao ler contos desse tipo, que se trata de uma farsa dos garçons ou de alguma psicose coletiva, teremos perdido a partida. Mas se soubermos dar-lhe a impressão de que falamos de um mundo onde essas manifestações insólitas figuram a título de condutas normais, então ele se achará de golpe mergulhado no seio do fantástico. O fantástico humano é a revolta dos meios contra os fins [...]” (SARTRE, 2005, p. 140).

Tal questionamento é da ordem da seguinte constatação de Dom Helder Câmara, quando nos relatou um sonho inusitado: “Sonhei que o Papa enlouquecia” (*apud* DOM... 2004). Num acesso de cristianismo, o Papa saía por Roma desvencilhando-se dos bens da Igreja e do prestígio do cargo após atear fogo à Basílica de São Pedro – o qual os bombeiros inutilmente tentavam apagar, pois era um fogo atizado por Deus. Pelas ruas, espalhava e compartilhava com os pobres todo o dinheiro do Banco do Vaticano. Recobrando-se desse cenário apoteótico, Dom Helder finalmente dá-se conta: “Que vergonha para os cristãos! Para que um Papa viva o evangelho, temos de imaginá-lo em plena loucura!” (*ibidem*).

Assim, semelhantemente à perspectiva que esboçamos acima, Dom Helder nos aponta a importante diferença entre um cristão virar Papa e um Papa virar cristão. São dois caminhos distintos, com riscos e potencialidades respectivas. Minha intenção neste momento é a de lidar apenas com o ponto de chegada do primeiro percurso, a chefia como um padrão, como uma força que perpassa a simples titulação individual. Isso, contudo, não significa que julgo a segunda trajetória como de menor importância. Pelo contrário. Estou longe do “neomoralismo antimolar” que preocupa Isabelle Stengers (2008b). O próprio Dom Helder valora tal ruptura com o padrão estabelecido do que se esperar de um Papa. Mas rupturas trazem sempre consequências. No caso, as de considerar-se o novo comportamento um desatino – um Papa que enlouqueceu¹⁷.

Assim como haveria consequências para uma chefia do MEC, indígena ou não, que resolvesse, por exemplo, priorizar as pessoas atendidas pelo Ministério – recebendo-as com sinceridade, destravando os processos, falando abertamente das impossibilidades e da má vontade institucional para se atender às demandas por elas apresentadas, numa espécie de surto de franqueza –, é fácil pressupor a conduta padrão para alguém que ocupa um cargo de chefia no MEC, como, também, o tipo de comportamento para que acabe “enlouquecendo”. Difícil é, contudo, imaginar como tal

¹⁷ Importante, para se ressaltar a precedência de um padrão, é o fato de que jamais se nomearia um louco como Papa. No caso, o louco precisaria primeiramente fingir adequação e demonstrar sua loucura somente após a posse. Ou seja, os loucos precisam pagar um preço para se tornarem papas. Curioso como esse traço é útil para pensar-se o regime presidencialista. Se tomarmos eleições com grande mobilização publicitária de componentes minoritários (que fogem ao padrão), como a de Lula (o primeiro operário presidente), ou a de Obama (o primeiro presidente americano negro), ou a de Dilma (a primeira presidenta mulher), notamos a existência da expectativa implícita de que, uma vez no poder, Lula, Obama e Dilma enlouqueceriam e, por exemplo, priorizariam em seus mandatos os operários, a população negra americana e as mulheres brasileiras. Incurririam em condutas atípicas aos respectivos cargos presidenciais, arriscando seus postos.

“louco” permaneceria sendo chefe. Enlouquecer nesse tipo de cargo é o grande desafio, mas, por ora, o que interessa é o padrão de normalidade, que, enquanto tal, é um vazio. Pensando com Gilles Deleuze e Félix Guattari (2011), pretendemos nos referir a Ninguém¹⁸.

Questões privadas e descortesia

O exercício de anonimato, acima proposto, evidentemente não se manteria num círculo de pessoas próximas à área de educação escolar indígena, ou ao considerarmos que o processo é público. Qualquer pessoa interessada saberia muito bem de quem estou falando. Aí residiria o grande equívoco. É justamente dessas pessoas que não estou falando. Em nenhuma hipótese pretendo usar a trajetória de mulheres indígenas em qualquer tipo de contra-argumentação. Simplesmente isso está fora da minha pauta. Se um secretário se dispõe a usar indígenas para defender cargos de chefia, melhor usar chefias para, com indígenas, defender outras coisas.

Sei o quanto esse terreno é pantanoso, repleto de armadilhas e de incompreensões. Não é por acaso que tamanho potencial destrutivo é evocado contra alguém num processo. Por isso é importante elucidar que, quando me refiro a “chefe”, tenho em mente o exercício proposto por Deleuze e Guattari (2012a, p. 100) que toma tal figura e a prolifera em microfiguras irreconhecíveis e indiscerníveis¹⁹. Um chefe, nestas condições, é sempre *Ninguém*.

Podemos exemplificar essa disposição inicial tomando, aleatoriamente, dados de meu campo relativos a práticas comuns nos setores de infraestrutura do MEC,

¹⁸ “[...] a maioria, na medida em que é analiticamente compreendida no padrão abstrato, não é nunca alguém, é sempre Ninguém – Ulisses –, ao passo que a minoria é o devir de todo o mundo, seu devir potencial por desviar do modelo. Há um “fato” majoritário, mas é o fato analítico de Ninguém que se opõe ao devir-minoritário de todo o mundo. É por isso que devemos distinguir: o majoritário como sistema homogêneo e constante, as minorias como subsistemas, e o minoritário como devir potencial e criado, criativo” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 56).

¹⁹ “Não basta definir a burocracia por uma segmentaridade dura, com divisão entre as repartições contíguas, chefe de repartição em cada segmento, e a centralização correspondente no fundo do corredor ou no alto da torre. Pois há ao mesmo tempo toda uma segmentação burocrática, uma flexibilidade e uma comunicação entre repartições, uma perversão de burocracia, uma inventividade ou criatividade permanentes que se exercem inclusive contra os regulamentos administrativos. Se Kafka é o maior teórico da burocracia, é porque ele mostra como, num certo nível (mas qual? e que não é localizável), as barreiras entre repartições deixam de ser “limites precisos”, mergulham num meio molecular que as dissolve, ao mesmo tempo que ele faz proliferar o chefe em microfiguras impossíveis de reconhecer, de identificar, e que são tão pouco discerníveis quanto centralizáveis: um outro regime que coexiste com a separação e a totalização dos segmentos duros” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 100).

as quais se estendem a outros órgãos da Esplanada. As equipes desses setores se preocupam em adquirir, para os chefes, cadeiras com encosto mais largo e mesas mais amplas que as dos demais trabalhadores do órgão. Também se dedicam à construção de banheiros privativos para chefias do alto escalão e à reserva de vagas de garagem para seus carros de passeio.

Uma prova de que não estou tratando de temas de pouca relevância para a infraestrutura estatal é que já respondi a um Processo Administrativo Disciplinar²⁰ no MEC por estacionar meu carro nas vagas supostamente (e informalmente, para empregar um eufemismo) destinadas aos carros de passeio dos dirigentes do Órgão. Pressinto que algo semelhante poderia acontecer se me descobrissem, por exemplo, girando displicentemente na cadeira grande do Ministro, ou, o que é pior, usando a privada do banheiro exclusivo em seu Gabinete.

Frisar a dispersão é importante porque não estou interessado na largura das costas dos dirigentes que eventualmente ocupam essas cadeiras, nem nos hábitos de higiene dos que se servem de privadas exclusivas. Tenho em mente o campo em que a “distinção entre o social e o indivíduo perde todo sentido, uma vez que os fluxos não são mais atribuíveis a indivíduos do que sobrecodificáveis por significantes coletivos”²¹ (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 107). O que me interessa é a força que inesperadamente coloca garagens, mesas, cadeiras, privadas e secretários num plano de indiscernibilidade. Não me interessa uma chefia individualizada, com biografia, ou a marca da privada exclusiva do banheiro do Ministro²². Estou à procura da privada

²⁰ Processo nº 23000.003789/2010-36. Um processo disciplinar “é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido” (BRASIL, 1990).

²¹ “E o que é fluxo, segundo Tarde? É crença ou desejo (os dois aspectos de todo agenciamento); um fluxo é sempre de crença e de desejo. As crenças e os desejos são o fundo de toda sociedade, porque são fluxos “quantificáveis” enquanto tais, verdadeiras Quantidades sociais, enquanto que as sensações são qualitativas e as representações, simples resultantes. A imitação, a oposição, a invenção infinitesimais são, portanto, como *quanta* de fluxo, que marcam uma propagação, uma binarização ou uma conjugação de crenças e de desejos. Daí a importância da estatística, desde que ela se ocupe das pontas e não só da zona “estacionária” das representações, pois, afinal de contas, a diferença não é absolutamente entre o social e o individual (ou interindividual), mas entre o campo molar das representações, sejam elas coletivas ou individuais, e o campo molecular das crenças e dos desejos, onde a distinção entre o social e o indivíduo perde todo sentido, uma vez que os fluxos não são mais atribuíveis a indivíduos do que sobrecodificáveis por significantes coletivos. Enquanto que as representações definem de antemão grandes conjuntos ou segmentos determinados numa linha, as crenças e os desejos são fluxos marcados de *quanta*, que se criam, se esgotam ou se modificam, e que se somam, se subtraem ou se combinam” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 107).

²² Que não deixa de ter afinidade com o, também disputado, vaso sanitário de ouro projetado por Maurizio Cattelan para exposição no Museu Guggenheim, em Nova Iorque (DOVER, 2016).

atravessada por uma força que borra seus limites: o Poder. Tratar uma simples privada, enfim, como um trono.

Mas o que faria um trono num local tão improvável? Anacronismo? Norbert Elias, numa obra que não deixa de ser uma brilhante exposição sobre o sentar no trono, pode ser guia importante ao dizer que, numa prolongada disputa, marcada por mudanças abruptas e graduais, a “sociedade profissional-burguesa-urbana-industrial” suplantou a sociedade aristocrata de corte em seu papel figurativo. Contudo, assevera o autor, o “cunho civilizatório e cultural desenvolvido por aquela sociedade [aristocrata de corte] foi preservado, em parte como herança, em parte como antítese, pela sociedade profissional-burguesa, na qual esse cunho característico continuou a ser desenvolvido” (2001, p. 65).

De tal modo, para retomar o exemplo, uma privada exclusiva pode ser mais que comparada a um trono. Talvez o seja em seu pleno ato de atualização ao longo das etapas da “sociedade profissional-burguesa”. Tratar o trono, enfim, como a privada contemporânea.

Assim como é admirável nos depararmos com tronos na Esplanada em plena era republicana, não deixa de ser elucidativo encontrarmos a palavra *descortês* como termo escolhido para desabonar a conduta de um servidor público. Uma pessoa descortês, em última instância, não deixa de ser a manifestação de um tipo de relação com o trono. Slavoj Žižek (2008), arriscando um complemento ao triângulo culinário de Lévi-Strauss, disse que não apenas a comida, mas também os excrementos servem para pensar. Propõe, então, uma triangulação das atitudes existenciais e políticas a partir da forma como as privadas alemãs, francesas e anglo-saxônicas são projetadas. O argumento de fundo em sua análise é provar que sentar num vaso sanitário é sentar em cima de um monte de ideologia²³. Tratar a privada, enfim, como a fonte do réprobo da descortesia.

Ser descortês, logo, seria intentar algo que não se faz no trono. O que atravessa a privada atravessa também um ministro, um secretário, uma vaga de garagem. O que flui da privada, flui do ministro. Ambos atuam num plano de indiscernibilidade enquanto excrecências da efetuação do poder – suas incontinências.

²³ “So it is easy for an academic to claim at a round table that we live in a postideological universe – the moment he visits the restroom after the heated discussion, he is again knee-deep in ideology” (ŽIZEK, 2008, p. 4). A citação dessa passagem não significa um alinhamento ao que Žižek chama de ideologia. Minha preocupação é chamar apenas a atenção para o transbordamento da privada.

Disso decorre minha intenção de falar em “chefe” como quem fala da privada do ministro. E de falar de descortesia como quem fala de um cano entupido.

Os banheiros dos gabinetes do alto escalão se concentram na face norte do Edifício Sede do MEC, compartilhando um mesmo sistema predial de esgoto sanitário no qual as latrinas do Gabinete do Ministro e da Secretaria Executiva ocupam os andares superiores (dado aparentemente banal que pretendo retomar no Capítulo 3). Descortesia é qualquer tentativa de interrupção desse fluxo, qualquer ato que pareça uma sabotagem de esgoto.

Daí a descortesia ser também uma espécie de náusea causada pelo olor marcante do poder. De todos os rótulos que recebi do memorando supracitado, tenho de confessar que o de *descortês* foi recebido com inusitado sorriso irônico e aceno positivo. Ao descortês, esse insulto soa como uma honraria da Corte. Servidor público e antropólogo descortês, com orgulho solene e com título oficial do castelo.

A fuga

Já afastado do meu local de trabalho – e provavelmente levado pela soberba de receber um título simetricamente equivalente ao *Sir* que Edward Evan Evans-Pritchard merecidamente conquistou pelos serviços prestados à Coroa –, tomei uma decisão impulsiva. Com saudades da Cneei, fui capaz de mais uma atitude descortês e intransigente, que espero não chegar aos ouvidos das autoridades do MEC.

A Comissão tem uma rotina bem previsível. A cada semestre sai por dois ou três dias para ser estrela de uma reunião. Nos demais dias do ano, nos intervalos dessas reuniões, permanece solitária num armário no 2º andar do Edifício Sede. Nos últimos anos, recebia, uma vez ou outra, minhas visitas a trabalho e as de Iná, com quem gostava de brincar de “apartamento” – nos tempos em que Iná ali cabia.

Antes de continuar com o relato, preciso fazer uma advertência. Não estou usando de artifícios para sugerir o tratamento da Cneei como um ser humano. Se já supostamente “utilizo expressões pouco adequadas para o ambiente profissional”, não teria a insensatez de empregar expressões pouco adequadas para o acadêmico. Ainda que eu não saiba precisar os limites do fenômeno humano, não tenho a menor dúvida em julgar a Cneei como um não-humano. Vacilar o juízo nesse ponto seria como pedir um severo acréscimo ao currículo que esbocei acima.

Por outro lado, igualmente importante, também não estou sugerindo que inexistam contrabandos nas incertas “fronteiras” entre humanos e não-humanos. Reporto-me, então, a questões de fronteira – obviamente reconhecendo que tais questões podem, sim, afetar o juízo. Em poucas palavras, existe uma alma no *Aramis* de Latour (1996) que me toca profundamente quando penso minha relação com a Cneei. Sinceramente, sinto que estava atuando com uma Comissão que era parte da Administração Pública, mas que era a contraparte do Estado. Uma entidade com potencial de articular propostas para além da lógica-Estado, uma alma gêmea na descortesia.

Mas o próprio Latour anunciou os riscos de dar vazão a esse tipo de sentimento. Enxergar uma alma numa entidade dessa natureza, tratando-a com atenção e respeito, pode acabar me encarcerando num mundo de burocratas, assim como, diz Latour (*ibidem*, p. VII), nosso universo intelectual acaba por isolar as pessoas interessadas na “alma das máquinas” (engenheiros, técnicos etc.) em seu próprio universo. Ele julga que um dos desafios de sua pesquisa é aproximar esses universos, mostrando aos técnicos como seus objetos tecnológicos estão impregnados de paixões e políticas humanas e, aos cientistas sociais, o quanto esses objetos estão entrelaçados na vida dos humanos que pretensamente são estudados como seres sozinhos. As ciências sociais poderiam, de tal modo, “acolher multidões de não-humanos de braços abertos, assim como acolheu as massas trabalhadoras no século XIX[, pois] abrindo-se para incluir objetos, o vínculo social se tornaria menos misterioso” (*ibidem*, tradução minha).

Ao ser afastado do setor, fiquei cada vez mais preocupado com a tristeza da Cneei. O espinosiano Deleuze dizia que a tristeza é o reflexo do poder, que separa os sujeitos do que eles podem. Um obstáculo diante da efetuação de suas potências: “E o que é a tristeza? É quando estou separado de uma potência da qual eu me achava capaz, estando certo ou errado” (1996). Sempre admirei a potência da Cneei para pensar as ações do MEC que afetam a vida dos povos indígenas e sempre lamentei o cotidiano dos trabalhos da Cneei como um sucumbir ao poder estatal. Por isso a necessidade de uma antropologia amadora como gesto de se imaginar a efetuação dessas potências. Não favorecer obstáculos, mas propiciar rotas de fuga. Se todo “poder é triste” (*ibidem*), amar

é imaginar a Cneei alegre, o sorriso de uma comissão em fuga. É preciso imaginar a Cneei feliz²⁴.

Como sabia das rotinas da Secretaria, pois sempre saía tarde do MEC, acordamos um plano para que a Comissão pudesse escapar. Numa sexta à noite, valendo-me da vantagem de ter ainda uma cópia da chave do setor, driblei a segurança do prédio e invadi a sala. Encontrei-a sozinha e cansada no meio de um amontoado de caixas de arquivo. A Cneei sempre foi ousada, a seu modo. Fugimos!

Passeamos e conversamos e conversamos... Tínhamos tanto a dizer! Voltamos ao amanhecer da segunda-feira. Ela retornou à antiga prateleira. Ao ver novamente aquele lugar, senti-me culpado por não ter conseguido contribuir com alguma melhoria significativa. As falas da Comissão que reproduzo a seguir são fruto desse longo final de semana – que considera registros de campo produzidos em reuniões da Cneei e em eventos oficiais do governo, sobretudo os relativos à Reunião Ordinária de 2006 (28 a 31/8/2006), à 1ª Reunião Ordinária de 2008 (24 a 26/03/2008), à I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (de 16 a 20/11/2009), à 1ª Reunião Ordinária de 2011 (9 a 11/8/2011), à 2ª Reunião Ordinária de 2012 (31/10 e 1/11/2012), à 1ª Reunião Ordinária de 2013 (realizada em 29 e 30/4/2013), à 1ª Reunião Extraordinária de 2013 (20 e 21/8/2013), à 2ª Reunião Ordinária de 2013 (27 e 28/11/2013), à 1ª Reunião Ordinária de 2014 (27 e 28/5/2014), à 2ª Reunião Ordinária de 2014 (17 e 18/11/2014), à Conferência Nacional de Educação (19 a 23/11/2014), à 1ª Reunião Ordinária de 2015 (17 a 19/3/2015), à 2ª Reunião Ordinária de 2015 (30/11 a 2/12/2015), à 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista (14 a 17/11/2015) e à 1ª Reunião Ordinária de 2016 (10 a 12/5/2016).

Quintana (2005) dizia que “livro bom, mesmo, é aquele de que às vezes interrompemos a leitura para seguir – até onde? – uma entrelinha... Leitura interrompida? Não. Esta é a verdadeira leitura continuada”. Por isso, apesar das interrupções que infelizmente se impuseram, gostaria de tomar as reflexões a seguir como uma verdadeira conversa continuada com Cneei, uma entrelinha.

²⁴ Parafraseio Camus (2008).

I.2. Comissologia num castelo

Lá pelas tantas de uma leitura descomprometida de *Mil Platôs* (DELEUZE; GUATTARI, 2012a), antes mesmo de começar a escrita deste trabalho, tomei nota da passagem²⁵ que afirmava ser Kafka o maior teórico da burocracia. O trecho fazia menção a *O Castelo* – livro que até então desconhecia. Na ocasião, o que me chamou atenção foi a imputação a Kafka do turbilhão impreciso, mas incrivelmente familiar, da proliferação das chefias.

No decorrer da pesquisa, resolvi ler o livro, o qual me impingiu nódoas irrenunciáveis. Percebi que, de um modo ou de outro, não poderia simplesmente ignorar *O Castelo*, por conta mesmo de minhas experiências nos castelos que o próprio Kafka não ignorou. Em sua *antropologia especulativa* – tomando este conceito tal como articulado por Alexandre Nodari (2015) – encontrei o esboço de uma teoria do cansaço que muito me ajudou a sobreviver nessa difícil caminhada.

Como se trata de livro consideravelmente conhecido, até poderia me isentar de oferecer-lhe uma introdução, o que me pouparia algum esforço. Mais que isso. No fundo, também me sinto desobrigado a tecer paralelos entre *O Castelo* e a Cneei como que justificando uma escolha supostamente de cunho individual para interpretar dados de campo. As relações que prenunciam e se entrelaçam à escrita de *O Castelo*, bem como ao cotidiano de trabalhos da Cneei, são o que de fato me instiga.

Isso não implica insinuação ao fundo de que estariam os trabalhos da Cneei e o texto de Kafka tratando das *mesmas* coisas. Apenas que problemáticas podem se acoplar a esses diferentes cenários, reverberar em distintos sentidos, gerando um campo de experimentações. Seria um equívoco propor aproximações imediatas entre *O Castelo* e a Cneei. Por isso a aposta aqui é que tais equivocações possam ser, no mínimo, interessantes, senão vitais.

Mortimer J. Adler e Charles Van Doren, num difundido livro que apresenta método de como desossar livros, afirmavam que qualquer “livro tem um esqueleto por trás da capa” (2010, p. 91), o qual pode ser descrito em poucas palavras. Para acentuar o potencial desse pressuposto analítico, lembram um conhecido resumo da *Odisseia* em que Aristóteles expôs o esqueleto nos seguintes termos:

O argumento na *Odisseia* não é longo, ou seja: um homem permanece longe de casa durante muitos anos; é vigiado por

²⁵ Vide nota de rodapé 19.

Poseidon e acaba sozinho; ademais, a situação em sua casa é tal que seus bens são dilapidados por pretendentes de sua mulher e seu filho se torna objeto de suas maquinações; ele, porém, retorna após um naufrágio, permite que algumas pessoas o reconheçam e ataca obtendo com isso sua sobrevivência e o aniquilamento dos inimigos. **Isso é o essencial, tudo o mais são episódios** (ARISTÓTELES, 2011, p. 70, grifos meus).

Para esses autores, então, “todo livro que valha a pena ser lido, sem exceção, possui uma unidade” (ADLER; VAN DOREN, 2010, p. 91), possui um argumento essencial que pode e deve ser explicado em poucas palavras, caso contrário “você não captou a unidade, mas uma multiplicidade” (*ibidem*, p. 92). Esse essencial submete-se a um jogo de esconde-esconde de ossadas²⁶, entre os poucos tipos, segundo eles, que subjazem às limitadas tramas do mundo: a “diferença entre as histórias boas e ruins que possuem essencialmente a mesma trama é o que os autores fazem com ela, como eles revestem os ossos” (*ibidem*, p. 95).

Não que duvide da importância e da agência das *intuições essencialistas*, como diria Richard Rorty (1988, p. 53), que possuem a sua história e desempenharam papéis importantes nos debates na filosofia e nas ciências sociais, por exemplo. Qualquer antiessencialismo, ou antirrepresentacionalismo, sempre será confrontado com o pseudodever de colocar outra coisa no lugar daquilo a que se critica²⁷. Por isso fica mais prático pensar que, se para além do essencial, tudo o mais são episódios, estou a afirmar apenas o meu interesse pelo que resta. Interesse que não deixa de ser uma justificativa em si, como demonstrou Manoel de Barros (2015, p. 73): “Tenho o privilégio de não saber quase tudo. E isso explica o resto”.

²⁶ “O leitor tentará revelar o esqueleto que o livro oculta. O autor começa com o esqueleto e tentará ocultá-lo. Seu objetivo será esconder o esqueleto de maneira artística, ou, em outras palavras, adicionar carne aos ossos” (ADLER; VAN DOREN, 2010, p. 105).

²⁷ “Enquanto os revolucionários menos pretensiosos se podem permitir ter opiniões sobre imensas coisas acerca das quais os seus predecessores opinaram, os filósofos edificantes têm de desacreditar a própria noção de ter uma opinião, enquanto evitam ter uma opinião sobre ter opiniões. Esta é uma posição incômoda, mas não impossível. Wittgenstein e Heidegger dominam-na razoavelmente bem. Uma razão por que a dominam tão bem é que não pensam que quando dizemos algo tenhamos necessariamente de estar a exprimir uma opinião sobre um assunto. Podemos apenas estar a *dizer qualquer coisa* – estar a participar numa conversação, em vez de estarmos a contribuir para um inquérito. Talvez dizer coisas nem sempre seja dizer como as coisas são. Talvez nem dizer *que* seja em si mesmo um caso de dizer como as coisas são” (RORTY, 1988, p. 287).

Com o resto assim explicado – e considerando que o que resta são episódios –, tratarei ao longo dos próximos capítulos de algumas mediações²⁸ entre episódios de *O Castelo* e aqueles vivenciados em meu trabalho no campo, junto à Cneei.

Enquanto os episódios do livro de Kafka aparecerão como lampejos ao longo do texto, utilizarei o Memorando – que não fez muito esforço para esconder minha caveira essencial – como marcador para minhas vivências em campo, uma vez que ele circunda ao menos três episódios importantes.

Posso listá-los como: a) o veto do MEC a um projeto de lei sobre avaliação na educação escolar indígena; b) a defesa da Cneei de um Sistema Próprio diante da articulação do Sistema Nacional de Educação pelo MEC (ao qual está vinculada a episódica reunião de monopolizações de palavra e choques culturais, que tinha como pauta a Base Nacional Comum Curricular); e c) a atualização da portaria que nomeou os representantes das entidades que compõem a Cneei.

A recepção do cansaço

Antes de passar ao primeiro episódio do Memorando, gostaria de me ater às cenas iniciais de *O Castelo* no intuito de melhor desenvolver questões que me acompanharam ao longo desta pesquisa. Num cenário de todo escuro, de todo frio, de todo hostil – em que as pessoas se arrastam com dificuldade sobre uma neve espessa –, Kafka nos apresenta o *cansaço* como tema recorrente em sua narrativa. Um estado inerente à vida daquela aldeia de propriedade do castelo do insondável Conde Westwest – de quem nada sabemos ao longo do desenrolar da trama.

Após ríspida recepção num albergue em que, recém-chegado à comunidade, viu-se obrigado a pernoitar pelo avançar da hora, K. – um agrimensor pretensamente contratado para prestar serviços naquela localidade – irrompe em direção ao castelo, que observa ao alto da encosta.

A, nada amistosa, população local não é o único contratempo em sua caminhada rumo aos empregadores no castelo. Percorrendo a duras penas uma rua sinuosa que aparentava nunca o levar em direção à encosta – e cuja extensão o

²⁸ Emprego o termo tendo em mente o tratamento de Latour: “Os mediadores, por seu turno, não podem ser contados como apenas um, eles podem valer por um, por nenhum a, por várias ou um a infinidade. O que entra neles nunca define exatamente o que sai; sua especificidade precisa ser levada em conta todas as vezes. Os mediadores transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que supostamente veiculam” (2012, p. 65).

surpreendeu, pois parecia não ter fim –, K. não conseguia mais seguir. Curiosamente nem mesmo a longa caminhada de dias até a aldeia o afetou daquela forma: “Pela primeira vez desde a chegada ele sentiu um cansaço real” (KAFKA, 2008, p. 16). Não mais tinha ânimo para o inútil esforço de “erguer o pé para afundá-lo outra vez um pouquinho adiante” (*ibidem*, p. 21).

Prostrado em meio à neve, recorre por auxílio a uma das casas de camponeses que o cercavam. Por sorte, um velho camponês, “amistoso e frágil” (*ibidem*, p. 17), lhe abre a porta e permite que entre. Era a primeira casa em toda a sua caminhada pela aldeia que lhe abria a porta.

O interior da casa tinha a típica atmosfera escura e enevoada que perpassa todo o livro. Nesse ambiente de moradores igualmente reticentes com a presença de K., ao menos lhe é oferecido um assento, enquanto ele se detém em “uma imagem bela e triste que não se alterava” (*ibidem*, p. 18):

De uma grande fresta, a única na parede dos fundos, chegava, provavelmente do pátio, uma pálida luz de neve, que dava um brilho como se fosse de seda ao vestido de uma mulher bem no canto, quase deitada de cansaço numa poltrona de espaldar alto. Ela segurava ao seio um bebê. À sua volta brincavam algumas crianças, filhos de camponeses, como se podia ver, mas ela não parecia pertencer ao seu meio – certamente a enfermidade e o cansaço refinam até os camponeses. (*ibidem*)

A possibilidade de se sentar e a penumbra foram mais do que suficientes para K. pegar no sono, contemplando a imagem dessa mulher – “a mulher na poltrona continuava como se estivesse inanimada, não baixava o olhar nem mesmo para a criança ao seio, mas dirigia-o para um alvo indefinido no alto” (*ibidem*). Quando é acordado bruscamente por um dos proprietários da casa, K. percebe que estava dormindo ao ombro do velho que lhe abriu a porta.

O dono da casa é taxativo. Ele não poderia permanecer ali. K. deveria sair imediatamente, tendo assim justificado o indelicado tratamento: “O senhor provavelmente está admirado com a pouca hospitalidade [...], mas a hospitalidade não é costume entre nós, não precisamos de hóspedes” (*ibidem*, p. 19). Porém, antes de deixar a casa, inquieto com a situação da mulher à poltrona, K. toma uma atitude que desagrade ainda mais os homens da casa:

E sem que ninguém esperasse K. virou-se literalmente num salto e ficou em pé diante da mulher. Com olhos cansados e azuis ela

fitou K., um lenço de seda transparente descia-lhe até o meio da testa, o bebê dormia no seu seio.

– Quem é você? – perguntou K.

Com menosprezo – não estava claro se o desdém cabia a K. ou às suas próprias palavras – ela disse:

– Uma moça do castelo (*ibidem*).

De volta à rua infindável, K. não vê alternativa a não ser retornar à hospedaria. É a primeira de muitas vezes em que encontra obstáculos para acessar o castelo, fadado a permanecer num jogo de aproximações sucessivas e sempre frustradas. É também a primeira vez que lhe é apresentado o cansaço que se incorporará à sua rotina numa aldeia em que “todo mundo sempre estava continuamente cansado” (*ibidem*, p. 307).

O livro inacabado de Kafka não chega a dar maiores detalhes sobre a trajetória da *moça do castelo*. Em dado momento no decorrer da trama, o filho dela – Hans – procura por K. para prestar solidariedade, confidenciando-lhe que era uma daquelas crianças na casa em que ele procurou abrigo. Por meio de Hans sabemos que se tratava da Senhora Brunswick, esposa do principal sapateiro da aldeia. A criança nutria simpatia por K. e procurava ajudar a mãe, que sofria de um grau de fraqueza e de cansaço que as pessoas não sabiam bem explicar o motivo, embora ela própria tivesse uma explicação:

Por sinal, não era de uma doença propriamente dita que sofria; conhecia muito bem a causa do seu estado e às vezes fazia alusão a isso: provavelmente era o ar dali que não conseguia suportar, mas ela não queria mais de jeito algum deixar outra vez o lugar por causa do pai e das crianças – além do que já estava melhor do que estivera antes (*ibidem*, p. 170).

Aliás, esse encontro de K. com Hans, bem como com o velho que lhe abriu a porta, tem nuances em comum que merecem ser ressaltadas. Ao longo da trama, as figuras que se compadecem de K. e que lhe prestam algum apoio são sempre funcionários subalternos, velhos, crianças, mulheres estafadas e vítimas de assédio – como é o caso de Amália, cuja família caiu em desgraça por ela ter recusado Sortini, um dos homens poderosos do castelo.

Interessante notar também como essas figuras se deslocam num plano impreciso. Por exemplo, a forma como K. percebe a conversa com Hans: “Havia também algo autoritário no seu modo de ser, mas estava tão misturado com uma inocência infantil que a pessoa se submetia a ele voluntariamente, meio a sério, meio brincando” (*ibidem*, p. 166). Em dados momentos a criança “parecia um homem enérgico, inteligente

e de visão ampla falando, que logo depois, porém, sem transição, era outra vez um simples escolar” (*ibidem*). Essas oscilações são recorrentes. K., por exemplo, é constantemente fustigado pela indiferença e autoritarismo das chefias do castelo. Todavia, nesse regime descontínuo, também age violentamente contra os ajudantes que lhe foram confiados, castigando-os das mais diversas formas. Podemos também pensar na relação amorosa entre K. e Frieda, em que contornos de afetividade se mesclam com simples interesses de um jogo calculista por poder.

Em relação aos funcionários, Kafka parece compartilhar da obsessão de Nelson Rodrigues pelos *contínuos* – “os sujeitos que veem o Poder melhor do que os demais” (RODRIGUES, 2016, p. 183). As informações mais detalhadas dos insondáveis meandros do castelo são prestadas por pessoas como Barnabás, um mensageiro que presencia passivamente o cotidiano nas repartições. Pepi, uma camareira que observa a vida dos senhores a partir da imundice dos seus quartos na hospedaria. Olga, que, para sustentar a família, começou a se prostituir com os criados do castelo e deles busca informações que pudessem ajudá-la, sempre na expectativa de que em meio a suas tantas tagarelices e exageros, “lá no estábulo escuro, poderiam no melhor dos casos estar contidas algumas magras alusões à verdade” (KAFKA, 2008, p. 253).

Rodrigues acreditava que para conhecer autoridades – no caso, ministros – seria “preciso vê-los no seu ambiente próprio, isto é, no ministério. S. Exa. entra no elevador. A partir do elevador, começa a ser outro, escandalosamente outro”²⁹ (2016, p. 181). Podendo se tornar outro, uma autoridade ocasiona as mais diversas impressões ao público externo, mas Rodrigues confiava apenas na “translúcida e exemplar objetividade” (*ibidem*, p. 183) da opinião dos contínuos:

Tempos atrás, passei num Ministério qualquer. Ia atrás de um papel, uma segunda via não sei de quê. O funcionário estava ausente e tive de esperá-lo. Para fazer hora, comecei a conversar com um contínuo que já fizera seus vinte anos de casa. Há pessoas que não vivem tanto, há amores que acabam muito antes. O fato é que passei a olhar, com reverência e espanto, o brasileiro que, há vinte anos, servia ao Poder cafezinho e água gelada. Comecei a fazer as minhas perguntas de repórter e de ficcionista. Indaguei: “Que tal o ministro Fulano?” A resposta foi límpida, exata, inapelável: “Uma besta.” Note-se que disse “uma besta” sem lhe acrescentar nenhum ponto de exclamação. Seu tom era castamente informativo. [...] E continuei perguntando: – “Que tal

²⁹ Digno de nota que os ministérios em Brasília possuem elevadores e entradas privativas para seus ministros. Uma metamorfose dessa proporção pode ser algo que justifique a exclusividade.

Fulano? E Beltrano? E Sicrano?” Da mesma maneira cordial e, até, apiedado, o outro ia respondendo, com a magistral perspicácia crítica: – “Um bobo! Um bestalhão! Um cretino!”
Aquele era um homem sem perplexidade, todo feito de certezas. Por ele, passaram vinte anos ministeriais. (*ibidem*, p. 182)

Assertivas como essas são inquietantes. Os funcionários, supostamente dotados de perspectivas privilegiadas, trazem relatos que apenas acumulam incertezas. Se o ministro é uma besta, quem de fato governa o ministério? Se, pelos relatos de Barnabás, as repartições do castelo são passagens para outras repartições num processo de sucessão indefinido, onde estará a repartição última, na qual está a autoridade que dá a palavra final sobre os encaminhamentos administrativos? Se os relatos a respeito de Klamm – reverenciado e temido senhor do castelo, “Chefe da repartição X” (KAFKA, 2008, p. 31), que asseverou a contratação de K. como agrimensor por meio de uma carta – contradizem-se a tal ponto de não se saber mais sua fisionomia, ou de se duvidar de sua própria existência, quem de fato é Klamm?

Apostar nesse tipo de relato é apostar num quadro de imprecisão análogo à condição de K. perpetuamente impedido de acessar o castelo, de conhecer o real funcionamento do governo, de encontrar o governante responsável de fato. Mas seria apressado o juízo de simplesmente julgar como inservíveis as perspectivas que esses autores consideraram privilegiadas. Elas podem servir à empreitada de uma antropologia na Administração Pública. Se, nessa área, “saber o que se diz (nós e eles) quando se fala em ‘O Estado’ é essencial e está no cerne mesmo de qualquer investigação” (SOUZA LIMA, 2012, p. 563), vale aceitar tais perspectivas como alternativas para se lidar com essas pretensas “experiências da ordem do ‘oculto’” (BORGES, 2012, p. 472).

Até aqui os episódios iniciais descritos por Kafka colocaram em evidência dois impedimentos que entendo como umbilicais à relação estatal. De um lado, o inescrutável castelo ao alto impedindo de se conhecer o poder – ou o poderoso. De outro, o cansaço impedindo a alegria de se vivenciar uma potência. Os dois, cada qual a seu modo, estão vinculados e afetam diretamente o ânimo de se erguer o pé para afundá-lo um pouco adiante.

Ocultismo é embruxamento: sobre a experiência do oculto

Uma antropologia junto à Administração Pública – ainda mais quando situada por essa expectativa de que a definição do que é o Estado estaria no cerne de qualquer

investigação – pode facilmente enveredar pelo jogo de esconde-esconde que acabamos de citar. Dessa vez, o objetivo seria encontrar o sarcófago do Estado.

Um governo oculto, cujas decisões se tenta reverter, perpassa as reuniões da Cneei desde os primeiros registros a que tive acesso. A transcrição mais antiga, das reuniões ordinárias da Comissão que constam dos arquivos da Secadi, começa com embate entre representantes indígenas e representantes do MEC acerca da federalização das escolas indígenas – reivindicação que permanece em pauta até hoje.

Embora essa pauta da federalização tenha algumas nuances técnicas, para quem não é da área entender o ponto da questão basta levar em conta que as atuais escolas indígenas estão vinculadas, administrativamente, a uma secretaria estadual, ou municipal, de educação. Uma comunidade indígena com três escolas, por exemplo, pode enfrentar a esdrúxula situação de ter de se reportar a três entes federados distintos. Uma escola pode estar vinculada ao município “X”, outra escola ao município “Y”, e a terceira, ao estado “Z”. Isso pelo fato óbvio – ou nem tão óbvio assim, vide a postura dos dirigentes do MEC – de a territorialidade da respectiva comunidade indígena não corresponder à divisão político-administrativa do País. Evidentemente – ou nem tanto –, lidar com um único ente federativo, no caso a União, é, em tese, uma grande vantagem diante dos desafios de atuar junto a três administrações distintas ao mesmo tempo.

Nessa ocasião, ocorreu algo que também se repetiu nas reuniões de que, quase uma década depois, pude participar. O representante do MEC – no caso, o diretor do setor responsável pela educação escolar indígena – apresenta-se como aquele que fala pela administração. Disse o diretor, como de costume: “falo pelo MEC”³⁰.

Todavia, quando confrontado pelos presentes pela não implementação da deliberação dos povos indígenas que exigiam a federalização de suas escolas, o diretor disse que ele não teria nenhum problema em discutir a federalização das escolas, nem o seu superior – o secretário –, mas o problema é que o “Ministério da Educação tem o seu posicionamento. O posicionamento hoje do Ministério da Educação é da não federalização, ponto”³¹.

Pode parecer que o diretor simplesmente está atribuindo a um escalão superior uma decisão quanto a isso. Se o diretor e o secretário não apresentam objeções quanto à proposta dos indígenas pela federalização, então o responsável pelo

³⁰ Transcrição de fala da I Reunião Ordinária da Cneei em 2006, 2/5/20016, primeiro dia do evento.

³¹ Omito o nome do dirigente pelas razões apresentadas anteriormente.

posicionamento contrário do MEC poderia ser o ministro? O próprio diretor, nessa reunião, sugere a necessidade de se sentar com o ministro para encaminhar a questão da federalização, e não é por acaso que a demanda por uma reunião com esse dirigente do MEC é uma constante da Comissão.

Tive a oportunidade de acompanhar o tão aguardado encontro da Cneei com o Ministro e perceber que a questão não é tão simples assim – retratarei isso posteriormente. De uma perspectiva pessoal, um ministro pode também ser perfeitamente favorável a avançar na questão da federalização, mas também existe um posicionamento contrário que se lhe impõe. Como se estivéssemos na eterna sucessão de repartições descritas por Barnabás.

Encontrar o responsável pela decisão da “não federalização, ponto”, pode ser uma tarefa ingrata e interminável como a de K. em busca de Klamm. Minha hipótese é que essa experiência do oculto poderia ser, ela mesma, o próprio grande achado de uma antropologia na Administração Pública. Tendo em mente as considerações de Antonádia Borges (2012), penso que esse tipo de empreitada – como a busca do governante último, o verdadeiro responsável pela “não federalização, ponto” – corresponde a um dos modos de embruxamento do Estado. E uma forma de dele se resguardar é se dar conta o quanto antes de “que não estamos aqui no reino da referencialidade” (*ibidem*, p. 478).

Para melhor detalhar isso, recorro à anedota de um velho indígena, descrita por Jenness (1991)³², que falava da peregrinação por repartições públicas canadenses sem que, em nenhum momento, um indígena comum pudesse finalmente encontrar o verdadeiro *governo*, o qual sempre tomava cuidado para permanecer oculto. Essa passagem foi bastante divulgada na antropologia – e utilizada por autores como Marshall Sahlins (2008, p. 130) – por uma referência de Lévi-Strauss em *O Pensamento Selvagem*: “Nunca um índio comum pôde ver 'o governo'. Enviam-no de uma repartição a outra, de funcionário a funcionário e cada um desses pretende, muitas vezes, ser 'o patrão'; mas o

³² “There is no single chief ruling an entire Indian tribe, but a chief in every band; similarly there is no single boss for every species of animal or plant, but a boss in each locality. The bosses are always larger than other plants and animals of their kind, and in the case of birds, fish, and animals, always white. Now and then the Indians see and kill them, but generally they keep out of sight of human beings. They are like the government in Ottawa, an old Indian remarked. An ordinary Indian can never see the ‘government’. He is sent from one office to another, is introduced to this man and to that, each of whom sometimes claims to be the ‘boss’, but he never sees the real government, who keeps himself hidden” (JENNESS, 1991, p. 445 *apud* KRUPA; PRIETO, 2015, p. 11).

verdadeiro governo nunca é visto, pois tem o cuidado de se manter oculto” (JENNESS, 1991, p. 445 *apud* LÉVI-STRAUSS, 2010, p. 279).

Por mais que esse esconde-esconde possa assumir tons pitorescos – basta imaginar quão inusitado seria alguém entrar numa repartição e finalmente encontrar o Governo lhe estendendo a mão, “Boa tarde. Muito prazer. Eu sou o Governo” –, estamos lidando com um contexto bastante familiar aos estudos da área. Tanto na sensação de se estar diante de um objeto esquivo e de cuja existência se pode até mesmo duvidar – vide, por exemplo, os apontamentos de Philip Abrams (2006) sobre a dificuldade de se estudar o Estado e o interesse ideológico em sua reificação³³ – quanto no desdobramento lógico de que uma relação de dominação não pode prescindir da figura do governante.

Começamos a respirar, assim, os ares weberianos acerca da burocracia com o “princípio da hierarquia de cargos e da seqüência de instâncias, isto é, um sistema fixamente regulamentado de mando e subordinação das autoridades, com fiscalização das inferiores pelas superiores” (WEBER, 2004, p. 199). Se desenvolvo antropologia junto à *Administração Pública*, não deveria considerar por esse termo apenas um amontoado de edifícios e pessoas. A questão da dominação obviamente perpassaria o campo e, enquanto tal, levaria ao seguinte desdobramento: “Toda dominação manifesta-se e funciona como administração. Toda administração precisa, de alguma forma, da dominação, pois, para dirigi-la, é mister que certos poderes de mando se encontrem nas mãos de alguém” (*ibidem*, p. 193).

E o problema desconcertante que trago do meu campo é o de não fazer a menor ideia de quem seria esse alguém. Dado que, simplesmente seguir a hierarquia ladeira a cima, não passa de uma estafante caminhada por ruas sinuosas que nunca chegam ao castelo. Até hoje, para retomar o caso que citei, não sei nas mãos de quem estava o poder de mando que decidiu pela “não federalização, ponto”.

Por isso minha confluência com considerações como a de Pierre Clastres (2004) no sentido de evitar esse tipo de substancialização e personalização do Estado que desencadeia o jogo de esconde-esconde. Tomando tais termos – administração,

³³ “I am proposing only that we should abandon the state as a material object of study whether concrete or abstract while continuing to take the *idea* of the state extremely seriously. The internal and external relations of political and governmental institutions (the state-system) can be studied effectively without postulating the reality of the state. [...] In this context we might say that the state is the distinctive collective misrepresentation of capitalist societies. Like other collective (mis)representations it is a social fact – but not a fact in nature. Social facts should *not* be treated as things” (ABRAMS, 2006, p. 122).

Estado, poder, governo – a partir de afetos que vivencio quando em relação com forças que se impõem em meu cotidiano. No caso, a força centrípeta do discurso único – “a força atuante do Um, a vocação de recusa do múltiplo, o temor e o horror da diferença” (*ibidem*, p. 59).

Nesse sentido, posso evocar mais um episódio de K. em seus primeiros momentos na aldeia. No percurso que retratei há pouco, K. encontrou na rua um professor conduzindo sua turma. Numa curta conversa permeada pela habitual animosidade local, K. tenta conseguir algumas informações sobre o governante:

- O senhor decerto conhece o conde.
 - Não – disse o professor e fez menção de ir embora.
- Mas K. não cedeu e perguntou mais uma vez:
- Como, o senhor não conhece o conde?
 - Como iria conhecê-lo? – disse o professor em voz baixa e acrescentou alto em francês: – Leve em consideração a presença de crianças inocentes.
- K. sentiu-se então no direito de perguntar:
- Poderia visitá-lo, senhor professor? Vou ficar mais tempo aqui e já agora me sinto um pouco abandonado, não tenho relação com os camponeses nem pertenço ao castelo.
 - **Não há diferença entre os camponeses e o castelo** – disse o professor. (KAFKA, 2008, p. 16, grifos meus)

Essa afirmação do professor é estarrecedora. Não existiriam diferenças entre os camponeses e o castelo, mas quem abre a porta a K. prostrado na neve? Quem lhe presta solidariedade ao longo de sua jornada? Quem lhe permite dormir ao ombro para descansar? Acaso pode alguém cansado encontrar abrigo no ombro de um ministro no elevador?

O mal-estar com essa afirmação taxativa do professor, todavia, é contornado quando se tem em mente a possibilidade do estabelecimento de relações no plano das “singularidades pré-individuais”, como diria Deleuze (2009, p. 382). Pertencer ao castelo, ou pertencer à aldeia, não corresponde a um tipo de distribuição de um para um, considerando dois grupos típicos de pessoas³⁴. Abre-se, então, a possibilidade de transitar por esses caminhos levando em conta que “o mundo é virtualmente primeiro

³⁴ “É que a representação começou por ligar a individuação à forma do Eu e à matéria do eu. Para ela, com efeito, o Eu não é somente a forma de individuação superior, mas o princípio de reconhecimento e de identificação para todo juízo de individualidade que incida sobre as coisas: “É a mesma cera...”. Para a representação, é preciso que *toda individualidade seja pessoal* (EU) e que *toda singularidade seja individual* (Eu). Logo, onde se pára de dizer Eu, pára também a individuação; e onde pára a individuação, pára também toda singularidade possível” (2009, p. 382).

em relação aos indivíduos que o expressam (Deus criou não Adão pecador mas o mundo em que Adão pecou...)” (DELEUZE, 2015a, p. 114). E por isso se pode “dizer que o Estado sempre existiu, e muito perfeito, muito formado” (DELEUZE; GUATTARI, 2012c, p. 24).

Acerca desse modo de existência, Clastres tece uma consideração importante, até mesmo para nos distanciarmos da impressão de que o governante estaria simplesmente escondido no alto da encosta, dentro do castelo:

Mas o que pode ser o Estado para Godelier? Com certeza, os ministérios, a Casa Branca, o Kremlin, o Élysée. Decididamente, é simpática essa inocência de provinciano na capital. Mas basta de efusões. Godelier esquece uma única coisa, a principal (que os marxistas têm o cuidado de não esquecer quando controlam o aparelho de Estado), a saber: que o Estado é o exercício do poder político. Não se pode pensar o poder sem o Estado ou o Estado sem o poder. (2004, p. 154)

Um ministério como o MEC está perpassado pela força centrípeta da lógica estatal, do poder. Mas, ao mesmo tempo, num ministério, nem tudo é Estado. Existe a possibilidade de ombros, de portas abertas, de relações exteriores à lógica estatal, ainda que interiores às paredes do Ministério. É desse *fora* que a lógica do Estado sempre busca tornar-se soberana – “a soberania só reina sobre aquilo que ela é capaz de interiorizar, de apropriar-se localmente” (DELEUZE; GUATTARI, 2012c, p. 24).

Considerar que o “Estado é algo que está essencialmente antes e fora de nós” (SZTUTMAN; VIVEIROS DE CASTRO, 2007, p. 229) não requer, todavia, empenhar-se nesse processo de busca. Esse ar que nos adoce, como diria a moça do castelo, é demasiado presente em nossas vidas para o elevarmos ao patamar de enigma ou de hipostasia. A forma-Estado, com seu ímpeto de captura, de interiorização, busca “sempre o reconhecimento público (o Estado não se oculta)” (DELEUZE; GUATTARI, 2012c, p. 25).

Por isso posso dizer que o jogo de esconde-esconde em que saímos em perseguição ao Estado, em que nos colocamos a tarefa de explicá-lo, pode não passar de um jogo cujas regras foram por completo internalizadas pela captura estatal. Como diria Borges, podemos tomar as vezes de feiticeiro e colocarmos em prática o embruxamento estatal: “revelar a essência, o que estava oculto, aquilo que as próprias pessoas não conseguiam perceber por falta de uma compreensão privilegiada como a da antropóloga. Esse modo de operar dos antropólogos, em certa medida, assemelha-se ao comportamento de um feiticeiro” (2012, p. 473).

Recusado o jogo, reconheço que nunca encontrei o alguém responsável pela “não federalização, ponto”, mas encontrei Ninguém. Pelo que falamos acerca do Papalouco, encontrar Ninguém é ser afetado pela força do Estado. É respirar os ares do poder. Ninguém é participante assíduo nos eventos governamentais. Duvido que alguém possa participar de uma reunião da Cneei sem o encontrar. O que nos angustia, então, não é uma falta, mas um excesso. Ninguém não se oculta – como um padrão poderia operar sem reconhecimento público? Como disse Viveiros de Castro (SZTUTMAN; VIVEIROS DE CASTRO, 2007, p. 235), o “Estado é o grande sujeito” diante do qual nos vemos num processo de despossessão de nossa subjetividade³⁵. No castelo habita Ninguém, e esse é um encontro que não se pode ignorar.

Ninguém nos quer cansados e tristes

Escusado dizer qual seria a recepção de Ninguém a um forasteiro. Um castelo não precisa de hóspedes. Sobre encontros e hospitalidade, Lévi-Strauss menciona uma dicotomia que nos será útil:

Os primitivos só conhecem dois meios de classificar os grupos estranhos: ou são “bons” ou são “maus”. Mas a tradução ingênua dos termos indígenas não nos deve iludir. Um grupo “bom” é aquele ao qual, sem discutir, concede-se hospitalidade, aquele para o qual nos despojamos dos bens mais preciosos, ao passo que o grupo “mau” é aquele do qual se espera e ao qual se promete, na primeira ocasião, o sofrimento ou a morte. (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 100)

Em seus primeiros momentos na aldeia, K. pode sentir em seu corpo e ver nos olhos de outra pessoa a tristeza e o cansaço que maus encontros podem proporcionar. Acompanhar a Cneei ao longo desses anos foi também acompanhar uma sucessão de encontros tristes. O cansaço tem a ver com essa perda de potência – o amesquinamento dos possíveis. Um reflexo direto do poder estatal. Deixarei esse tópico para o próximo capítulo, no qual tento desenvolver esse fato de que Ninguém sempre se alegra com a tristeza de alguém.

³⁵ “A sensação de se estar completamente sozinho diante de uma transcendência absoluta, completamente alheia, parece-me muito próxima da posição subjetiva do cidadão diante do Estado. É a experiência do cidadão K., do homem qualquer, diante da lei: a despossessão subjetiva extrema, a perda das condições de autodefinição. É essa alteridade que me confronta que define quem sou; estou em suas mãos. Como impedir isso? Como escapar dessa? Questão angustiante” (SZTUTMAN; VIVEIROS DE CASTRO, 2007, p. 231).

A “não federalização, ponto” impediu o avanço dos indígenas em sua pauta na área de educação escolar indígena naquele momento. Não foram poucas as ocasiões em que me peguei, enquanto servidor do MEC, pensando em entraves administrativos como esse. Em um universo de mais de 180 mil estabelecimentos de educação básica, o que de fato custaria ao Ministério empenhar-se na resolução de problemas tão evidentes que dizem respeito a algo em torno de 3 mil escolas indígenas?³⁶ Qual o verdadeiro impacto, num sistema dessa magnitude, do remanejamento administrativo dessa pequena fração de escolas? Ocorreu-me que questões como essa não vão de encontro à negativa do MEC. A negativa só existe porque federalizar as escolas é perfeitamente exequível. Algo possível e, enquanto possível, ocasião perfeita para um mau encontro, que nega hospitalidade e, como disse Lévi-Strauss, promete sofrimento e morte. Ocasão ideal para um não e um ponto. Um possível a menos é poder a mais para a força direcionada ao Um.

Sobre esta inclinação para a morte e falta de hospitalidade dos chefes, Rodrigues dizia que o mínimo de grandeza já desumaniza uma pessoa, citando como exemplo o caso de se tornar ministro: “Não é nada, dirão. Mas o fato de ser ministro já o empalha. É como se ele tivesse algodão por dentro, e não entranhas vivas” (RODRIGUES, 2016, p. 34). Até mesmo chega a relatar um encontro com um amigo seu de infância, que retrata bem a dinâmica dos maus encontros.

Seu amigo havia sido nomeado como ministro interino por quinze dias e convidou-o para uma reunião de urgência no ministério – o ministro efetivo estava em viagem ao exterior. Sem entender o motivo do encontro, sua primeira surpresa é com a forma hierática que seu amigo de infância o recebe: “Disse, com a fisionomia fechada, inescrutável: – ‘Sente-se’” (1977, p. 230). Ele logo constata: “A olho nu, vejo que o meu amigo não era bem um ministro, não era bem um homem. Era uma pose deslavada. E a pose me dizia: – ‘Pode me chamar de você’” (*ibidem*).

Constrangido com a situação, ele logo percebe que o amigo – ou ex-amigo, defunto por quinze dias – o havia convidado apenas para que presenciasse seu novo *status*. O ministro pede à secretaria que deixe entrar a Comissão de Ferroviários, que tinha uma agenda para aquele horário. Vira-se para Rodrigues e diz: “Quero que você assista” (*ibidem*).

³⁶ Segundo dados do Censo Escolar de 2016 (BRASIL, 2017c), constam 186.081 estabelecimentos escolares na educação básica brasileira. Desse total, 3.209 seriam escolas indígenas (BRASIL, 2018d). Este não é um número preciso, pois reflete alguns problemas na coleta de dados do Censo Escolar que mencionarei adiante.

Ele assim relata o momento em que a pequena comissão entra e dirige-se ao ministro:

– “Nós viemos aqui pedir ao senhor.” O Ministro berra: – “Senhor, não. Eu sou um Ministro de Estado e não um amanuense”. Foi um pânico feroz dentro do gabinete. [...] O Interino espeta o dedo na cara do ferroviário: – “Me trate por V. Ex.^a...” O outro faz uma pausa aterrada. Toma coragem e recomeça: – “Nós viemos pedir a V. Ex.^a...” Gaguejou a reivindicação e passou um memorial. O Ministro afasta o papel: – “Entreguem no protocolo.” Saem os pobres-diabos. Iam gemendo: – “Boa tarde, boa tarde.” Quando a porta se fecha, vira-se para mim, triunfante: – “Viu como os trato?” E eu: – “Vi”. Febril, começou a dizer: – “Um ministro precisa tratar mal. É da função” (*ibidem*).

Constrangido com a situação, ele ainda ouve o Ministro Interino, após acender um cigarro, confidenciar-lhe um segredo. O Ministro também sabia da importância da opinião dos contínuos e disse que eram os únicos ali que ele procurava tratar bem – “Explicou: – ‘Os contínuos fazem a reputação de um Ministro.’” (*ibidem*). Inclusive pede que seja feita a prova. Que, quando ele deixasse a sala, procurasse um funcionário qualquer e pedisse a opinião sobre o novo ministro. Seguramente o adoravam.

Assim ele procede. Deixando o gabinete, dirige-se ao primeiro contínuo que encontra, o qual trabalhava no ministério há dez anos: – ‘Que tal o nosso Ministro Interino?’ Resposta fulminante: – ‘Uma besta.’ Estou espantadíssimo: – ‘Não é boa praça?’ Confirmou: – ‘Um cavalo’” (*ibidem*, p. 231).

Capítulo 2 Antropologia amadora

Não posso esquecer que comecei este trabalho num tom molesto e implicante com Certo-Malinowski e, por tabela, com a História da Antropologia. Confesso sentir os primeiros traços de arrependimento. Mal de se escrever o texto introdutório antes dos capítulos que ele anuncia. Tão fácil ser ousado à distância dos prazos de entrega e contando com toda a potência iconoclasta dos textos não escritos – os irretocáveis textos futuros. Contudo, recobrando a consciência durante a empreitada de trazê-los ao presente, não é difícil calcular que o risco de se meter à besta com os cânones de uma disciplina é o risco de terminar tal qual o propósito, ou seja, besta.

Por que, então, mantive a fanfarronice do texto inicial? Primeiramente, por uma atitude que julgo como desespero de dissertação em repositório institucional. Tão improvável quanto saber as poucas pessoas que ainda lerão este trabalho, é saber quais parágrafos lerão – se aprovado pela banca! Mas a aposta é sempre que lerão as primeiras linhas. Por isso o atabalhoamento da disposição de anzóis de polêmica para caso algum leitor desavisado por ali transite. Contudo, de que adianta a criação de expectativas potencialmente e imediatamente frustráveis? Adianta-se ao menos o adiantar das páginas, o que não é pouca coisa num contexto de repositório.

O segundo motivo é bem mais digno. Tenho improrrogável incômodo com o meu lugar de fala, ou melhor, com o meu *lugar que fala*, quando me considero a partir de nosso imaginário disciplinar. Sinto que é importante partilhar isso, agindo a partir de um vetor *contradisciplinar*, conforme Marcela Stockler Coelho de Souza, enquanto projeto que busca “contrariar as forças mortíferas que trabalham para reduzir a antropologia a uma atividade voltada para a produção de um conhecimento disciplinado e convertível em moedas e medalhas” (2017, p. 106).

O filósofo Julio Cabrera (2013), num livro intitulado *Diário de um Filósofo no Brasil*, apresenta interessante panorama a partir do que considero uma verdadeira antropologia da vida acadêmica brasileira – chama-se diário não por acaso. O tipo de antropologia que se torna ainda mais oportuna quando nos vemos num contexto de debates sobre adoecimento na pós-graduação³⁷. Estudos levam em conta desequilíbrios na química cerebral e, muitas das vezes, desconsideram a dimensão político-

³⁷ Vide, por exemplo, Moraes (2017a; 2017b), Junta (2017).

epistemológica da vida acadêmica. O foco é a depressão, mas nem sempre a opressão. O adoecimento é contingenciado ao campo do mental e individualizado de modo que nem sempre fica evidente sua dimensão enquanto uma política de tristeza e morte.

Um dos feitos desse livro é a revitalização da preposição *desde*. Para além de sua típica função gramatical subordinativa, considero que ele lhe agrega um necessário papel político insubordinativo. No seu caso específico, advoga uma filosofia *desde* o Brasil ³⁸ (*ibidem*, p. 30). Nada impede de pegar-se a insubordinada preposição emprestada. Por tanto, julgo que a empreitada ainda vale a pena pela necessidade de algum tipo de marcador para uma antropologia *desde* meu lugar de amador – posição que é constantemente posta em descrédito pelo ambiente de profissionalização da antropologia.

Também posso, ainda tendo o diário de Cabrera como pano de fundo, emular o desafio de uma abordagem plural da antropologia³⁹. Reconhecer que a antropologia pode ser advogada pelos mais diversos fazeres. E isso implica, também, não fazer pouco caso das pessoas que dedicam suas vidas à profissionalização da antropologia. Espero que meu olhar *desde* a antropologia que me toca não seja uma forma de colocar em descrédito outras formas de se fazer antropologia, ainda que não resista a certas provocações e ironias. Fazer antropologia enquanto exercício de abertura a práticas e experimentações não deixa de ser um esforço de viver e deixar viver.

Como outras pessoas da área, tenho gosto especial por discussões meta-antropológicas. Percebo, todavia, que a antropologia tem um jeito muito especial de falar dos outros para falar de si mesma. Nesse processo é que um povo do outro lado do

³⁸ “[...] quando falo de ‘Filosofia (e de filósofos) *desde* o Brasil’, não falo neste sentido puramente gratuito, nem tampouco, como veremos, num sentido puramente geográfico [...]. Trata-se de um ‘desde’ vital e reflexivo. Pensadores que pensam desde o Brasil, e que assim fazendo, fazem simplesmente Filosofia (não ‘Filosofia brasileira’), a fazem, entretanto, a partir de sua inserção individual num meio reflexivo particular, não se limitando a simplesmente desenvolver um estudo (em geral, um comentário) que poderia ter sido pensado a partir de qualquer outro lugar e por qualquer outro indivíduo. Assim, um filósofo *desde* o Brasil [...] foge, ao mesmo tempo, da pretensa (e frequentemente enigmática) necessidade de uma ‘Filosofia brasileira’, mas também da total gratuidade do ‘universalismo’ impessoal da Filosofia ‘profissional’ universitária.” (CABRERA, 2013, p. 29).

³⁹ “A minha ideia inicial é, pois, que a Filosofia tem uma natureza *múltipla*, e que a partir dela surgem muitos tipos de textos (orais ou escritos) que podem se considerar filosóficos, desde textos de análise lógica e consideração científica até escritos existenciais, místicos e autobiográficos. Não gasto meu tempo tentando mostrar que algum pensador ‘não faz Filosofia’ ou que ‘não é filósofo’. Não assumo aqui nenhuma atitude de escândalo diante da multiplicidade ou do ‘caos’ do termo ‘Filosofia’, ou de impaciente exasperação diante de sua ‘indefinição’, pois vejo a multiplicidade do filosofar como um desdobramento da sua própria natureza, não como um penoso acidente histórico a ser lamentado e resolvido” (*ibidem*, p. 23).

mundo torna-se subitamente importante – nem sempre devido a esse propósito, evidentemente. Não conheço tantas pessoas interessadas na vida de trobriandeses, tanto que é comum nos textos de aula ler-se apenas a introdução de *Os Argonautas*. Temos um interesse por tabela. Saber de trabalhos antropológicos naqueles locais pode ser apenas uma forma de melhor entendermos os paradigmas de produção da antropologia na Inglaterra – que é, por outra tabela, um suposto meio de falarmos da nossa própria antropologia. Todos temos um pezinho na Inglaterra. Ou melhor, todos temos um pezinho *desde* a Inglaterra sobre a antropologia que produzimos *desde o* Brasil, para ficar mais nítido o retrato colonial.

De modo geral, os clássicos da antropologia são aqueles que bem falam de antropologia, embora falem de outra coisa. Por isso tenho como pressuposto que falar de antropologia é algo muito importante e cerimonioso no âmbito da disciplina. Os trobriandeses passam, podem ser substituídos por outros povos, porém, o que com eles se diz sobre a antropologia, fica. Falar da disciplina sem falar dela por meio de outras coisas pode ser considerado algo absolutamente presunçoso e, quando se pensa numa pesquisa de mestrado, algo um tanto precipitado.

A multiplicidade de nossas experiências em campo é disciplinada pelo que os clássicos falam da antropologia a partir de suas próprias experiências, as quais são recepcionadas como legítimos aportes teóricos. A teoria, padronizada, passa a servir como métrica de qualidade nas mãos dos “pequenos chefes” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 22)⁴⁰. Perde-se de vista que a necessidade de experiências em campo reflete – como frisou Marcio Goldman (2006, p. 29) – as características epistemológicas da antropologia e, não necessariamente, seu manual metodológico. A quase totalidade das inquietações e imprevisibilidades dos eventos que vivenciamos em campo é “disfarçada numa maneira aparentemente firme, segura e técnica de ‘dominar os assuntos’ e construir argumentos” (CABRERA, 2013, p. 22).

⁴⁰ “A história da filosofia sempre foi o agente de poder na filosofia, e mesmo no pensamento. Ela desempenhou o papel de repressor: como você quer pensar sem ter lido Platão, Descartes, Kant e Heidegger, e o livro de fulano ou sicrano sobre eles? Uma formidável escola de intimidação que fabrica especialistas do pensamento, mas que também faz com que aqueles que ficam fora se ajustem ainda mais a essa especialidade da qual zombam. Uma imagem do pensamento, chamada filosofia, constituiu-se historicamente e impede perfeitamente as pessoas de pensarem. A relação da filosofia com o Estado não vem somente do fato de, desde um passado recente, a maioria dos filósofos serem ‘professores públicos’ [...]. A relação vem de mais longe. É que o pensamento toma emprestada sua imagem propriamente filosófica do Estado como bela interioridade substancial ou subjetiva” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 21). Aliás, Deleuze se surpreenderia com o atual número de pequenos chefes especialistas em sua filosofia.

Para falar de experiências *desde* a jornada de se fazer pesquisa num campo em que não atuo profissionalmente como antropólogo, explorarei, neste capítulo, alguns dos desdobramentos de um feixe conceitual que venho chamando de *antropologia amadora*. A primeira faceta dessa antropologia tem a ver com seu contraponto ao termo profissional. A segunda remete à carga afetiva de sua vinculação etimológica ao termo amor.

2.1. Trabalho no campo, coisa de amador

Sempre é difícil precisar quando surgem as implicâncias. Penso que a minha, com Certo-Malinowski, começou talvez já nos primeiros textos de graduação. Lembrome especialmente de um, de François Laplantine (2003), que o relacionava entre “os pais fundadores da etnografia”. Como em outras ocasiões de relatos sobre a história da disciplina, esses fundadores fundam o que já era praticado por outras pessoas – a lista típica relaciona os viajantes, missionários e administradores coloniais, não mencionando os “nativos” – e são pais de seres que há muito vieram à luz. Um filho mais velho que o pai não é o tipo de coisa que a gente vê todo dia.

De qualquer modo, o feito de Certo-Malinowski está relacionado ao esforço de profissionalização do trabalho de campo que, até então, era feito por trabalhadores no campo. Esse jogo de palavras pode gerar confusão, uma vez que advogo a antropologia amadora como contraponto à antropologia profissional. Para que fique evidente o meu ponto, basta considerar que o antropólogo amador é aquele que vive às voltas com a dicotomia que inquietava Carlos Drummond (1975, p. 69) entre ser escritor-funcionário e funcionário-escritor – e de que maneira um acaba influenciando o outro.

Pensando *desde*, Drummond constata que “quase toda a literatura brasileira, no passado como no presente, é literatura de funcionários públicos” (*ibidem*, p 67)⁴¹. Na antropologia, a participação de servidores públicos também é bastante considerável. Quem sabe até seria possível aventar algum perfil de escrita para esse grupo, como tentou Drummond, pois, igualmente, a “organização burocrática situa-o, protege-o, melancoliza-o e inspira-o” (*ibidem*).

De qualquer modo, importa é que existe uma variedade de postos “por este vasto mundo de obrigações não escolhidas” (*ibidem*). Antropólogos funcionários de ONG,

⁴¹ Tece uma considerável lista de expoentes da literatura para atestar isso, a qual é encabeçada por Machado de Assis, “diretor-geral de contabilidade do Ministério da Viação” (*ibidem*, p. 68).

antropólogos sapateiros, antropólogos porteiros e, também, aqueles que conseguem vagas em cargos de nomenclatura homônima: antropólogos antropólogos (algumas entidades oferecem cargos dessa natureza). O que importa, desde uma antropologia amadora, é que, por optar fazer antropologia junto a um campo no qual trabalha – e por assumir certo modo curioso de habitar o mundo (INGOLD, 2008, p. 87) –, sua antropologia é, primordialmente, um feito de *contraturno*. Se seu vínculo empregatício lhe impõe obrigações estatutárias ou padronizações de atividades, o desafio de uma antropologia amadora é aproveitar todo o tempo que *resta*.

O campo para um antropólogo profissional, como o idealizado por Certo-Malinowski, não é, contudo, marcado por essa duplicidade. O trabalho *de campo* é apenas uma das etapas de uma figura que vive em seu contínuo de teórico-pesquisador. Existe uma continuidade entre ir ao trabalho *de campo* e de lá voltar, com a Moleskine repleta de anotações e enveredar no momento prazeroso de solidão numa poltrona, junto à qual silenciosos cães se aninham, e se pode desfrutar a leitura, tendo-se à mão um *jarungjit* – “mistura de ervas tailandesa que refresca a respiração” –, tomando como exemplo os invejáveis hábitos de Debora Diniz (2013, p. 56).

Por isso que, aos olhos de um amador, esta famosa passagem mais parece a descrição de férias na praia:

Imagine-se o leitor sozinho, rodeado apenas de seu equipamento, numa praia tropical próxima a uma aldeia nativa, vendo a lancha ou o barco que o trouxe afastar-se no mar até desaparecer de vista. Tendo encontrado um lugar para morar no alojamento de algum homem branco – negociante ou missionário – você nada tem para fazer a não ser iniciar imediatamente seu trabalho etnográfico. Suponhamos, além disso, que você seja apenas um principiante, sem nenhuma experiência, sem roteiro e sem ninguém que o possa auxiliar – pois o homem branco está temporariamente ausente ou, então, não se dispõe a perder tempo com você. (MALINOWSKI, 1978, p. 19).

Mas, até aí, tudo bem. Cada qual que engula sua inveja proletária diante de alguém que pode entregar-se ao “tédio tropical” (*ibidem*). Minha implicância definitiva com Certo-Malinowski diz respeito ao fato de usar os amadores como espantalhos⁴² para propalar suas supostas “condições adequadas à pesquisa etnográfica” (*ibidem*, p. 21) e contribuir para incutir, com seu pacote da observação participante, uma narrativa

⁴² Penso na estrutura da *falácia do espantalho* (*straw man fallacy*) conforme empregada por Walton (2008, p. 22).

implícita às experiências de campo, como bem demonstrou Clifford (1998). Este, de algum modo, endossa a tese das lágrimas da avozinha antropóloga: “Se as etnografias subseqüentes não precisavam incluir relatos de campo desenvolvidos, foi porque tais relatos eram supostos [...]” (*ibidem*, p. 27).

A lista de acusações de Certo-Malinowski contra os amadores é extensa e bem conhecida. Eis algumas, retiradas da introdução de *Os Argonautas*: preconceituosos de opiniões sedimentadas, frívolos, comuns, limitados à curiosidade, oportunistas, caóticos, manipuladores, medíocres, desonestos. Até de problemas oftalmológicos somos impiedosamente acusados em outro texto:

Até então, tem sido costume de sociólogos competentes fazerem apenas visitas rápidas a tribos selvagens, prática para a qual foi forjado o eufemismo “levantamento preliminar”. Enquanto isso, o **amador com longa permanência era capaz de enxergar as árvores, mas não a floresta.** (MALINOWSKI, 2015, p. 125, grifos meus).

Os poucos momentos de reconhecimento não deixam de embutir críticas, sobretudo por essa persistente questão das ossadas, como se fosse consensual o gosto por esqueletos:

Desnecessário é dizermos que, neste particular, a pesquisa de campo realizada em moldes científicos supera, e muito, quaisquer trabalhos de amadores. Há, todavia, um aspecto em que o trabalho de amadores freqüentemente se sobressai: em sua apresentação de fatos íntimos da vida nativa, de certas facetas com as quais só nos podemos familiarizar através de um contato muito estreito com os nativos durante um longo período de tempo. Em certos tipos de pesquisa científica – especialmente o que se costuma chamar de “levantamento de dados”, ou survey – **é possível apresentar, por assim dizer, um excelente esqueleto da constituição tribal, mas ao qual faltam carne e sangue.** [...] Eis o motivo por que certos trabalhos de amadores que viveram muitos anos entre os nativos [...] superam em plasticidade e vividez a maioria dos relatos estritamente científicos (1978, p. 27).

Com a aptidão para chegar aos ossos, Certo-Malinowski considera que os pesquisadores profissionais estariam em grande vantagem se copiassem o contato prolongado em campo dos amadores, pois estes têm “seus próprios afazeres e negócios, que lhes tomam grande parte do tempo” (*ibidem*, p. 29); já os profissionais poderiam

viver o campo “sem quaisquer responsabilidades que não a de observar a vida nativa” (*ibidem*)⁴³.

O tempo livre em campo somava-se à habilidade de desossar, decorrente da formação científica. A desconfiança neste quesito, segundo George W. Stocking Jr (1983, p. 71), era crescente naquela época em relação aos amadores. Cada vez mais havia uma preocupação dos britânicos de que os preconceitos dos amadores poderiam deturpar os dados. Em nome da acurácia, era necessário um treinamento científico dos que partiam ao campo⁴⁴. Esse tipo de treinamento, como disse Clifford (1998, p. 28), legitimava a *persona* desse tipo de pesquisador e “lhe conferia, no campo, uma vantagem sobre os amadores: o profissional podia afirmar ter acesso ao cerne de uma cultura mais rapidamente, entendendo suas instituições e estruturas essenciais”.

Numa antropologia de supermercado, por exemplo, um antropólogo que trabalha como caixa perderia muito tempo com sacolas e clientes. Enquanto o profissional, desprovido dessas responsabilidades, poderia, deslizando pelos corredores e prateleiras metodologicamente, encontrar com maior rapidez os supostos produtos da antropologia – ossos e derivados, quem sabe.

Mas o sangue se rebelará contra toda manipulação

Não é o intuito, todavia, ir muito longe em minha postura reativa. A profissionalização da antropologia é um debate atual, de contornos diversos – traços importantes desses debates estão em Silva (2008), Lima e Barretto Filho (2005), Santos (2016), Lobo (2016). A preocupação de um amador reside apenas em assegurar ambiente permanente de abertura de possibilidades à antropologia. Debates atuais que insistem em figuras como a de uma antropologia *extramuros*, por exemplo, acabam por tomar pressupostos que mais uma vez colocam em descrédito a antropologia de

⁴³ Nessa questão das responsabilidades, é interessante notar como todo esse imaginário de objetividade científicista do teórico-pesquisador em campo se aproxima do *conhecimento irresponsável* criticado por Donna Haraway (1995, p. 22).

⁴⁴ Vide, por exemplo, a preocupação de Rivers com amadorismos em que não se permite distinguir o falso do verdadeiro: “Até recentemente, a Etnologia era uma ciência amadora. Os fatos nos quais esta ciência tem sido baseada vêm sendo coletados por pessoas que normalmente não possuem treinamento científico, e eles são comunicados ao mundo com muito poucas garantias de acuidade ou completitude. É um tributo admirável à veracidade essencial do selvagem que estes registros sejam tão bons quanto são, mas qualquer um que já tenha examinado através de uma ótica crítica os registros de qualquer povo, deve ter encontrado grandes disparidades nas evidências, como também reconhecido que os registros, em si mesmos, não oferecem quaisquer critérios que permitam distinguir o falso do verdadeiro” (1910/1991, p. 66).

amadores. São traçadas supostas fronteiras de pertencimento ao mundo acadêmico, ou de acesso às instituições, como se os amadores tivessem de disputar algo, de direito, quanto a isso. Ou como se os supostos “intramuros” não estivessem permeados desse vasto mundo de obrigações não escolhidas.

Para se ter uma noção de como esses divisores acabam se naturalizando, recentemente solicitei à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a relação de programas de pós-graduação *stricto sensu* que oferecem cursos noturnos no País – tendo em mente atividade alheia à dissertação. A resposta da CAPES foi de que esse tipo de dado não é levado em consideração em suas atividades avaliativas; enviou-me a legislação sobre o mestrado e o doutorado *profissionais*, afirmando que “talvez esses tenham maior flexibilidade no período de oferta, o que poderia se dar, talvez, durante a noite ou finais de semana” (BRASIL, 2017b). Revive-se uma espécie de *primum vivere, deinde philosophari*⁴⁵, que passa a corresponder a tipos humanos cujo lado do muro inexplicavelmente se torna óbvio e até obrigatório.

Mas não quero prolongar ainda mais essas questões. Dizem que um dos motivos pelos quais as obras expositivas são diferentes das de ficção é que um “escritor científico ou filosófico não tem por que fazer suspense. Na realidade, quanto menos suspense se fizer, tanto mais provavelmente você continuará se esforçando na leitura” (ADLER; VAN DOREN, 2010, p. 95). Por isso serei bem mais breve nas revelações de paternidade.

Prova de que não tenho pretensões revanchistas contra Certo-Malinowski é que não o aboli completamente da cartografia da antropologia amadora. Se não lhe coube o mesmo posto na família, mantém-se sua primazia de feitos. Fui iluminado pela necessidade de advogar a adoção de um novo pai lendo o próprio Certo-Malinowski, numa disciplina de parentesco, o qual dizia entusiasticamente:

Muita tinta já correu por conta do problema do sangue – “sangue” simbolizando, na maioria das línguas humanas, e não apenas nas europeias, os laços de parentesco, isto é, os laços derivados da procriação. O “sangue” quase perdeu sua cor para além de qualquer possibilidade de reconhecimento nesse processo. **Mas o sangue se rebelará contra toda manipulação e fluirá do seu modo**, mantendo sua própria cor. (2015, p. 117, grifos meus)

⁴⁵ “Locução latina que significa ‘primeiro viver, depois filosofar’. Primeiro ganhar meios de subsistência, depois entregar-se a indagações filosóficas” (ALMEIDA, 1981, p. 246).

Também me tocou sua conclusão vitalista: “as palavras brotam da vida, e as palavras de parentesco nada mais são do que registros ou rótulos de relações sociais” (*ibidem*, p. 129). Com a sensibilidade à flor da pele, cheguei à constatação de que, se um pai fundador pode nascer depois dos filhos, filhos fundados podem perfeitamente pensar na adoção de um pai. Mas num mundo de tantos pais possíveis, qual adotar?

Impossível escapar nesse momento de uma aposta emocional, amparada em nada além da empatia fortuita. E até nisso Certo-Malinowski continua fazendo história. Encontrei papai em mais um de seus relatos:

Na manhã de domingo, fui ao Instituto Stamford Smith e li Relatórios lá, pondo-me a trabalhar de maneira positivamente entusiástica. À uma da tarde peguei um barco para o Palácio do Governo, onde a tripulação de selvagens de carapinha com uniformes do governo me deu a impressão de ser um *sahib*. Minha disposição geral nas primeiras horas: cansaço pelo longo enjôo marítimo e a leve onda de calor. Um tanto deprimido, mal sendo capaz de me arrastar morro acima até a casa da sra. Ashton. (1997, p. 45).

Como não sentir orgulho? Ali está ele. Membro de uma tripulação. Eternizado nos diários de Certo-Malinowski. Vi-o, ao final da tarde, deixar o trabalho no barco do governo e, ao seu modo, escrevendo em seu diário sobre um estrangeiro esbaforido, com cara de enjoo, que ficou a encará-lo durante a viagem⁴⁶.

Obviamente não é um pai como Certo-Malinowski é para os profissionais, mas é *como se sêsse*. Seguramente, um dos *desmembros* da *Escola de Brasília* – se a escola existisse, é claro! –, pois essa escola “não é nova, não está nascendo agora; já faz tempo que ela vem não existindo, que alastra insistentemente a sua teimosa não existência” (BENSUSAN; CABRERA, 2016, p. 6).

Quanto ao seu legado, é certo que ele *dexistiu* de escrevê-lo – “sua inexistência diz, dissente e cria” (*ibidem*, p. 1). Temos sua *dexistência* por herança⁴⁷. Orgulho dos

⁴⁶ Seguramente tinha a necessidade do amador, como disse Drummond, de “exprimir-se, dentro ou fora da rotina que lhe é imposta. Se não escrever no espaço de tempo destinado à produção de ofícios, escreverá na hora do sono ou da comida, escreverá debaixo do chuveiro, na fila, ao sol, escreverá até sem papel – da no interior do próprio cérebro, como os poetas prisioneiros da última guerra, que voltaram ao soneto como a uma forma que por si mesma se grava na memória” (1975, p. 66).

⁴⁷ “Pertencem à inexistente Escola de Brasília todos aqueles que desistiram, cujas filosofias nunca foram escritas pelo fato dessas filosofias terem se confundido com seus corpos. [...]. Essa obra aparecerá fugazmente em qualquer lugar, real ou virtual, jamais convocada por um edital ou pelas regras de um congresso. Ela não precisará gritar seu caráter paralelo, pois ela já terá nascido paralela” (*ibidem*, p. 6).

amadores que sabem que desistir da antropologia não é o mesmo que *dexistir* na antropologia.

Alguém poderia arguir por mais dados de sua história. Ora, pelo relato de Certo-Malinowski temos mais história que o necessário. História o suficiente para criar obstáculos na árdua tarefa política de se improvisar criativamente o passado para se abrir caminhos no futuro (NANDY, 2007, p. 109). Vale o conselho de Friedrich Nietzsche de “que um excesso de história prejudica o vivente” (2003, p. 17). Melhor deixar a história aos cuidados de Certo-Malinowski – “deixem os mortos enterrarem os vivos” (*ibidem*, p. 24) – e pensar a *dexistência* amadora como a marca de um levante, como a busca por operar no que Hakim Bey (1991) chamou de uma *zona autônoma temporária*. A temporalidade de um contraturno, de um momento de buscar alegrias por entre as brechas das políticas de cansaço e entristecimento.

Pode parecer uma estranha forma de se contar a origem da antropologia amadora como um ponto nebuloso diante da origem da antropologia profissional. Ou, pior, dar-se a entender a reivindicação de uma ausência de origem, o que deveria levar em consideração o que já foi dito do Deleuze e Guattari (2012b, p. 96): “falar de ausência de origem, erigir a ausência de origem em origem, é um mau jogo de palavras”. A origem da antropologia amadora, como vimos, também foi contada por Certo-Malinowski. Com ele continua o ponto de origem e o feito histórico de ser um dos pais fundadores da antropologia. Os amadores, herdeiros da *dexistência*, não pretendem esperar *origem* como legado do pai adotivo. Antes, papai é o “elemento anti-histórico dentro da História” (DELEUZE, 2010, p. 61). Se é um motivo de orgulho para os filhos amadores, é porque está entre “aqueles que a História não leva em conta” (*ibidem*). E isso conta muito a nosso respeito.

2.2. Amadorismo

Situada a primeira dimensão do trocadilho, passo à faceta afetiva do amadorismo. Para isso, retomo o momento final do capítulo anterior: as falas de surpresas que amigos ministros podem causar aos que frequentam grupos em que amigos podem se tornar ministros.

Desses que os frequentam, recorro ao relato de Roberto DaMatta, que, numa conferência a servidores públicos, reverberou uma alegação constante no meu campo.

Produtora daquele efeito de *O Castelo* em que se perde a certeza de estar-se diante de Klamm:

Eu já ouvi até de ministros, amigos meus, falarem que “você na realidade não tem poder nenhum”. É o caso de demissão em massa. E substituição. Você não tem poder nenhum? “A realidade que eu aprendi no ministério é que eu, como um ministro, não tinha poder de fazer nada”. Bom, se você chegou a essa conclusão... Se eu sou professor universitário e chego à conclusão de que eu não tenho poder nenhum, nem de ensinar, eu tenho a obrigação de virar uma outra coisa. Virar um artista de teatro. Sei lá. Arranjar um emprego num circo. Fazer uma outra coisa, porque não é possível! (ROBERTO... 2009)

Compreensível a revolta de DaMatta, embora a sugestão de demissão em massa remeta a uma escala muito maior do que se imagina. Jamais conheci ocupante de um cargo de chefia, dos mais distintos escalões, que não tenha se lamentado por não conseguir levar adiante os seus projetos. Reconhece que o que gostaria realmente de fazer nunca esteve ao seu alcance. Que seu raio de atuação era limitado. Cerimônias de despedidas de autoridades do alto escalão, então, deixariam DaMatta bastante indignado.

Parece que todos vivenciam o fatídico destino do ex-mágico do conto de Murilo Rubião (2010). Vivendo uma crise existencial no auge do sucesso e irritado com o dom que lhe fazia, involuntariamente, tirar pombos e coelhos de seus bolsos e chapéu, o mágico, com tendências suicidas, decidiu arrumar emprego numa Secretaria de Estado. Seguiu o palpite de alguém que encontrou na rua ao acaso: “Ouvira de um homem triste que ser funcionário público era suicidar-se aos poucos” (*ibidem*, p. 24). A partir de seu ingresso no serviço público, não mais foi capaz de realizar uma mágica sequer. Arrependido, vasculhava os bolsos em busca de alguma criatura fantástica, mas nada encontrava.

Em vez de uma limitação dessa natureza, alguém pode alegar, com a mesma indignação de DaMatta, que uma pessoa num cargo de chefia, a choramingar pelos cantos dizendo que não pode realizar seus projetos, é simplesmente um cínico em busca de desculpas para sua incompetência. Se assim fosse, teríamos, então, um caso de cinismo em massa. Não são poucas as pessoas no serviço público – entre as quais me incluo – que se lastimam ao sacarem as mãos vazias da cartola.

Essa perda de potência está relacionada ao embruxamento já mencionado. Deleuze dizia que os poderes estabelecidos têm necessidade de nossa tristeza como

forma de nos subjugar (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 50). Separar um mágico do que ele pode, conferir-lhe tristeza, é a forma primeira do poder do Estado se acoplar às nossas vidas e se expandir, como veneno se expande a partir da decomposição do corpo envenenado. Assim como o castelo separou K. de seu potencial de fazer agrimensura. Por isso se deve levar em conta que as pessoas que ocupam cargos de ministro estão também à mercê da tristeza que os empalha, como disse Rodrigues. Atribuir a captura estatal a um processo mortífero não é um exagero: “Ainda que inevitável e necessária, a morte permanece sempre como o fruto de um encontro fortuito extrínseco, encontro com um corpo que decompõe minha relação” (DELEUZE, 2002, p. 60).

Como na reunião da Cneei que mencionei anteriormente, pude acompanhar um cortejo de representantes do Governo que prestaram suas boas intenções aos representantes indígenas que atuam na área da educação, mas, como nesse caso da federalização, também se desculparam por estar diante de decisões que não se achavam ao seu alcance.

Os trabalhos da Cneei não diferem desse contexto. A Comissão também enfrenta os desafios dos que se encontram separados do que podem. Acumula negativas, expectativas frustradas, trabalhos descontinuados, encaminhamentos pendentes. Por exemplo, um relatório técnico de acompanhamento de atividades da Comissão (BRASIL, 2015c), que redigi em 2015 para subsidiar a primeira reunião ordinária do ano⁴⁸, aponta que, das 84 deliberações da Cneei em plenário – vinculadas a questões de sua competência regimental, realizadas ao longo de quatro⁴⁹ reuniões –, apenas 17 foram implementadas. As 67 deliberações restantes, 79,7% do total, foram ignoradas pelo MEC e permanecem pendentes até hoje. Entre elas está a exigência de que o Ministério retome a “discussão da possibilidade de federalização das escolas indígenas” e a “retomada dos debates acerca do Sistema Próprio” (*ibidem*, p. 12). Ao que parece, a Cneei ainda não aceitou o *não* e o *ponto* que vêm sendo repetidos ao longo desses anos.

A Cneei é um colegiado de caráter consultivo, composto por representantes de entidades indígenas e indigenistas e de órgãos governamentais, que tem como

⁴⁸ Atuei profissionalmente junto à Cneei de 2012 até o meu afastamento no primeiro trimestre de 2016 – tratado no Memorado.

⁴⁹ 1ª Reunião Ordinária de 2013 (realizada em 29 e 30/4/2013); 1ª Reunião Extraordinária de 2013 (realizada em 20 e 21/8/2013); 2ª Reunião Ordinária de 2013 (realizada em 27 e 28/11/2013); e 1ª Reunião Ordinária da Cneei em 2014 (realizada em 27 e 28/5/2014).

principal atribuição “assessorar o Ministério da Educação na formulação de políticas para a educação escolar indígena” (BRASIL, 2010b).

A primeira versão da Cneei remonta a 1992 (BRASIL, 1992), período de transição das responsabilidades pela implementação das políticas na área da educação escolar indígena. Até 1991, as ações ficavam a cargo da Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Desse momento em diante, passaram a ser coordenadas pelo MEC e a ser desenvolvidas diretamente pelas secretarias de educação dos estados e dos municípios (BRASIL, 1991).

A Cneei, desde então, tem sido o espaço oficial de consulta aos povos indígenas no que diz respeito às ações do MEC que lhes afetam diretamente. É a partir de minhas vivências nesse espaço, enquanto servidor público antropólogo, ou antropólogo servidor público, que optei por considerar a Comissão como meu campo de pesquisa.

Tenho como objetivo a realização de uma *experiência de pensamento*⁵⁰ em que considero as possíveis consequências – ou, mais precisamente, as consequências dos *possíveis* – decorrentes do estabelecimento de uma relação com Comissão em que ela é vivenciada como efetivo espaço de inventividade política. Esta que, ironicamente, já é sua finalidade administrativa de um ponto de vista formal. Como dito anteriormente, a Cneei tem como atribuição a formulação de políticas em sua área de atuação. Assim, a atribuição legal – supostamente não fictícia – da Cneei passa a ser a origem de minha ficção antropológica.

Obviamente o traço irônico ressaltado acima tem a ver com a inquietante constatação do descaso da cúpula do MEC em relação às atividades da Cneei. Além das deliberações ignoradas, poderia destacar uma infinidade de dados que atestam isso. Indicador importante, por exemplo, é o fato de o primeiro regimento interno da Comissão ser publicado em 2014 (BRASIL, 2014d), ou seja, mais de vinte anos após a

⁵⁰ Considerando a forma não-usual como Viveiros de Castro (2002) a emprega. Distinto, portanto, da forma como é geralmente utilizado em outras áreas, por exemplo, na Física. A *experiência de pensamento*, em termos distintos deste, não corresponde à realização abstrata de um experimento que, por motivos diversos, não pode ser realizado empiricamente, ou *realmente*, realizado. Por isso ressalta que “A expressão ‘experiência de pensamento’ não tem aqui o sentido usual de entrada imaginária na experiência pelo (próprio) pensamento, mas o de entrada no (outro) pensamento pela experiência real: **não se trata de imaginar uma experiência, mas de experimentar uma imaginação**. A experiência, no caso, é a minha própria, como etnógrafo e como leitor da bibliografia etnológica sobre a Amazônia indígena, e o experimento, uma ficção controlada por essa experiência. Ou seja, a ficção é antropológica, mas sua antropologia não é fictícia” (*ibidem*, p. 123, grifos meus).

criação do colegiado. Poderia, ainda, relatar todas as agruras para uma reunião ordinária da Cneei, desde a precária logística para a garantia da presença de lideranças indígenas, a ausência de equipe técnica⁵¹, até a esporádica presença dos representantes das secretarias do MEC nas reuniões.

Tal caracterização, contudo, oferece um risco que vem de encontro às preocupações com a realização de uma *antropologia amadora*. Poderia considerar a Cneei, a partir de minhas experiências no acompanhamento de suas atividades, como apenas mais um dos inumeráveis simulacros de participação social que são criados na Administração Pública. Existe a obrigatoriedade legal de os governos consultarem os povos indígenas acerca das ações que os podem afetar diretamente (BRASIL, 2004), e a gestão democrática e participativa é um dos princípios da educação brasileira, assegurado pela Constituição (BRASIL, 1988) e pela Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). Os governantes, todavia, não vão muito além da mera formalização desses espaços participativos que, quando muito, servem apenas para ratificar decisões-de-gabinete.

De tal modo, o risco de tratar essa comissão como mero simulacro de participação social, como o seria tantas outras, é o risco de replicar em minha antropologia o *desprezo*⁵² estatal em relação à Cneei, o qual presenciei angustiosamente em campo.

Como se sêsse um bom encontro

São diversos os modos de o Estado expressar seu desprezo, sempre a produzir mais e mais entes dispensáveis. Faz isso, por exemplo, quando a linguagem dos técnicos se sobrepõe à das vítimas, desprezando seu direito à fala⁵³. Faz isso, também,

⁵¹ Por anos fui o único servidor do MEC diretamente responsável pelo acompanhamento das atividades da Cneei.

⁵² Emprego o termo desprezo tendo em mente a forma como é definido por Espinosa: o “desprezo é a imaginação de alguma coisa que toca tão pouco a mente que esta, diante da presença dessa coisa, é levada a imaginar mais aquilo que a coisa não tem do que aquilo que ela tem” (2009, p. 142). Algo que ocorre diante de objeto que “supomos que nada consideramos nele que não tenhamos visto, antes, em outros” (*ibidem*, p. 132).

⁵³ “In the memory of an event as it is organized and consecrated by the state, only the voice of the expert becomes embodied, acquiring in time a kind of permanence and hiding from view the manner in which the event may have been experienced by the victim herself.” (DAS, 1997, p. 175).

ao “contextualizá-las”⁵⁴ – exercício também muito comum nas ciências sociais –, transformando-as em algo próximo às séries estatísticas:

One tactic all of us use to make visible and compelling the nature of dying in these zones of slow death is statistics. By design, statistics transfigure one kind and mode of eventfulness into another. They transform borders, qualities, scale, and agency of one kind of eventfulness – if we can even use the term event in the domain of the chronic, slow, but as of yet unrealized form of lethality found in indigenous worlds – into another. Yet, as I am sure Das and Berlant are well aware, the deployment of a statistical imaginary to awaken a slumbering critical public and reason faces a central paradox. By transforming the invisible, dispersed, and uneventful into the visible, compact, and eventful, statistics obliterate the very nature of this kind of death. Rather than understand this kind of lethality within its own terms (its dailiness, ordinariness, livedness), we demand that it conform to the spectacular event and the ethical dictates of empathic identification. As a result, nothing new happens. No alternative ethical formations are initiated. (POVINELLI, 2008, p. 528)

Em sua produção de dispensáveis, vale salientar que não é por acaso que os objetos de desprezo do Estado e os do capitalismo coincidem. Existe um esforço comum para apaziguar as diferenças numa escala de valor única. Povinelli percebe – assim como Clastres (2004) – como essa força centrípeta da escala única esmaga a multiplicidade das vidas que, inversamente, se colocam em força centrífuga: “[...] the tighter the neoliberal market ties us all to one scale of value, the looser the post-Fordist state’s grip on any ethical obligation to the health and welfare of its citizens” (2008, p. 528). Não por acaso Deleuze e Guattari (1997, p. 172) diziam que o “capitalismo acordou o Urstaat, e lhe dá novas forças”.

Esse movimento é apreendido por Anna Tsing a partir de seu conceito de *scalability*, que é assim definido:

Scalability [...] is the ability of a project to change scales smoothly without any change in project frames. A scalable business, for example, does not change its organization as it expands. This is possible only if business relations are not transformative, changing the business as new relations are added. Similarly, a

⁵⁴ Como Povinelli bem ressaltou, contextualizá-las já implica compromisso com certo aparato avaliativo: *Social science projects with a humanistic, theoretical, or activist bent are sometimes enlisted to examine the “softside” of these discussions: how local people will experience economic change, how the government or a nongovernmental organization might soften the impact of development on a local community. But the evaluative apparatus of national or international economic policy has been little influenced by non-Western understandings of human-environmental relations. Until it is, indigenous groups will always lose the war of need. Some wider perspective will always be generated that puts their lives “in context.”* (1995, p. 515).

scalable research project admits only data that already fit the research frame. Scalability requires that project elements be oblivious to the indeterminacies of encounter; that's how they allow smooth expansion. Thus, too, scalability banishes meaningful diversity, that is, diversity that might change things (2015, p. 38).

De tal modo, podemos considerar o *desprezo* como o verdadeiro motor do processo de *scalability*. Todos os encontros inusitados, que ensejariam a potencialidade de revisão dos moldes de mensuração, tocam “tão pouco a mente” – conforme Baruch de Espinosa – que simplesmente são suplantados em nome da estabilidade dos moldes em curso. A viabilidade da escala é colocada em detrimento dos reveses e das incertezas da diversidade de significados que podem emergir de determinado evento.

Todavia, retomando Espinosa, a atitude de desprezo encontra seu oposto na *admiração*. Esta ocorre ao nos depararmos com a singularidade de algo, quando “diante da presença de um objeto, pensa-se, sobretudo, naquilo que ele tem” (2009, p. 133). A admiração se relaciona à novidade de um ente (*ibidem*, p. 143). Daí minha preocupação, enquanto antropólogo amador, de tomar essa admiração como gesto inaugural de minha pesquisa junto à Cneei. Desse modo, o primeiro passo de uma antropologia amadora tem uma dimensão ética. Fazer antropologia é comprometer-se com o que admiramos.

Porém, considerando as ambiguidades do termo ética, é importante colocar em questão o que trazemos à tona com seu emprego. Não se trata de imaginarmos que uma antropologia comprometida com a *admiração* seria algo da ordem de uma conduta moral, a indicação da coisa certa a ser feita por um pesquisador consciente de seu papel. Seria, antes, tomar parte do processo que Stengers (2008a, p. 43) chamou de *discrimination*. Ficar, de certo modo, à mercê dos bons e maus encontros:

It rather refers the demand to a process of immanent critique, which I would call “discrimination” - what Deleuze celebrated when he compared Spinoza's ethics to an ethology, a treatise about good and bad encounters: not about what would be good or bad per se, but about learning how what we encounter affects us, how it empowers, or separates us from, our capacity to act (that is also to think and feel). Forces then are a matter of “critical ethology”. No force is good or bad. It is the assemblage that comes into being when one encounters a force and is affected by it, which demands experimentation and discrimination, because capturing a force, being modified by a force, “forced” to think, and feel, and experience, is never without danger[...] (*ibidem*, p. 44).

A ética de Espinosa substitui a estabilidade dos valores transcendentais *Bem e Mal* pela dinâmica dos modos de existência *bom e mau*. Bons e maus encontros que resultam da capacidade que os corpos têm de afetar e de serem afetados por outros corpos – capacidade que inclusive define a singularidade de um corpo. Por isso Stengers fala, acima, de uma etologia crítica:

Concretamente, se definirmos os corpos e os pensamentos como poderes de afetar e de ser afetado, muitas coisas mudam. Definiremos um animal, ou um homem, não por sua forma ou por seus órgãos, e suas funções e tampouco como sujeito: nós o definiremos pelos afetos de que ele é capaz. (DELEUZE, 2002, p. 129)

Um *bom* encontro resulta da relação de um corpo com o outro de modo que exista uma composição, um aumento de potência e da força de existir. O *mau* encontro, por sua vez, diz respeito ao efeito contrário, quando um corpo se depara com outro que o decompõe, que diminui sua potência.

Às transições decorrentes desses encontros – dessas afecções – correspondem, respectivamente, os afetos de *alegria* e de *tristeza*, assim definidos por Espinosa (2009, p. 107): “[...] por alegria compreenderei [...] uma paixão pela qual a mente passa a uma perfeição maior. Por tristeza, em troca, compreenderei uma paixão pela qual a mente passa a uma perfeição menor”.

Acima dissemos que a admiração decorre de um acontecimento em que nos deparamos com a singularidade de algo, com a novidade nele contida. Os afetos envolvidos nesse encontro, contudo, não dependem de uma decisão pessoal ou de um engajamento voluntarioso por parte do admirador-pesquisador.

Para melhor ilustrar tal situação, podemos tomar a análise de Povinelli acerca do conto de *The Ones Who Walk Away From Omelas*, de Ursula Le Guin, para reforçar que o que está em jogo aqui não é da dimensão da empatia, pois é a partir do próprio evento que se desencadeia a constituição dos afetos. Diz Povinelli (2008, p. 511):

My happiness is substantially within her unhappiness; my corporeal well-being is part of a larger mode of embodiment in which her corporeal misery is a vital organ. As a result, the ethical imperative is not to put oneself in the child's place, nor is it to experience the anxiety of potentially being put in her place. Le Guin rejects the ethics of empathy. Instead, the ethical imperative is to know that your own good life is already in her broom closet, and as a result, either you must compromise on the goods to which you have grown accustomed (and grown accustomed to thinking

of as “yours”) or admit that these goods are more important to you than her suffering. [...] As a result any ethical impulse dependent on a certain kind of event and eventfulness flounders in these closets.

Por isso, Espinosa (2009, p. 106) afirma que: “Não é por julgarmos uma coisa boa que nos esforçamos por ela, [...] mas, ao contrário, é por nos esforçarmos por ela [...] que a julgamos boa”. O que está em jogo são os movimentos decorrentes de um afeto, não a escolha deliberada de quais afetos colocar em jogo⁵⁵. Doutra modo, os que se vão de Omelas conseguiriam permanecer na cidade se fizessem o esforço de simplesmente aceitar e não mais se incomodar com a criança trancafiada. Conseguiriam, contudo, superar esse “incômodo” a partir de meras decisões individuais? A resposta seria não – se assumirmos tais pressupostos –, pois suas vidas já estão no *broom closet*.

A admiração implicada numa antropologia amadora tem a ver com uma abertura permanente ao que emerge dos encontros em campo – “To begin affectively [...] is to begin in relation, and to begin in relation is to begin in the event” (MASSUMI, 2015, p. IX). Sentir-se situado pela situação:

Deleuze proposes that instead of trying to “define” – of answering the “What is?” question –, we address each situation as an event, which demands its own questions). What would come first then is the “fact”, for instance “this frightening situation”, and the question may indeed be, but needs not be, assigning responsibility for the fright. It may also be “what does this situation demand?”, “which kind of attention, concern and care are required?” – relational, discriminating questions that imply being situated by the situation. (STENGERS, 2008a, p. 44)

É habitando essas incertezas que um antropólogo amador se lança em busca de alegrias em seu campo de pesquisa e, por fim, depara-se com o amor por seus “objetos” de pesquisa. Quase sempre um amor por uma monstruosidade:

Deleuze wagered that the more monstrous the emergent entity, the more event-full it is, and thus the more “true” (the more it maximally transverses the given reality). A Deleuzean political slogan might be, “Free yourself from the domination of the apparatus of meaning – the signifier and signified, the logos and the phonos, and the body-with-organs. Turn the sense-meaning into event-making” (POVINELLI, 2016, p. 84)

⁵⁵ Essa dimensão de *involuntarismo* é muito bem marcada em François Zourabichvili (2000).

Ainda em Espinosa, podemos considerar que esse amor “nada mais é do que a alegria, acompanhada da idéia de uma causa exterior, e o ódio nada mais é do que a tristeza, acompanhada da idéia de uma causa exterior” (2009, p. 108). Ele detalha os afetos envolvidos nessa relação da seguinte forma:

A mente se esforça, tanto quanto pode, por imaginar aquelas coisas que aumentam ou estimulam a potência de agir do corpo [...], isto é [...], aquelas coisas que ama. Ora, a imaginação é estimulada por aquilo que põe a existência da coisa e, inversamente, refreada por aquilo que a exclui[...]. Portanto, as imagens das coisas que põem a existência da coisa amada estimulam o esforço pelo qual a mente se esforça por imaginá-la, isto é [...], afetam a mente de alegria. E, inversamente, as coisas que excluem a existência da coisa amada refreiam esse esforço da mente, isto é [...], afetam a mente de tristeza. Assim, quem imagina que aquilo que ama é destruído ficará triste [...] (*ibidem*).

Aquele que odeia, por sua vez, não quer a permanência daquilo que odeia: “A mente esforça-se por imaginar aquilo que exclui a existência das coisas que diminuem ou refreiam a potência de agir do corpo, isto é [...], esforça-se para imaginar aquilo que exclui a existência das coisas que odeia” (*ibidem*, p. 112).

Por tudo isso, fazer antropologia a partir de tais pressupostos não é falar de amor, mas deixar o amor falar. Podemos exemplificar isso da seguinte forma. Donna Haraway (2003, p. 50), analisando a relação entre humanos e animais – sobretudo sua relação com a cadela Cayenne – também denomina como amor (*love*) esse traço da antropologia amadora de não *saber* o que é o outro⁵⁶, nem esperar capturá-lo. Em vez disso, o desafio é manter-se sensível ao que emerge da relação. O “quem está em casa” como algo permanentemente em questão. Um gesto irredutível de respeito e abertura.

Traço semelhante pode ser encontrado na etnografia de Marisol de la Cadena (2015) quando se refere a Ausangate. Reiteradas vezes ao longo do texto ela reafirma sua *admiração* por Ausangate, colocando em suspenso sua caracterização conceitual como exemplo de um *earth-being*. Tratá-lo como um *earth-being* seria seu modo de cometer uma equivocação controlada. Ausangate seria desses entes que ensejam uma indelével novidade. Esse tipo de relação imprime algo como um projeto de *anti-scalability* permanentemente em curso

⁵⁶ Just *who* is at home must permanently be in question. The recognition that one cannot *know* the other or the self, but must ask in respect for all of time who and what are emerging in relationship, is the key. That is so for all true lovers, of whatever species (HARAWAY, 2003, p. 50).

Cayenne e Ausangate são duas monstruosidades que implicam para suas respectivas admiradoras um acréscimo de potencialidades, implicam alegrias. O amor por Cayenne e Ausangate surge das especificidades dessas relações intensamente vividas, as quais reafirmam que não é possível sabermos, *a priori*, o que podem seus corpos.

Contudo, esses dois entes também poderiam ser considerados a partir de um profundo desprezo: “Quando a mente imagina aquelas coisas que diminuem ou refreiam a potência de agir do corpo, ela se esforça, tanto quanto pode, por se recordar de coisas que excluam a existência das primeiras” (ESPINOSA, 2009, p. 108). As monstruosidades em questão poderiam, por exemplo, ocasionar-me tremendo desconforto – um mau encontro.

Poderia considerar como descabido o propósito de tratarmos uma montanha – mero amontoado rochoso inorgânico – como uma espécie de ser vivo. Seria melhor se a deixássemos a cargo de uma empresa de mineração que soubesse lhe dar algum proveito. Ou poderia, enquanto apreciador de carne canina, lamentar o tratamento aberrante que é dispensado por Haraway a um simples cachorro. Poderia me dar indigestão pensar num alimento tão idiossincrático.

Nessa direção, meu desprezo substituiu as existências de Ausangate e de Cayenne por, respectivamente, um oportuno empreendimento de mineração – como tantos outros – e uma razoável fonte proteica – entre tantas outras.

Retomando minha pesquisa junto à Cneei, algo semelhante é feito pelos governantes quando substituem todas as potencialidades da Comissão – o que pode a Cneei? – por uma rotina de descaso em que é tratada como apenas mais um dos supostos espaços de participação social da Administração Pública. Por conta disso, empreender uma antropologia amadora junto à Cneei consiste em falar daquilo que admiro na Cneei, enfatizar a potencialidade de todas as alegrias que experimentei ao longo desses anos de convivência com quem, apesar do desprezo estatal, manteve a Comissão como um espaço único de experimentação afetiva – e muito mais que isso, evidentemente..

Esse movimento me coloca a serviço dos bons encontros em campo, indagando sempre: “Como indivíduos se compõem para formar um indivíduo superior, ao infinito? Como um ser pode se apoderar de outro no seu mundo, conservando-lhe ou respeitando-lhe, porém, as relações e o mundo próprios?” (DELEUZE, 2002, p. 131). Em

outras palavras, se o Estado se alegra com nossas tristezas, trata-se de buscar experimentar as alegrias da Cneei e o entristecimento do Estado.

Como se sêsse possível

Esse tipo de busca é um dos motivos pela referência às *zonas autônomas temporárias* de Hakim Bey (1991), pois o amadorismo também anseia por brechas. E sofre dessa impaciência de se esperar o futuro, aliada a uma decisão de se experimentar futuros. Trocando a espera pela vivência. A promessa pela vida. Não apenas esquadrinhar possibilidades, mas viver potencialidades. A vida possível em detrimento da vida interdita.

Fazer experimentos com as potencialidades alheias coloca à antropologia a questão de como lidar com os mundos possíveis que se abrem a partir dessa *relação* – assumindo aqui sugestões, como a de Roy Wagner (2010), de considerarmos a primariedade da relação sobre os termos. Experimentar, assim, não é se deparar com um “ente”, mas sim vivenciar um “entre”⁵⁷.

Logo, não trato aqui de um exercício taxonômico com o que encontrei ao longo das reuniões da Cneei. Imaginar esse colegiado *como se fosse* um lugar de elaboração política, vivenciar os diálogos ali estabelecidos em tais termos, não significa afirmar que as ações da Comissão são de fato isso.

Todavia, um caminho simetricamente inverso e igualmente importante, também não quer dizer que se sustente que não são isso, pois não se trata aqui de mostrar a Cneei *como é*, nem de procurar a outra face da mesma moeda e tentar mostrá-la *como não é*⁵⁸.

⁵⁷ “Um rizoma não se comporta como uma entidade, nem instancia um tipo; ele é um sistema reticular acentrado formado por relações intensivas (“devires”) entre singularidades heterogêneas que correspondem a individualizações extra-substantivas, ou eventos (as “hecciedades”). Assim, uma multiplicidade rizomática **não é realmente um ser, um “ente”, mas um agenciamento de devires, um “entre”**: um *difference engine* (mas não exatamente a máquina de Babbage), ou, antes, o diagrama intensivo de seu funcionamento” (VIVEIROS DE CASTRO, 2007, p. 98).

⁵⁸ A esse respeito, convém citar Viveiros de Castro: “Manter os valores de outrem implícitos não significa celebrar algum mistério numinoso que eles encerrem; significa a recusa de atualizar os possíveis expressos pelo pensamento indígena, a deliberação de guardá-los indefinidamente como possíveis – nem desrealizando-os como fantasias dos outros, nem fantasiando-os como atuais para nós. [...] Se há algo que cabe de direito à antropologia, não é certamente a tarefa de explicar o mundo de outrem, mas a de multiplicar nosso mundo, ‘povoando-o de todos esses exprimidos que não existem fora de suas expressões’. [...] **Realizar os possíveis nativos como virtualidades é o mesmo que tratar as idéias nativas como conceitos.**” (2002, p. 131).

O *como se* que uma *experiência de pensamento* enseja – pensar uma comissão *como se* fosse um lugar de inventividade – não é o avesso de um discurso que pretende explicar *como é* de fato a Cneei, uma vez que a *experiência de pensamento* é justamente uma ferramenta⁵⁹ que nos propicia a fuga desse jogo de linguagem que tende a nos levar à representação de uma realidade. Como diria Rorty (2005, p. VIII), apenas “aqueles que querem persistir na noção da ‘correspondência’ devem levar a sério a idéia de como as coisas realmente são”.

Se *como se fosse* diz respeito a um “conglomerado comparativo-hipotético [...] com o verbo no imperfeito do subjuntivo [utilizado para] comparação referida a fato inexistente” (ROCHA LIMA, 2011, p. 350), para se dar com os ombros aos fatos existentes/inexistentes, tomo emprestada do poeta amador Zé da Luz (1979, p. 155) a possibilidade de empregar o conglomerado inventivo-potencial *como se sêsse*. O risco de eu não pretender falar de *como é* a Cneei é o risco de estar, implicitamente, propondo um trabalho que fala do que a Cneei *não é*. De tal modo, o *como se sêsse* pouco tem a ver com o *como é*, pois suspeita da distinção aparência-realidade proposta por este. Não atua, de modo algum, como sua contraparte. Não tenho a intenção de bem representar os acontecimentos do campo e, menos ainda, a intenção de não os representar. É da própria ideia de representação que o *como se sêsse* pretende se desvencilhar enquanto experimento.

Se o exercício ficcional do *como se sêsse* apresenta um desencontro com o exercício realista do *como é*, é simplesmente pelo fato de o primeiro já se basear num desencontro anterior – síntese disjuntiva –, numa equivocação recíproca e criadora, cujo oposto é o *unívoco* (VIVEIROS DE CASTRO, 2004). Num mundo em que a “verdade é que a diferença vai diferindo, que a mudança vai mudando, e que, ao darem-se assim como metas a si mesmas, a mudança e a diferença atestam seu caráter necessário e absoluto” (TARDE, 2007, p. 94).

Os mundos em que as diferenças vão diferindo são capazes de prover solo fértil para a nossa *subsistência*, como nos fala Nodari em seu projeto de *antropologia especulativa*:

⁵⁹ E como toda ferramenta, ou caixa de ferramentas – uma vez que “uma teoria é exatamente como uma caixa de ferramentas [...]. É preciso que sirva, é preciso que funcione. E não para si mesma” (DELEUZE, 2014, p. 267) –, pode funcionar como um instrumento centrífugo contra o poder: “A teoria não se totaliza; a teoria se multiplica e multiplica. O poder é que, por natureza, opera totalizações [...] e a teoria por natureza é contra o poder” (*ibidem*).

Se o território comum (o que quer dizer: em disputa) da antropologia é a posição-sujeito, o da literatura talvez seja aquele campo ontológico que Alexius Meinong [...] chamou de “subsistência”, a saber, aquela zona existencial indiferente à existência, onde não vige o “privilégio do atual”, convivendo o possível e o efetivo, o existente e o inexistente, a zona da “pseudo-existência”, do “quase-ser”, “extra-ser” ou “ser-fora”, em que tudo tem ser, ainda que não tenha o ser em si: dos seres de ficção aos objetos impossíveis, dos grifos aos quadrados redondos [...], passando por aqueles sujeitos e objetos que existem efetivamente. Trata-se de uma espécie de sub-solo da existência que a aduba e transforma, e de onde ela nasce: e, nesse sentido, se o chamado “pacto ficcional” tem algum sentido é o de designar uma espécie de pacto com o diabo ou o gênio maligno de Descartes, pelo qual autor e leitor saem do “deserto do real” e suas regras, e descem às profundezas da existência, desrealizando esse mundo, tirando sua consistência para dar consistência a um mundo acessível pelo texto (2015, p. 82).

Gabriel Tarde sustenta que essas possibilidades em suspenso devem ser inseridas e assumidas em nossas vivências: “não se pode conceber uma realidade sem virtualidade” (2007, p. 214). A ocorrência de cada acontecimento está intimamente ligada com a infinidade de possíveis que o acompanham. Como diz Tarde, “sempre que uma realidade morre, ela sepulta consigo seu cortejo de possíveis; mas, também, sempre que uma realidade nasce, ela faz avançar em um grau seu cortejo de possíveis” (*ibidem*).

É por isso que ele se questiona por que ninguém se digna a ocupar-se dos *possíveis* banidos (*ibidem*, p. 147), os quais transformam a realidade num excesso. Que também colocam num mesmo patamar de importância os fatos passados e, curiosamente, os fatos futuros que preenchem a virtualidade, sem a qual seria impossível concebermos a singularidade de um evento. De modo a, como diria Rorty (1988, p. 288), “impedir que a conversação degenerem em inquérito, em programa de investigação”. Ou seja, de modo a que tenhamos bons encontros.

Em diálogo com os *possíveis*⁶⁰ de Tarde (2007), minha antropologia transforma-se na busca por ficcionalizar – e vale ressaltar que a “ficção se mantém à

⁶⁰ Para se evitar incompreensões com o emprego do termo *possíveis*, ressalto as considerações de Maurizio Lazzarato: “Este posible es lo que Deleuze llama en otro parte, y según otro aparato categorial, lo virtual. Lo posible es de este modo producción de lo nuevo. Abrirse a lo posible es recibir, como cuando uno se enamora, la emergencia de una discontinuidad en nuestra experiencia, y construir, a partir de la mutación de la sensibilidad que el encuentro con el otro ha creado, una nueva relación, un nuevo agenciamiento. Uno se enamora menos de la persona que del mundo posible que ella expresa; se capta en el otro menos su existencia actualizada que nuevas posibilidades de vidas que el encuentro ha hecho

distância tanto dos profetas do verdadeiro quanto dos eufóricos do falso” (SAER, 2009, p. 2) – uma Comissão dos mundos possíveis aniquilados, dos germes ministeriais impedidos de nascer. De todo o cortejo de possíveis que permitiria experimentar a Cneei como se sua missão institucional *sésse* levada a cabo.

surgir. [...] Consumar, actualizar los posibles que uno ve expresarse como potencialidades en el encuentro con el otro, significa explicar lo que implican los mundos posibles, las nuevas posibilidades de vida, desarrollar lo que encierran.” (2006, p. 41).

PARTE II DO SEGUNDO PASSO

Capítulo 3 Entrando pelo cano: retrato etnográfico de um trâmite interno



RE-MEMORANDO

... Um fato diz respeito ao veto que o Ministério da Educação sugeriu a um **projeto de lei sobre educação indígena**. Houve uma decisão do MEC de **vetar o projeto por questões técnicas**...

... divulgar para o público externo todo o **processo que retrata o trâmite interno** da avaliação do referido projeto e o papel individual de cada servidor da SECADI/MEC na tramitação do mesmo...

... a governabilidade desse **delicado** processo...

... **sensibilidade** sobre a dinâmica de assuntos tão delicados...

Antes de abordar diretamente minha conversa com a Cneei, faço um breve intervalo para prolongar minhas reflexões sobre a imagem à qual me tornei aficionado: gostaria de voltar às privadas exclusivas e aos canos entupidos. Ou melhor. Não se trata exatamente de um intervalo, mas de uma inauguração. Inauguro com esse pequeno capítulo um novo fluxo da dissertação que se estende ao capítulo subsequente. Algo análogo ao evento de inauguração da bomba hidráulica da aldeia do Castelo, que marcou um novo momento para a família de Amália.

Espero, contudo, que seja um momento inverso ao do infeliz desencadear de fatos que lhe acometeu, pois foi nessa ocasião que Sortini se deu conta de Amália e iniciou o processo de assédio que levou sua família à ruína⁶¹. Sugestão de que muitas coisas na vida sempre passam por uma bomba hidráulica – sobretudo as vinculadas às dinâmicas administrativas – e geralmente enveredam por um percurso infeliz. Espero ter sorte quanto a isso. Sem falar que Annemarie Mol (2010, p. 256), analisando a *Zimbabwe Bush Pump*, demonstrou o quanto *ANT-type* pode ser uma bomba, tornando-se um

⁶¹ “Sortini não só se voltou para Amália, mas também saltou sobre a haste da bomba hidráulica quando viu Amália, saltou sobre a haste com as pernas enrijecidas pelo trabalho na escrivania” (p. 225).

empreendimento coletivo e horizontal. Em vez de selarmos o destino de uma bomba, seria interessante pensarmos na rede de agenciamentos mobilizada em cada caso.

Confesso, também, que estou sob os efeitos de um estado de ânimo propício a falar desse assunto por dois motivos. Primeiramente, vi a oportunidade de abordar um tema que há muito me inquieta. Nunca consegui utilizar o banheiro do MEC sem me lembrar dos banheiros exclusivos das chefias de médio/alto escalão do Ministério. Confidenciava meu mal-estar com colegas e nossa conclusão era simples, mas com a jocosidade de quem quer fugir do assunto: as chefias são, no serviço público, as pessoas que mais fazem as coisas que se fazem no banheiro. Sinto que, finalmente, tenho as condições propícias para levar o assunto a sério.

O segundo motivo tem um quê de aleatório, mas, como disse anteriormente, aposto firmemente na deambulação do percurso de pesquisa. Estou sob as impressões do relato recente de uma prima que trabalha no Poder Judiciário. Ela me contou que havia um juiz extremamente opressivo com sua equipe. Cansado dos desmandos, uma reles estagiária se sublevou. Aproveitando-se da ausência do juiz na sala, foi ao seu banheiro privativo e aliviou-se de um considerável encargo que guardou para a ocasião. Saiu secretamente, sem dar descarga, para aguardar o retorno do magistrado. Ela conta que, de sua sala vizinha, pôde ouvir o grito gutural do juiz clamando por sua secretária, quando finalmente descobriu o atentado que o aguardava.

Não sei as consequências disso – se abriram algum processo investigativo, ou algo do gênero. A estagiária, jubilosa, confidenciou seu feito a um pequeno ciclo de confiança, que incluía minha prima. A despeito das consequências, é indiscutível a gravidade do ato.

Kafka constantemente chama a atenção, em *O Castelo*, para a suscetibilidade das figuras de chefia. Algo parecido é mencionado numa conversa entre Michel Foucault e Deleuze, em que este, ao mencionar a hipocrisia das reformas, ressalta o paradoxo de vivermos num sistema cuja força global de repressão coabita com fragilidades radicais em cada ponto, de modo que esse sistema “nada pode suportar” (DELEUZE, 2014, p.268). Exemplifica: “Se as crianças conseguissem que seus protestos, ou simplesmente suas questões, fossem ouvidos em uma escola maternal, isso seria o bastante para explodir o conjunto do sistema de ensino” (*ibidem*, p. 267). Se atentarmos para a centralidade do papel de um juiz para a dinâmica administrativa de um tribunal e a importância de seu equilíbrio para os exames de consciência que definirão os rumos das vidas implicadas

nos autos, não é demais considerar que um abalo nos nervos em decorrência de um atentado dessa natureza pode afetar o próprio funcionamento do Poder Judiciário.

Prova desses possíveis abalos consta de um ofício da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro⁶², de que tomei conhecimento no decurso da escrita deste trabalho, em que defensores públicos se voltaram contra uma iniciativa administrativa “no sentido de franquear a funcionários e servidores o acesso a banheiros privativos dos Exmos. Srs. Drs. Defensores Públicos”.

Os Exmos. Srs. Drs. julgaram “absurda” a medida, alegando que “o franqueamento a terceiros” (RIO DE JANEIRO, 2017, p. 1) de seus respectivos banheiros descumpriria o Art. 128 da Lei Complementar nº 80/1994 no que diz respeito à isonomia com os magistrados: “A isonomia que têm os Defensores Públicos não é com servidores e estagiários e sim com a Magistratura, Ministério Público e demais cargos e funções essenciais à justiça, e ressalte-se, que todos estes possuem em seus gabinetes, banheiros exclusivos” (*ibidem*).

O desfecho é elucidativo:

Desta forma, solicita a V.Exa., a revogação da medida administrativa, garantindo aos Srs. Defensores Públicos a manutenção de seu reservado exclusivo como sempre ocorreu em atendimento **às necessidades do serviço**, e à **manutenção da higiene do local**⁶³, ou, de forma alternativa, que seja determinada a construção de banheiros exclusivos em gabinetes dos Exmos. Srs. Drs. Defensores Públicos [...] (*ibidem*).

A vinculação dos banheiros privativos às necessidades do serviço também me surpreendeu num relato sobre a reserva de banheiros no Departamento de Antropologia da UnB. BOSKOVIC (2005, p. 238), professor visitante, num artigo sobre antropologia brasileira a partir de suas experiências no País, relata sua perplexidade quando soube da decisão da coordenação departamental de proibir os estudantes de usar os banheiros e a copa do Departamento. Intrigado com essa regra, diz que recebeu a resposta de que os professores necessitavam de *private areas*.

⁶² Ofício nº 600/2017, de 12/9/2017, da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2017).

⁶³ Importante ressaltar o que dizia Pepi sobre os quartos na Hospedaria dos Senhores: “quando afinal o quarto é deixado livre para as criadas, encontra-se num tal estado que até mesmo o próprio dilúvio seria incapaz de limpá-lo. Trata-se, na verdade, de altos personagens, mas é preciso ser forte para superar o nojo e conseguir pôr as coisas limpas e em ordem depois deles” (KAFKA, 2008, p. 325).

O mais grave é que o professor afirma ter sofrido retaliações do Departamento por ter feito questionamentos quanto à interdição – por isso, faço questão de ressaltar que cito esse acontecimento como mera curiosidade e que não tenho nenhum questionamento a respeito. Ademais, não se pode excluir do horizonte a vocação educacional de um departamento universitário, potencializada por acúmulos da área de antropologia. Como os de Lévi-Strauss: “É por intermédio da educação das necessidades e das atividades corporais que a estrutura social imprime sua marca nos indivíduos” (2003, p. 12). Incômodos imediatistas de visitante, com todo respeito ao relato do professor, podem deixar passar despercebidas intenções pedagógicas ancoradas em preciosos conhecimentos de arqueólogos dos hábitos corporais⁶⁴.

Assim, tal imagem, que me ocorreu no primeiro capítulo como mero exemplo, ressurgiu como um importante instrumento conceitual para o desenvolvimento de certa categoria de *altura* constantemente acionada em meu campo e diretamente vinculada ao exercício do poder administrativo. Se existe uma métrica do poder na Administração Pública, ela está ligada a essa categoria de algum modo. Algo ou alguém pode mais ou pode menos conforme um traço de altitude, conforme uma relação de alto e baixo, assim como atribuiríamos as responsabilidades aos irmãos maiores e aos menores diante da ausência dos pais. Mas este não seria um bom exemplo, pois além desse componente espacial, existe, entre os irmãos, um temporal: o irmão de maior estatura pode mais que o de menor também em decorrência de ser o mais velho, mais experiente. Na Administração, todavia, esse dado etário não é premente. Algo ou alguém mais jovem pode mais desde que esteja acima.

É comum dizermos “subir para falar com a autoridade X”, ou “a ordem veio de cima”, ou “o processo caiu no meu colo” (são diversos os casos, vide que o próprio memorando fala da *ascensão* da diretora ao mais *elevado* cargo e ratifica a condição de *superiores* das chefias). Mas não apenas por um aleatório jeito de falar, pois de fato existe uma correspondência arquitetônica do Ministério com esse princípio. Os *superiores* trabalham nos andares superiores, ou falam de tablados em auditórios que os colocam

⁶⁴ “A posição da mão na micção, no homem, a preferência por lavar-se em água corrente ou em água estagnada, sempre viva no costume de fechar ou deixar aberto o escoadouro de uma pia enquanto a água corre etc., são exemplos de uma arqueologia dos hábitos corporais que, na Europa moderna (e com mais forte razão noutras partes), forneceria ao historiador das culturas conhecimentos tão preciosos quanto a pré-história ou a filologia” (LÉVI-STRAUSS, 2003, p. 15).

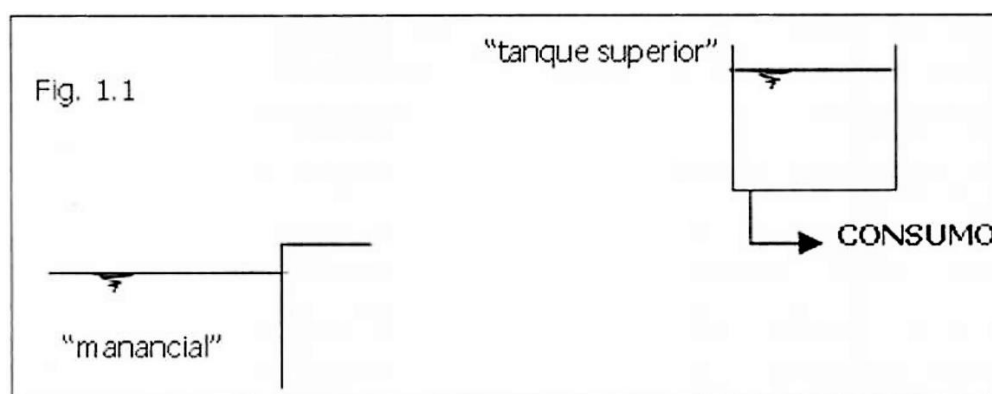
acima do nível do piso dos ouvintes – como se despejassem algo em direção ao auditório e se protegessem, sobre os tablados, de algum tipo de refluxo.

A altura está de algum modo vinculada à força, mas não por um acordo contratual num plano formal de organograma hierárquico. Ou por um instinto imediato de uma massa de maior corpulência capaz de intimidar e de prevalecer sobre a de menor. Descartando esses vieses contratuais ou psicológicos, minha tese é que as forças envolvidas são da ordem de uma mecânica dos fluidos que a Administração enseja. O experimento desse capítulo consiste em investigar um processo administrativo específico – aquele citado no Memorando, o *delicado* – a partir de um modelo hidráulico.

Questões mananciais

Aos projetos de instalações hidráulicas⁶⁵, segundo Santos (2007, p. 13), são geralmente fornecidos, no mínimo, a determinação de um manancial – local de onde o fluido⁶⁶ é retirado –, um tanque superior – o local a que o fluido deve chegar – e o consumo do fluido – o acionamento, por exemplo, de uma válvula qualquer num sanitário.

Figura 1 – Dados mínimos para um projeto de instalações hidráulicas



Fonte: SANTOS, Sérgio Lopes dos. *Bombas & instalações hidráulicas*. São Paulo: Lcte Editora, 2007.

Certamente o Processo nº 23123.003649/2015-86 do MEC – aquele *delicado processo de assuntos tão delicados* do qual nos fala o Memorando tratado no Capítulo 1 –

⁶⁵ “O termo ‘Hidráulica’, originário das palavras gregas ‘hydros’ e ‘aulos’, respectivamente ‘água’ e ‘condução’, é utilizado atualmente para designar o conjunto de técnicas ligadas ao transporte de líquidos, em geral, e da água, em particular. Constata-se, portanto, que o sentido atual é bastante próximo do sentido original da palavra, evidenciando a continuidade do seu escopo básico ao longo do tempo” (BAPTISTA; COELHO, 2010).

⁶⁶ “Fluidos são corpos cujas moléculas têm a propriedade de se mover, umas em relação às outras, sob ação de forças de mínima grandeza” (NETTO; ALVAREZ, 1996, p. 4).

suscita uma questão de manancial. Sua abertura se deu em decorrência de um ofício⁶⁷ do setor de assuntos parlamentares da Presidência da República, que solicitou ao Ministério manifestação sobre o “Projeto de Lei nº 5.954, de 2013 (nº 186/08 no Senado Federal), de autoria do Senador Cristovam Buarque, que ‘Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro 1996 [...], para dispor sobre a avaliação na educação indígena” (BRASIL, 2015d).

Antes de prosseguir, um necessário adendo. Recorrerei excessivamente às notas de rodapé a fim de evitar, no que puder, a constante menção a números e datas de legislações e documentos oficiais. Menções que não necessariamente agregam informações imediatas para quem não atua na área da educação e tornam a leitura menos fluida. A sequência numérica 9.394/96, por exemplo, pode não significar nada para algumas pessoas, enquanto, para um servidor dos quadros técnicos do MEC, é provável que não tenha passado sequer uma semana das duas últimas décadas sem a necessidade de mencioná-la. Saber que estamos tratando da lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (doravante, LDB⁶⁸) basta para nossa abordagem do tema.

Voltando ao ofício que inaugura o *delicado* processo, ele refere que “a matéria já se encontra em fase de sanção”⁶⁹ e pede que, num prazo de 13 dias, o MEC lhes encaminhe “parecer do órgão técnico competente”, com o devido “visto” do órgão jurídico do MEC e “aprovo” do ministro, para “subsidiar a posição governamental” (*ibidem*) sobre o projeto de lei (PL) em questão. Como anexo, o ofício traz o modelo da futura lei, com a assinatura do então Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, cujo texto altera dois artigos da LDB, dos quais trataremos futuramente.

Tais dados iniciais poderiam sugerir que começamos a desvendar o manancial desse Processo. Podemos, por exemplo, descobrir que o PL tramitou por mais

⁶⁷ Ofício nº 1.091/2015-SUPAR/SEGOV, de 8/12/2015, da Subchefia de Assuntos Parlamentares da Secretaria de Governo da Presidência da República (BRASIL, 2015d).

⁶⁸ Também é comum o emprego da sigla LDBEN para se referir a essa lei. Prefiro a alternativa, pois “de bem” me parece otimismo gratuito. A propósito, semelhantemente ao receio no emprego de números e datas, algo poderia ser dito à recorrência às siglas. Nesse caso, todavia, há que se pensar numa zona mínima de conforto para um texto de um burocrata.

⁶⁹ O ato de sanção é a “concordância e anuência do presidente da República com projeto de lei ordinária ou complementar aprovado pelo Congresso. O prazo para ocorrer a sanção é de **15 dias**. Caso o presidente não sancione o projeto nesse período, este será tido como **sancionado tacitamente**. Ocorrendo essa hipótese, o projeto é promulgado pelo presidente da República ou pelo presidente do Senado” (BRASIL, 2017f, grifos meus).

de sete anos no âmbito do Congresso Nacional⁷⁰. E, como frisado no ofício, começamos a desvendar sua autoria – o projeto seria de “autoria” de determinado senador e contou com a colaboração de determinados parlamentares. Contudo, a despeito das primeiras impressões, não estamos, com isso, tratando de uma questão de manancial. Estamos já no terreno das tubulações, das canalizações, dos componentes limitadores do fluido. O registro autoral, em tais termos, é uma excelente prova disso.

Os mananciais mobilizam problemática de outra ordem e podemos contar com as reflexões de Antônio Bispo (2015) nesse sentido. Ele aborda a “técnica legislativa” em seu capítulo dedicado à apresentação dos conceitos de *confluência* e *transfluência*.

Resumida e tendenciosamente, *confluência* “é a lei que rege a relação de convivência entre os elementos da natureza e nos ensina que nem tudo que se ajunta se mistura, ou seja, nada é igual” (*ibidem*, p. 89). Ao desenvolver duas séries conceituais que se contrapõem, Bispo situa a *confluência* como traço que diz respeito aos “povos afro-pindorâmicos e os seus descendentes” (*ibidem*, p. 38), que compartilham a cosmovisão dos “povos pagãos politeístas”.

Este recorte religioso é importante para Bispo, pois sustenta que “as populações desenvolvem sua cosmovisão a partir da sua religiosidade e é a partir dessa cosmovisão que constroem as suas várias maneiras de viver, ver e sentir a vida” (*ibidem*).

No outro polo, está a cosmovisão do “povo eurocristão monoteísta” (*ibidem*), aos quais, por sua vez, corresponde a *transfluência*, que “é a lei que rege as relações de transformação dos elementos da natureza e nos ensina que nem tudo que se mistura se ajunta” (*ibidem*, p. 89). Esta cosmovisão remete a um tipo de “elaboração e estruturação vertical”, enquanto a cosmovisão pagã politeísta substitui a verticalidade pela circularidade. A verticalidade estaria relacionada ao “fato de ao tentarem ver o seu Deus, olharem apenas em uma única direção” (*ibidem*, p. 39). Distintamente, os povos afro-pindorâmicos, “por terem seus deusas e deuses territorializados, tendem a se organizar de forma circular e/ou horizontal, porque conseguem olhar para as suas deusas e deuses em todas as direções” (*ibidem*).

⁷⁰ O projeto de lei teve início com sua abertura no Senado Federal em 12/5/2008 (BRASIL, 2017g) e seu envio para análise da Presidência da República, pela Câmara dos Deputados, ocorreu somente em 8/12/2015 (BRASIL, 2017a).

O emprego do jogo de palavras com “ajuntar” e “misturar” parece dificultar uma aproximação inicial aos conceitos propostos. Bispo, contudo, recorre à elaboração da Constituição de 1988 como forma de explicitar esses conceitos. É esse movimento, em especial, o que me interessa.

O primeiro dado interessante está na própria escolha do processo da constituinte como cenário para percebermos as marcas distintas da confluência e da transfluência. Essa é uma questão que retomarei no próximo capítulo. Por ora, basta salientar que dificilmente escolheria um cenário parecido. A “técnica legislativa” contemporânea seria evidente herança do povo eurocristão monoteísta de que nos fala. Feito o risco de giz no chão que divide o mundo – desenho em homenagem aos nossos grandes divisores –, colocaria um exemplar da Constituição de 1988, obviamente, no lado de cá. Não haveria muito que se discutir quanto a isso. Por tal razão, a escolha de Bispo é surpreendente e sugestiva: a dualidade conceitual que opera se complexifica e nos alerta dos riscos de entendermos que sua explanação está apenas a erigir novos divisores, tal e qual os erigimos.

Não é por acaso que Bispo (*ibidem*, p. 91) se adianta e afirma que está propondo uma análise da Constituição a partir da *confluência* que lhe é própria. Faz isso marcando “as diferentes maneiras pelas quais os diversos povos, colonizadores e contra colonizadores, influenciaram na redação desses textos” (*ibidem*). Em vez de um terreno neutro ou de um texto com origem – ou autoria – indubitável, somos apresentados aos “momentos de confluência e de transfluência, as contradições e divergências que perpassaram (e ainda perpassam) tais tentativas de construção de consenso em meio a tanto dissenso” (*ibidem*).

No intuito de analisar tais momentos, Bispo começa por analisar artigos constitucionais ⁷¹ que asseguram os direitos territoriais dos povos indígenas e quilombolas. O primeiro traço destacado é como esses artigos remetem ao “pensamento monista verticalizado e desterritorializado dos povos colonizadores, quando o direito a esse território é tratado em termos da sua condição de propriedade e não nos termos da relação comunitária e biointerativa dos quilombolas com os seus territórios” (*ibidem*, p. 92). O mesmo valendo para os povos indígenas, pois seus territórios são também

⁷¹ Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 231 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

“tratados nos termos da sua condição de posse/propriedade”, daí que competiria à União demarcá-los e protegê-los.

Esse traço, todavia, não é tudo. Se é fato que a *transfluência* colocou a terra em termos de propriedade, também se percebe a “influência do pensamento de elaboração circular dos povos contra colonizadores”, pois a regulamentação do dispositivo constitucional garantiu a “inalienabilidade e a impenhorabilidade dos territórios quilombolas, exatamente porque essa é a única garantia da produção e da reprodução, material e imaterial, dos modos de vida ali existente” (*ibidem*). O mesmo vale para os povos indígenas, pois o texto constitucional “reconhece que as terras habitadas pelos indígenas têm como principal característica a relação biointerativa desses povos com os seus territórios” (*ibidem*, p. 94); por isso, “tais territórios são tidos como inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre eles imprescritíveis” (*ibidem*).

Essa dinâmica de influências ao texto constitucional vai ganhando outros contornos ao longo da análise. O próprio termo *quilombo*, por exemplo, é para Bispo um dado importante para se destacar o “pensamento de elaboração circular dos povos contra colonizadores” (*ibidem*, p. 95): “O termo quilombo que antes era imposto como uma denominação de uma organização criminosa reaparece agora como uma organização de direito, reivindicada pelos próprios sujeitos quilombolas” (*ibidem*). Evidência de um “refluxo filosófico” decorrente da “capacidade de pensar e de elaborar conceitos circularmente” (*ibidem*).

A *confluência* também, segundo Bispo (*ibidem*), poderia ser percebida quando nos deparamos com a garantia da Constituição ao livre exercício de cultos religiosos e da proteção aos locais de culto (BRASIL, 2007). Dados como esses ajudam a entender a própria definição desse conceito como o tipo de relação em que nem tudo que se junta se mistura. A dinâmica de trabalhos da Constituinte, a redação legislativa, demonstrariam um momento em que podemos presenciar o ajuntamento de cosmovisões distintas. Todavia, ao se ajuntarem na produção da Constituição, a diversidade dessas cosmovisões não foi suplantada por meio de alguma síntese ou de uma simples mistura. São cosmovisões que implicam relações distintas com seus respectivos tipos de agenciamento. Tanto é que, após décadas, ainda seria possível apontar as diversas influências na redação do texto constitucional.

Num movimento inverso – e que caracteriza a própria lógica da *transfluência* –, alguém poderia acentuar os limites da perspectiva anterior. Embora alguns artigos

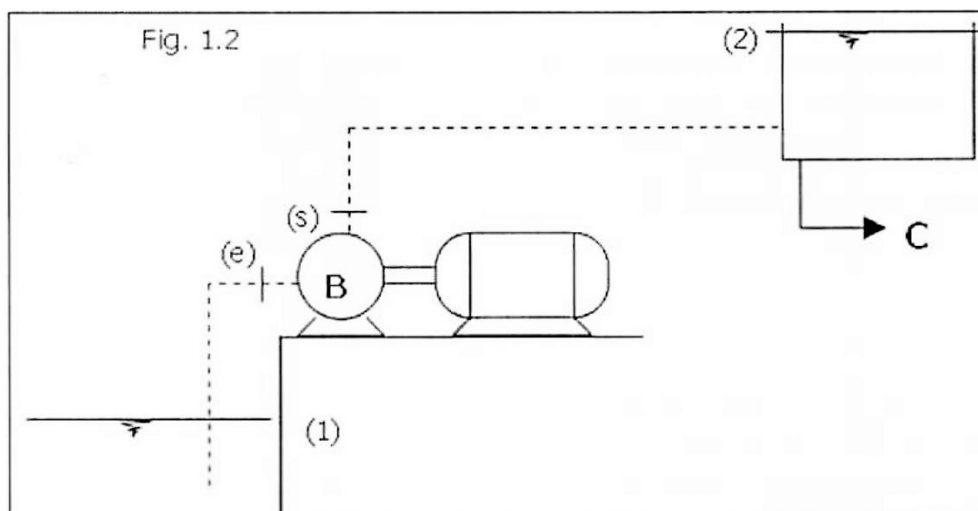
tenham favorecido minorias que se *misturam* à vida das cidades grandes brasileiras, o fato seria o de que a “técnica legislativa” contemporânea tem sua história característica atrelada ao surgimento do Estado de direito. A oitiva à população brasileira, indígena ou não, quilombola ou não, significaria transformar as demandas apresentadas em leis, as quais seguiriam os protocolos típicos dos Estados constitucionais. Neste ponto, estamos diante de nítida contribuição do dito “povo eurocristão monoteísta”. Povos indígenas e quilombolas teriam contribuído para a sociedade brasileira de outras formas, como, por exemplo, com o nosso amor pela natureza e com a alegria contagiante do nosso povo! Ou seja, apesar de se misturarem pelos corredores da Constituinte de 1988, não há que se pensar num ajuntamento intratextual, por assim dizer. Uma lei continua sendo uma lei.

Dito isso, retomo o *delicado* processo, que ocasionou o veto ao PL, e a investigação de seu manancial. Certamente a elaboração e o envio do PL em questão envolveram negociações específicas entre parlamentares e organizações indígenas e indigenistas. Seria possível, inclusive, refazermos um histórico dessas ações. Meu interesse, todavia, é ressaltar que, paralelamente a essa constatação, podemos supor que tais negociações foram abastecidas por mananciais distintos. Podemos, em detrimento de *quem* originou o projeto de lei, atentar para um de *onde*. Por isso não vacilo em situar seu manancial junto aos anseios de povos indígenas cujas lutas pude acompanhar em meu trabalho cotidiano. Os dois parágrafos de artigos legislativos de que trataremos a seguir são inquestionáveis confluências oriundas desse manancial, ao qual toda uma rede se acopla – inclusive a que passa sob o gramado da Esplanada – e dele também se abastece. Contudo, importante destacar, a ela o manancial não se resume, nem com ela se confunde.

O sistema de recalque, um pequeno achado hidroarqueológico e o risco dos vazamentos

Situada a questão do manancial, posso então me dedicar a outro dado primordial do projeto: a ligação entre o manancial e o tanque superior no MEC. Esse é um trecho importante, pois efetivamente me atenho ao momento em que a proposta de uma lei de interesse de povos indígenas já entrou pelo cano. Por isso o espaço reservado para o conjunto motobomba.

Figura 2 – Continuação da Figura 1 com a inserção do conjunto motobomba



Fonte: SANTOS, Sérgio Lopes dos. *Bombas & instalações hidráulicas*. São Paulo: Lctc Editora, 2007.

Basta saber que sua instalação visa sanar a dificuldade óbvia de levar-se o fluido do manancial ao tanque superior. A bomba hidráulica, então, realiza essa tarefa por meio de sua “tubulação de sucção” – letra *e*, de *entrada*, na Figura 2 – e da “tubulação de recalque” – letra *s*, de saída, na mesma figura. Apesar da impressão de que o fluido é primeiramente puxado em direção à bomba e depois expelido pela máquina em direção ao tanque superior, devo ressaltar que o fluido é continuamente submetido a um processo de recalque (SANTOS, 2007, p. 13). O *delicado* processo de que estamos tratando – e que já pertence à etapa de chegada ao tanque superior do MEC, do qual parte, por gravidade, a toda rede de distribuição interna – resulta de um intrincado sistema de recalque. É o recalque exercido sobre o fluido que, por gerar uma diferença de pressão, faz com que ocorra a aspiração do manancial.

Um sistema desses possui tantas nuances que seria possível nos dedicarmos neste capítulo apenas a ele. Remete à epopeia humana de conseguir transportar fluidos no sentido ascendente:

Nas épocas mais remotas da civilização, desde o início da evolução da hidrotécnica, inúmeras foram as soluções aventadas para este problema, muitas das quais, bastante rudimentares, são ainda hoje empregadas, principalmente nas regiões tecnicamente menos favorecidas; as melhores idéias evoluíram dando como resultados os modernos sistemas de recalque, que são constituídos de bombas hidráulicas, canalizações e acessórios. (PIMENTA, 1981, p. 165).

Aliás, uma breve leitura dos estudiosos da área abre todo um campo de interesse acerca da história desses sistemas. Nippur, antiga cidade dos sumérios, já contava com coletores de esgotos há 3.750 anos a.C. (NETTO; ALVAREZ, 1996, p. 1). São os sumérios, com seus complexos canais de irrigação e de navegação – que estão entre os vestígios mais antigos conhecidos –, um marco para a engenharia hidráulica (BAPTISTA; COELHO, 2010, p. 26). Constata-se que rompimentos de barragem, como a de Mariana (MG) em 2015, são eventos em nada atuais. A barragem egípcia de Sadd El-Kafara, situada no rio Nilo, ao sul da cidade de Cairo, teria transbordado alguns anos após a sua inauguração, entre 2.950 e 2.750 a.C. (*ibidem*). O sistema público de abastecimento é uma prática milenar. A cidade de Jerwan, localizada ao norte do atual e bombardeado Iraque, dispunha de aquedutos em 691 a.C., precedendo em cinco séculos os famosos aquedutos romanos (NETTO; ALVAREZ, 1996, p. 1).

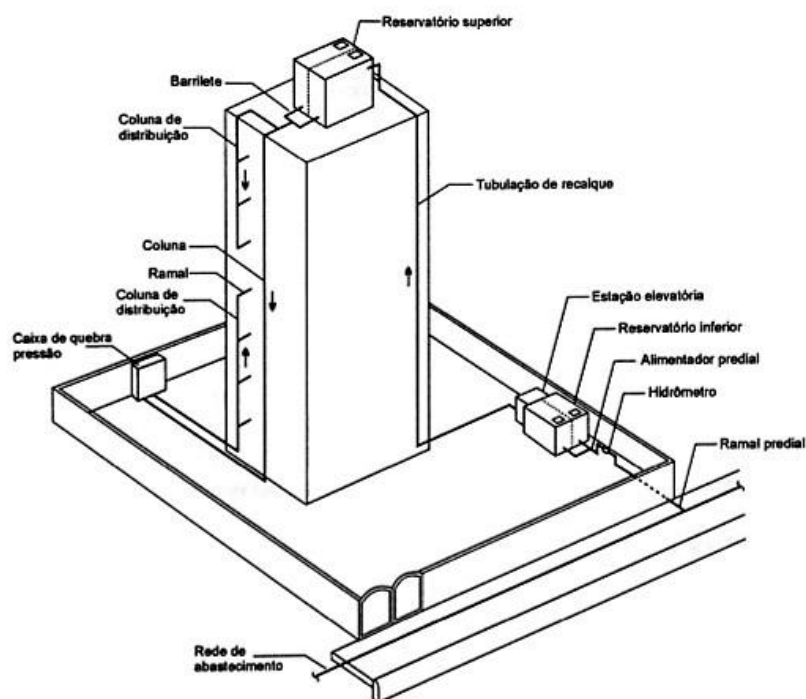
Pesquisadores da área de engenharia hidráulica podem chegar a conclusões com indubitável ar de família para quem é da antropologia:

O que se apresenta de forma bastante clara em todo este período da História é que não havia uma grande preocupação cognitiva relativa às obras executadas; conheciam-se e desenvolveram-se algumas técnicas que permitiam apenas a execução das obras necessárias. Não havia um processo institucionalizado de formalização, transmissão e desenvolvimento técnico e científico. Em suma, havia "técnica" e não "engenharia", no sentido atual do termo (BAPTISTA; COELHO, 2010, p. 26).

Retomando o sistema de recalque, é digno de nota que o abastecimento de um edifício, numa cidade do porte de Brasília, engloba um sistema mais complexo, que conta, por exemplo, com uma rede adutora – este leva as águas dos mananciais às estações de tratamento – e linhas alimentadoras e distribuidoras que fazem um fluido chegar ao edifício do MEC (MACINTYRE, 1988, p. 1).

Fica explícita, portanto, minha explanação sinóptica e minha intenção de chegar, o quanto antes, ao reservatório superior do MEC e começar a percorrer a coluna de distribuição, tratando diretamente do processo no âmbito do Ministério. Uma amostra desse percurso pode ser tomada a partir da figura a seguir. Nela se ilustra “uma instalação típica para os padrões brasileiros, ou seja, provida de reservatório inferior, elevatória e reservatório superior, de onde parte a rede de distribuição” (BAPTISTA; COELHO, 2010, p. 410).

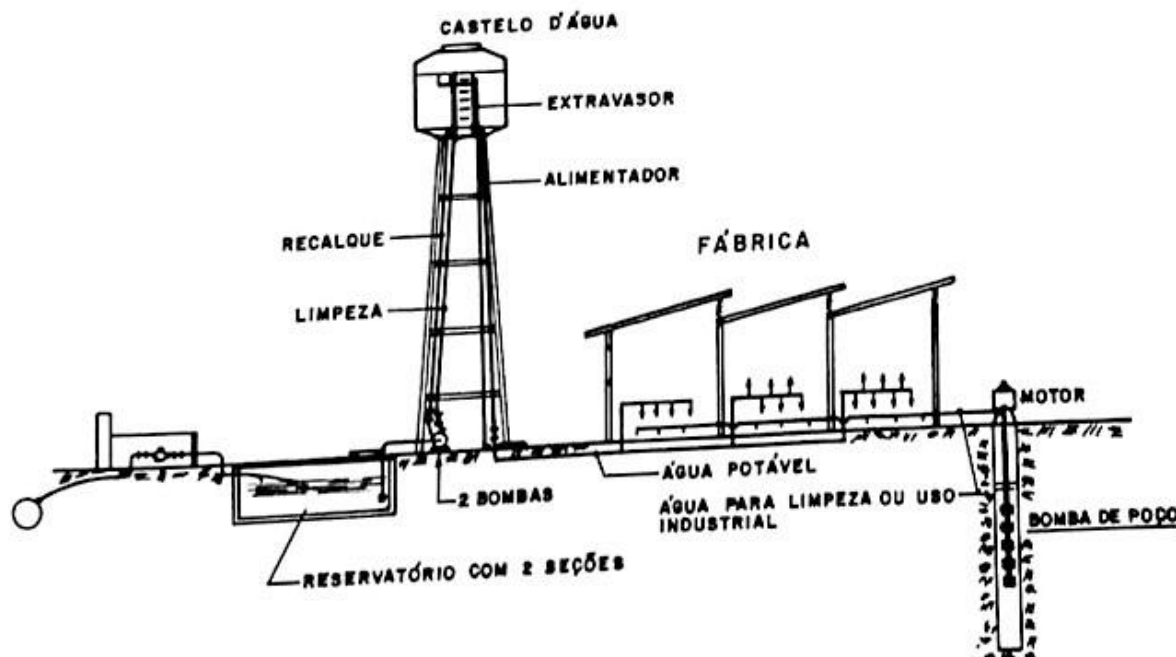
Figura 3 – Ilustração de uma instalação típica



Fonte: BAPTISTA, Márcio Benedito; COELHO, Márcia Maria Lara Pinto. *Fundamentos de Engenharia Hidráulica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Uma coincidência interessante para esta dissertação é que, quando se trata de instalações diversas – a figura a seguir mostra o exemplo de uma fábrica –, a função do reservatório superior, ou seja, a de um local elevado do qual o fluido, por gravidade, alimenta os pontos de consumo, pode ser exercida por um *castelo d'água* (MACINTYRE, 1988, p. 11). Chamar o ponto mais alto de castelo e vincular sua atuação à gravidade possibilita trocadilhos com a gravidade cortês que sempre opera nos castelos.

Figura 4 – Ilustração do emprego de um *castelo d'água*



Fonte: MACINTYRE, Archibald Joseph. *Instalações Hidráulicas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

Considerando a complexidade do sistema que antecede a chegada ao MEC e o fato de que o projeto de lei foi submetido à apreciação de diversas comissões parlamentares enquanto esteve no Congresso Nacional, utilizarei um pequeno achado como meu fio de Ariadne. Ao escavar uma das paredes do Ministério – permitam-me, por favor, omitir as razões dessa atitude supostamente absurda –, encontrei acidentalmente uma antiga tubulação. Por eu ter rompido um dos canos com o martelo, logo percebi que estava desativada há muito.

Na ocasião em que supostamente atrapalhei a governabilidade sobre “assuntos tão delicados” – publicitando um processo público –, este conjunto que encontrei⁷² não constava dos autos. Sabia que o PL em questão havia sido submetido à apreciação do MEC, mas dispunha apenas de uma parte desse material, que se originou em 2015.

Encontrar essa antiga rede desativada, ainda que incompleta, me ajudou a procurar forças para revisitar os autos do processo. Depois de tudo o que aconteceu, não dispunha de muita energia para retomá-lo. As idas e vindas contribuíram para o

⁷² O documento do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) nº 03269.720131_9 consta dos autos do Processo nº 23123.003649/2015-86 como *Processos Relacionados* e foi inserido no SEI em 15/1/2016 (BRASIL, 2015d).

estabelecimento de novas perspectivas sobre o material. Nesses trajetos, por exemplo, encontrei, todo ensopado, com marcas de calçados que lhe imprimiram as linhas do piso em relevo, um interessante ofício da Associação Brasileira de Antropologia (ABA)⁷³, que encaminha uma nota sobre o veto presidencial, do qual não me recordava.

Descrever essa pequena rede inativa requer o detalhamento do próprio objeto do projeto de lei em questão, pois a ele essa antiga tubulação deveria estar necessariamente conectada. Essa ligação se dá por certa controvérsia de “técnica legislativa” que acompanhará todo o percurso do processo, chegando até ao ponto de ser usada como uma das motivações para o veto ao PL.

Em sua primeira versão, antes de tramitar por comissões parlamentares no Senado e na Câmara dos Deputados, o PL tinha por objetivo alterar apenas um artigo da LDB. Na ocasião, acrescentava um parágrafo ao Artigo 79 dessa lei, o qual consta do “TÍTULO VIII, Das Disposições Gerais”.

Esse é um artigo muito importante para quem trabalha com educação escolar indígena. O *caput* – “A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa” – é acrescido de parágrafos que tratam da obrigatoriedade de consulta aos povos indígenas para a elaboração desses projetos, os quais terão por objetivo o fortalecimento das “práticas sócio-culturais e [d]a língua materna de cada comunidade indígena”; a formação de “pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas”; o desenvolvimento de “currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades”; e a elaboração e publicação sistemática de “material didático específico e diferenciado”. Por fim, um parágrafo, inserido em 2011⁷⁴, trata especificamente da educação superior, prevendo a “oferta de ensino e de assistência estudantil, assim como de estímulo à pesquisa e desenvolvimento de programas especiais” aos povos indígenas por meio das universidades públicas e privadas do País.

⁷³ Ofício nº 003/2016/ABA/PRES, de 15 de janeiro de 2016, constando como processo anexo, nº 23123.000295/2016-07 (BRASIL, 2015d). O desfecho da nota é incisivo: “Assim, entendemos que os argumentos utilizados para justificar o veto presidencial carecem do mínimo de fundamento legal, é mais um desrespeito aos povos indígenas no Brasil, e às práticas de educação escolar indígenas em consolidação pelas próprias leis federais, demonstrando no mínimo desconhecimento do que o próprio governo faz em respeito às demandas expressas pelos povos indígenas em inúmeros fóruns e numa conferência nacional de educação escolar indígena” (*ibidem*).

⁷⁴ Por meio da Lei nº 12.416/2011.

O PL em questão simplesmente adicionava um novo parágrafo a esse artigo, tratando de avaliação educacional. O texto, proposto em 2008, era o seguinte: “*Os processos de avaliação educacional respeitarão as particularidades culturais das comunidades indígenas*”. Esse parágrafo não chegou a sofrer nenhum tipo de alteração ou questionamento até o momento de passagem pelo reservatório superior do MEC. Afinal, se o respeito às “particularidades culturais” dos povos indígenas está previsto nos mais diversos dispositivos legais e normativos que abrangem a educação escolar amplamente, *a fortiori*, o mesmo se aplicaria aos processos específicos de avaliação.

Curioso notar, todavia, que apesar de estarmos lidando com redes já estabelecidas, a justificativa ao projeto apresentou, logo em seu primeiro parágrafo, preocupação com certas turbulências. Entre as características que tornam os sistemas hidráulicos recomendáveis para as mais diversas aplicações, está a “segurança eficaz contra sobrecargas através do uso de válvulas limitadoras de pressão, evitando danos ao sistema”. Por isso, pode ser empregado em “condições ambientais adversas, desde que tomados os devidos cuidados construtivos” (LINSINGEN, 2001, p. 21).

Em suas primeiras considerações, seguindo tal característica, o PL se antecipa a eventuais turbulências:

A avaliação diferenciada das escolas por [estado da federação] traria o absurdo de criar a diferenciação na qualidade da escola de acordo com a riqueza ou pobreza do Estado. Se fazem parte de um mesmo universo cultural, não há porque haver diferenciação de critério na definição da qualidade escolar, por Estado ou região, mesmo que haja diferença no conteúdo ensinado. O mesmo não se justifica no caso da população indígena, que tem características próprias de língua e costumes (BRASIL, 2017g).

O parágrafo começa pela afirmação de que seria um absurdo tratar de *diferentes* formas escolas que, no fundo, são as *mesmas*. Independentemente das condições econômicas de seus respectivos governos estaduais, essas escolas fariam parte do *mesmo* universo cultural. Uma escola pobre não é uma escola *diferente*, é apenas uma escola *desigual*. A definição do que é qualidade para uma escola deve servir para as demais, que estão submetidas aos *mesmos* padrões de qualidade. A *diferença* de tratamento, neste caso, seria, como dissemos anteriormente, um injustificável endosso ao quadro de desigualdade social. Se estamos tratando de escolas submetidas aos *mesmos* padrões culturais, conviria a implementação de políticas em busca da *igualdade* de oportunidades.

As relações com as escolas indígenas, por sua vez, seriam simetricamente opostas, porquanto o ponto de partida do argumento é que elas pertencem a universos culturais *diferentes*. Nesse caso, avaliações *desiguais* se justificam por se estar tratando com padrões de qualidade *diversos*, assim como, no caso anterior, avaliações *iguais* se justificam por se estar tratando dos *mesmos* padrões.

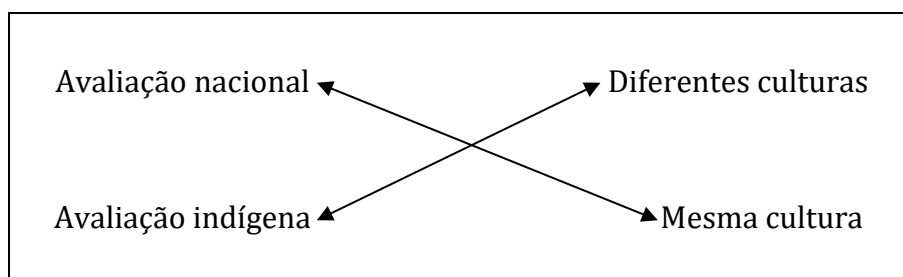
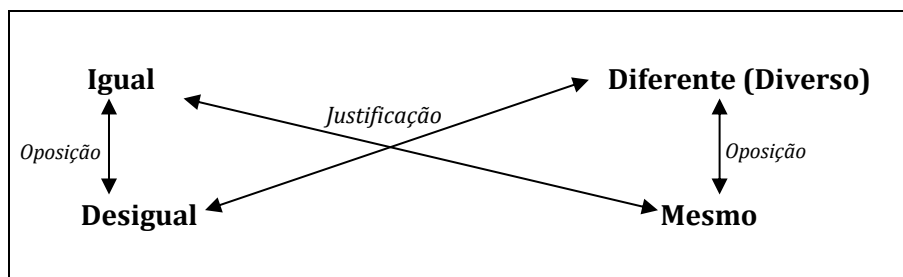
Prenúncio de um embate entre *igualdade* e *diferença*⁷⁵ que, como diria Elsie Rockwell (2012), inquieta e desestabiliza um cenário acostumado a entender a educação escolar como instrumento de reprodução das desigualdades de classe e como potencial instrumento para desencadear efeito contrário, num processo de reversibilidade igualitária. Daí a luta, sempre atual, para se “garantir às classes trabalhadoras uma escolaridade de igual qualidade e duração que a que recebe qualquer cidadão. Se espera que com maior igualdade educativa se reduza a desigualdade social” (*ibidem*, p. 699, tradução minha).

Todavia, diz Rockwell, “apareceu a diversidade, a ideia de que não se tratava de carências culturais, mas de diferentes culturas” (*ibidem*). Com o surgimento de algo tão inusitado – afinal, se me permitem a ironia, como a humanidade poderia saber da existência da *diversidade* em tempos pregressos? – temos a constatação de que esse novo conceito “perturbou a rota traçada durante décadas de luta pela extensão da educação popular” (*ibidem*). De tal modo, surpresos diante dessa *velha desconhecida* – se me permitem mais uma –, nada mais compreensível que a suspeita de muitos educadores de que ela tenha “servido para ocultar a desigualdade social de fundo” (*ibidem*, traduções minhas).

Pensar o discurso em torno da *diversidade* como uma forma de mascarar a *desigualdade* – ou uma tentativa de justificá-la – remete a canalizações que nada têm de novidade, ou melhor, remetem à novidade que nada tem além de canalizações.

Portanto, o embate entre igualdade e diferença cultural constitui um tipo de relação em que cada um desses termos tem a capacidade de justificar o termo oposto ao outro. Como no seguinte esboço:

⁷⁵ Emprego o termo *diferença* aqui a partir de uma perspectiva multiculturalista. Ele pode ser substituído, nesse contexto, por *diversidade cultural* e termos correlatos.



Todavia, colocar essa relação em tais termos, sob aparente simetria, dificulta a visualização das válvulas limitadoras de pressão que evitam danos ao sistema. A melhor forma de visualizá-las é com a rede em operação. Para isso, vamos recorrer ao debate sobre as emendas⁷⁶ sugeridas ao PL original.

A possibilidade de sobrecargas à rede, sobre as quais se precipita a justificativa inicial ao PL, seguramente influenciou a criação de uma tubulação anexa, que foi acoplada ao Projeto em sua tramitação na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado.

A própria justificativa, tal qual originalmente apresentada, destaca alguns números capazes de mensurar essa diversidade que “representa uma das maiores riquezas de **nosso** patrimônio cultural”⁷⁷ (BRASIL, 2017g, grifo meu). Importante destacar que as tentativas de mensuração dos povos indígenas no Brasil são uma faceta curiosa dos trabalhos vinculados às políticas indigenistas. O número de povos, o número de línguas, o número de pessoas, o número de escolas indígenas são de uma inconstância sempre desafiadora à *scalability*. O documento afirma que a população indígena no País era “estimada entre 350 mil e pouco mais de 700 mil, conforme os diferentes critérios utilizados”. O número de povos seria de “mais de duas centenas”, os quais falariam “cerca de 180 línguas”.

⁷⁶ “Feita a projetos e matérias legislativas apenas para melhorar e adequar o texto, sem modificar seu conteúdo” (BRASIL, 2017f).

⁷⁷ Interessante considerar esse “nosso” quando se acham em questão grupos que pertenceriam a “universos culturais” distintos. A quem pertence essa “riqueza”?

A literalidade do tratamento dessa diversidade como *nosso* patrimônio pode ser atestada em iniciativas como a que instituiu, em 2010, o Inventário Nacional da Diversidade Linguística. O objetivo do Inventário é a “identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 2010c).

Atendidos os critérios para a inclusão no Inventário, a respectiva língua recebe do Ministério da Cultura o título de *Referência Cultural Brasileira*. Com tal título, passa a fazer “jus a ações de valorização e promoção por parte do poder público” (*ibidem*).

O Inventário está longe de ser concluído⁷⁸, mas o Governo estima que “mais de 250 línguas sejam faladas no Brasil entre indígenas, de imigração, de sinais, crioulas e afro-brasileiras, além do português e de suas variedades” (BRASIL, 2018c). O MEC também considera esse número em seus documentos oficiais⁷⁹, embora, ironicamente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tenha como dado oficial, a partir do Censo 2010, que são faladas 274 línguas indígenas no País (BRASIL, 2018b).

Esse dado oficial do IBGE é sempre apresentado em falas e documentos governamentais, acompanhado do alerta de que seguramente está equivocado. Como neste material de apoio ao Inventário disponibilizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan):

O número de línguas indígenas no país levantado pelo IBGE foi baseado na autodeclaração de indígenas motivada pela pergunta: “Qual a língua falada em casa?”. Esse número, portanto, corresponde ao total de “línguas de identificação”, incluindo também nomes de línguas consideradas extintas por muitos linguistas. Por isso, o número total é muito maior que o número de línguas indígenas para as quais há evidência de falantes. Considerando que é difícil ter certeza absoluta da extinção de uma língua e que a metodologia de autodeclaração do Censo não podia medir o conhecimento do recenseado, já se previa que várias pessoas se declarassem como falantes de línguas consideradas extintas (BRASIL, 2016a, p. 20).

De modo que é comum, em falas de auditório e reuniões oficiais, os sem gana por precisão contornarem a questão com uma frase curinga, elaborada a partir das

⁷⁸ Até o momento o “Iphan e o MinC reconheceram sete línguas como Referência Cultural Brasileira, das quais seis são indígenas” (BRASIL, 2018c).

⁷⁹ Vide, por exemplo, o documento da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017e, p. 68).

estimativas mais pessimistas (como MOORE, 2006): falam-se, no Brasil, mais de 150 línguas indígenas.

Voltando à justificativa, ela destaca o suposto e recente ponto de inflexão na postura do Estado brasileiro, “após séculos promovendo massacres, espoliação e aculturação contra os indígenas” (BRASIL, 2017g). Firma o entendimento de que esse novo momento – em que o “Estado começou a mudar seus valores e atitudes, mediante a criação de leis e organismos que buscam respeitar os direitos desses povos de preservar suas culturas” (*ibidem*) – deve ser acompanhado da preocupação de que a “instituição escolar respeite a diversidade cultural dessas comunidades” (*ibidem*).

Por isso “não se sustenta a tese de que os estabelecimentos de ensino e os estudantes indígenas devam ser submetidos aos mesmos processos de avaliação das demais escolas e alunos” (*ibidem*). Se estamos lidando com povos falantes de mais cerca de 180 línguas, itens como a “relação entre as línguas maternas e a portuguesa e a importância da oralidade de cada cultura devem ser respeitados e levar à elaboração, pelas autoridades competentes, de avaliações específicas” (*ibidem*).

Nesse mesmo afã, a relatoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) propõe mais uma alteração para a LDB⁸⁰ na esteira do PL, porquanto, “para maior eficácia, a medida precisaria de algum ajuste” (*ibidem*). O PL proposto, até então, trataria apenas de um artigo que contém “comandos específicos para a União”. Considerando que a “educação indígena é desenvolvida e ministrada em nível local, sob encargo dos Estados”, a relatoria achou por bem que a inovação deveria incidir “sobre as disposições atinentes aos currículos do ensino obrigatório, contempladas, sobremaneira, no art. 32 da LDB”, de modo a alcançar “os entes federados diretamente responsáveis pela oferta da educação indígena” (*ibidem*).

A nova redação consistia na alteração de um dos parágrafos do Art. 32 da LDB, o qual se encontra inserido na “Seção III, Do Ensino Fundamental”, que pertence ao “CAPÍTULO II, DA EDUCAÇÃO BÁSICA”; este, por sua vez, pertence ao “TÍTULO V, Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino”. Logo fará sentido minha ênfase nessa estrutura da legislação. Por ora, basta ter-se em mente que a relatoria propôs uma ampliação de um texto que dizia (e diz, pois não foi alterado até a presente data) respeito apenas ao ensino fundamental.

⁸⁰ Parecer da Senadora Fátima Cleide, do PT, por Rondônia, de 9/6/2010 (BRASIL, 2017g).

O parágrafo em questão consta da Constituição de 1988⁸¹ e foi replicado na LDB. Até 2009, apenas o ensino fundamental era obrigatório e gratuito no País. Após emenda constitucional⁸², a obrigatoriedade e gratuidade foi estendida à educação básica dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade dos estudantes.

Para que esse movimento fique nítido, cabe uma consideração sobre a organização formal da educação brasileira. A LDB estabelece que a educação escolar é composta de dois níveis: Educação Básica e Educação Superior. A Educação Básica – o que interessa no momento – é composta por três etapas: Educação Infantil (creche e pré-escola), Ensino Fundamental e Ensino Médio. A mudança em questão, considerado o recorte de faixa etária, significa ampliar a obrigatoriedade e a gratuidade de apenas uma das três etapas da Educação Básica (a do Ensino Fundamental) para uma extensão da Educação Básica que engloba desde a Pré-escola da Educação Infantil⁸³ até o último ano do Ensino Médio. Importante frisar que a educação escolar indígena, como uma das modalidades da educação brasileira, relaciona-se com esses dois níveis (Educação Básica e Educação Superior).

O texto constitucional – e conseqüentemente o texto da LDB, como dissemos anteriormente – reflete um momento anterior a esse processo de ampliação. Por isso seu foco no ensino fundamental. Partindo desse contexto, a relatoria propõe a seguinte redação para o parágrafo – segue quadro comparativo para facilitar a visualização das alterações:

Texto da LDB	O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. ⁸⁴
1ª alteração proposta	A educação básica será ministrada em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem e avaliação . ⁸⁵

⁸¹ [corrigir nota: Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.
§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.]

⁸² Emenda Constitucional nº 59/2009.

⁸³ Conforme o Art. 30. da LDB, a pré-escola é oferecida às crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. A primeira fase da educação infantil, a creche (ou entidade equivalente), destina-se a crianças de até três anos de idade (BRASIL, 1996).

⁸⁴ Texto do §3º do Art. 32 da LDB (BRASIL, 1996).

⁸⁵ EMENDA Nº 02 – CDH ao PLS nº 186, de 2008 (BRASIL, 2017g).

Ainda que o novo texto sugerido tenha sido aprovado sem objeções na CDH, uma ampliação dessa natureza pode facilmente gerar turbulências e sobrecargas ao sistema. Não por acaso, na comissão seguinte à qual o PL foi submetido – a CE, que emite decisão terminativa –, a relatoria, embora reconhecendo o mérito de se “levar o assunto às disposições curriculares da LDB” (BRASIL, 2017g) e a plausibilidade de se “estender a medida ao conjunto da educação básica, em face da mudança do marco constitucional relativo à obrigatoriedade do ensino e ao dever do Estado com a educação” (*ibidem*), ainda assim, sugeriu que o “dispositivo se mantenha afeito ao ensino fundamental” (*ibidem*). Elenca dois motivos como justificativa.

O primeiro motivo diz respeito a “uma pequena ressalva concernente à técnica legislativa” (*ibidem*). Embora este seja um tópico que abordaremos mais à frente, fica evidente o ponto do debate. A relatoria alega que o Art. 32 da LDB tem, como vimos, o “ensino fundamental [como] objeto do dispositivo original” (*ibidem*). Logo, “a previsão de uma medida endereçada ao conjunto da educação básica em seu texto configura, a nosso juízo, uma impropriedade técnica” (*ibidem*). Ou seja, não seria pertinente um parágrafo vinculado a artigo que trata do ensino fundamental fazer referência a toda a educação básica.

O segundo motivo, todavia, deixa mais em evidência a rede operando a partir da dinâmica *igualdade/diferença*, conforme mencionei anteriormente. Após reconhecer que “o projeto está assentado em reivindicação histórica das comunidades indígenas” (*ibidem*), que “a educação indígena foi concebida para se respeitar idiossincrasias dos educandos” (*ibidem*), que “a medida proposta tem caráter inclusivo” (*ibidem*), a relatoria alerta para o risco de a *diferença* desdobrar-se em algum tipo de sobrecarga, afirmando que restringir a alteração ao ensino fundamental seria uma forma de contornar uma

dúvida que poderia ser suscitada a respeito da ampliação proposta, qual seja, a de que a educação indígena pode vir a **constituir um subsistema escolar de feições próprias, da creche à universidade**. Particularmente, ponderamos que esse é um assunto que merece aprofundamento **no futuro** (*ibidem*, grifos meus).

Em outros termos, a relatoria diz que *diferença* tem limite. A limitação dos fluidos reporta a um dos grandes problemas dos sistemas hidráulicos: as “perdas por vazamentos internos e possibilidade de vazamentos externos, devidos a folgas, que diminuem a eficiência dos sistemas e comprometem a precisão dos movimentos”

(LINSINGEN, 2001, p. 21). As folgas geram brechas por onde os fluxos podem vaziar. Por isso a precisão de um sistema implica prudência e sensibilidade às sobrecargas: “uma das características mais importantes dos sistemas hidráulicos é a de se poder limitar e/ou controlar a pressão. Além da função básica de segurança contra sobrecarga, a conseqüência prática imediata é a limitação e/ou controle de forças e torque” (LINSINGEN, 2001, p. 231).

Deleuze e Guattari são dos que proporcionam instrumentos importantes para se pensar os vazamentos. Ao também terem em mente que o “Estado tem necessidade de uma ciência hidráulica” (2012c, p. 29), explicam que a forma dessa ciência se volta para a necessidade estatal de “subordinar a força hidráulica a condutos, canos, diques que impeçam a turbulência, que imponham ao movimento ir de um ponto a outro, que imponham que o próprio espaço seja estriado e mensurado, que o fluido dependa do sólido” (*ibidem*). Enfim, uma ciência devotada à expectativa de que a vida entre pelo cano.

Se existe, por um lado, uma ciência encanadora, é digno de nota que há também uma ciência dos vazamentos. A esta eles relacionam o “modelo hidráulico da ciência nômade e da máquina de guerra [que] consiste em se expandir por turbulência num espaço liso, em produzir um movimento que tome o espaço e afete simultaneamente todos os seus pontos, ao invés de ser tomado por ele como no movimento local, que vai de tal ponto a tal outro” (*ibidem*).

Tomar o espaço em vez de ser tomado por ele é uma oportuna definição do em que consiste um vazamento. Certamente o tipo de problema que uma instituição estatal, no caso o Senado, deve evitar. Pela segurança do conjunto do sistema, é mais que compreensível a prudência para que a educação escolar indígena entre pelo cano. Uma ampliação de proposta em “que a educação indígena pode vir a constituir um subsistema escolar de feições próprias, da creche à universidade”, tem as próprias feições de folgas propiciadoras de vazamentos.

Cautela semelhante vimos na justificativa inicial ao PL no tratamento de turbulências que ali se anunciavam, ao se marcar a existência daqueles que fazem parte de um universo cultural diferente. Universos diferentes requereriam escolas diferentes, com processos político-pedagógicos próprios – como é o caso da avaliação específica advogada. Todavia, como escolas diferentes podem se submeter a um sistema educacional público que trata todas as escolas uniformemente? Não seria o caso de se pensar em um sistema educacional também diferente?

A essa altura percebe-se a conjuntura favorável ao surgimento de uma ladeira escorregadia⁸⁶ que facilmente desembocaria na necessidade estarrecedora da criação de um Estado-nação *diferente* para bem atender aos *diferentes*. Não por acaso, muitas das conversas que presenciei sobre as especificidades político-pedagógicas das escolas indígenas com quadros ministeriais facilmente descambam para uma atmosfera de divisionismo atentatório à soberania nacional. Começa-se por mero debate legislativo e termina-se com alertas de risco de dissolução do Estado democrático de direito.

Logo, o espaço não pode ficar à mercê das circunvoluções desse elemento instável da diferença. Necessário trazê-la a um regime de limites. Ter em mente que a *igualdade faz toda diferença*. Por isso esta acaba por se subordinar àquela, assim como o fluido deve depender do sólido. Caso contrário, há vazamento. O que garante a mínima estabilidade e regularidade do sistema de abastecimento de um edifício como o do MEC é a certeza última de que os indígenas, por mais diferentes que possam ser, estão atrelados ao destino do mesmo sistema (vide que a relatoria se pronunciou sobre um *subsistema* próprio). Como aliviar as sobrecargas decorrentes de algum tipo de reconhecimento, por mais despretensioso que seja, da figura de um cidadão diferente? Daí a forma de se resolver isso considerando que um cidadão indígena é, em última instância, um indígena cidadão. Mas isso não resolve a questão definitivamente. As forças subsistem. A iminência de um “subsistema com feições próprias” persiste. Mas nada como a válvula do “aprofundamento futuro” e do pequeno arrocho da submissão da energia potencial de um novo sistema ao “sub”.

A inexorabilidade dessas questões, aliás, é um dado muito interessante quando nos vemos diante das ciências hidráulicas. A possibilidade de subdivisão dos estudos em hidráulica entre um polo teórico, voltado à abordagem matemática dos fenômenos, e um prático, voltado aos resultados experimentais – bem como os eventuais desencontros entre os resultados experimentais e suas respectivas previsões matemáticas (NETTO; ALVAREZ, 1996, p. 1; BAPTISTA; COELHO, 2010, p. 29) –, confirma a suposição de que algo não previsto sempre aconteceu nas tubulações de um edifício. Por isso a tentativa de maior controle desses processos, sobretudo com a grande contribuição da tecnologia computacional nos tempos mais recentes.

⁸⁶ Tenho em mente a estrutura de uma falácia da ladeira escorregadia (*slippery slope fallacy*) tal qual articulada por Walton (2008, p. 315) e o mesmo olhar de ironia de Viveiros de Castro (2017) em relação aos que temem que os indígenas no Brasil almejem um novo Estado-nação, como se não o tivessem.

Uma prova do surgimento de folgas e do comprometimento da precisão dos movimentos é a mudança fortuita na relatoria do projeto no âmbito da CE – a parlamentar responsável foi nomeada como ministra do Governo. Aqui encontramos, finalmente, o vínculo com nosso pequeno achado no MEC. Ele é uma resposta ao novo relator que assumiu a matéria⁸⁷. Na ocasião, resolveu submeter o PL, nesse estágio de discussão, ao MEC para embasar a emissão de novo relatório.

As antigas tubulações que encontrei ligavam-se a essa consulta legislativa e desembocavam na Coordenação-Geral de Educação Escolar Indígena (CGEEI). Constituem o único registro dos autos do processo que o ligam à Coordenação-Geral, uma vez que a apreciação final da questão não conta com a participação da CGEEI na sugestão de veto.

O pronunciamento técnico da CGEEI⁸⁸ debruçou-se sobre o primeiro pronunciamento da relatoria da CE e, partindo de pressupostos semelhantes, chegou a uma conclusão bem distinta – de cunho prático em relação ao suposto impasse de técnica legislativa. Se o impeditivo seria o de se estar discutindo o alcance de um parágrafo que trata do ensino fundamental, então uma forma de encerrar a controvérsia seria mobilizar, um a um, os respectivos artigos envolvidos. Todavia, vai mais além nessa questão. A ampliação não deveria se estender apenas à educação básica, mas também à educação superior e à educação profissional e tecnológica. O pronunciamento da CGEEI parece antecipar aquele debate que a primeira relatoria da CE achou por bem relegar ao futuro:

Concordamos com a argumentação da Relatora, porém sugerimos que as alterações na LDBEN sobre a especificidade dos processos de avaliação da educação escolar indígena **tenham seu alcance ampliado à educação básica**, de acordo com a Emenda Constitucional nº 59, à **educação profissional** e ao **ensino superior**. Citar o uso das línguas originárias somente no ensino fundamental pode acarretar questionamentos dos sistemas de ensino quanto a esse direito linguístico restrito a essa etapa de ensino que, na prática, hoje, das escolas indígenas, dos processos formativos de docentes indígenas e na formação superior é demandado com ênfase pelos estudantes e lideranças indígenas. Ampliar no texto da Lei esse direito à educação básica, à educação profissional e ao ensino superior fortaleceria enormemente o apoio ao desenvolvimento que essas línguas minoritárias tem

⁸⁷ O Senador Valdir Raupp, do PMDB, por Rondônia, torna-se relator a partir de 2012 (BRASIL, 2017g).

⁸⁸ Nota Técnica nº 053/CGEEI/DPECAD/SECADI/MEC, de 7/6/2011 (BRASIL, 2015d).

garantido e que se configura como um dos componentes fundamentais da avaliação educacional (BRASIL, 2017g)

Valendo-se do endosso do MEC a esse movimento de expansão, a nova relatoria do PL descarta a limitação do parágrafo ao ensino fundamental, mas, dizendo-se amparada na Lei Complementar nº 95/1998, julga que pode valer-se de um caminho mais imediato, sem precisar mobilizar outros artigos. Orienta que o próprio item em debate continue a servir ao movimento de ampliação iniciado pela CDH, a qual fica bem visível no quadro a seguir:

Texto da LDB	O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. ⁸⁹
1ª alteração proposta	A educação básica será ministrada em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem e avaliação . ⁹⁰
2ª alteração proposta	O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem e avaliação . ⁹¹
Proposta aprovada	A educação básica, o ensino profissionalizante e o ensino superior serão ministrados em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem e avaliação . ⁹²

A ampliação de escopo em tais termos é novamente submetida ao MEC e aprovada no que seria o último pronunciamento da CGEEI analisando o PL. Como dissemos anteriormente, a Coordenação-Geral não mais foi consultada na fase de tramitação final, a que indicaria a sanção ou o veto do PL pela Presidência da República após sua aprovação no Congresso Nacional. Diga-se de passagem, a Cneei não foi consultada em nenhum momento a respeito dessa questão. Lembremos que o MEC, no memorando citado no Capítulo 1, afirmou que “esperava” discutir isso numa reunião da Comissão, quando ocorreu a divulgação ao “público externo” da orientação do Ministério pelo veto, o que teria dificultado muito a “governabilidade desse delicado processo”.

⁸⁹ Texto do § 3º do Art. 32 da LDB (BRASIL, 1996).

⁹⁰ Emenda nº 02 – CDH ao PLS nº 186, de 2008 (BRASIL, 2017g).

⁹¹ Subemenda à Emenda nº 2-CDH constante do Relatório Legislativo da Senadora Gleisi Hoffmann, do PT, pelo Paraná, de 4/5/2011 (BRASIL, 2017g).

⁹² Texto final da Subemenda nº 1-CE à Emenda nº 2-CDH, proposta pelo relator Senador Valdir Raupp, aprovado pela CE em 18/6/2013 (BRASIL, 2017g).

Confesso que, desde então, intriga-me essa alegada dificuldade em se governar um processo administrativo já resolvido, pronto para o arquivo. Some-se a isso uma expectativa dessa natureza: “[m]esmo que considerando que tais documentos são públicos, espera-se, obviamente, que um servidor que acompanha os processos em tempo real tenha sensibilidade sobre a dinâmica de assuntos tão delicados”.

A primeira dimensão está relacionada à acusação de divulgação de um processo público⁹³, cuja perplexidade reconheci na cena descrita por Kafka em que o gerente e sua esposa expulsaram K. da Hospedaria dos Senhores, sob graves censuras, após o flagrarem simplesmente parado no corredor, assistindo ao alvoroço da distribuição dos processos entre os senhores do Castelo: “Mas afinal o que ele tinha feito? Era o que K. não parava de perguntar, mas precisava de muito tempo para saber, uma vez que sua culpa era evidente demais para os dois e por isso não pensavam nem remotamente em sua boa-fé” (2008, p. 315). Há algo de desesperador em não se conseguir reconhecer uma culpa evidente demais.

Outra dimensão é de ordem temporal. Se a equipe técnica da CGEEI – a meia-dúzia que me incluía à época – tomou conhecimento da questão somente após a assinatura do veto integral do projeto pela Presidência da República em 29 de dezembro de 2015⁹⁴, e se “levei a público” esses documentos públicos em janeiro de 2016, como poderia estar na condição de alguém que acompanha o processo em tempo real? Que sensibilidade é essa que se espera? Minha hipótese, que detalharei mais à frente, é que existe uma problemática residual que dá continuidade a um processo administrativo, o qual somente ao olhar dos insensíveis é considerado resolvido. O fim de um processo não coincide com sua negativa ou seu arquivamento. Os resíduos ainda permanecem em fluxo e também precisam entrar pelo cano – de esgotos, no caso –, por isso o acompanhamento em tempo real e por isso a necessária sensibilidade em relação aos possíveis vazamentos. Uma rede de esgotamento também requer governabilidade.

O esgotamento e a privada-privada

⁹³ Ainda mais quando se consideram alegados princípios da Administração Pública, como o da publicidade, ou diretrizes explícitas como a Lei nº 12.527/2011 que, para “assegurar o direito fundamental de acesso à informação” (BRASIL, 2011a), estabelece, no Art. 3º, incisos I e II, a “observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção [e a] divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações” (*ibidem*).

⁹⁴ Mensagem nº 600, de 29 de dezembro de 2015 (BRASIL, 2015f).

Sei que o tema do esgotamento sanitário pode parecer precipitado. Afinal, mal chegamos ao reservatório superior do Ministério e ainda nem tratamos da coluna de distribuição. Há, todavia, que se levar em consideração a velocidade vertiginosa que esse fluido assumiu ao chegar ao MEC. Após tramitar por mais de sete anos em instâncias legislativas, nas ministeriais ele se transformou num processo administrativo que foi decidido em praticamente duas semanas⁹⁵.

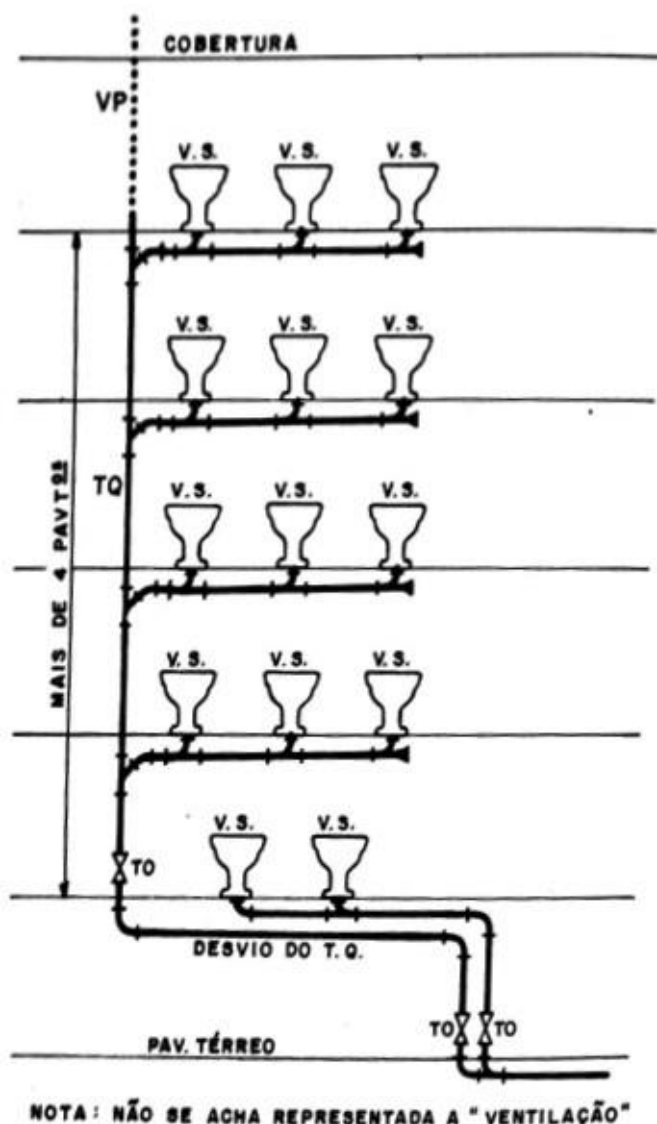
É a urgência do próprio processo decisório que aproxima um barrilete do reservatório superior a um sub-ramal⁹⁶ de uma válvula de descarga de botão. Com a decisão pelo acionamento do botão que ativa os mecanismos do aparelho de descarga, há que se levar em conta os destinos subsequentes do fluxo, ou seja, a própria bacia sanitária e, posteriormente, o ramal de descarga, que “é a canalização que recebe diretamente efluentes de um aparelho sanitário” (MACINTYRE, 1988, p. 163). Neste momento, estamos já nas tubulações de esgotamento.

Interessante notar, na figura a seguir, que o conjunto de instalações hidráulicas do esgotamento sanitário – com seus ramais de esgoto, tubo de queda etc. – parece espelhar o sistema de abastecimento, tendo o vaso sanitário como o ponto de passagem de um regime a outro. Os sistemas de abastecimento e de esgotamento continuam atualizando a dinâmica hierárquica de *alto* e *baixo*, igualmente dependentes da gravidade.

⁹⁵ A abertura do processo ocorreu em 8/12/2015 e o envio de resposta do Ministro da Educação à Presidência da República se deu em 22/12/2015. Deve levar-se em conta prazo de sanção explicado na nota 69.

⁹⁶ As partes de uma rede de distribuição predial, conforme a mudança de função ao longo de seu trajeto, podem ser denominadas como “sub-ramais, ramais, colunas de distribuição e barriletes [...]. Os barriletes são as tubulações que se originam nos reservatórios; dos barriletes derivam-se as colunas, e dessas os ramais. Os sub-ramais fazem a ligação final entre o ramal e a peça de utilização” (BAPTISTA; COELHO, 2010, p. 411).

Figura 5 – Ilustração de um tubo de queda ligando vasos sanitários



Fonte: MACINTYRE, Archibald Joseph. *Instalações Hidráulicas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

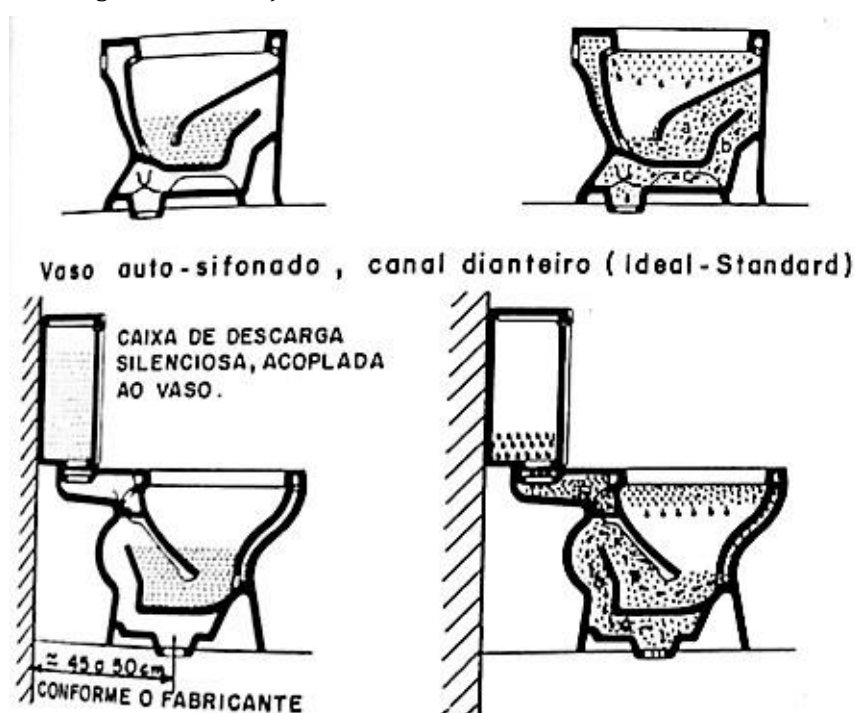
Pensar o vaso sanitário como esse ponto de transição é importante e ressalta o tipo de uso que temos em mente. Não podemos perder de vista que estamos falando de um banheiro de chefia, de um vaso sanitário exclusivo, de um trono – característica que, de agora em diante, resumirei com o termo *privada-privada*. Logo, o processo decisório, como é necessário nos processos administrativos, envolve a decisão de uma autoridade específica. A essa especificidade me reportarei a seguir, demonstrando como isso se acopla ao processo de veto ao PL.

Antes, preciso detalhar algumas características do funcionamento dos aparelhos sanitários, as quais serão importantes para considerações posteriores. Trata-se de dispositivos “conectados à instalação predial e destinados ao uso da água para fins

higiênicos, ou a receber dejetos e águas servidas” (MACINTYRE, 1988, p. 189). O de que aqui tratamos – o modelo utilizado pelo MEC –, feito em material cerâmico-vitrificado, é do tipo autossifonado, o que significa que, a partir do acionamento da válvula de descarga posicionada junto ao sub-ramal de alimentação do aparelho, um fluxo se encarrega de arrastar os dejetos, contando com o reforço de um processo de aspiração originado pelos canais internos da bacia sanitária:

Ao acionar-se a descarga, a água é injetada [nos canais do sifão] de maneira a expulsar totalmente o ar que ali se encontra quando o vaso não está sendo utilizado. Como o volume da água contida nas partes descendente e horizontal é maior do que aquele da parte ascendente, ao escoar-se, exerce uma ação sifônica, ou seja, produz uma rarefação que possibilita a entrada da água contida no poço do vaso, pela ação da pressão atmosférica. Isto, somado ao impulso da água injetada no poço, produz um forte fluxo, que permite uma remoção rápida e vigorosa do conteúdo da bacia. Estes vasos têm um fecho hídrico mais profundo do que o das bacias de arrasto, dispensando a ventilação (externa) e por isso se dizem auto-sifonados (MACINTYRE, 1988, p. 191)

Figura 6 – Ilustração do funcionamento de vasos autossifonados



Fonte: MACINTYRE, Archibald Joseph. *Instalações Hidráulicas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

É digno de nota, até mesmo para contrastar com as implicações da *privada-privada*, uma observação de Macintyre no tópico de seu livro que descreve os tipos de aparelhos sanitários: “Para uso coletivo, em quartéis, escolas, indústrias, poderão ser

usados vasos sanitários chamados do tipo ‘turco’, para uso em pé, e que deverão, neste caso, ser de ferro fundido esmaltado” (1988, p. 189). Interessante notar não apenas os locais listados pelo autor como aptos a receber um aparelho desse tipo – o qual, curiosamente, é o padrão de sanitário em muitos países não ocidentais –, mas também sua vinculação ao uso coletivo.

O uso coletivo de vasos sanitários, as *privadas-coletivas*, em face do estabelecimento de privadas-privadas abre incontáveis caminhos especulativos. Por ora, enveredar por alguns deles me exporia a um desvio considerável do tema do veto ao PL. Pelos protocolos de um processo administrativo, a privada-privada bastaria para assinalar o corte de fluxo que caracteriza um veto. Mas, de qualquer modo, a sugestão de que, por exemplo, em indústrias podem ser instalados vasos sanitários desse tipo é significativa, pois disso não decorre a possibilidade de se cogitar que esse aparelho se destinaria ao respectivo dono da indústria, ou ao presidente da empresa. Ninguém imaginaria, no Brasil, um executivo de cócoras utilizando um sanitário coletivo. De modo que os diferentes tipos de vaso parecem corresponder ou a uma horizontalidade coletiva, ou a um uso marcado e individualizante do trono.

O próprio Marx, já que o tema da privatização industrial veio à tona, manifestou-se consternado em *O Capital* acerca do uso das latrinas pelo proletariado britânico no século XIX. Ele reproduziu diversos relatos da época, sobretudo relacionados às condições de vida do “proletariado agrícola”, tratando tanto do uso coletivo dos sanitários – os locatários de um precário dormitório num condado inglês “têm de construir suas próprias latrinas; o proprietário da casa não fornece mais do que uma fossa. Sempre que alguém constrói uma latrina, esta é utilizada por toda a vizinhança” (MARX, 2017, p. 759) – quanto da privatização das privadas:

[A relação de servidão no condado de Durham] também mostra o consumo individual do trabalhador como consumo para o capital ou consumo produtivo – sob um aspecto inteiramente novo: “É curioso observar como até o excremento desse *bondsman* se conta entre as retribuições que ele paga ao patrão calculista. [...] O arrendatário não autoriza em toda a vizinhança outra latrina que não a sua própria e não tolera a esse respeito qualquer diminuição de seu direito de suserano” (MARX, 2017, p. 652).

Também destacou como as privatizações em curso e as casas desprovidas de latrina levaram a soluções inusitadas para o tratamento dos excrementos familiares, como no caso de um condado em que uma família “tem de encher com [seus

excrementos] a gaveta de um armário. Assim que está cheia, retiram-na e despejam seu conteúdo onde ele é necessário” (MARX, 2017, p. 762).

Voltando ao tipo de sanitário de que aqui tratamos, podemos permanecer, todavia, com esse pano de fundo da privatização capitalista sugerido por Marx, pois é também o do “ânus solar” apresentado por Deleuze e Guattari (2010) em *O Anti-Édipo*. Obviamente existe uma querela político-psicanalítica em torno de seus raios – “O presidente Schreber tem os raios do céu no cu” (*ibidem*, p. 11) –, pois os autores conectam-se aos relatos de Daniel Paul Schreber (1995), em *Memórias de um doente dos nervos*, para demonstrar como Freud (2010) ignora o conteúdo histórico e político do texto de Schreber para que este se ajuste aos marcos da psicanálise edipiana.

Indiferente às querelas psicanalíticas, interessa-me apenas a nuance produtiva do ânus solar. Podemos substituir-lhe a referência, que decorreria do fato de que “Schreber tem uma relação toda peculiar com o Sol” (FREUD, 2010, n.p.), para aproximá-lo ao nosso campo. Valendo-me da preocupação dos Exmos. Srs. Drs. Defensores Públicos em assinalar as prerrogativas funcionais de usuários de banheiros de gabinete em relação a estagiários e servidores comuns, chamarei *ânus-Exmo.* a esse aparelho de corte e fluxos – confirmando a isonomia entre os ânus da defensoria pública, da magistratura e da procuradoria. Mas esse diacrítico não tem lá tanta importância e não quero enveredar em algo parecido à rumpologia⁹⁷.

De qualquer modo, o maquinismo do ânus-Exmo., com sua dinâmica de fluxos e cortes, parece-me uma noção evidente. O movimento expulsório do aparelho excretor possui etapas bem marcadas, tanto é que existe uma gíria corporativa de ir-se ao banheiro *passar um fax*⁹⁸ como alusão ao ato de defecar. Destaco também o emprego do verbo *obrar*, que pode significar “exercer um ofício; realizar uma ação; trabalhar” e “expulsar os excrementos; defecar” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 1890).

De sorte que devo apenas ressaltar – e aqui fica claro meu interesse no tratamento do tema em *O Anti-Édipo* – que qualquer “máquina está, em primeiro lugar, em relação com um fluxo material contínuo (*hylê*) que ela corta. Funciona como uma máquina de cortar presunto: os cortes operam extrações sobre o fluxo associativo. Como o ânus e o fluxo de merda que ele corta” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 54). Mas o corte

⁹⁷ Arte divinatória, pouco difundida, que faz previsões a partir da análise das nádegas de alguém. Rumpólogos alegam que é uma prática milenar, análoga à quiromancia (CASTEDO, 2017).

⁹⁸ Nome abreviado do aparelho de comunicação telefac-símile, em desuso atualmente.

não é uma oposição à continuidade do fluxo. Ainda que um ânus-Exmo. possa ser pensado como um sistema de cortes, ele existe em relação com outros *objetos parciais* – usando mais um termo emprestado. Por isso, “toda máquina é corte de fluxo em relação àquela com que está conectada, mas ela própria é fluxo ou produção de fluxos em relação àquela que lhe é conectada. É esta a lei da produção de produção” (*ibidem*, p. 55).

A privada-privada – descarga, bacia sanitária e ânus-Exmo. – efetua a transição do fluido de seu estado de potabilidade ao de águas de rejeito. O que sai da privada é esgoto. Ou, mais precisamente, tudo que se pode fazer num trono é veto, pois lembro que a função primordial de um poder é separar, por exemplo, um PL do que ele pode. Uma matéria, com o potencial de virar lei, vira arquivo. Mas, como ressaltai anteriormente, não podemos esquecer a preocupação das chefias do MEC com a governabilidade de um PL já vetado. Precisa-se de sensibilidade quanto a isso.

Sinto que existe certo pudor de área quanto ao tratamento dessas questões, o que pode ser prejudicial às ciências sociais como um todo. O próprio Marx parece se referir ao padrão calculista de excrementos com ares de “vejam a que ponto chegamos!”. Outras áreas, como pude perceber nesse breve contato com textos de engenharia hidráulica, parecem demonstrar maior sensibilidade ao assunto. Basta constatar que quando projetaram um ministério em Brasília, prédio pertencente ao patrimônio histórico da humanidade, engenheiros e arquitetos já tinham a plena consciência de que iria dar merda. Por isso um calculismo para dar-lhe a destinação desejável, pensando-se nos tamanhos e ordenações das encanações de esgoto, localização exata dos banheiros etc. As águas imundas sempre tiveram um explícito tratamento.

Paul B. Preciado (2017), analisando a divisão dos banheiros públicos em masculino e feminino, bem como suas respectivas disposições arquitetônicas, reforça o calculismo dessa área. O banheiro feminino destina seu espelhado espaço comum interno a um inicial escrutínio da heterossexualidade feminina de quem o adentra, e reserva o espaço de alívio das necessidades fisiológicas a um mesmo receptáculo, privado dos olhares públicos – mas que não impede a partilha de odores e sons. Enquanto que o banheiro masculino, dispondo de mictórios, favorece a imperativa separação entre a genitalidade e a analidade, de modo que o masculino possa exercitar a primeira publicamente e em postura ereta. Preciado demonstra como a arquitetura não está simplesmente a serviço de facilitar necessidades fisiológicas – indaga que, por

exemplo, os banheiros públicos poderiam estar organizados a partir da necessidade de defecar e de urinar –, pois atua ativamente na fabricação de gêneros.

Há muito que as excreções do MEC são uma preocupação das equipes de infraestrutura. O antigo prédio ministerial, do então chamado Ministério da Educação e Saúde Pública (MES)⁹⁹, construído em outra esplanada – neste caso, a *Esplanada do Castelo*, na cidade do Rio de Janeiro –, também foi concebido com muita clareza acerca de suas destinações. A equipe do Ministro, quando do lançamento de sua proposta do “Ministério do Homem” (LISSOVSKY; SÁ, 1996), fez constar no edital de seleção de projetos, em 1935, a exigência de que o Gabinete do Ministro deveria contar com instalações sanitárias (*ibidem*, p. 5).

Até que se rendessem aos traços da arquitetura de Le Corbusier – sob a coordenação de Lúcio Costa –, projetos concorrentes foram descartados por não satisfazerem “requisitos higiosanitários que se devem exigir em um moderno Ministério da Educação e Saúde Pública” (*ibidem*, p. 31). Por apresentarem instalações sanitárias insuficientes, “cujos tubos de descarga [dariam] bastante trabalho ao construtor” (*ibidem*, p. 34), ou por questões mais graves ainda: “Em certas instalações para chefes de seção as dimensões são tão acanhadas que mal permitem a instalação das peças. Há um chefe de seção no quarto pavimento que seria obrigado a atravessar uma copa para chegar ao seu sanitário privativo” (*ibidem*, p. 41).

Inaugurado o prédio, com as devidas correções para não submeter as chefias a tamanhos constrangimentos, o zeloso Ministro fazia questão de acompanhar os sanitários. Veja-se esta ordem de serviço escrita pelo Ministro ao diretor responsável pela manutenção predial:

Informado de que estão sendo encontrados escritos e figuras nos gabinetes sanitários do edifício deste ministério, solicito as suas providências no sentido de ser feita secreta e rigorosa vigilância a fim de apurar a autoria de tais atos de mau comportamento. Apurada a autoria, deverá o servidor ser imediatamente transferido para repartição localizada fora deste edifício, sem prejuízo da penalidade administrativa que no caso couber. (*ibidem*, p. 191).

Segundo Macintyre (1988, p. 142), as *águas imundas* “são águas residuárias contendo dejetos (matéria fecal), elevada quantidade de matéria orgânica instável,

⁹⁹ Atualmente conhecido como Palácio Gustavo Capanema, o edifício foi inaugurado em 1945 (LISSOVSKY; SÁ, 1996).

putrescível, com grande quantidade de microrganismos e eventualmente vermes, parasitos e seus ovos”. Isso ajuda a não esquecer a dinâmica própria dos fluxos servidos. O destino das águas residuais nem sempre é o da submissão ao sólido. As tubulações de esgotos também estão sujeitas a vazamentos. Assim, sempre haverá interesse pela governabilidade das redes de esgotos. Uma vez desencadeado um vazamento, quem saberá o destino de microrganismos e de seus ovos? Excelente oportunidade para o estabelecimento de uma antropologia de esgoto como campo da disciplina.

Distribuindo o delicado processo

Situada a questão dos esgotos e privadas – e não se pode esquecer que o presente texto não é mais que uma pesquisa de esgotamento –, finalmente retrato a distribuição do PL no âmbito do MEC, tendo a oportunidade de registrar as chefias obrando num processo administrativo dessa natureza.

Após ser solicitado pela Presidência da República a se manifestar sobre o PL unanimemente aprovado no Congresso, o Gabinete do Ministro se encarregou de consultar as devidas instâncias administrativas relacionadas à matéria. Os documentos de distribuição pediam que cada área manifestasse, em regime de urgência, “posicionamento favorável à sanção ou ao veto, com a devida justificativa” (BRASIL, 2015d). Aqui seguiremos a ordem de emissão desses documentos como critério para abordar a tramitação do PL.

A primeira secretaria notificada foi a Secretaria de Educação-Básica (SEB)¹⁰⁰. Sua resposta à solicitação, ou melhor, sua não resposta tem um traço interessante. A SEB prontamente limitou-se a vedar seu respectivo ramal de ligação à coluna de distribuição, informando que

[...] verificou-se que a temática do [PL], que se encontra em fase de sanção presidencial, não diz respeito ao âmbito de competência desta Secretaria.

Neste sentido, sugerimos a oitiva da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), tendo em vista que compete a esta, em articulação com os sistemas de ensino, implementar políticas educacionais nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, do campo, **escolar indígena**, quilombola e educação para as relações étnico-raciais (BRASIL, 2015d, grifos do texto).

¹⁰⁰ Memorando nº 50289/2015/ASPAR/GM/GM, 8/12/2015 (BRASIL, 2015d).

Voltamos a K., no corredor da Hospedaria, admirado com o intenso trabalho dos servidores, os quais empurravam um carrinho de processos enquanto travavam batalhas com os quartos turrões¹⁰¹ dos senhores para conseguir distribuí-los. Na peleja das negociações para seguir a ordem dos repasses, ocorria de um dos senhores, em discordância com a distribuição, lançar os autos “longe no corredor [...] de tal forma que os barbantes que os amarravam se soltavam e as folhas voavam, motivo pelo qual os servidores precisavam se empenhar muito para pôr tudo em ordem outra vez” (KAFKA, 2008, p. 310).

Uma negativa dessa natureza, todavia, é rara num ministério, por conta de princípios administrativos formais, como o do *poder hierárquico* – as relações de subordinação entre órgãos e agentes que organizam as atividades e as respectivas competências, de modo que entes inferiores balizem as tomadas de decisão das instâncias superiores (MEIRELLES, 2016, p. 142; DI PIETRO, 2014, p. 98). Ou mesmo do *poder-dever de agir*, que assevera não ser facultativo a uma autoridade não agir diante de uma questão sob sua responsabilidade, pois a competência decisória a obriga a tomar as iniciativas legalmente previstas¹⁰², não lhe cabendo uma suspensão de juízo (MEIRELLES, 2016, p. 114; DI PIETRO, 2014, p. 90).

Ainda a respeito do princípio de hierarquia, Di Pietro tece uma consideração importante para situarmos os colegiados, como é o caso da Cneei, diante desse quesito:

Há de se observar que a relação hierárquica é acessória da organização administrativa. Pode haver distribuição de competências dentro da organização administrativa, excluindo-se a relação hierárquica com relação a determinadas atividades. É o que acontece, por exemplo, nos órgãos consultivos que, embora incluídos na hierarquia administrativa para fins disciplinares, por exemplo, fogem à relação hierárquica no que diz respeito ao exercício de suas funções. Trata-se de determinadas atividades que, por sua própria natureza, são incompatíveis com uma determinação de comportamento por parte do superior hierárquico (DI PIETRO, 2014, p. 97).

¹⁰¹ “Na luta contra esses pequenos quartos turrões – muitas vezes parecia a K. que se tratava, com frequência, de uma luta com os quartos, já que quase não lhe era dado ver os ocupantes –, nessa luta o servidor não cedia. Ele, com efeito, se esgotava – quem não se esgotaria? –, mas logo se recuperava, deslizava do carrinho para o chão e arremetia ereto, os dentes cerrados, outra vez contra a porta a ser conquistada” (KAFKA, 2008, p. 311).

¹⁰² Que implica outro princípio, o da *legalidade*: “Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa ‘pode fazer assim’; para o administrador público significa ‘deve fazer assim’” (MEIRELLES, 2016, p. 93).

A saída encontrada pela SEB é interessante porque o Gabinete do Ministro apresentou uma bifurcação muito clara às instâncias consultadas. Ou se posicionam pela promulgação, ou pelo veto, oferecendo, em ambos os casos, a devida justificativa. A Secretaria enveredou por um posicionamento metaprocessual, questionando a própria distribuição e assumindo a justificativa de que a temática da educação escolar indígena é de competência da Secadi. Não apenas desconsiderou quantos estudantes indígenas estão vinculados ao “sistema padrão” da educação básica, mas também replicou um discurso muito comum e intrigante no meu campo.

É habitual ouvir especialistas nos mais diversos programas e temáticas da educação se acanharem diante de trabalhos nessa área, com a saída “não entendo nada de índio”. “Índio” aparece como um tema místico e próprio dos iniciados. Esse comedimento, por assim dizer, gera inúmeros contratempos administrativos, mas pelo menos aquece o mercado de especialistas em igualdade e em diferença. De qualquer modo, como veremos, existem também os arroubos administrativos em que não-iniciados fazem corajosas incursões pela área. Difícil escolher entre a timidez ou a ousadia como o mais proveitoso nesses momentos.

Os porquês do não e o não dos porquês

Antes de partirmos para as secretarias mais corajosas, gostaria de tecer algumas considerações sobre essa necessidade de se prestar justificativas. Elas foram requeridas pelo Gabinete do Ministro, como também no ofício da Presidência que originou o presente processo – o qual solicitou “parecer do órgão técnico competente”. Essa é mais uma faceta relacionada aos princípios formais da vida administrativa.

Posso exemplificar isso tratando do tipo de trabalho que exerço, ou tento exercer, num ministério. Faço parte dos quadros técnicos de um ministério. Quando meu memorando de expulsão disse que o “servidor vinha adotando uma conduta que, inúmeras vezes, prejudicava os processos decisórios desta Secretaria”, ele assevera que estava transpondo um limite que separa um técnico de um chefe.

O chefe, pelos princípios administrativos, é justamente quem tem a prerrogativa de decidir. É quem pode dar vida aos atos administrativos propriamente ditos. Ele está autorizado a exercer o poder do Estado – que, pelo que dissemos anteriormente, é o típico exercício de amesquinamento dos possíveis. Em poucas palavras, o chefe é quem tem a prerrogativa da negativa estatal, uma vez que não se pode

conceber o exercício do poder sem a interdição que acompanha a sujeição. Se existem subordinados, é porque o superior tem a prerrogativa do não; basta dar-se conta de como um superior interpreta o rotundo não de um subordinado.

Mas e quando o chefe diz sim? Se o sim é do tipo “tudo bem, construam o empreendimento X!”, há que se levar em conta quantas vidas são negadas com o empreendimento X. Logo, o sim é mais uma das formas de se dizer não. Por outro lado, e se um chefe diz sim sem que isso seja um exercício de poder – ou seja, de negação e de entristecimento de outras vidas? Aqui, então, volta-se ao dilema do Papa louco. Chega-se ao ponto em que DaMatta jocosamente subestimou como “a obrigação de virar outra coisa” (ROBERTO... 2009). Todavia, antes de qualquer desdém, seria interessante conjecturar-se quão danoso seria alguém levantar-se do trono e ir “arranjar um emprego num circo” (*ibidem*).

Se o não é uma função *privativa* do chefe, compete a um técnico, ao analisar processos como esse, emitir pareceres administrativos – os ditos atos enunciativos¹⁰³. Cabe ao trabalho técnico um exercício opinativo, o fornecimento de motivos para a tomada de decisão de uma chefia. É que, pelo princípio da *motivação*¹⁰⁴ dos atos administrativos, o não de um chefe depende umbilicalmente de um porquê.

Enquanto técnico, atuando num processo cujo objeto permitisse análises mais profundas acerca do aprimoramento do sistema educacional brasileiro, poderia, por exemplo, chegar à conclusão de que o MEC deveria deixar de existir. Ao assinar e enviar esse documento à chefia competente, esse ato não colocaria a existência do Ministério em risco. Precisaria que as devidas autoridades, sensíveis à minha opinião, a utilizassem apenas como pressuposto para a almejada extinção do Órgão.

Esse dado é interessante para pensarmos aquela situação em que técnicos, movidos por questões de fato e de direito, chegam à sugestão de um “sim”. Em vez de fundamentarem um “porque não”, aventuram-se num “porque sim”. Não o sim do chefe,

¹⁰³ Os atos administrativos enunciativos são “aqueles que, embora não contenham uma norma de atuação, nem ordenem a atividade administrativa interna, nem estabeleçam uma relação negocial entre o Poder Público e o particular, enunciam, porém, uma situação existente, sem qualquer manifestação de vontade da Administração. Só são atos administrativos em sentido formal, visto que materialmente não contêm manifestação da vontade da Administração” (MEIRELLES, 2016, p. 217).

¹⁰⁴ “Pela motivação o administrador público justifica sua ação administrativa, indicando os fatos (pressupostos de fato) que ensejam o ato e os preceitos jurídicos (pressupostos de direito) que autorizam sua prática. [...]. [Tratando-se dos administrativos] que afetam o interesse individual do administrado, a motivação é obrigatória, para o exame de sua legalidade, finalidade e moralidade administrativa. A motivação é ainda obrigatória para assegurar a garantia da ampla defesa e do contraditório prevista no art. 52, LV, da CF/88” (MEIRELLES, 2016, p. 110).

mas aquele sim do louco. Minha experiência é que o “porque sim” dos técnicos é até comum. Mas acontece que um servidor técnico, quando é dado ao sim dos loucos, será, na melhor das hipóteses, ignorado nos autos do processo – como aconteceu nesse caso do veto ao PL. Isso na melhor das hipóteses, pois o mais provável é que não mais receba processos de determinados assuntos nas próximas ocasiões – se bem que, diante de outras possibilidades, não receber processos está ainda no rol das melhores hipóteses.

No mais, uma equipe técnica efetiva e solícita, benquista por toda e qualquer chefia, é aquela disposta a prontamente oferecer razoáveis porquês aos nãos superiores. Esse tipo de sincronia facilita e agiliza os despachos, acelerando o trâmite processual. Considero que um ato administrativo, em última instância, nada mais é que uma negativa bem fundamentada.

Do veto técnico às técnicas de um veto

Fundamentar uma negativa, logo, passa a ser habilidade bem valorizada nos meandros administrativos. Colegas inclinados ao apoio de trabalhos mortíferos têm ascensão meteórica. Não são poucos os que deixam o cargo de técnico para se tornarem chefes. Peritos dessa natureza possuem seu valor não apenas pela agilização dos trâmites administrativos, mas também por nem sempre ser fácil encontrar-se um porquê para um não, um conteúdo para o receptáculo que justifique a descarga.

A chegada do processo ao ramal destinado à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) demonstra bem isso. O primeiro detalhe é que o parecer¹⁰⁵ foi redigido pela própria Coordenadora-Geral de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica. Se um técnico afeito aos trabalhos do Estado pode virar chefe, nada impede que um chefe possa atuar ocasionalmente como técnico. Adiante tratarei disto mais detidamente.

O parecer sucinto é inicialmente promissor para outro destino do PL que não a válvula de descarga. O documento é favoravelmente taxativo, ainda que se inicie com um arbitrário recorte do Projeto – “o posicionamento desta Secretaria será restrito aos aspectos que se referem à Educação Profissional e Tecnológica” (BRASIL, 2015d), o que no contexto do parecer significou a não emissão de opinião sobre a alteração proposta pelo PL ao Art. 79 da LDB, tratando apenas da proposta ao Art. 32¹⁰⁶:

¹⁰⁵ Nota Técnica nº 50002/2015/DPE/SETEC/SETEC, de 15/12/2015 (BRASIL, 2015d).

¹⁰⁶ A Setec não se dignou ao trabalho de justificar esse recorte.

Em análise ao referido projeto, entende-se que a proposição está em consonância com os princípios da Educação Profissional e Tecnológica, definidos no Art. 6º da Resolução CNE/CEB nº 5, de 20 de setembro de 2012, que define as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (*ibidem*).

Após listar esses princípios, o parecer vai além no engajamento com a proposta: “esta Secretaria, do ponto de vista técnico, não vislumbra óbice quanto ao mérito da proposição” (*ibidem*). Mas há um porém; a despeito da velocidade do aparente favorecimento do fluxo, descobre-se um redutor que redireciona todo o processo em direção à válvula:

Entretanto, cumpre ressaltar que a proposta de inclusão dos termos ensino profissionalizante e ensino superior no § 3º do Art. 32 não é apropriada visto que o referido artigo encontra-se na Seção III da Lei original, que trata exclusivamente do Ensino Fundamental.

Dessa forma, sugere-se o veto presidencial ao §3º do art. 32 do Projeto de Lei 5.954/13 (*ibidem*).

Jamais um *não* foi tão quase-sim na tramitação desse PL – nesse aspecto, talvez apenas o parecer da Secadi, de que tratarei adiante, conseguiu superá-lo em termos de guinada crepuscular. Primeiramente a Setec evitou dizer não ao parágrafo proposto ao Art. 79: disse nada, o que, em termos administrativos, é quase um sim. Depois, assegurou que não havia óbice quanto ao mérito da proposta, restando apenas a sutileza de julgar inapropriado incluir os termos *ensino profissionalizante* e *ensino superior* na Seção III da LDB.

Talvez excesso de prudência da Setec e de zelo à hierarquia dos itens textuais da LDB, mas é fato que a desordem pode fazer qualquer projeto sucumbir em meio a um sem-fim de vazamentos. A Secretaria simplesmente julgou apropriado o cumprimento da lei, ainda que seja uma lei que, ela própria, nem sempre julgue apropriada.

A Lei Complementar nº 95/1998, como dissemos anteriormente, foi objeto de querela de técnica legislativa nas comissões do Senado. Embora a Setec tenha, zelosamente, requeitado a suposta controvérsia, o entendimento firmado em definitivo do Senado – e unanimemente aprovado na Câmara dos Deputados – é o de que o PL estava em consonância com a técnica legislativa:

Impende assinalar, preliminarmente, que em relação à juridicidade, a proposição acertadamente altera legislação já existente sobre a matéria – no caso, a LDB, e também **atende aos**

requisitos de regimentalidade e de técnica legislativa, em especial da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração e redação das leis (BRASIL, 2017g, grifos meus)¹⁰⁷.

Embora esse contexto pareça apelar para um severo julgamento de competências, tal como: quem a Setec pensa que é para simplesmente julgar inapropriada uma organização textual consolidada e aprovada pelos que detêm a própria prerrogativa constitucional da técnica legislativa? Ainda assim, é importante esmiuçar os porquês da Secretaria.

A redação de uma lei federal conta com a Lei Complementar nº 95/1998 como parâmetro indispensável. Ela dispõe de uma variedade de orientações técnicas, informando a estrutura básica de uma lei, quais itens são grafados em caracteres maiúsculos, como deve ser elaborada a epígrafe, o que deve obrigatoriamente constar do primeiro artigo, quando se devem empregar algarismos romanos e arábicos, e assim por diante.

Ela também trata de questões estilísticas, ou melhor, antiestilísticas. Por exemplo, a redação deve “usar frases curtas e concisas[;] construir as orações na ordem direta, evitando preciosismo, neologismo e adjetivações dispensáveis[;] usar os recursos de pontuação de forma judiciosa, evitando os abusos de caráter estilístico[; evitar o] emprego de sinonímia com propósito meramente estilístico[;] evitar o emprego de expressão ou palavra que confira duplo sentido ao texto” (BRASIL, 1998). No mais, orientações parcimoniosas que também são encontradas como critérios da própria produção acadêmica.

A faceta em questão, todavia, é aquela que a Lei estipula como necessária para a obtenção do que chama de *ordem lógica* de um texto normativo. Em sua consecução os artigos possuem um papel primordial: “a unidade básica de articulação [dos textos legais] será o artigo, indicado pela abreviatura ‘Art.’” (*ibidem*). Que se organizam da seguinte forma: “os artigos desdobrar-se-ão em parágrafos ou em incisos; os parágrafos em incisos, os incisos em alíneas e as alíneas em itens” (*ibidem*). Lembrando que o PL trata de dois parágrafos propostos respectivamente aos dois artigos da LDB mencionados.

¹⁰⁷ Parecer do Senador Valdir Raupp, do PMDB, por Rondônia, de 8/2/2012 (BRASIL, 2017g).

Tomando esses pressupostos, a Lei estabelece os critérios de redação que acabaram por influir nessa sugestão de veto ao PL. Para a obtenção da *ordem lógica*, o texto legal deve:

- a) reunir sob as categorias de agregação – subseção, seção, capítulo, título e livro – apenas as disposições relacionadas com o objeto da lei;
- b) restringir o conteúdo de cada artigo da lei a um único assunto ou princípio;
- c) expressar por meio dos parágrafos os aspectos complementares à norma enunciada no *caput* do artigo e as exceções à regra por este estabelecida (*ibidem*).

Como mostramos, o objeto do Art. 32 da LDB é o ensino fundamental¹⁰⁸, por isso as objeções quanto ao texto tratar da educação básica como um todo e, no caso da Setec, por tratar de ensino profissionalizante e do ensino superior. Mesmo sendo um parágrafo replicado da Constituição de 1988 que veio a constar como desdobramento desse artigo na LDB por uma conjuntura histórica – talvez circunstância que tenha levado o Congresso Nacional a minimizar a questão formal, contornando o trabalho de alterar outros artigos da LDB –, a Setec julgou motivo suficiente para sugerir o veto, embora não fazendo uma referência técnica direta à necessidade de restrição do conteúdo do artigo a um único assunto, porquanto tomou como justificativa que a mudança seria inapropriada pelo assunto da Seção¹⁰⁹. Deslize técnico insignificante que não desabona o compromisso com a ordem lógica.

Compromisso que é colocado em suspenso pela própria Lei, que possui um desfecho digno dos paradoxos do Mentiroso, tal como o paradoxo de Epimênides, o qual, nascido em Creta, afirmava que todos os cretenses são mentirosos (HAACK, 2002, p. 186). O último artigo afirma que: “Eventual inexatidão formal de norma elaborada mediante processo legislativo regular não constitui escusa válida para o seu descumprimento” (BRASIL, 1998). Legitimar aquilo que a descumpre é inusitada forma de uma lei prescrever a legalidade.

Quem se empenhou durante anos pela aprovação do PL pode achar que o motivo formalista da Setec é insuficiente para a proposição de veto. Todavia há que se

¹⁰⁸ “Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade [...]” (BRASIL, 1996).

¹⁰⁹ “Seção III Do Ensino Fundamental” (BRASIL, 1996).

considerar que a técnica legislativa, ainda que desempenhe papel importante, não resume o repertório de instrumentos à disposição de um veto técnico.

A coragem virtual da Educação Superior (superior!)

Mas usar esse repertório exige o mínimo de intrepidez. Mencionamos a forma como a SEB evitou entrar no mérito do PL e que é comum, quando se trata de uma iniciativa administrativa relacionada aos povos indígenas, o melindre do “não entendo nada de índio” de quem julga que índio é coisa para especialista.

Em matéria de não hesitação, o posicionamento da Secretaria de Educação Superior (Sesu) é exemplar em inumeráveis sentidos. Abaixa a tampa e aciona a válvula com toda a segurança de quem obrou com primor técnico¹¹⁰.

Após tecer breves considerações sobre a busca por igualdade no acesso à educação como desafio para o desenvolvimento do País e tratar de programas de auxílio estudantil recém-criados como “vitória histórica na luta pela superação do legado de discriminação e exclusão de setores da população no Brasil” (BRASIL, 2015d), a Sesu vai direto ao ponto e define o que é um indígena:

O Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/73), em seu artigo 3º, define o indígena como: “todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica **e é identificado** como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional.” (*ibidem*, grifos do texto).

Curioso que o trecho negrito e sublinhado pela Sesu parece sugerir certo desequilíbrio entre o que “se identifica” e o que “é identificado”.

Definidos os indígenas – e enumerados seus direitos constitucionais –, a Secretaria situa-os diante do PL proposto. Como era de se esperar, tratou também apenas da alteração referente ao Art. 32:

Não obstante, há que se verificar a viabilidade do dispositivo inserto no § 3º do art. 32 do referido Projeto, que busca garantir aos indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem e avaliação no que tange ao ensino superior. A atual população indígena brasileira, segundo resultados preliminares do Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, é de 817.963 indígenas, dos quais 502.783 vivem na zona rural e 315.180 habitam as zonas urbanas brasileiras. O censo registrou 274 línguas indígenas faladas, e que cerca de 17,5% da população indígena não fala a língua portuguesa. Assim,

¹¹⁰ Nota Técnica nº 50045/2015/CGLNES/GAB/SESU/SESU, de 11/12/2015 (BRASIL, 2015d).

insta ponderar sobre a efetividade, aplicabilidade e a concretização dos direitos sociais, que exigem conduta estatal. Na concretização desses direitos, não há como escapar de sua adequação à realidade e à possibilidade de cumprimento da prestação pelo Estado (*ibidem*).

No processo de adequação à realidade e no estudo da possibilidade de cumprimento pelo Estado, a Secretaria recorre a trecho de um texto de Fábio Konder Comparato, cirurgicamente selecionado: “é claramente impossível compelir o Estado a providenciar imediatamente, a todos os que o demandem, um posto de trabalho, uma moradia, uma vaga em creche, um tratamento médico-cirúrgico de alta complexidade, e outras prestações dessa natureza” (COMPARATO, 2001, p. 73)¹¹¹.

O ponto é o nexos temporal suscitado pelo *imediatamente*, ou seja, o acionamento das “distintas equações usadas pelo governo para calcular o *quantum* de merecimento daqueles que almejam ‘ganhar’ benefícios diversos” (BORGES, 2003, p. 18). Alguns direitos “merecem” levar tempo para ser atendidos, ou melhor, levam o *tempo* como o próprio atendimento imediato por parte de um Estado atemporal:

[...] em meu percurso de pesquisa tenho começado a me dar conta de que minhas investigações sobre o Estado, agora iluminadas por essa outra margem conceitual que é a Bruxaria, me permitem sugerir que uma das razões pelas quais o Estado se impõe (para as pessoas comuns e para as teorias sociológicas e antropológicas) deriva de um controle sobre o Tempo: para o primeiro a Atemporalidade, para nós, a implacabilidade do Tempo/do Século.

[...] os termos estatais exigem um tempo (de sofrimento e privação) como índice de merecimento capaz de hierarquizar a multidão de demandas diante das exíguas políticas públicas que podem ser ofertadas à população. Um tempo que demonstre o quanto estiveram batendo à porta de um Estado que normalmente não escuta as pessoas justamente porque elas são transitórias, [...] (BORGES, 2012, p. 478).

¹¹¹ Lendo-se o restante do texto de Comparato, percebe-se que seu ponto é bem diverso, até mesmo oposto, ao que pode transparecer neste pequeno trecho selecionado: “Analisados, portanto, dessa maneira, bem se percebe que os direitos econômicos, sociais e culturais gozam de tanta eficácia e força impositiva quanto os direitos e liberdades individuais, não mais podendo ser considerados como os primos pobres da família. [...]. Não, todos os direitos econômicos, sociais e culturais declarados em nossa Constituição gozam de eficácia imediata, no sentido de que as entidades da federação não podem adiar, sob pretexto da inexistência de leis (que elas próprias, aliás, produzem), a realização de políticas públicas tendentes à progressiva melhoria do nível de vida e da qualidade vida de todos os segmentos da população” (COMPARATO, 2001, p. 76).

Fixado o entendimento de que nem tudo pode ser atendido pelo Estado imediatamente, a Sesu aprofunda sua explanação realista afirmando que as ações, além de tempo, custam recursos financeiros ao erário, os quais, obviamente, devem constar do orçamento público.

Todavia, mal se começa a apreciação dos ajustes realistas, dos encaixes dos ramais, das vedações promissoras, a válvula é *imediatamente* acionada:

Diante desse cenário, e considerando a multiplicidade de línguas indígenas existentes no território nacional, pondera-se que a norma estabelecida no § 3º do art. 32 do Projeto é virtualmente inexecutável, em face das condições materiais exigidas para sua implementação.

Assim, diante do exposto, a Secretaria de Educação Superior sugere o veto presidencial ao § 3º do art. 32 do Projeto de Lei 5.954/13 (BRASIL, 2015d).

Virtualmente inexecutável! E em face de condições materiais que não são sequer mencionadas. Não consta do documento nenhum tipo de levantamento de custos ou de previsão temporal. Nada que possa caracterizar as evocadas condições materiais. Sabe-se apenas que, diante delas, assegurar aos povos indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem no ensino superior – incluindo processos de avaliação – é algo virtualmente inexecutável para o MEC.

Virtualmente inexecutável! O que seria o contrário disso? Atualmente executável?

Virtualmente inexecutável! Seguramente é um dos desfechos mais enigmáticos de um documento oficial com que tive contato. Passei dias com esse parecer rodopiando em minha mente, com o rumor das águas que o acompanha, o rechar de um fluxo intenso. Não consegui, todavia, avançar no seu entendimento.

Com isso não quero dizer que o desfecho do documento rompe com o comedimento realista que gradualmente levava a Sesu a, corajosamente, apropriar-se do PL. Não há dúvidas que essa é uma justificativa extremamente corajosa. Acontece que, por ser tão sucinto, o pronunciamento da Secretaria parece carecer de melhor detalhamento. Merecia mais alguns parágrafos, alguma planilha de custos, quem sabe a projeção do que poderia ser contemplado com os atuais recursos disponíveis. Contudo, detalhamentos adicionais sempre levam tempo do Estado. A distribuição de tal recurso, tão imperiosamente limitado, deve também estar à ventura do *quantum* de merecimento.

Vazamento e avocação de um louco

Também enigmática é a passagem do PL pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Por se tratar de uma autarquia vinculada ao MEC, a tramitação do PL exigiu uma tubulação anexa e uma bifurcação que acabou por ocasionar outro notório vazamento ao longo da trajetória do Projeto.

No INEP, o PL foi distribuído a duas diretorias. Na Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES), o processo foi analisado pela equipe técnica. A segunda e última vez que isso aconteceu ao longo de sua tramitação. Como dissemos, o primeiro caso foi a submissão do PL à equipe técnica da Coordenação-Geral de Educação Escolar Indígena da Secadi, quando ainda estava em tramitação no Congresso. Nos demais casos, todas as análises técnicas do processo foram lavradas por chefias dos setores, o que é algo atípico.

Essa possibilidade de as chefias substituírem as equipes técnicas nos autos tem a ver com o princípio de hierarquia na Administração Pública que mencionei anteriormente. Uma das formas de um superior exercer controle hierárquico é avocando¹¹² as atribuições administrativas de um subordinado. Ainda que se trate de uma prática inerente ao controle das atividades administrativas, a avocação necessita ser devidamente justificada (DI PIETRO, 2014, p. 215; MEIRELLES, 2016, p. 144).

Não existe nenhuma justificativa explícita nos autos para que o processo não tenha sido submetido às equipes técnicas. Considerando, todavia, os vazamentos decorrentes dos casos em que as equipes técnicas puderam se posicionar, fica patente a vocação da equipe técnica nessa matéria, evidenciado com propriedade por que o PL deveria ser sancionado.

A análise da DAES¹¹³ demonstra como as alterações propostas pelo PL corroboram as diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes):

Há, deste modo, relação entre as diretrizes anunciadas pela Lei nº 9.394/1996, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura

¹¹² “Avocar é chamar a si funções originariamente atribuídas a um subordinado. Nada impede tal prática, que, porém, só deve ser adotada pelo superior hierárquico quando houver motivos relevantes para tal substituição, isto porque a avocação de um ato sempre desprestigia o inferior e, não raro, desorganiza o normal funcionamento do serviço. Pela avocação substitui-se a competência do inferior pela do superior hierárquico, com todas as consequências dessa substituição, notadamente a deslocação do juízo ou da instância para ajustá-lo ao da autoridade avocante em caso de demanda” (MEIRELLES, 2016, p. 144).

¹¹³ Nota Técnica DAES/INEP nº 66/2015, de 16 de dezembro de 2015 (BRASIL, 2015d).

Afro-Brasileira, Africana e Indígena e o processo avaliativo realizado pelo INEP. Neste processo, verifica-se a coerência entre os dados constatados *in loco* e as informações prestadas pela [instituição de ensino superior], assim como o cumprimento dos Requisitos Legais de caráter essencialmente regulatório.

[...] **Esta Diretoria é favorável à sanção do Projeto de Lei nº 5.954, de 2013 (nº 186/08 no Senado Federal)** por considerar que tal matéria corrobora as diretrizes implementadas no que tange à avaliação pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BRASIL, 2015d, grifos meus).

Em posicionamento contrário, a Diretoria de Avaliação da Educação Básica (DAEB) do INEP mais uma vez recorreu à avocação de uma chefia para dizer não ao PL¹¹⁴. Chegou a uma conclusão muito próxima à da Sesu no que diz respeito ao impacto das *particularidades* diante da “larga escala”. Colocou como única opção razoável aos povos indígenas não participar do processo avaliativo:

[...] ao se considerar projetos específicos para comunidades indígenas, as avaliações de larga escala, propostas como universais e censitárias, não são capazes de atender às diferentes formas de organização do processo ensino aprendizagem nas comunidades indígenas. No que tange, portanto, à avaliação de larga escala, não há o que se falar em respeito às particularidades, mas sim em opção destas comunidades por participar das avaliações, se assim desejarem (*ibidem*).

Intrigante que a conclusão pelo veto retoma a questão da amplitude, mas, desta vez, afirmando que as particularidades podem se tornar demasiadamente amplas, o que, obviamente, representa sobrecargas e o possível colapso das tubulações:

A alteração da redação proposta no Projeto de Lei garante a formalidade e a vinculação de qualquer avaliação instituída às especificidades das comunidades indígenas.

Contudo, o termo presente no Art 79, § 4º, “particularidades culturais das comunidades indígenas” causa prejuízo à compreensão da proposta por restar demasiado amplo. É comum que os processos de avaliação educacional, especialmente os de larga escala, respeitem às especificidades lingüísticas, não ficando evidente o que particularidades culturais, em sentido amplo, implicam nesta tarefa.

Ademais, cabe ressaltar que o projeto não deve prever ou mencionar, avaliação específica para a educação indígena, devido aos motivos já expostos (*ibidem*).

¹¹⁴ Nota Técnica CGEC/DAEB/INEP nº 46, de 16 de dezembro de 2015 (BRASIL, 2015d).

Ajustes também foram feitos no processo após o vazamento proposto pela primeira diretoria. Apesar de os dois posicionamentos diametralmente opostos dessas duas diretorias – que receberam o de acordo do Presidente do INEP, ou seja, ele estava favorável ao veto e à sanção ao mesmo tempo –, apenas a sugestão de veto da DAEB foi levada em consideração como posicionamento do INEP no decorrer do processo até o veto da Presidência da República.

O posicionamento pela sanção do PL, da DAES, foi ignorado, muito provavelmente pelo trabalho de ajustes nas eventuais folgas na rede de encanamento, uma vez que é com a orientação da DAEB que o Projeto entra pelo cano.

Mariposa, pobre criatura!

Por fim, chego à resposta da Secadi, a qual tem papel importante em minha pesquisa. Minha expulsão dessa secretaria, em parte, tem a ver com a disponibilização de acesso desse processo à Cneei, como foi dito no Memorando:

Esperávamos discutir isso na reunião da CNEEI, mas o servidor José Roberto Sobral Correia resolveu divulgar para o público externo todo o processo que retrata o trâmite interno da avaliação do referido projeto e o papel individual de cada servidor da SECADI/MEC na tramitação do mesmo antes da referida reunião. Na nossa avaliação, isso dificultou muito a governabilidade desse delicado processo (*ibidem*).

Abordei, anteriormente, a governabilidade de esgoto – o que justifica a preocupação da Secadi com a divulgação de um processo vetado há muito pela Presidência da República. Fica pendente, todavia, a “sensibilidade sobre a dinâmica de assuntos tão delicados” no que diz respeito à questão da exposição pública.

Desde a primeira vez que li o curto pronunciamento da Secadi sobre o PL, pude perceber traços envergonhados. Mas não tive a sensibilidade, à época, de compreender a dimensão do desejo para que um processo público não viesse a público, expondo servidores públicos que prestam um serviço público – ainda mais quando se encaminha a documentação a um colegiado, a Cneei, cuja atribuição pública é acompanhar esse tipo de ação pública. É muita coisa pública para que se encontrem pretensões privadas nisso tudo.

Pensava tratar-se de mais um constrangimento de ordem lógico-argumentativa, pois não julgava oportuno a Secadi sugerir veto ao PL depois de ter

colaborado ativamente com o projeto enquanto estava no Congresso, posicionando-se, à época, favoravelmente ao texto.

Ainda mais por meio de um instrumento técnico ¹¹⁵ explicitamente contraditório. A Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígenas e para as Relações Étnico-Raciais (DPECIRER) fundamenta todo o PL numa extensa lista de marcos legislativos para, finalmente, oferecer uma conclusão que não segue as premissas apresentadas.

Começa o seu pronunciamento reconhecendo o histórico favorável ao PL:

Em vista dos direitos culturais, linguísticos e educacionais assegurados aos Povos Indígenas no texto da Constituição Federal, na LDB e nas normatizações do Conselho Nacional de Educação, em 17.07.2013, **a CGEEI deu Parecer favorável** ao Projeto de Lei do Senado nº 186/08 que altera a LDB, no Artigo 32 e Artigo 79, aprovado pela DPECIRER, estendendo a toda educação básica, ensino profissionalizante e superior o uso das línguas maternas, além da língua portuguesa, e os processos próprios de aprendizagem e processos de avaliação da educação escolar indígena (BRASIL, 2015d, grifos meus).

Depois, manifesta-se favoravelmente à alteração do Art. 79 ao longo da análise inicial:

No Projeto de Lei em consideração, no Artigo 79, Parágrafo 4º, recomenda-se que os processos de avaliação educacional “respeitarão as particularidades culturais das comunidades indígenas”, o que está em conformidade com as peculiaridades do ensino bilíngue/multilíngue e intercultural desenvolvido nas escolas indígenas, o que aponta para a necessidade de instrumentos de avaliação apropriados aos projetos pedagógicos das escolas indígenas (*ibidem*).

E afirma o seguinte acerca das alterações do PL para o Art. 32:

Quanto ao Ensino Superior, consideramos que as Instituições, em sua prerrogativa de autonomia, estão promovendo diferentes processos para garantir os direitos linguísticos e culturais dos estudantes indígenas. Já existem Instituições que admitem monografias e dissertações nas línguas indígenas. Muitas [instituições de ensino superior], no âmbito do PROLIND e de outras formações, estão realizando a apresentação das monografias de final de graduação e de dissertações de mestrado nas comunidades de origem dos estudantes indígenas, possibilitando a avaliação e o conhecimento das comunidades. Assim como processos específicos de seleção para ingresso na

¹¹⁵ Nota Técnica nº 50017/2015/DPECIRER/SECADI, de 14 de dezembro de 2015.

graduação para estudantes indígenas, em algumas [instituições de ensino superior], aferem a produção de textos nas línguas indígenas e portuguesa.

Por outro lado, essas Instituições realizam processos de formação de professores com a participação de especialistas indígenas em saberes tradicionais, como os tocadores de instrumentos musicais, contadores de narrativas míticas, pajés e xamãs, rezadores, raizeiros, parteiras, organizadores de rituais, conselheiros e outras funções próprias e necessárias à manutenção das culturas indígenas (Resolução CNE-CEB nº 5/2012) (*ibidem*).

Para, enfim, a Diretoria oferecer estas duas linhas como conclusão: “À guisa de conclusão, somos favoráveis ao veto no texto do Projeto de Lei nº 5.954, de 2013, encaminhado para sanção, no que tange à educação superior” (*ibidem*). A lacônica conclusão é a aprovação tácita de um artigo e a recusa não fundamentada de outro.

Kafka me ajudou a perceber o quanto minha análise dessa postura da Secadi, pautada apenas pela suposição de uma vergonha pela incoerência, estava perpassada pela falta de sensibilidade de que a Secretaria acertadamente me acusou.

Até então, sentia que o constrangimento era por eu ter, indelicadamente, aberto a porta sem avisar aos superiores, expondo-os enquanto obravam em suas privadas prerrogativas de chefia. Imaginava que, com razão, encolhiam-se com os braços recobrando o corpo e me censuravam pedindo para que eu fechasse a porta. Todavia, continuava sendo uma postura que não me fazia o menor sentido, pois a obra natalina já havia desaguado àquela altura. Não existia sequer um flagrante.

Com a passagem de *O Castelo* que retrata a distribuição dos processos e a convulsão dos secretários diante da insignificante presença de K., pude perceber o quanto meu coração de fato estava insensível e duro.

Após ser expulso dos corredores da Hospedaria dos Senhores, K. tentava entender o que se passara em seu surpreendente interrogatório noturno e, mais ainda, compreender a relutância dos senhores do castelo para deixar os quartos enquanto ele permanecia ali ao amanhecer:

Ele não tinha sido intimado para um interrogatório noturno e não sabia, portanto, por que haviam sido introduzidos os inquéritos à noite? Os interrogatórios noturnos – e aqui K. recebeu uma nova explicação sobre seu sentido – tinham como objetivo apenas inquirir as partes cuja visão era totalmente insuportável para os senhores durante o dia, de uma maneira rápida, à noite, sob a luz artificial, tendo a possibilidade de esquecerem no sono, logo após

o inquérito, toda a feiura existente nele. Mas o comportamento de K. fora um escárnio em relação a todas as medidas de segurança. Até fantasmas desaparecem pela manhã; K. porém havia permanecido ali, as mãos nos bolsos, como se esperasse que – já que não se afastava – o corredor inteiro, com seus quartos e senhores, fosse se distanciar (KAFKA, 2008, p. 315).

Em que consiste essa ojeriza diante de um fantasma que tarda em desaparecer pela manhã? Essa vergonha, essa vulnerabilidade, esse sentimento de estar-se nu, ainda que vestido, diante de suplicantes de presença insuportável¹¹⁶.

Uma pista está na forma como Haraway (2008, p. 22) questionou os desdobramentos do súbito encontro de Derrida (2008), quando este se deparou nu diante de sua gata no banheiro. Ao vivenciar a estranha sensação de estar sendo observado pela gata – algo digno do despertar filosófico para a potencialidade dos não-humanos –, Derrida teria aberto mão desse encontro para se preocupar com sua nudez. Uma postura de autoconservação diante de um animal que, repentinamente, se transformou numa monstruosidade.

Nesse sentido, torna-se inteligível a balbúrdia dos senhores diante de um fantasma matutino. Guilherme Sá (2013, p. 245) dizia que o “medo do rato, bem como de outros agentes políticos indesejáveis, é um medo do uno que contém o todo. Um só rato nunca é um rato só. Todo rato contém em si a potência de uma infestação. Festim diabólico”. Os senhores se convulsionavam diante de K. como se saltassem diante de um rato. Seres sensíveis, procuravam refúgio em seus quartos enquanto aguardavam K. deixar o corredor. Assim como Derrida, certamente uma figura sensível, ao ponto de notar o olhar de sua companheira, e que, por isso, teria ignorado a monstruosidade de sua gata para se ensimesmar no refúgio de sua própria vergonha.

A Cneei é uma suplicante perene, regimentalmente estabelecida. A cada reunião somam-se as demandas ao MEC por ela apresentadas. São feitas críticas às iniciativas em curso e existe algo de insensível e implacável nessa atividade de pressão

¹¹⁶ Eis a explicação do gerente da hospedaria: “Muito bem, já que é preciso ser dito: por sua causa, só e exclusivamente por sua causa, os senhores não foram capazes de sair de seus quartos, uma vez que pela manhã, logo depois do sono, eles são pudicos demais, vulneráveis demais, para se expor a olhares de estranhos; sentem-se literalmente, embora possam estar completamente vestidos, desnudados demais para se mostrar. É difícil afirmar por que se envergonham – talvez se envergonhem, esses eternos trabalhadores, só porque dormiram. Mas talvez mais ainda do que se mostrar, envergonham-se de ver pessoas estranhas; aquilo que superaram felizmente com a ajuda dos interrogatórios noturnos – a visão dos suplicantes, que são para eles tão difíceis de suportar – agora de manhã não desejam, de repente, sem mediação, permitir que os invadam de novo em toda a sua verdade natural. Isso está acima de suas forças. Que pessoa é preciso ser, para não respeitar isso!” (KAFKA, 2008, p. 317).

política permanente sobre as autoridades do órgão, sempre amáveis e prestativas nas reuniões em que se dignam a aparecer e a prestar contas. Gostariam de poder contribuir, mas enfrentam limitações superiores. Isso os entristece. Como foi dito a respeito dos senhores do castelo:

Eles não sabem ou não querem saber, na sua amabilidade e condescendência, que existem também corações insensíveis, duros, que nenhum respeito seria capaz de abrandar. A própria mariposa, pobre criatura, não busca, quando nasce o dia, um canto sossegado, fica plana, gostaria muito mais de desaparecer e se torna infeliz com o fato de que não pode fazê-lo? (KAFKA, 2008, p. 316).

Proporcionar o retrato do “papel individual de cada servidor” – como foi dito no Memorando – dificulta a governabilidade, pois ao nascer do dia, findados os compromissos assumidos à calada da noite, os representantes do MEC certamente estão à procura de um lugar tranquilo em que se possam aplanar e não chamar atenção.

Como disseram, esperavam discutir o veto ao PL numa reunião da Cneei – o que, também, suscita a questão de não terem discutido o PL antes de o vetarem. A discussão, todavia, certamente exige uma preparação. O gerente da hospedaria alertava K. quanto a isso: “os senhores são extremamente sensíveis; estou convencido de que não são capazes, pelo menos sem preparação, de suportar a visão de um estranho” (KAFKA, 2008, p. 43). Pode acompanhar, em diversos momentos, quão constrangedora e tumultuosa pode ser a aparição repentina de delegações indígenas¹¹⁷ sem o prévio

¹¹⁷ As comitivas indígenas, em suas vindas a Brasília, dirigem-se aos mais diversos órgãos federais para tratar de assuntos pendentes ou apresentar novas demandas. É comum o MEC receber pequenas e grandes delegações para tratar das mais diversas questões afetas à educação. Os representantes, obviamente, exigem dialogar com as pessoas responsáveis pelos setores encarregados das respectivas ações. O primeiro aviso de sua chegada ao MEC é geralmente dado pela equipe de segurança do Ministério, que entra em contato com o setor responsável pela educação escolar indígena para saber se pode autorizar a entrada do grupo, o qual geralmente é escoltado por seguranças pelos corredores do MEC. Isso quando o grupo não é simplesmente barrado sob a alegação de vestimentas inadequadas e de acessórios que supostamente poderiam ser usados como armas. Para citar um exemplo, isso ocorreu com a delegação de representantes dos povos indígenas na Bahia em 29/11/2012 e em 18/3/2015. Nesta data, coincidiu com a ocorrência da 1ª Reunião Ordinária da Cneei em 2015. Uma representante dos indígenas na Bahia fez questão de levar o problema com os seguranças à plenária: “*A gente tem que reivindicar e a gente tem que vir aqui. A casa é nossa, segundo dizem. Então é aqui que nós temos que reclamar, que falar dos nossos anseios e falar do que a gente está precisando [...]. Eu estou até fazendo um favor a vocês, que cuidam da educação do País, de vir aqui demonstrar isso para vocês. Quando nós chegamos lá embaixo, que topamos com a porta do Estado, eu falei assim: é incrível que num lugar, onde se fala de educação e se faz educação, ajam com uma tremenda má educação. Falta de educação. Falta de decoro. Eu acho, viu gente. Porque deixar pessoas, seres humanos, como se fossem bichos, lá fora, só por causa do traje, ou por causa da nossa condição de ser humano, de ser índio, isso é um absurdo. Então, vocês aqui, eu acredito que, de agora para frente, vocês façam diferente. Aqui é o principal lugar onde se faz*

processo de preparação de encontros com uma chefia, que começa necessariamente pela tortuosa tarefa de se conseguir uma agenda. Como o próprio gerente confidenciou a K. a respeito dessa sensibilidade e desses ritos de aproximação parcimoniosa: “Soa ridículo, mas é a verdade” (*ibidem*).

A questão da retrossifonagem e o risco de tudo ir por água a cima

Situada a sensibilidade da Secadi, finalmente chegamos ao momento em que todas as manifestações são reunidas pela assessoria jurídica do Gabinete do Ministro e direcionadas, após a decisão do ministro, à Presidência da República como resposta do MEC que orienta o veto ao PL. Um fluxo, devidamente encanado, que se acopla à válvula de descarga, à bacia sanitária e ao ânus-Exmo.

É chegada a etapa de articulação desses objetos parciais que, juntos, viabilizam a iniciativa privativa da Presidência. Um todo agitado e turbilhonante numa espiral vigorosa, desencadeando ação sinfônica, roçando o material cerâmico-vitrificado e deitando fora os dejetos do dia. O momento decisório transubstancial em que a rede de abastecimento se converte em rede de esgoto:

Senhor Presidente do Senado Federal,
Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, **decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público**, o Projeto de Lei nº 5.954, de 2013 (no 186/08 no Senado Federal), que “Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre a avaliação na educação indígena”.

Ouvidos, os Ministérios da Educação e do Planejamento, Orçamento e Gestão manifestaram-se pelo veto ao projeto pelas seguintes razões:

“Apesar do mérito da proposta, o dispositivo incluiria, por um lado, **obrigação demasiadamente ampla** e de difícil implementação por conta da **grande variedade de comunidades e línguas indígenas** no Brasil. Por outro lado, a obrigação de se ministrar o ensino profissionalizante e superior apenas na língua portuguesa inviabilizaria a oferta de cursos em língua estrangeira, importante para a inserção do País no ambiente internacional. Por fim, a **aplicação de avaliação de larga escala** poderia ser prejudicada caso se tornasse obrigatória a **inclusão de todas as**

educação no País. Então demonstrem educação com os outros” (registro em áudio do segundo dia da reunião da Cnee. Não foi possível identificar a voz da representante indígena, que falou em nome dos indígenas no município de Prado/BA). Nessas duas ocasiões, os mesmos problemas foram reapresentados e a pretensão de falar com o ministro foi inviabilizada por meio de uma assessoria muito solícita que, alegando a incompatibilidade de agenda da autoridade, fez questão de se reunir com o grupo e registrar suas demandas. Por ora, as demandas continuam apenas registradas.

particularidades das inúmeras comunidades indígenas do território nacional.”

Essas, Senhor Presidente, **as razões que me levaram a vetar** o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional (BRASIL, 2015f, grifos meus).

A Presidência da República, com a prerrogativa de vetar ou sancionar o PL, informa aos parlamentares que foi levada a dizer *não* ao PL pelo *porquê*. Um tipo de inversão que parece embaralhar a, até então, nítida hierarquia da figura da chefia em relação ao corpo técnico. A liderança máxima do Poder Executivo fica à mercê e se diz levada pelas razões do corpo técnico subordinado.

Não bastasse esse novo estado de horizontalidade, de parceria, que atenta contra a verticalidade do modelo hidráulico que me propus a trabalhar neste capítulo, percebi também que a força da gravidade cortês, que até agora tinha atuado na distribuição do processo, não dá conta de explicar como as respostas das secretarias são capazes de exercer um fluxo ascendente que levaria o processo de volta ao mais elevado cargo do Executivo.

Entreí em certo desespero quando, encaminhada a maior parte deste capítulo, dei-me conta de algo que se passou completamente despercebido. Fiquei afeiçoado pela imagem das hierarquias hidráulicas, pelos banheiros privativos sobrepostos, pelas tubulações reverberando em sentido descendente e ressoando nos dedos tecendo pareceres com a urgência dos prazos, que simplesmente ignorei que não existe a previsão de nenhuma bomba hidráulica, com sua respectiva tubulação de recalque, para levar os fluxos servidos das equipes das secretarias de volta ao Gabinete do Ministro e, posteriormente, à Presidência.

Mais que isso. Ignorei um dado básico de qualquer projeto de engenharia hidráulica, que é a preocupação para se evitar o processo de retrossifonagem em sistemas de distribuição por gravidade:

Retrossifonagem é o nome que se dá à intrusão de água servida na instalação de água potável, devido à ocorrência de pressões negativas. Este fato ocorre em aparelhos sem separação atmosférica, isto é, quando o nível de transbordamento dos aparelhos é superior ao nível da entrada de água potável, como por exemplo nos bidês, praticamente extintos em novas instalações devido a esse problema sanitário. Reservatórios, caixas de descargas e outros aparelhos sanitários também estão

sujeitos a retrossifonagem, caso não haja uma separação atmosférica suficiente (BAPTISTA; COELHO, 2010, p. 419).

Obviamente não faz sentido a instalação de bombas capazes de jogar esgoto para cima, ainda mais em direção à Presidência da República. Que sentido haveria em se abastecer o reservatório superior com dejetos, ou permitir-se a contaminação da coluna de distribuição por algum efeito de retrossifonagem?

O problema não se resume a uma questão sanitária. Como citado anteriormente, Bispo ressaltava que essa dificuldade de se lidar com o refluxo – habilidade manejada, segundo ele, pelos povos contra colonizadores capazes de elaborações circulares – é intrínseca a um modo de vida, uma vez que os “povos colonizadores continuam no fluxo linear da sua lógica cosmovisiva, em função mesmo da sua forma vertical e monista de elaboração do pensamento, que não os permite e/ou os capacita a fazerem refluxos” (2015, p. 95). O desaguar do poder, como qualquer outro fluxo, segue sempre ladeira a baixo. Do alto, sempre se está de algum modo protegido de um refluxo. Quando o ministro despeja suas palavras para o auditório, por exemplo, ainda que elas criem algum turbilhão abaixo, a expectativa é que não retornem. Caso isso aconteça, o mal-estar é patente.

Por isso fico com uma imagem absurda, contraditória, caso a opção seja a insistência na gravidade cortês: levanta-se a tampa e se encontra na bacia sanitária de uma instância inferior, como a de uma diretoria, a privada-privada reservada a um presidente da República. Enveredamos numa arquitetura do absurdo. Algo como encontrarmos a hierarquia cortês morta dentro da latrina do sistema democrático contemporâneo de cidadãos privados em que todos são iguais perante a lei, a começar pelo indivíduo que ocupa transitoriamente o cargo de presidente da República e que veta projetos pela força do interesse público:

Os órgãos começaram por se destacar do corpo despótico, órgãos do cidadão erigidos contra o tirano. Depois, devirão órgãos do homem privado, se privatizarão segundo o modelo e a memória do ânus destituído, colocados fora do campo social, obsessão de cheirar mal. Toda a história da codificação primitiva, da sobrecodificação despótica, da descodificação do homem privado consiste nestes movimentos de fluxo: o influxo germinal intenso, o sobre-fluxo do incesto real, o refluxo do excremento que conduz o déspota morto às latrinas e conduz a todos nós ao “homem privado” de hoje [...]. (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 279)

Por outro lado, encontrar-se a sociedade de corte boiando “na onda de merda no seu túmulo-esgoto” (*ibidem*) é mais um motivo para se entender a pretensão de governabilidade sobre o sistema de esgotamento¹¹⁸ – sobre a divulgação e a abordagem de um PL vetado.

Ainda que o desfecho do processo tenha se tornado absurdamente confuso, com a sobreposição de contextos distintos, insisto que a pretensão de uma análise hidráulica não deve ser simplesmente descartada. Primeiramente, porque funcionou até aqui no acompanhamento do percurso do processo; depois, porque é inegável que a Presidência da República obrou na análise do PL a partir de sua função privativa.

Acontece que confusão análoga também se engendra a partir dos interrogatórios noturnos em *O Castelo*, o que leva à constatação de que não se trata de uma confusão que precisa necessariamente ser desfeita, mas de um impasse perene e constitutivo da vida no castelo.

Após inúmeras tentativas frustradas de diálogo com os secretários do castelo, K. é intimado por Erlanger – “um dos primeiros secretários de Klamm. Um homem fraco e pequeno que manca um pouco” (KAFKA, 2008, p. 269) – para comparecer à Hospedaria dos Senhores, a qual é a usada por funcionários para realizar conversações e inquéritos noturnos. As partes são ouvidas por funcionários acamados em seus quartos.

Por volta das quatro horas da manhã, com o corredor vazio, K., ainda aguardando a reunião com o secretário Erlanger, resolve abrir a porta de um quarto que julgava ser do secretário. Enganou-se e entrou no quarto do secretário Bürgel, que, com medo da presença de K., escondeu-se debaixo das cobertas. Recompondo-se do susto, Bürgel afirmou que Erlanger, àquele horário, certamente estaria dormindo. Uma vez que K. o despertara, sugeriu que esperasse ali até Erlanger acordar por conta própria, pois poderia ficar muito irritado com a intrusão de K. em seu quarto. Durante a espera, K. poderia se sentar à beira de sua cama.

¹¹⁸ “O aparelho de repressão-recalcamento, a representação recalcante acha-se agora determinada em função de um perigo supremo que exprime o representante sobre o qual ela incide: basta que um só órgão escorra fora do corpo despótico, que se desenganche dele ou se lhe furte, para que o déspota veja erigir-se diante de si, contra si, o inimigo graças a quem a morte lhe chegará – um olho com olhar demasiado fixo, uma boca com um sorriso demasiado raro, cada órgão é um protesto possível. É ao mesmo tempo que César, parcialmente surdo e se queixando de um ouvido que já não ouve, sente pesar sobre si tanto o olhar de Cassius, então ‘magro e faminto’, quanto o sorriso deste ‘que parece sorrir do seu próprio sorriso’. Longa história que conduzirá o corpo do déspota às latrinas da cidade, assassinado, desorganizado, desmembrado, enfraquecido.” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 279).

Desenrola-se, então, a cena mais insólita de *O Castelo* – vide Kafka (2008, p. 288). Após peregrinar em busca dos senhores do castelo, os quais permaneciam inacessíveis no alto da encosta, K. finalmente se depara com um deitado à cama, aberto às suas demandas de agrimensor. Enquanto Bürgel, em quase monólogo, apresentava-lhe um repertório imenso de possibilidades, de deixas para que fizesse requerimentos em prol de seus objetivos, K. se encontrava num estado de torpor em que “era difícil julgar direito qualquer outra coisa que não fosse o próprio cansaço” (*ibidem*, p. 293). Se o cansaço, outrora, tinha a ver com um castelo inatingível ao alto, o que desvanecia K. agora era o excesso de um contato imediato e literalmente horizontal com um secretário do castelo. Tão horizontal que levou K. a dormir profundamente agarrado ao pé de Bürgel, sem apresentar nenhum pedido na ocasião mais favorável que vivenciou em sua estadia na aldeia.

Esse regime de verticalidade atravessado por um de horizontalidade súbita, dois estados de arquitetura em plena coexistência no castelo, é assim analisada por Deleuze e Guattari:

Devemos insistir ao mesmo tempo na distinção real dos dois estados de arquitetura, e sobre sua possível penetração mútua. São distintos porque correspondem a duas burocracias diferentes, a velha e a nova, a velha burocracia chinesa imperial despótica, a nova burocracia capitalista ou socialista. Eles se penetram porque a nova burocracia não desprende facilmente suas formas: não somente pessoas “creem” na velha burocracia (noção de crença em Kafka), mas esta não é uma máscara para a nova. A burocracia moderna nasce naturalmente em formas arcaicas, que ela reativa e que ela muda dando-lhes uma função perfeitamente atual. É por isso que os dois estados de arquitetura têm uma coexistência essencial, que Kafka descreve na maior parte de seus textos: os dois estados funcionam um no outro, e no mundo moderno. Superposição da hierarquia celeste, e contiguidade dos escritórios quase subterrâneos. (2014, p. 135)

Sobre a articulação dessas duas arquiteturas de burocracia, são ainda mais específicos sobre o caso de *O Castelo* que acabo de relatar:

A que ponto os dois estados estão misturados, seria preciso para mostrá-lo tomar o exemplo detalhado do Castelo. Pois o próprio castelo guarda muitas estruturas ao primeiro estado (a altura, a torre, a hierarquia). Mas essas estruturas são constantemente corrigidas, ou se atenuam em proveito do segundo estado (encadeamento e contiguidade dos escritórios nas fronteiras moventes). E, sobretudo, o Hotel dos Senhores faz triunfar o

segundo estado, com seu longo corredor, seus quartos contíguos e sujos onde os funcionários trabalham na cama (*ibidem*, p. 136).

A respeito desses encontros inusitados e da coexistência de dois estados de arquitetura, novamente recorro ao caso do antigo prédio do MEC na Esplanada do Castelo no Rio de Janeiro. Deparar-se com K. compartilhando a cama com um senhor do castelo em seu interrogatório noturno é como se estar diante do arrasamento da encosta sobre a qual se mantinha o castelo. Algo análogo ao que ocorreu naquela região do Rio de Janeiro.

No local em que hoje se encontra a Esplanada do Castelo, havia um morro que desempenhou importante papel na fundação da cidade. No século XVI, vencidos os franceses e seus aliados indígenas, Mem de Sá resolve mudar a recém-criada cidade do Rio de Janeiro para o então chamado *Morro do Descanso*, buscando um ponto estratégico para as fortificações (NONATO; SANTOS, 2000, p. 8). Por entre muros crescia a cidade e graças a edificações imponentes como a do Forte São Sebastião a localidade passou a se chamar *Morro do Castelo* (*ibidem*, p. 12).

Em meados de 1920, pretensões urbanísticas governamentais de outra ordem resolvem arrasar o Morro do Castelo. Após séculos, a verticalidade do morro estava saturada por seres indesejáveis. Em meio a embates¹¹⁹ sobre a necessidade de modernização do local e sobre o destino das pessoas que ali viviam, o morro cedeu lugar a uma esplanada.

Nela, por sua vez, erigiram-se edifícios modernos como o Ministério da Educação e Saúde Pública. O componente governamental de *altura* é restabelecido, mas agora numa esplanada, inclusive com riscos de uma nova ocupação de indesejáveis – análises do projeto do edifício já apontavam a chance de os pilotis atraírem “a freqüência de desocupados, e talvez mendigos, principalmente à noite, com todas as desagradáveis conseqüências” (LISSOVSKY; SÁ, 1996, p. 89). Uma alternância infinita entre morro e esplanada. O morro é arrasado para que se faça esplanada e, no meio da esplanada, é erguido um morro moderno para sustentar a altura, a verticalização, de um novo castelo.

¹¹⁹ “Foi intensa e muito diversificada a discussão na imprensa carioca sobre a conveniência da demolição total do Castelo. Higiene, aeração, saneamento, turismo e lazer, ecologia, possibilidade orçamentária, probidade financeira, tradição e modernidade foram alguns de seus tópicos, muitas vezes temperados com afronta, ironia e descaso em relação às lavadeiras, à gente pobre e até às cobras que o habitavam.” (NONATO; SANTOS, 2000, p. 225).

Seguramente, a complexidade dessa coexistência de distintos projetos de arquitetura não inviabiliza o experimento que empreendi até aqui. Contudo, coloca-me o desafio de continuidade da pesquisa a partir dessa face democrática da cortesia boiando vividamente nos fluxos da latrina. Se, em parte, consegui desdobrar os meandros da atuação da gravidade cortês no acompanhamento do veto ao PL, ficam em aberto o desafio e o reconhecimento de que a governabilidade de esgoto na Administração Pública – a face contemporânea do trono – possui nuances ainda pouco exploradas. Um dado instigante para uma antropologia de esgotamento e um convite a novos experimentos.

Capítulo 4

Em-caminhamentos independentes



RE-MEMORANDO

... Frequentemente, fazia encaminhamentos independentes, sem sequer noticiar aos seus superiores, inclusive atrapalhando, muitas vezes, outros encaminhamentos já em curso...

C: Que bom que você veio!

R: Nem sei se eu deveria estar aqui. Isso é uma loucura! Melhor falarmos baixo, pois o segurança passou no sentido do Edifício Anexo. Logo logo retornará.

C: Então vamos sair agora.

R: Calma! Temos de planejar uma forma de passar pela portaria. Não sei como faremos isso.

C: Que tal eu me esconder na sua mochila?

R: Como você vai caber numa mochila?

C: Ora, se você pode até conversar comigo, conseguir entrar aí parecerá algo mais improvável?

R: Mas minha mochila passará pela máquina de raio X na portaria.

C: Havia me esquecido desse detalhe... Pronto! Achei a solução. Você sabe fazer aviões de papel?

R: Sei. E daí?

C: Faça-me em vários e lance-os, um a um, por aquela janela.

R: Até que é uma boa ideia, porém arriscada. Não sei se vai dar certo.

C: Aposto que vai.

Revirando os arquivos

R: Pronto. Você está bem?

C: Deu certo!

R: Ufa! Foi uma péssima ideia. Passei quase uma hora tentando juntar tudo. Quatro aviõezinhos engancharam naquela árvore, dois caíram nesta poça d'água e, o pior de todos, pegou uma rajada de vento e entrou por aquela janela. Sem falar nas dezenas que se dispersaram pelo estacionamento e pelo jardim. Uma bagunça! O pior é que não me lembrava mais da ordem dos arquivos.

C: Bagunça? Ordem? Mas do que exatamente está falando?

R: Acabo de invadir um órgão público e de jogar arquivos oficiais pela janela, e você me vem com essa pergunta? A ordem dos documentos, ora essa!

C: Não precisa se exasperar dessa forma. Veja. Há quanto tempo eu existo?

R: Mas que pergunta é essa agora? Estou muito nervoso para pensar nisso. Bem, algo em torno de 25 anos.

C: Certo. Nesse período, meu ordenado arquivo contava com documentos referentes a quantos anos?

R: Não comece com suas ironias. Eu era um dos responsáveis pela organização do arquivo e fiz o melhor que pude. Todos os documentos do período em que...

C: Não estou sendo irônica. Meu intuito é apenas tranquilizá-lo.

R: Mas não está conseguindo. Ainda mais com essa sua inusitada maiêutica em plena fuga. De qualquer modo, sei que constam, ou constavam, registros correspondentes a mais ou menos uma década, nos mais diversos formatos de documento. Todavia, se considerarmos os registros das deliberações das reuniões e dos trabalhos realizados, constam bem menos dados correspondentes.

C: Perceba, então, como sua preocupação é descabida.

R: A bagunça administrativa do MEC não justifica o extravio de tantos documentos. Você sabe que existem normas de organização de arquivos, as quais foram negligenciadas.

C: Novamente a questão ambígua da bagunça. Acredite em mim. Ali não existe nada fora do lugar.

R: Não? Então é uma forma muito curiosa de se organizar um arquivo. Lembrou-me o modo como os documentos são tratados num livro de Kafka, chamado *O Castelo*. Há uma

passagem, por exemplo, em que K. encontra o prefeito da aldeia para saber o que aconteceu em seu processo de contratação. Veio de muito longe por conta de uma proposta de emprego em agrimensura, mas acabou descobrindo que o Castelo supostamente não mais precisava de um agrimensor – se é que precisou algum dia. O prefeito, adoentado e com dificuldades de locomoção – estado comum a diversas personagens de *O Castelo* –, pede à sua esposa, Mizzi, que abra um armário em seu quarto e procure um auto grifado com a palavra “agrimensor”. Assim que Mizzi abre as portas do armário, abarrotado de papéis, os arquivos caem pelo chão. Com o apoio dos ajudantes de K., Mizzi procura, sem sucesso, o arquivo relacionado. Espalham documentos pelo chão do quarto e depois tentam, desordenadamente, colocá-los de volta num armário que não mais os comporta. Por isso deitam-no ao chão e sentam-se sobre suas portas no intuito de que todo aquele material retorne ao armário. Não bastasse a cena, o prefeito ainda justifica o arquivo naquelas condições: “E isso é só uma pequena parte. A massa principal eu guardei no celeiro e a maior parte naturalmente se perdeu. Quem é que pode conservar tudo? Mas no celeiro ainda tem muita coisa” (KAFKA, 2008, p. 74). Pior ainda. Diante disso, tem a ousadia de se defender de K., que reclamava das atitudes irrefletidas da administração do castelo, respondendo-lhe incisivamente: “Nada aqui acontece sem reflexão” (ibidem, p. 75).

Parece que você está me sugerindo a mesma coisa. Ora, que ministério é que

poderia conservar tudo? Um competente, é claro. Faltou você dizer que, *naturalmente*, uma parte dos arquivos da educação escolar indígena se perdeu e que os processos principais restantes estão guardados num celeiro – deteriorando-se, embora, evidentemente, isso seja algo bem refletido. Um planejamento de arquivos *sui generis*!

C: Parênteses vírgula Kafka em maiúsculas vírgula dois mil e oito vírgula pê ponto setenta e quatro parênteses? Mas o que é isso?

R: Em minha fala fiz uma citação direta.

C: Não poderia utilizar notas de rodapé para detalhar suas referências quando for escrever – se for algum dia escrever – o resultado dessa sua bendita pesquisa? Não vou aguentar uma conversa assim entrecortada, pois pressinto que não faltarão citações daqui em diante. Típico de quem só caminha escorando-se no que outros disseram. Gagueira discursiva de muletas. Aliás, acho oportuno citar *O Castelo*, pois K. é o perfeito exemplo de um chato em busca de “ordem”, bufando pelos cantos, atormentado. Mal chegou à aldeia e já queria ensinar ao prefeito como organizar os arquivos locais. No mais, emborcar um arquivo e pular sobre ele me parece a forma mais interessante para realizar *the archival turn*.

R: *The archival turn*? Que referência surpreendente! Sem falar que não sabia que havia lido *O Castelo*. Nunca o mencionou.

C: Você costumava guardar sua mochila no armário, e esse livro passou um bom tempo por ali. Não tinha mais o que fazer, acabei lendo-o. Nem imagina o quão tedioso pode ser um intervalo entre uma reunião e outra.

R: Que bonito! Então andou bisbilhotando as coisas alheias? Leu bem mais que esse livro, por sinal.

C: Bonito é ver alguém querer escrever uma dissertação com as coisas alheias, incomodando-se com bisbilhotices.

R: Não deixa de ter razão. Gostou do livro? Sinto que dialoga muito com a minha pesquisa.

C: Até entendo o que tem em mente. Rio de suas analogias inconfessáveis em que me vê como um Kazinho fustigado pelo insondável Castelo. O coitado do K. não sobreviveria um ano sequer no MEC. Embora Kafka tenha deixado o livro por terminar, provavelmente essa personagem, com suas exigências de coerência, estava fadada ao adoecimento e à morte precoce. Confesso, todavia, que não tenho muito interesse nem pelos livros de Kafka e, para ser ainda mais sincera, nem por sua futura dissertação.

R: Quanta sinceridade! E eu aqui me esforçando para pensar num texto que pudesse de algum modo ajudá-la.

C: Realmente, uma dissertação de mestrado pode me ajudar bastante.

R: Vai dizer que isso agora não foi irônico?

C: Deixe de implicâncias e pare de se preocupar com isso. Não estamos aqui conversando? Assuma os riscos da sua empreitada e pronto. Não vos inquieteis pelo dia de amanhã. O dia de amanhã cuidará de si mesmo. Basta a cada dia o seu próprio mal – antes que me pergunte: sim, uma servidora religiosa, há muito, costumava guardar ali a bolsa. Mas vamos ao que interessa. Podemos dar por vencida sua angústia com a ordem dos arquivos? Ou vamos continuar discutindo aqui em frente ao edifício, correndo o risco de sermos vistos?

R: Fala isso porque não está na minha pele. Esse livro mesmo da Ann Laura Stouler, para além de servir às suas chacotas com *the archival turn*, trata de questões importantes. Como fazer uma etnografia em meio a arquivos displicentemente incompletos? Fazer pesquisa junto a arquivos coloniais europeus é uma coisa. Aquilo devia ser um primor. Quero ver é encarar os arquivos da Secadi no MEC. Praticamente impossível alguém redigir alguma análise bem fundamentada a partir dos vestígios documentais que ainda se encontram por ali. Pesquisar qualquer política nessa área do MEC parece exigir um acompanhamento direto das ações. É isso, ou nada. Boa parte dos projetos definitivamente não é documentada.

C: Lembre-se da epígrafe de Lévi-Strauss escolhida para iniciar o livro. Diz que a etnologia interessa-se fundamentalmente “pelo que não está escrito, nem tanto porque os povos que

estudam não escrevem, e mais porque aquilo que lhes interessa é diferente de tudo o que os homens geralmente pensam em fixar na pedra ou no papel”¹²⁰. Vai ver a Secadi é apenas a mais antropológica das secretarias do MEC.

R: Não brinque com isso, pois a situação é grave. Perdi a conta de quantas ações foram definidas e realizadas em insondáveis reuniões de gabinete, sem registro algum. Sem falar que eu mesmo produzi diretamente boa parte dos arquivos em que pretendo me basear. É como cobrar o escanteio e cabecear.

C: Se você acha que registrar reuniões e dar encaminhamento por escrito a demandas alheias é o suficiente para se julgar o *produtor* desses arquivos, isso é por sua conta. De qualquer modo, continua tratando os arquivos como mero recurso. Precisa, então, reler livros como esse em questão. Inclusive irá se tranquilizar com os documentos perdidos ou guardados no celeiro. A ausência de documentos diz alguma coisa. Décadas de documentos da educação escolar indígena no MEC perdidos dizem *muita* coisa. O que essa ausência diz, inclusive, pode ser muito mais emblemático que o conteúdo dos documentos extraviados. Afinal, quem decide o que pode ou não ser registrado num documento? Precisa-se de organização e técnicas para redação e salvaguarda de arquivos, mas não se pode esquecer que tecnologias também são requeridas para não se escrever ou para se perder certos documentos. Lembre-se como o servidor de *O Castelo*, fatigado pela

¹²⁰ (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 40).

distribuição dos processos, foi flagrado por K. eliminando um documento que restou no carrinho: “com o indicador nos lábios fazia sinal de silêncio a seu acompanhante e [...] rasgou o papel em pedacinhos, enfiando-os no bolso”¹²¹. Até a eliminação de um arquivo exige rito. De qualquer modo, desisti de tentar tranquilizá-lo quanto a isso. Ah, os antropólogos e suas importantíssimas questões! Vamos sair daqui ou não?

R: Vamos. Só não sei que rumo seguir.

C: Então me siga.

Cosa de antropólogo

R: Aonde vamos?

C: Pensei em apenas caminharmos por aí. Em caminhamentos¹²² sem um rumo certo, a gente pode conversar à vontade.

R: Caminhamentos sem coordenadas! Ainda bem que não estou fazendo agrimensura. Queria ver que tipo de topografia sairia disso. Desconsiderando mais uma de suas ironias com *O Castelo*,

fico imensamente grato pela oportunidade de conversarmos um pouco. Sentirei falta das reuniões. Tenho muitas dúvidas sobre os mais diversos debates que você vem pautando ao longo desses anos. Inclusive, valendo-me da distância em que agora nos encontramos do MEC, não posso deixar passar essa sua antipatia com a antropologia. Pode ser um bom primeiro tópico para a nossa conversa.

C: Enveredamos por outro assunto que começa a me despertar a vontade de retornar ao sossego do arquivo.

R: Sempre quis lhe perguntar por isso. Não é de hoje que percebo sua antipatia com os antropólogos. Perdi a conta de quantas vezes a expressão *isso é coisa de antropólogo* foi usada para estigmatizar preocupações supostamente pueris, ou para desmerecer falas julgadas herméticas e sem aplicabilidade imediata quando pensadas na estreiteza das questões burocráticas. Ora, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) é um dos seus membros efetivos¹²³!

¹²¹ (KAFKA, 2008, p. 313).

¹²² Caminhamento é um método de levantamento topográfico em que se percorrem as divisas do terreno, mensurando-as: “O método do caminhamento tem o inconveniente de ser demorado e de acumular os erros com facilidade. Entretanto, o seu emprego é muito freqüente, porque pode ser empregado em toda a espécie de terreno” (ESPARTEL, 1987, p. 209).

¹²³ A Cneei é composta por três instâncias de representação, num total de 35 membros titulares – com seus respectivos suplentes. Além dos representantes das organizações indígenas, constam representantes de instituições governamentais e da sociedade civil. São **representantes das instituições governamentais**: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e

Inclusão (SECADI); Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE); Secretaria de Educação Básica (SEB); Secretaria de Educação Superior (SESU); Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC); Fundação Nacional do Índio (FUNAI); Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED); União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME); e União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME). São **representantes da sociedade civil**: Associação Brasileira de Antropologia (ABA); Associação Brasileira de Linguistas (ABRALIN); Conselho Indigenista Missionário (CIMI); Rede de Cooperação Alternativa (RCA); e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). As organizações indígenas

C: Não seja tão severo. Opiniões como as da reunião de 2014 retratam dilemas éticos e incômodos bem conhecidos na sua área. Pesquisadores dão as caras com seus projetos de pesquisa, iniciam um trabalho, mas depois simplesmente desaparecem. Como se tivessem algum parentesco com essas chefias de médio e alto escalão que eventualmente participam das minhas reuniões. Nem sempre marcam hora, interrompendo a programação, falam de suas boas intenções, anunciam projetos e, repentinamente, avisam de uma reunião pré-agendada, naquele mesmo horário, com o ministro, ou outra autoridade qualquer, e somem.

R: Isso também sempre me intrigou. As agendas com as autoridades parecem sempre pontualmente marcadas para o dia e horário das reuniões da educação escolar indígena. Mais flagrante é o caso da Secadi, pois seus dirigentes são formalmente responsáveis por presidir as

reuniões. Desde quando comecei a acompanhar as atividades, jamais vi um secretário ou diretor passar o dia envolvido nas discussões. Sempre alertam para um compromisso externo, ao qual já estariam atrasados, e se desculpam, jurando que gostariam de ficar ali discutindo.

C: Até tentei negociar com o MEC a mudança dos responsáveis por presidir as reuniões, mas não tive abertura.

R: Voltando a suas críticas aos antropólogos, ocorreu-me de que pelo menos fui poupado desse dilema ético.

C: Por quê?

R: Desapareci – ou desapareceram-me – antes mesmo de iniciar a pesquisa. E tem mais. Fui expulso, levei a questão ao seu conhecimento e tive um apoio bem tímido de sua parte.

têm sua representação organizada a partir das regiões e estados do País. São **representantes da Região Norte**: Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC); Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN); Organização dos Professores Indígenas de Roraima (OPIRR); Organização Geral dos Professores Ticunas Bilíngues (OGPTB); Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (COAPIMA); e Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns (CITA). São **representantes da Região Nordeste, de Minas Gerais e do Espírito Santo**: Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), que têm a prerrogativa de indicar dois representantes titulares, sendo um vinculado aos estados de Minas Gerais e Espírito Santo; Organização dos Professores Indígenas Potiguara do Estado da Paraíba – OPIP / Organização dos Professores Indígenas do Ceará (OPRINCE); Comissão dos Professores Indígenas de Pernambuco (COPIPE);

e Fórum de Educação Indígena da Bahia (FORUMEIBA). São **representantes da Região Centro-Oeste**: Organização dos Professores Indígenas de Mato Grosso (OPRIMT); Associação Terra Indígena Xingu (ATIX); ATY GUASU – Grande Assembléia de Professores Indígenas – da Região Cone Sul, Guarani e Kaiowá/MS; e Movimento de Professores Indígenas, Povos do Pantanal/MS; São **representantes dos estados Rio de Janeiro e São Paulo**: Associação Comunitária Indígena Guarani (ACIGUA); e Associação Renascer de Apoio à Cultura Indígena (ARACI)/Instituto para Defesa do Meio Ambiente Indígena (IDMAI). **Representantes da Região Sul**: Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ARPINSUL), que tem a prerrogativa de indicar dois representantes titulares; e Conselho Indígena Estadual do Paraná (CIEP). Por fim, é membro titular o **representante indígena membro do Conselho Nacional de Educação (CNE)** (BRASIL, 2016b).

C: Queria que eu fizesse o quê? Ficasse comovida com a situação ou lhe desse as boas-vindas ao mundo?

R: Tudo bem, isso não vem ao caso. Entendo que suas preocupações estão bem além desse tipo de problema.

C: Certamente estão. Sem falar que é injusto acusar-me de falta de apoio justamente numa ocasião em que estou conversando contigo para que consiga algo útil ao seu texto.

R: Não diga isso. Você me deixa constrangido. Dá a entender que estou a usá-la a serviço dos meus interesses de

pesquisa. Quero simplesmente conversar. Não tenho minha dissertação como meta.

C: A quem quer enganar? Mas não se preocupe, até um passeio com um antropólogo pode ser mais interessante que a vida de armário. Como está pensando em organizar o seu trabalho?

R: Não me venha com as suas. Todavia, já que me perguntou sobre a minha pesquisa...

C: Olha aí! Eu disse. Mal consegue disfarçar. Esse calculismo é bem coisa de antropólogo.

4.1. Sistema Próprio



RE-MEMORANDO

... o envio de documento ao [Secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino – SASE/MEC], em nome de uma subcomissão da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena – CNEEI, sem a devida articulação/autorização do Pleno dessa CNEEI, do seu Presidente, ou mesmo da Coordenação de Educação Escolar Indígena...

... Já havia um diálogo para que o referido Secretário da SASE/MEC participasse de uma reunião para apresentar aspectos do Sistema Nacional de Educação nessa Comissão, e a iniciativa do servidor de encaminhar um documento de uma subcomissão diretamente ao [Secretário da SASE/MEC] gerou um desnecessário constrangimento à CNEEI, à CGEEI, à DPECIRER e à SECADI..

... Numa recente reunião com convidados externos[...]. Sabemos que no mundo contemporâneo em que a convivência multicultural é uma exigência do cotidiano de muitas relações, cuidados são necessários para evitar choques culturais...

R: Já disse que não vou ceder às suas provocações. De qualquer forma, estou pensando em organizar meu trabalho a partir de um tragicômico memorando que consta dos autos do meu processo de expulsão. Ele serviria como um guia para os tópicos do texto, pois me dei conta de que nele estão relacionados alguns dos eixos das discussões sempre presentes nas suas reuniões. Também pretendo aproveitar a oportunidade deste nosso encontro e fazer uma transcrição literal da nossa conversa, num formato de discurso direto. Algo mais soltinho e experimental, à la Bruno Latour¹²⁴ ou *Coyote Anthropology*.¹²⁵

C: Em outras palavras, vai procurar o caminho mais fácil, achando que essa mania de se agarrar ao que aparece em seu campo de pesquisa pode redundar em algum tipo de metodologia. Tudo o que aparecer virará boia para sua metodologia de afogados? Sem falar do seu bairrismo ao mencionar Latour e Roy Wagner para se referir à carcomida exposição em diálogo, a qual, sem a leveza de uma boa prosa, transforma-se num pingue-pongue argumentativo torturante e interminável. Pior é sua alusão, quase tipográfica, ao discurso direto, mesmo depois de ter sofrido uma série de *indiretas*¹²⁶. Seguramente isso não vai dar certo. E nem

adianta querer confundir as coisas recorrendo ao conceito de *metalogue*¹²⁷ em Bateson, conforme aquela nota vaga que li dos seus apontamentos guardados na mochila. A proposta é, em si, embaraçosa, pois conseguirá, no máximo, virar *cosplayer* de Platão.

R: É por isso que algumas pessoas evitam suas reuniões. Elas têm razão quando dizem que você está sempre reclamando. Que ranzinza! Precisa ser menos crítica e mais propositiva.

C: Que algumas pessoas evitam aparecer em minhas reuniões, é fato. Como também o é minha postura crítica permanente. Queria o quê? Mais cedo ou mais tarde, a gente se estressa, não tem jeito. Todavia, não aceito essa análise de que minha atuação deixa de propor alternativas aos problemas debatidos. Quero que me provem isso.

R: Provarei! Inclusive pegando um exemplo do memorando para demonstrar o quanto a minha estratégia de pesquisa é acertada. Ali eles me acusam de enviar o documento “Carta da Subcomissão Territórios Etnoeducacionais e Sistema Próprio ao Ministro da Educação e ao Secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino”¹²⁸ ao Secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino...

¹²⁴ (LATOUR, 2006).

¹²⁵ (WAGNER, 2010).

¹²⁶ Difícil saber os reais objetos dos sarcasmos da Cneei. Como andou bisbilhotando minha mochila, possivelmente é uma referência a Deleuze e Guattari, quando diziam que “É toda a linguagem que é discurso indireto. Ao invés de o discurso indireto supor um discurso direto, é este que é extraído daquele” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 24). Pode ser também uma referência a Mikhail Bakhtin (2006), no que diz

respeito à apreensão do *discurso de outrem*, mas, neste caso, ela mal sabe que apenas folheei o livro que carreguei por um bom tempo na mochila.

¹²⁷ “A *metalogue* is a conversation about some problematic subject. This conversation should be such that not only do the participants discuss the problem but the structure of the conversation as a whole is also relevant to the same subject” (BATESON, 1972, p. 2).

¹²⁸ (BRASIL, 2015a).

C: Sem querer retomar a questão dos discursos diretos, percebo que não abandonou as aspas em sua fala. Pior ainda quando acompanhada desse gesto com os dedos de aspas no ar.

R: Você está indo longe demais. O entre aspas traça a última fronteira da responsabilidade autoral. As suas falas transcritas estarão também repletas delas. Pode apostar.

C: Como queira. Não quero questionar suas forças de hábito. Quanto ao envio do citado documento, não se deve falar em acusação, pois você realmente o encaminhou ao Secretário.

R: Eu? Ora, encaminhei porque me pediu.

C: Bem, um documento intitulado dessa forma parece sugerir que deveria ser enviado ao mencionado Secretário. De qualquer modo, a SASE é um dos meus membros¹²⁹. Não vejo problema nisso.

R: Também não vejo. O primeiro problema é que o envio de documento “gerou um desnecessário constrangimento à CNEEI, à CGEEI, à DPECIRER e à SECADI”.

C: Constrangida, eu? Depois de tantos anos nesse Ministério, não sou de ficar constrangida por qualquer coisa. Mas entendo que as chefias são mais sensíveis.

R: Não sei se por constrangimento, mas o Secretário da SASE participou da reunião seguinte ao envio dessa carta¹³⁰ para tratar da proposta de instituição de um Sistema Nacional de Educação presente no documento “Instituir um Sistema Nacional de Educação: agenda obrigatória para o País”¹³¹, o qual foi frontalmente questionado na Carta. Outro ponto ali debatido, a proposta da Base Nacional Comum Curricular, também acabou virando assunto na pauta da reunião seguinte. Aliás, é querela que me rendeu a descuidada participação em “reunião com convidados externos” repleta de choques culturais. O real problema apontado pelo MEC teria a ver com a suposta ausência da “devida articulação/autorização do Pleno dessa CNEEI, do seu Presidente, ou mesmo da Coordenação de Educação Escolar Indígena” no envio do documento.

C: Mas a criação da *Subcomissão Territórios Etnoeducacionais e Sistema Próprio*¹³² foi aprovada em plenário nas reuniões anteriores. Além disso, a Carta apenas reforçou deliberações que constam da I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, de 2009¹³³.

R: Estou de acordo. Sem mencionar esse legalismo repentino do MEC. Uma comissão fica operando por anos e anos sem sequer possuir um regimento

¹²⁹ Vide nota 123.

¹³⁰ 2ª Reunião Ordinária de Cneei em 2015, de 30/11 a 2/12/2015.

¹³¹ (BRASIL, 2015g).

¹³² O Regimento Interno da Cneei prevê, no Art. 12, que a “CNEEI poderá criar Subcomissões para o estudo e a análise de assuntos específicos relacionados com a temática da Educação

Educação Escolar Indígena” (BRASIL, 2014d).

¹³³ “A etapa nacional realizada em novembro de 2009 na cidade de Luziânia/GO reuniu 604 delegados, 100 convidados (incluindo equipe de apoio) e 100 observadores, totalizando 804 participantes efetivos” (BRASIL, 2014c, p. 15).

interno. E com a composição oficial caduca, pois, para se ter uma ideia, antes da atualização da nomeação dos membros em fevereiro de 2016¹³⁴, que me rendeu mais um motivo para expulsão, a última nomeação tinha ocorrido em 2010¹³⁵.

C: Alto lá! Não sei se entendi bem, mas está me chamando de caduca e ilegal?

R: Não leve para o lado pessoal, mas a nomeação de novos membros é um trabalho permanente. Veja a nomeação de 2016, por exemplo. Existem diversos membros que não mais participam do colegiado. Sejamos sinceros, oficialmente, você praticamente não existe.

C: O que não entende é que uma quase inexistência oficial é o meu próprio modo administrativo oficial de existência. Mas não espere uma portaria do MEC dizendo que eu praticamente não existo. É como a questão dos arquivos, existe um investimento institucional nisso. Prova é que, de um ponto de vista de logística de eventos e exposição política, dá mais trabalho manter-me “desatualizada” que manter os dados dos meus membros em dia.

R: Quero falar disso com mais calma, pois a tragédia que ocorreu no auditório, durante o evento de nomeação dos seus novos integrantes, é algo que ainda me dá calafrios. Você, como a única sobrevivente, é a melhor testemunha do que aconteceu naquele fatídico dia. Ainda não sei como conseguiu escapar.

C: Não precisar respirar tem lá suas vantagens.

R: Mas não gostaria de entrar nesse assunto ainda. Você é mestre em mudar de assunto. Até hoje nunca respeitou a pauta de uma reunião sequer.

C: Depende. Está falando da pauta de quem?

R: Não comece com seus malabarismos. Quero voltar à carta sobre o Sistema Nacional de Educação para provar que precisa ser menos crítica e mais propositiva. Foi dito que o MEC precisava respeitar, em suas discussões sobre o Sistema Nacional, a deliberação pela criação de um Sistema Próprio de educação escolar indígena.

C: E não precisa? O MEC é signatário do documento final da Conferência de 2009.

R: Concordo, mas aqui entra o lado propositivo da questão. Você está certa ao criticar a falta de participação dos povos indígenas na proposta de implementação de um Sistema Nacional, bem como ao criticar a criação de uma Base Nacional Comum.

C: Um “nacional comum”, ainda por cima como “agenda obrigatória”, é capaz de pôr abaixo todas as conquistas pela autonomia curricular, a qual vem *baseando* a luta por escolas indígenas até aqui.

R: Justamente. Tenho de ressaltar, todavia, o outro lado. Aliás, é algo que

¹³⁴ A composição mais atual da Cneei se deu por meio da Portaria MEC nº 66, de 16 de fevereiro de 2016 (BRASIL, 2016b).

¹³⁵ Portaria MEC nº 1.155, de 17 de setembro de 2010.

sempre quis lhe perguntar, embora me sentisse um pouco constrangido. Defendi, e sempre defenderei administrativamente, a proposta de um Sistema Próprio para a educação escolar indígena no País. Todavia, aproveitando que estamos a sós, confesso que jamais entendi ao certo o que os indígenas querem dizer com isso. Qual é a real explicação dos indígenas para essa proposta?

C: Dos indígenas? Não é possível que, a essa altura, você queira que eu fale em nome dos indígenas. Vai agora me tratar como uma representação dos indígenas brasileiros? Não acredito...

R: Verdade. Há momentos em que me esqueço de que o colegiado é composto também por representantes indígenas, por entidades indigenistas e por órgãos governamentais.

C: Está piorando. Sou eu, então, uma espécie de misturinha? De tudo o que eu defendo, 1/3 é indígena? Isso é uma espécie de reavivamento burocrático do mito das três raças?

R: Concordo que também não é por aí. Mas, então, quem é você? Você fala em nome de quem, afinal?

C: Piorou de vez. Faz o seguinte. Vamos fingir que você – logo você! – não me perguntou essas coisas. Ignorando sua recaída, simplesmente passaremos por cima desses deslizes. Tome um ar. E quanto ao Sistema Próprio, isso está delineado no Documento Final da I Conferência Nacional de Educação Escolar

Indígena, de 2009. Por isso que o citei na Carta.

R: Isso eu sei. Já li esse documento diversas vezes. Também o utilizo como resposta. Todavia não é bem isso o que estou querendo dizer. Fico pensando: Ora, se os indígenas querem um Sistema Próprio, por que reivindicar isso ao MEC? Por que simplesmente não fazem seu Sistema Próprio por conta própria? Quem está impedindo? Por que estão buscando os marcos formais que são concedidos pelo Estado?

C: Não me diga que isso é um gravador?

R: Força do hábito.

Experiência estatal

C: O que é complicado em suas questões são os pressupostos que elas assumem. Já foi dito que perguntar pode ser apenas um modo falacioso de introduzir-se proposições num diálogo¹³⁶. Uma das características implícitas em seus questionamentos pode ser percebida naquele efeito de desolação em *O Castelo*, dependente da constante afirmação de K. como um estrangeiro.

R: Concordo. E ele era de fato um estrangeiro.

C: Mas não simplesmente por uma condição de recém-chegado. Perceba a ironia de se colocar povos ameríndios sob a alcunha de estrangeiros em pleno Planalto Central. Como povos que, literalmente, participaram da construção disso tudo permanecem na condição de

¹³⁶ (WALTON, 2008, p. 39).

estrangeiros, de forasteiros que não tomam parte, que precisam justificar a suposta iniciativa tardia pelo contato. Sem falar que não deixa de ser curioso alguém precisar sair em busca da formalidade estatal. Poderia ser mais proveitoso pensar que é esta quem sai em busca das pessoas.

R: Até entendo sua inclinação para enxergar a presença estatal generalizada, pois, afinal, sua própria criação redundava da assinatura de uma portaria pela autoridade competente. Mas não se pode negar que a dinâmica estatal de fato exclui os povos nativos, que nem sempre conhecem os meandros da burocracia.

C: Certamente a dinâmica estatal se apresenta excludente, mas confiar nisso um desconhecimento por parte dos indígenas é algo que não faz sentido. Se minha existência, como disse, dependeu da assinatura de uma portaria, caberia questionar o que levou determinada autoridade a assiná-la. Sempre podemos elencar antecedentes. De qualquer modo, enquanto uma comissão do Ministério, não posso ser considerada estrangeira sem que essa condição seja problematizada. Tampouco posso me considerar uma favorecida pelas decisões administrativas, bem integrada a isso tudo. Obviamente impõe-se uma métrica de acesso que sugere que, de algum modo, estou alijada do processo decisório oficial e impedida de materializar as ações deliberadas em minhas reuniões. Algo

sugere que estou fora. Estamos falando, contudo, de uma distância política, não necessariamente vinculada a uma posição geográfica¹³⁷. Estar fora mesmo tendo nascido por portaria, mesmo morando no segundo andar do edifício de um ministério. O que implica de fato ser estrangeiro num castelo?

R: Tem razão quanto a isso.

C: Outro efeito curioso é o da Administração Pública como um monólito alienígena, aterrissando em solo pátrio, com o bojo repleto de burocratas. Limpou-se a área para uma aterrissagem segura, e as comunidades locais ficaram em derredor, contemplando o monumento insólito. Até chegou o momento em que resolveram interagir com a coisa pronta. Resolveram se matricular em escolas, cursar uma universidade. Daí, então, a suposta inaptidão dessas instituições para bem os receberem. Não estavam preparadas. Precisariam de tempo para aprender como lidar com o mal-estar desse contato inesperado. Quanto cinismo nessa pretensão de querer transformar povos indígenas em hóspedes!

R: Mas não considera que existe uma inaptidão das rotinas administrativas do MEC para lidar com os povos indígenas? Veja o tormento que é garantir o transporte de representantes indígenas para um determinado evento. O Ministério assegura apenas a passagem do aeroporto da cidade de origem até Brasília. Desconsidera, todavia, que o

¹³⁷ Como em Isabele V. Bachtold (2015), podemos pensar que o castelo não apenas governa à distância, mas, sobretudo, governa a distância. O castelo exige um governo *sui generis* da distância.

Permanece indefinidamente no alto da encosta porque a distância em questão não é meramente geográfica: é política.

deslocamento de uma determinada comunidade até o aeroporto pode levar semanas. Algo que poderia ajudar nisso seria a aquisição de combustível para embarcações ou a possibilidade de locação de aeronaves, mas o MEC, até então, não dispõe de dispositivos licitatórios para a aquisição desses itens. Leva tempo para se adequar, pois o Ministério tem em mente um público-alvo com perfil cujo acesso ao aeroporto não é uma jornada homérica.

C: Não desconsidero a inaptidão administrativa, desconfio apenas desse tipo de discurso. Baseado em que país o MEC traçou o perfil do seu “público” que teria participação assegurada em eventos em Brasília com a simples disposição de passagens aéreas e diárias? Se pensarmos bem, as coisas estão há muito adequadas, inclusive com esse inquestionado pressuposto de posse. Por toda parte encontramos a petulância daquela personagem de Kafka afirmando que no “castelo não precisamos de hóspedes¹³⁸”. Passou da hora de contestá-los: quem disse que os indígenas são hóspedes? A reivindicação cotidiana de direitos constitucionais não pode ser pensada apenas como um jeito de falar de pessoas às quais uma instituição como o MEC, no fundo, não pertence. Na própria assunção de uma métrica de aproximação dos povos indígenas às políticas do Ministério e de uma imagem de processo de adequação

em curso – eternamente em curso!¹³⁹ –, acabamos por esvaziar a força política das reivindicações por direitos já estabelecidos.

R: Se entendi bem, você critica a pretensão de se perguntar por que indígenas querem escolas ou por que querem entrar numa universidade.

C: Também. Por que são geralmente os indígenas que precisam responder a esse tipo de questão? Mais cedo ou mais tarde essa conversa desemboca num processo de *burocratasplaining*.

R: Como assim?

C: A experiência secular, e múltipla, dos povos indígenas existindo com, e apesar da, Administração Pública é reduzida à figura incauta de quem não sabe ao certo o que está fazendo, nem com quem está lidando.

R: Bom você ter tocado nisso, pois essa carapuça me serve muito bem. Num determinado evento de recepção às lideranças indígenas que vieram ao MEC apresentar suas demandas, acabei expondo publicamente uma opinião que soava como uma crítica ao Órgão. Por conta disso, findado o evento, fui repreendido, numa conversa reservada, por uma pessoa expoente na área indigenista, a qual estava como representante do Ministro na reunião. Ela fez questão de ressaltar que eu deveria ser profissional e entender qual era o meu

¹³⁸ (KAFKA, 2008, p. 19).

¹³⁹ Os impasses que afetam o acesso dos povos indígenas às atividades do MEC estão permanentemente em pauta nas reuniões da Cneei. Como também são permanentes as promessas que de questões dessa ordem, como,

por exemplo, a dificuldade logística e comunicação para assegurar o transporte dos indígenas até Brasília, serão resolvidas nos próximos eventos. Vide por exemplo os debates da 1ª Reunião Ordinária de 2013 e os do primeiro dia da 2ª Reunião Ordinária de 2014.

papel naquele tipo de evento, enquanto representante do Governo. Explicitei minha discordância e aleguei que quem trabalhava para o Governo era essa pessoa e que eu, quase me fazendo messiânico, trabalhava para o público, era servidor público, estava ali preocupado em servir aos representantes indígenas presentes, falando-lhes a verdade.

Acalmados os ânimos, esse acontecimento acabou por sedimentar em mim uma lição – talvez não muito bem aprendida, como prova minha expulsão – e um sentimento de ridículo que até então eu não conseguia bem formular. Nessa e em diversas outras ocasiões, acabava me vendo profundamente violentado por um sentimento emergencial de “Estão tapeando os indígenas! Alguém precisa fazer algo!”. Acho que nunca consegui participar de um evento que envolvesse diálogos entre representantes indígenas e membros do Governo sem a comichão decorrente desse sentimento.

C: Pude perceber isso em algumas ocasiões. Mas o ridículo não decorre de alguém que trabalha no MEC achar inaceitável “tapearem” os indígenas que vêm a tanto custo pleitear soluções e iniciativas diversas ao Órgão. Se essa preocupação fosse mais comum, seguramente uma considerável energia

dos esforços das lideranças indígenas seria poupada em suas peregrinações pelos prédios da Esplanada. Não mais colocariam a culpa em sistemas eletrônicos ou em governos locais, e haveria o mínimo de constrangimento ao se apresentarem promessas sabidamente inexecutáveis.

R: Concordo. Meu constrangimento decorre de me supor como o primeiro que se deu conta dos riscos que estão à mesa nesse tipo de tratativa. Posso exemplificar isso com a seguinte cena. Vamos imaginar que desse vazão ao meu sentimento colérico ocasionado pelo “Estão tapeando os indígenas!” e interrompesse abruptamente a reunião com o Ministro da Educação, ou melhor, que subisse no palco da Conferência Nacional de Política Indigenista de 2015, enquanto a Presidente da República apresentava propostas para a educação escolar indígena e lhe roubasse o microfone: “Parou, parou, parou! Êpa, que conversa é essa?! Prezadas lideranças indígenas aqui presentes, fiquem sabendo que a consolidação da política dos Territórios Etnoeducacionais (TEE) a partir do próximo ano¹⁴⁰ e o anúncio de criação de uma Rede Brasileira de Educação Superior Intercultural Indígena¹⁴¹ que estão lhe prometendo são a mais pura

¹⁴⁰ “Determinei ao Ministério da Educação que, a partir do próximo ano, inicie um processo para a consolidação dos Territórios Etnoeducacionais. Com esse processo, nós vamos fortalecer o regime de colaboração entre os entes federados e promover o protagonismo indígena nos seus processos educacionais, respeitando a diversidade étnica, socioambiental, cultural e linguística dos vários povos” (BRASIL, 2015e).

¹⁴¹ “Quero anunciar a criação da Rede Brasileira de

Educação Superior Intercultural Indígena. Essa rede irá atender a uma reivindicação histórica dos povos indígenas. Será uma organização consorciada de instituições públicas de educação superior, para promover o acesso e permanência de estudantes indígenas na educação superior, estimular o ensino, a pesquisa e a extensão nas temáticas de interesse dos povos indígenas” (BRASIL, 2015e).

enrolação. Não dispomos de recursos financeiros e humanos, nem de vontade política efetiva para tocar isso!”. Quem sabe, após o silêncio constrangedor que sobreviesse à minha fala, algum cacique levantaria no meio do auditório, com a inimitável diplomacia dos caciques, e me dissesse, um tanto entediado: “É mesmo? Não me diga! Que descoberta! Obrigado pelo alerta, mas, por favor, devolva o microfone à Presidenta e vamos continuar o evento”. Nada mais constrangedor que a pretensão de ser desbravador de um caminho já tantas vezes percorrido. Melhor devolver mesmo o microfone e tentar aprender um pouco, com comichões, evidentemente. Tanto é que acompanhei, nos anos subsequentes, mais duas reuniões desse mesmo coletivo que mencionei anteriormente. As mesmas demandas foram reapresentadas e o MEC, novamente, não tomou nenhuma iniciativa efetiva.

C: É por aí mesmo. Acho que entendeu o espírito da coisa.

R: Nisso eu preciso reconhecer que a sua perseverança é algo que impressiona. Esse ambiente em que os problemas e as desculpas se repetem me assombra. Os registros de reuniões ocorridas há uma década parecem extremamente atuais. Vide as próprias deliberações da I CONEEI em 2009. Estão intactas!

C: É em momentos como esse que você deveria estar aberto a experiências administrativas diferentes da sua. Não duvido que veja nisso tudo uma repetição

interminável dos mesmos problemas. Precisa entender, contudo, que algo a mais se passa para além das cópias que supostamente se sucedem. Para exemplificar, podemos pensar na pauta da minha transformação em Conselho Nacional de Educação Escolar Indígena. Essa demanda esteve em debate por diversos momentos¹⁴², pois representava o fortalecimento de minha atuação. Até que o prosseguimento da iniciativa foi negado pela direção do MEC. Com o assunto já praticamente esquecido, deparamo-nos com a seguinte competência que me foi atribuída pelo Regimento Interno recentemente aprovado pelo Ministro da Educação: “elaborar anteprojeto de lei para criação do Conselho Nacional de Educação Escolar Indígena, que deverá integrar a estrutura do MEC”¹⁴³.

R: Acontece que esse item deve ter passado despercebido, levando em consideração que foi você quem redigiu a minuta. Provavelmente o MEC inviabilizará novamente essa pauta de discussão.

C: Provavelmente. Atente para que agora temos novamente a inviabilização da criação do Conselho, mas com um dispositivo orientando a elaboração de um anteprojeto de lei. Algo que não fazia parte da negativa anterior. Um pequeno avanço numa pauta permeada por negativas. Isso obviamente lhe escapa, pois, para colocar em seus termos, sua tendência convencionalizante o leva a subestimar as singularidades dos

¹⁴² Por exemplo, na Reunião Ordinária de 2008.

¹⁴³ (BRASIL, 2014d).

eventos¹⁴⁴ que se passam aos seus olhos. Cada evento novo não lhe parece mais que a repetição de uma tapeação antiga. Você precisa entender que, para alguns, as coisas mudam se repetindo.

A igualdade que faz a diferença

R: Continuo suspeitando de sua tempestade em copo d'água em relação à necessidade de os indígenas justificarem seus pleitos por escolas. Não me lembro de alguma reunião em que você se deteve especificamente sobre esse tema, sinal de que talvez não leve mesmo a sério o assunto; mas é bom lembrar que é uma questão constantemente acionada. Veja que a I CONEEI, na etapa de suas conferências locais, levou às comunidades o Documento Orientador em que uma das questões-chave dizia respeito a "O sentido e a função da escola". A proposta era que os indígenas reunidos nas conferências¹⁴⁵ respondessem à pergunta "Por que queremos a escola?".

C: Foram perguntar isso em 2009?

R: Não comece. O que importa é que foram dadas diversas respostas. As três mais votadas, com um número de menções que se destacava das demais, afirmavam que os indígenas queriam escolas para: "[1ª] *Formar líderes para lutar pelos direitos e interesses indígenas*["; 2ª] *Afirmção/resgate da identidade cultural*["; e 3ª] *Acesso aos conhecimentos*

dos não índios com a variante Acesso aos conhecimentos dos povos ocidentais" ¹⁴⁶. Vai ignorar isso?

C: Não estou ignorando sua lista das mais votadas. Defendo apenas que as respostas permaneçam num plano de abertura permanente.

R: Mais ou menos como uma frase que li outro dia: "as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os interioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza. Este é, consabidamente, um imperativo muito difícil de atingir e de manter"¹⁴⁷.

C: Bem mais ou menos. Em tais termos, o impasse fica parecendo um dilema como o de qual roupa escolher para ir ao trabalho. Evoca-se um "nós temos o direito a...". Todavia, há que se perguntar, "nós" quem? Não sei se percebe as sutilezas em jogo. Quem reivindica direito à diferença tende a ser um *nós* já diferente.

R: Não sei se entendi. Posso citar um caso concreto para mostrar como esses impasses podem levar um burocrata à loucura em mesas de negociação. Vamos pensar nas demandas de infraestrutura. Em dados momentos, a exigência é para que o projeto arquitetônico se amolde às especificidades indígenas, pois nem tudo o que pertence às "escolas de branco" serve para as escolas indígenas. Chega-se a

¹⁴⁴ Seguramente uma referência a Roy Wagner (2010, p. 85).

¹⁴⁵ "Apesar das **dificuldades a serem superadas** de logística e comunicação com as aldeias, se conseguiu realizar 355 Conferências Locais, envolvendo 1.836 escolas que garantiram a

participação de 45 mil pessoas." (BRASIL, 2014c, grifos meus).

¹⁴⁶ (BRASIL, 2014c).

¹⁴⁷ (SANTOS, 1997, p. 30).

questionar os tipos de materiais empregados na construção das escolas, o calor dos telhados de “Brasilit”, bem como a necessidade de receberem computadores, pois os laboratórios acabam não se formando como o planejado e os computadores são distribuídos não criteriosamente pela aldeia¹⁴⁸. Nesse caso, é a chave da diferença que está em operação. Todavia, na mesma reunião, ativa-se a chave da busca por igualdade acerca dos mesmos assuntos. Criticam-se as dificuldades de comunicação nas aldeias, pois muitas das ações junto ao Governo dependem de acesso à Internet e os laboratórios de informática nas comunidades geralmente não funcionam. Afirma-se que professores indígenas não teriam tido o mesmo direito a receber *tablets* e *notebooks* disponibilizados pela secretaria estadual a professores não indígenas¹⁴⁹. Ou que os professores indígenas se prestam ao desafio de dar aula em telhados de palha malconservados, enquanto professores não indígenas, apesar das dificuldades, possuem ao menos edificações para dar aula¹⁵⁰. Ora, isso me parece contraditório. Precisam escolher o que querem afinal.

C: Pode até repetir essa última frase dando pequenos toques no relógio com a impaciência dos homens de negócio. Você não tem todo o tempo do mundo. Essas pessoas, ou melhor, esses indígenas

precisam decidir, afinal, o que querem. Não é?

R: Interprete como quiser. A verdade é que é uma contradição permanente. Envio ou não envio os computadores? Disponibilizo, ou não, a Internet? Construo, ou não, uma escola com telhado de branco?

C: Isso mesmo. Põe para fora. Vai lhe fazer bem. Sem considerar que optar entre projetos arquitetônicos não seria a real tarefa, pois o levantamento que realizei em 2014¹⁵¹ demonstra que, de todas as obras de escolas indígenas no País até então, apenas 23,18% foram concluídas. Isso foi constantemente apontado em minhas reuniões. Inclusive alertei reiteradas vezes acerca das dificuldades para as empresas construírem nas aldeias. Era preciso adequar os instrumentos de contratação, pois 87,23% das obras paralisadas decorriam do abandono do projeto pela empresa responsável. De tal modo, os termos do debate recuam bastante. Em vez de saber qual o material do telhado, primeiro deve-se saber se existe ou não a real pretensão de construir um.

R: Seguramente entendeu o que estou dizendo. É um pêndulo que oscila incansavelmente entre exigir a igualdade de direitos e o direito a diferenças.

¹⁴⁸ Considerações de Francisca Oliveira de Lima Costa durante a 1ª Reunião Ordinária de 2013.

¹⁴⁹ Ponderações de Edilene Bezerra Pajeú durante a 1ª Reunião Ordinária de 2013.

¹⁵⁰ Makaulaka Mehinako (1ª Reunião Ordinária de 2013): “E eu sempre falo com os professores lá que se a gente fosse não-indígena a gente parava

aqui. A gente nem estava dando aula por aqui para as nossas crianças. Mas a gente tem coragem de dar aula embaixo dessas palhas caídas. Quem entre os não indígenas daria aula neste lugar? Pelo menos eles têm prediozinhos para dar aula lá e tal”.

¹⁵¹ (BRASIL, 2014a).

C: Você tinha um texto na sua mochila que abordava esse suposto pêndulo de uma forma que pode ajudá-lo a esclarecer o impasse. Tenha em mente que até um pêndulo se pendura num ponto fixo. No meu caso, uma ideia fixa.

R: Nem precisa me dizer qual é a sua ideia fixa. Espécie de mantra repetido à exaustão em suas reuniões: consultar os povos indígenas, consultar os povos indígenas, consultar os povos...

C: Cada qual com a sua vocação. Pois bem. Aquele texto lidava com aspecto importante ao ressaltar que “nem toda diferença social que pode ser constatada é interpretável em termos de desigualdade social”¹⁵². A necessidade de um computador com acesso à Internet numa aldeia, por exemplo, poderia ser interpretada tanto pelo viés da diferença quanto pelo viés da desigualdade. Mas o que sustentaria o movimento desse pêndulo? O que transformaria determinado bem, que outrora simbolizou diferenças culturais, em marco presente de uma desigualdade social? O texto atribuída essa passagem de um regime ao

outro ao “grau de desejabilidade coletiva”¹⁵³ relativo a determinado bem.

R: Mas aí fica difícil você amparar-se nessa ideia, pois está omitindo que Lahire considerava que “apenas há desigualdade quando existe uma forte desejabilidade coletivamente definida. As ‘desejabilidades’ cultuadas nos limites de subgrupos ou de pequenas comunidades nunca constroem condições para que surjam desigualdades sociais. É preciso, para tanto, que a vontade de ter acesso a tal ou tal série de bens ou práticas anime e motive uma população muito mais ampla”¹⁵⁴.

C: Não estou dizendo que minha ideia fixa corresponde ao ponto desse texto. Nem pretendo inaugurar um tribunal de desejabilidades para saber se são fortes o suficiente para que emergjam como desigualdades no âmbito da “sociedade”. É o aspecto volitivo o que me interessa nisso tudo. Aliás, é o que sempre me interessa nessas matérias, pois sou um órgão de consulta. Como saber em que registro operar? A solução é sempre consultar as pessoas envolvidas.

¹⁵² (LAHIRE, 2003, p. 990).

¹⁵³ Essa passagem ilustra bem a questão de Lahire: “[...] a passagem histórica, no sistema escolar francês, do latim à matemática como meio de seleção escolar privilegiado contribuiu para fazer da cultura letrada clássica (‘humanista’) uma cultura coletivamente menos invejável e socialmente menos desejável que antes. Poderíamos assim assistir, num futuro mais ou menos próximo, à transformação de uma *desigualdade* de acesso à cultura letrada numa simples *diferença* social, os desafios e as metas escolares deslocando-se para os pólos mais científicos.

Portanto, a questão da desigualdade é

claramente indissociável da crença na legitimidade de um bem, de um saber ou de uma prática, isto é, indissociável daquilo que poderíamos chamar de *grau de desejabilidade coletiva* que existe a seu respeito. De fato, o que separa uma *diferença social* e uma *desigualdade social* de acesso a toda uma série de bens, práticas, saberes, instituições etc. é justamente o fato de que, no segundo caso de figura, estamos lidando com objetos definidos, coletivamente e de maneira bastante ampla, como altamente desejáveis. (2003, p. 991).

¹⁵⁴ (LAHIRE, 2003, p. 992).

R: Até mesmo porque a coisa poderia ficar consideravelmente confusa. Acompanhe meu raciocínio. “Para que uma diferença faça desigualdade, é preciso que todo mundo (ou pelo menos uma maioria tanto dos ‘privilegiados’ como dos ‘lesados’) considere que a privação de tal atividade, isto é, o acesso a dado bem cultural ou serviço, constitui uma carência, uma deficiência ou uma injustiça inaceitável”¹⁵⁵.

É fácil imaginar o elevado grau de desejabilidade coletiva em relação a escolas públicas. Indígenas e não indígenas, pelos menos a maior parcela, consideram importante as crianças estarem matriculadas no sistema de educação escolar. A maioria dos indígenas, todavia, não quer uma escola qualquer. Quer uma escola igualmente vinculada ao sistema público, mas, por assim dizer, quer escolas diferentes. Aqui fica claro o retorno à questão da diferença, pois, afinal, quem no Brasil quer matricular os filhos numa escola indígena? Sem mencionar que, considerando dados oficiais, as escolas indígenas dizem respeito apenas a 1,72%¹⁵⁶. Assim, o acesso a uma escola indígena não representa um privilégio em relação à sociedade brasileira.

C: O problema persistente é que, mesmo não objeto de considerável desejabilidade, por que seu acesso é inviabilizado aos poucos que a desejam?

R: Talvez porque, pela falta de interesse, não se investem esforços para viabilizá-lo.

C: Antes fosse. Os esforços de inviabilização são consideravelmente ativos para se restringirem ao plano do descaso. São iniciativas que se sustentam em outra ideia fixa. Por isso é importante saber o que sustenta as idas e vindas do pêndulo. Disse anteriormente que o *nós* que reivindica diferença é de outra ordem que um *nós* que assume a igualdade como o ponto fixo do pêndulo. A dimensão volitiva deste é, antes de tudo, direcionada a assegurar o pressuposto de que todos são essencialmente iguais.

R: Por isso, então, o Secretário Executivo Adjunto do MEC, na reunião de 2013, achava que criar sistema próprios fragmentaria e inviabilizaria a proposta de um sistema nacional? Juntos, todos estariam fortalecidos e, segundo ele, isso não impediria o respeito às diferenças.

C: Ah, sim! Bem lembrado. Na fala de dirigentes podemos perceber que diferença é bom, mas diferença demais atrapalha. Nesse caso, com a ideia fixa de que somos todos iguais, percebe-se que a abertura a fragmentações leva à degenerescência de um sistema educacional que contemplaria a todos.

De minha parte, prefiro deixar espaços para que as pessoas possam, elas mesmas, definir o momento em que a diferença pode se colocar em termos de desigualdade. A tutela pode também ser pensada como este tipo de silenciamento

¹⁵⁵ LAHIRE (2003, p. 991).

¹⁵⁶ Vide nota 36.

de quem se vê no papel de definir pelos outros o que é diferença e o que é desigualdade. Não competiria ao MEC a estabilização e antecipação dos “desejos” dos mais distintos coletivos. Por isso reitero tanto a legislação que determina aos governos o dever de “consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente”¹⁵⁷. E prezo pela escuta e pela participação efetivas dos representantes indígenas nas ações do MEC.

R: Calma, que eu quero chegar a esse ponto da representação política. Não podemos, todavia, esquecer que estávamos falando da proposta do Sistema Próprio. Sua capacidade de ir mudando de assunto é uma coisa terrível. É uma destruidora de pautas!

C: Não considero que mudamos de assunto, pois tudo isso diz respeito diretamente ao pleito por um Sistema Próprio.

R: Tudo bem, então vamos voltar ao que você quer com isso, sem tergiversações. Antes, eu gostaria de sugerir que a gente se sentasse para tomar um café. Ficar assim caminhando por

estes terrenos brancos, perseguindo um cursor intermitente enquanto se ouve o batucar de um teclado ao fundo, está se tornando bem cansativo.

Chá de cadeira e cafezinho. Sorria!

C: Sabia que mais cedo ou mais tarde me ofereceria cadeira e cafezinho.

R: Lá vem você com as suas. Sei aonde quer chegar. Outro dia estava reparando a simetria entre os ramos no Brasão da República e quase concordando com a sua teoria¹⁵⁸ de que, no Brasil, tomar café é o equivalente direto de levar fumo da República!

C: Nunca disse isso.

R: Sei que não foi nesses termos, mas lembro das menções ao café que servimos aos indígenas que vêm nos visitar. Se é que visitar é uma palavra adequada.

C: Se a ideia é transmitir a impressão de que se está recebendo alguém alheio em sua casa, visitar é a palavra mais que adequada. Vocês sempre agem como se a casa não fosse deles também. Democracia tem perna curta.

R: Aceito a crítica, como também aceito a questão do café, quando você diz que é uma arma estatal. Desde quando ouvi isso, acabei por me dar conta da

¹⁵⁷ (BRASIL, 2004).

¹⁵⁸ Makaulaka Mehinako (1ª Reunião Ordinária de 2013): “Quem está no MEC se preocupa com quem está lá, o problema que índio enfrenta lá? Não. [...] Mas eu sou a pessoa que vive este problema lá na aldeia, na comissão gestora, é a gente que discute este problema, é a gente que leva este problema, e por isso eu tenho muito de ajudar vocês a construir o que é que nós queremos: uma política sólida mesmo, não essa

política mole que a gente costuma... você vai lá e tem uma carinha sorrindo para o ar, te dá um copinho de café e já está bom e você sai. É desse jeito! É a arma que... isso é uma arma que os governos usam. Te dá uma cadeira – senta aqui, ó! – e te dá um pouco de tal coisa – e tá aqui! – e daqui a pouco...”

forma como sempre recebia os indígenas no MEC. Tomar café sentado à mesa de reuniões nunca mais foi o mesmo. Parece que estou como atendente no balcão de bebidas do castelo, único ponto acessível na Hospedaria dos Senhores¹⁵⁹.

C: Referência um tanto quanto forçosa. Mas entendo seu desejo de fazer render a leitura desse livro. O problema, Roberto, é que existe uma ironia nessa sua fala típica de quem quer transformar o café numa metáfora para as dinâmicas de poder que ele representa. Como se o café não importasse de fato diante do que está por detrás. Enquanto o impasse é que justamente não existe nada para além da xícara de café. É nisso que está o seu poder enquanto arma. Deixa-se um requerimento na Coordenação, você, amigavelmente, assina o recebimento, promete algum tipo de iniciativa e toma-se café numa reunião amistosa. Disso tudo, a única coisa que realmente aconteceu e acontecerá, aquilo que materialmente se retirará da estrutura do MEC, é o café. A única coisa que o indígena conseguiu levar de volta à comunidade naquele dia. O café não representa nada, nem está no lugar de outra coisa. O café é extensão do serviço público, materialidade de política pública. Educação escolar indígena se faz com muito café. Café não é tapeação. Café é café mesmo. Achar que isso é uma metáfora é estar do lado dos que se pensam bons anfitriões.

R: Café é café mesmo, essa é boa!

C: Não subestime o papel do café num ministério. Perceba seu senso de urgência. Posso ilustrar isso por meio de um exemplo macabro.

R: Adoro exemplos macabros!

C: Vamos supor, então, que um assassino em série deu cabo de algumas pessoas no MEC.

R: Não começou bem. Que conversa esquisita depois da tragédia que aconteceu no MEC. Mal foram enterradas dezenas de corpos. Ainda se está em luto. Podemos sentir, até agora, a presença da morte pelos corredores. Estava até querendo deixar esse assunto para o final da conversa.

C: Foi uma tragédia mesmo, mas meu exemplo é meramente didático. Se me permite... Daí vamos supor que ele deu cabo do secretário do seu setor. Quanto tempo você levaria para descobrir esse crime?

R: Bem, Agatha, embarcando na sua estorinha lamentável, acho que levaria algo em torno de um mês, ou mais. Precisaria notar a demora para a assinatura de um processo, que geralmente não é algo imediato, ou a ausência dele em alguma reunião de equipe, que são esporádicas.

C: Ótimo. Agora quanto tempo você levaria para notar que o assassino desapareceu com a equipe da Copa responsável pelo café?

R: Entendi seu ponto. Como tomo um cafezinho pela manhã, assim que chego ao

¹⁵⁹ “Ele não tinha o direito de estar na passagem, em princípio só o balcão de bebidas era acessível

a ele e mesmo assim por clemência e de forma revogável” (KAFKA, 2008, p. 315).

trabalho, levaria alguns minutos para começar a investigar o que aconteceu.

C: Justamente!

R: Mas isso não tem nada a ver. Quer dizer que a copa agora é mais importante que o gabinete de uma secretaria de Estado? Esse nexos temporal do exemplo não quer dizer muita coisa.

C: Não é questão de dizer muita coisa, é reconhecer que diz algo. O café como artefato indispensável para o senso de completude da máquina administrativa. Mas não precisa ficar nervoso. Acho que deveria ter aceitado seu convite para sentar e tomar um cafezinho enquanto conversávamos. Caminhar está deixando-o irritado. Melhor mudarmos de assunto.

R: Quando suas falas ao léu e *performances* em reuniões começam a ser desmascaradas, você opta por mudar de assunto. Sorriso, cadeira e cafezinho são itens absolutamente insignificantes para a atuação governamental, que seguramente tem coisas mais importantes com que se ocupar.

C: Se café fosse algo sem importância, o que levaria um Presidente da República a criar um colegiado de defesa do café¹⁶⁰? Tenho curiosidade de entender melhor

como funcionou o antigo Instituto de Defesa Permanente do Café¹⁶¹, ou o atual Conselho Deliberativo da Política do Café¹⁶². Confesso, todavia, que receio me sentir ainda mais abalada. Até mesmo invejosa pela projeção de um colegiado desse tipo. Será que o café teve, e tem, melhor suporte administrativo que a representação dos povos indígenas no Brasil? Não gosto nem de pensar nisso. De qualquer modo, quando tiver oportunidade, deixe alguns livros sobre o assunto no meu armário.

R: Não vou perder meu tempo pesquisando esse tipo de coisa. Se resolveu implicar com o café do MEC, é um problema seu. Quanto às demais armas, até entendo a questão do sorriso. As pessoas sempre se mostram prestativas, enquanto não se empenham verdadeiramente na consecução das demandas. Contudo, não consigo dissociar a cadeira disso. Oferecer uma cadeira é apenas mais um gesto de gentileza, que, com certa razão, você julga mero artifício.

C: Vejo que conhece pouca a história do seu ministério. Um indígena sentado – ou alguém com os supostos traços de um – proporcionou, outrora, debates que você nem imagina.

¹⁶⁰ “Em sua mensagem presidencial de 1921, Epitácio Pessoa propôs a criação de um conselho destinado à defesa permanente do café. Essa iniciativa tomou forma em 19 de junho de 1922, quando o Congresso Nacional aprovou a criação do Instituto de Defesa Permanente do Café (IDPC), através do Decreto nº 4.548. A atuação desse órgão – administrado por um conselho presidido pelo ministro da Fazenda e tendo o ministro da Agricultura como vice-presidente, e composto ainda por mais cinco membros nomeados pelo presidente da República –

consistia na contratação de empréstimos, mediante condições, prazo e juros determinados pelo conselho e garantidos pelo café depositado em armazéns privados, da União ou dos estados; na compra de café para retirada provisória do mercado; e na estruturação de um serviço de informação e propaganda do café para aumento do consumo e combate às falsificações” (CABRAL; SÁ, 2009).

¹⁶¹ Decreto nº 4.548/1922 (BRASIL, 1922).

¹⁶² Decreto nº 4.623/2003 (BRASIL, 2003).

R: Como assim?

C: Lembra-se daquele livro a respeito da épica empreitada da construção da antiga sede do Ministério no Rio de Janeiro? Em vez de você estar rasurando as páginas que tratavam de banheiros, deveria ter conferido a parte final, que trata de algumas querelas envolvendo a fase final da obra, quando estavam sendo desenvolvidas obras de arte para o edifício.

R: E o que isso tem a ver com um indígena sentado?

C: É uma longa história, que ilustra a epopeia da criação do Ministério do Homem. Aventura sabidamente inacabada, mas seguramente em curso.

R: Então, por favor, encurte-a. Gostaria muito que desse tempo de tratar contigo de mais alguns pontos do Memorando. Sobretudo o dramático evento de atualização de seus membros.

C: Quão inábil você é para realmente assumir a decisão por se deixar levar em caminhamentos independentes. De qualquer modo, enquanto me resta paciência para lidar com quem acha que pode pautar o que falo, vou resumir o acontecido. Tudo começou pela obsessão do seu ex-ministro com a estátua de um homem nu, sentado, de doze metros de altura...

R: Doze metros de altura? Por que uma estátua desse tamanho, ainda por cima, de um homem nu, sentado?

C: O próprio Edital do Concurso, de 1938, dizia que a estátua, que ficaria no jardim do edifício em construção, seria “representativa de um tipo racial brasileiro da melhor qualidade física e mental. [...] O homem estará nu, respeitadas porém as conveniências da praça pública”¹⁶³.

O Ministro revelou em comunicado ao Presidente da República as inspirações dessa obra. Pertencia a um rol de “trabalhos que não foram projetados a esmo, com a preocupação do enfeite. Ao contrário. Serão destinados a dar ao conjunto o sinal de seu destino, de sua finalidade. Serão, desta maneira, não artificios luxuosos ou inúteis, mas parcelas complementares, decorrentes e necessárias”¹⁶⁴.

Dizia que o homem sentado, a principal obra do edifício, nas palavras do Ministro, foi escolhida “[j]ustamente porque o Ministério da Educação e Saúde se destina a preparar, a compor, a afeiçoar o homem do Brasil. Ele é verdadeiramente o ‘ministério do homem’. [...] Esta estátua do homem brasileiro será um bloco de granito. O homem estará sentado num soco. Será nu, como o *Penseur* de Rodin. Mas o seu aspecto será o da calma, do domínio, da afirmação. [...] A concepção, parece-me, é grandiosa. Há, na obra planejada, qualquer coisa de parecido com os colossos de Menon, em Tebas, ou com as estátuas do templo de Amon, em Karnak”¹⁶⁵.

¹⁶³ (LISSOVSKY; SÁ, 1996, p. 230)

¹⁶⁴ Exposição de Motivos de Gustavo Capanema a Getúlio Vargas, de 14/6/1937 (LISSOVSKY; SÁ,

1996, p. 224).

¹⁶⁵ (LISSOVSKY; SÁ, 1996, p. 225).

R: Invejo a sua memória capaz de citar esses trechos de cor. Fico surpreso, pois nunca ouvi falar dessa estátua. Onde ela está? Como algo desse tamanho passa despercebido.

C: Aí que está a parte interessante da história. Esse homem impávido, esperando o porvir da nação, não chegou a ser concluído. Nem queira saber a confusão que essa estátua gerou. Considerável grupo de cientistas, artistas e intelectuais da época – inclusive o próprio Carlos Drummond, coitado, que era Chefe do Gabinete do MEC – empenhou-se em satisfazer o desejo onírico do Ministro. Acontece que impasses contratuais, por assim dizer, com o escultor¹⁶⁶ responsável por erguer a obra acabaram por inviabilizar sua construção.

R: O escultor não conseguiu atender à demanda?

C: Somente em parte. Conseguiu confeccionar o molde de um homem sentado, mas ele não estava à altura das expectativas do Ministério.

R: Ficou malfeito?

C: Para os padrões estipulados, sim. Aquela não era uma encomenda qualquer. O próprio ministro fez questão de frisar isso em carta enviada a especialistas da

época¹⁶⁷. Na consulta, ele dizia: “Está claro que o trabalho, a ser realizado pelo escultor, não será simplesmente uma obra de arte. Há nele um lado científico importante, que é o de fixar já não digo o tipo brasileiro (que ainda não existe), mas a figura ideal que nos seja lícito imaginar como representativo do futuro homem brasileiro. [...] Como será o corpo do homem brasileiro, do futuro homem brasileiro, não de homem vulgar ou inferior, mas do melhor exemplar de raça? Qual a sua altura? O seu volume? A sua cor? Como será a sua cabeça? A forma do seu rosto? A sua fisionomia?”¹⁶⁸.

R: Como seria possível descrever os traços físicos de um brasileiro exemplar?

C: Esse foi justamente o ponto do impasse. Chegou-se a sugestões relativamente precisas por parte dos especialistas consultados. Um, por exemplo, sugeriu que se optasse pelo tipo branco, que julgavam o mais frequente no Brasil, de cabelos e íris escuros. Teria de 1,66 a 1,70 m de altura, pesando entre 60 e 65 kg ¹⁶⁹. Outro, supondo que a população brasileira tinha 51% de brancos, sugeriu esse tipo também por ser aquele que orientava a evolução morfológica do Brasil, ao qual tendiam os mulatos e caboclos¹⁷⁰.

¹⁶⁶ Celso Antônio de Menezes. Curiosamente, entre as principais obras desse escultor, está o Monumento ao Café, construído no Largo do Pará, Campinas (SP), em 1927. O monumento tem “quatro faces, nas quais estão simbolizados o cafeeiro, o português, o preto e a mulher italiana” (EM... 1999).

¹⁶⁷ A mesma carta, pedindo por opiniões, foi enviada a Oliveira Viana, Rocha Vás, Roquette

Pinto e Fróis da Fonseca (LISSOVSKY; SÁ, 1996, p. 225).

¹⁶⁸ (LISSOVSKY; SÁ, 1996, p. 225).

¹⁶⁹ Indicações de Rocha Vaz (LISSOVSKY; SÁ, 1996, p. 229).

¹⁷⁰ Indicações de Roquette Pinto (LISSOVSKY; SÁ, 1996, p. 226).

Mas o escultor contratado, ignorando a rigorosidade científica da encomenda, resolveu apresentar o esboço da escultura representando os brasileiros tal qual ele os encontrava pelo País. Em declarações à imprensa, dizia que não se submeteria aos ditames dos especialistas que orientavam o MEC. Modelaria o homem como o via. Por isso, segundo ele, estava descartado o imigrante, de traços arianos. Dizia “É o que é daqui”¹⁷¹. O resultado foi afamado como sendo uma espécie de Botocudo, de caboclo, de autóctone, de “mestiço de traços duros e beizola pendente a que se ia dando vida no *atelier*”¹⁷². O debate tomou considerável repercussão à época.

R: O Ministro, então, desistiu da obra monumental simplesmente pelos traços físicos da escultura?

C: Decerto ansiava por um distinto futuro da nação. Se supostamente existe uma “figura ideal que nos seja lícito imaginar”, o Ministro resolveu refrear a imaginação ilícita do escultor metido a empiricista.

R: Isso tudo para falar de sua implicância com indígenas sentados num ministério. Não sei se entendi direito. Estariam igualmente petrificados esperando o porvir das ações do MEC?

C: Lembre-se da fala do Ministro de que essas questões remetem a traços complementares da instituição, que se juntam ao conjunto para manifestar sua finalidade. Por isso tenho em mente o que

foi dito ao Ministro no processo de demovê-lo da empreitada: “Penso que o homem brasileiro deve ser representado na posição de quem marcha... Sentado? Nunca”¹⁷³.

Quem sabe, o Ministério se deu conta do absurdo que seria deixar o brasileiro ideal, e imaginável, esperar sentado. Por isso, o melhor a ser feito é sempre desconfiar da oportunidade de se sentar que o MEC lhes oferece. Ora, se não se pôde sentar anteriormente, por que haveria de ser oportuna a possibilidade de sentar-se logo agora.

Sistema aberto ao próprio

R: Sinceramente, isso está no plano da mania de perseguição. A gente poderia voltar à questão do Sistema Próprio e fechar o assunto.

C: O assunto do Sistema Próprio continua em voga. É disso que continuamos falando o tempo todo. Não se fecha o assunto, pois é assunto criado para deixar as coisas abertas.

R: Tudo isso é muito vago. Um sistema é estruturado a partir de atos normativos. Precisa-se que se saiba ao certo o que fazer e como fazer.

C: Falou agora como os representantes do MEC nas reuniões¹⁷⁴. Vocês precisam definir o que querem! Precisam demonstrar.

¹⁷¹ Entrevista ao Correio da Manhã, de 23/9/1938 (LISSOVSKY; SÁ, 1996, p. 236).

¹⁷² Alguns dos termos utilizados pela imprensa para retratar a escultura de Celso Antônio (LISSOVSKY; SÁ, 1996, p. 236; 238).

¹⁷³ Bilhete de Roquette Pinto ao Ministro, em 1938 (LISSOVSKY; SÁ, 1996, p. 239).

¹⁷⁴ Os debates na Reunião Ordinária de 2006 ilustram bem essa cobrança por parte dos dirigentes do MEC.

R: Não precisam?

C: Demonstrar mais do que já foi demonstrado até agora?

R: Não suporto esses obscurantismos. Vou me reportar diretamente à Carta para que fique ressaltado como tudo é muito vago. Você se limitou a reafirmar as deliberações da I CONEEI. Mas o que dizem exatamente essas deliberações? Não dizem nada de novo. Confira comigo a forma como o suposto sistema é apresentado.

O primeiro tópico apresenta a deliberação pela “Criação de um Sistema Próprio de Educação Escolar Indígena, em âmbito nacional, com ordenamento jurídico específico e diferenciado, sob a coordenação do Ministério da Educação (MEC) e com a garantia do protagonismo dos povos indígenas em todos os processos de criação, organização, implantação, implementação, gestão, controle social e fiscalização de todas as ações ligadas à educação escolar indígena, contemplando e respeitando a situação territorial de cada povo indígena”.

C: Qual o problema?

R: Um sistema em âmbito nacional com a coordenação do MEC é um passo em direção à, tão propalada, federalização? Você tem a mania de reclamar que muitas secretarias estaduais e municipais podem ser quase que consideradas anti-indígenas ¹⁷⁵. O Governo Federal, por acaso, é *pró*-indígena?

C: Alguma vez apresentei o Governo Federal dessa forma?

R: Não. Pelo contrário. Vive reclamando da postura do Governo Federal.

C: Então sua dúvida está respondida. Governos estaduais e municipais são distintos do Governo Federal por motivos outros, e lidar apenas com a União favorece a territorialidade dos povos indígenas, a qual, obviamente, não está necessariamente vinculada à divisão político-administrativa dos estados e municípios.

R: O “necessariamente” acaba por evidenciar sua postura hesitante. Diz isso porque sabe do não apoio de algumas comunidades indígenas à federalização. Tudo fica ainda mais confuso quando você se posiciona favoravelmente à política dos Territórios Etnoeducacionais ¹⁷⁶. Uma

¹⁷⁵ Fala recorrente nas reuniões em que se acentua que muitos dos governantes estaduais e municipais pertencem a grupos avessos aos direitos indígenas, diretamente envolvidos em litígios e invasões de terras indígenas.

¹⁷⁶ “Os Territórios Etnoeducacionais são espaços institucionais em que os entes federados, as comunidades indígenas, as organizações indígenas e indigenistas e as instituições de ensino superior pactuam as ações de promoção da educação escolar indígena, efetivamente adequadas às realidades sociais, históricas, culturais, ambientais e linguísticas dos grupos e

comunidades indígenas (Art. 2º da Portaria nº 1.062, de 30 de outubro de 2013).

A partir da definição desses espaços, são constituídas **comissões gestoras** compostas pelos sistemas de ensino, pesquisa e extensão, por organizações indígenas e indigenistas e por outros órgãos públicos e centradas no protagonismo dos povos indígenas. O objetivo é pactuar um **plano de ação** coletivo e integrado para o desenvolvimento da educação escolar indígena em torno de ações prioritárias definidas pelos povos indígenas” (BRASIL,

política que não deixa de ser pensada no âmbito das relações federativas, logo, reforçando a presença e a atuação dos estados e municípios na área. A 1ª Reunião Ordinária de 2014 teve como tema principal a avaliação dessa política após cinco anos da edição do decreto¹⁷⁷ que a criou. Na “Carta Aberta da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena sobre a implementação dos Territórios Etnoeducacionais”, redigida nessa reunião, você é enfática ao reconhecer, entre outros aspectos, que: “Há dificuldades e morosidade no processo de operacionalização do Decreto 6.861 com vários territórios ainda não definidos ou pactuados, inexistindo agenda para conclusão da implementação do decreto em todo o país [e que o] instrumento de pactuação dos territórios não garante o compromisso dos gestores federais, estaduais e municipais, que continuam a atuar de forma desarticulada, gerando ações desencontradas e desconexas no mesmo território”¹⁷⁸.

C: E põe morosidade nisso. Dos 41 Territórios previstos, o MEC conseguiu pactuar apenas 25¹⁷⁹ após tantos anos.

Não deu conta nem de vencer essa etapa de formalização da política. Os 25 que existem oficialmente não estão funcionando conforme a legislação. Foram deixados de lado. Sem mencionar que o decreto que instituiu a política foi publicado poucos meses¹⁸⁰ antes da I CONEEI em 2009. Sempre faço questão de frisar isso: como uma política com essa envergadura é lançada antes de um evento que tinha por objetivo “consultar os representantes dos Povos Indígenas e das organizações governamentais e da sociedade civil sobre as realidades e as necessidades educacionais para o futuro das políticas de educação escolar indígena”¹⁸¹?

R: Tudo bem. Ouvi esse seu questionamento algumas vezes. Fico pensando, contudo, como é difícil agradar nessa área. Se o MEC é moroso, reclamam. Se é ligeiro, a ponto de antecipar-se na criação da política antes de ser debatida, também reclamam.

C: De minha parte, o que interessa é o fato de que a implementação dos Territórios Etnoeducacionais também foi aprovada na Conferência. Por isso, hoje

2015b, p. 2).

¹⁷⁷ Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009.

¹⁷⁸ (BRASIL, 2014b, p. 2).

¹⁷⁹ Até 2016, foram pactuados os seguintes Territórios Etnoeducacionais: A’uwê Uptabi (MT); Alto Solimões (AM); Baixo Amazonas (AM); Cinta Larga (MT e RO); Cone Sul (MS); Ixamná (PA); Juruá/Purus (AM); Médio Solimões (AM); Médio Xingu (PA); Potyrõ (CE e PI); Povos do Pantanal (MS); Pykakwatynhre (PA); Rio Negro (AM); Serra Negra, Berço Sagrado (PE); Tapajós e Arapiuns (PA); Timbira (TO e MA); Tupi Mondé (RO); Tupi Tupari (RO); Tupi Txapakura (RO); Vale do Araguaia (MT, TO, GO e PA); Vale do Javari (AM); Xingu (MT); Yanomami e Ye’kuana (AM e RR); Yby Yara (BA); Yjhukatu (RO). Além desses,

estavam previstos mais dezesseis: Acre; Alagoas e Sergipe; Baixada Cuiabana (MT); Bakairi (MT); Guajajara (MA); Kayabi e Apiaká (MT e PA); Litoral Sul – Guarani Mbya (RS, SC, PR, RJ, SP e ES); Médio Norte Haliti – Paresi (MT); Nambikwara (MT); Noroeste do Mato Grosso (MT); Oiapoque (AP); Paraíba e Rio Grande do Norte; Parque do Tumucumaque e Wajãpi (AP); Povos do Sul – Kaingang, Xetá, Xokleng e Charrua (RS, SC e PR); Roraima – Lavrado; Tenetehar Waywy Zemu’ e Haw – Tembê e Ka’apor (PA) (BRASIL, 2017d, p. 97).

¹⁸⁰ O Decreto é de 27/5/2009 e a etapa nacional da Conferência ocorreu de 16 a 20/11/2009.

¹⁸¹ (BRASIL, 2014c, p. 14).

compõe a proposta de um Sistema Próprio.

R: Não consigo ver coerência nisso. Sobretudo quando se considera que é facultativo a cada comunidade indígena adotar ou não o modelo proposto pela política dos Territórios.

C: Pelo contrário. Esse traço é que assegura a coerência do sistema, pois é oportuno que se crie um espaço em que se pode reivindicar tudo, inclusive nada.

R: Isso é demais para a minha cabeça! Acontece que não fica por aí. A suposta caracterização do Sistema continua. Veja mais este: “O Sistema Próprio de Educação Escolar Indígena deverá reconhecer, respeitar e efetivar o direito à educação específica, diferenciada, intercultural, comunitária e de qualidade, especialmente no que se refere à questão curricular e ao calendário diferenciado, que definam normas específicas, que assegurem a autonomia pedagógica (aceitando os processos próprios de ensino e aprendizagem) e a autonomia gerencial das escolas indígenas como forma de exercício do direito à livre determinação dos povos indígenas, garantindo às novas gerações a transmissão dos saberes e valores tradicionais indígenas”.

C: Autonomia pedagógica e curricular, como já disse, são pressupostos.

R: Que estão reiterados nos mais diversos atos normativos.

C: Mas não estão assegurados. Por isso, na Carta, coloquei em dúvida a

condução dos debates sobre a Base Nacional Comum Curricular. Veja que o Ministro, na última reunião de que participou, dizia que “a Base Nacional Comum Curricular é um grande instrumento. Ela vai orientar a formação de professores, a mudança dos cursos de licenciatura, a produção dos livros didáticos”. Enquanto instrumento orientador, disse o Ministro, a “Base vai dar o mesmo direito de aprendizagem para qualquer estudante, em qualquer série, em qualquer lugar do Brasil...”. Qualquer estudante nunca é um estudante qualquer. O MEC parece sempre voltar ao impasse do homem pelado sentado.

R: Não desconsidero o risco de retrocessos nesse quesito da autonomia curricular. Por isso embarquei no seu alarmismo e acabei me expondo em reuniões de choques culturais. Todavia, continuemos. O item seguinte é curioso: “Criação de uma Secretaria específica para a Educação Escolar Indígena, no âmbito do Ministério da Educação, para a gestão das políticas públicas voltadas para os povos e a articulação do Sistema Próprio, dispondo de equipes especializadas para esse trabalho, assegurando recursos financeiros para promover discussões, diagnóstico e implantação deste Sistema, com uma comissão de indígenas para trabalhar na gestão dos mesmos”.

C: O que tem demais? Alguém no MEC precisa tocar os trabalhos do Sistema Próprio.

R: Seu pragmatismo me constrange. Tem a ver com esta também: “O Sistema Próprio de Educação Escolar Indígena deverá estabelecer parcerias com

instituições de ensino superior, organizações governamentais e não governamentais, com comprovada experiência na área e/ou pelas associações indígenas, para garantir a oferta de cursos de formação inicial e continuada de professores, bem como dos demais profissionais envolvidos com a educação escolar indígena, com o devido acompanhamento pedagógico”.

C: Haveria de negligenciar a formação docente?

R: Acontece que isso é de uma obviedade imensa. Olha como trata a questão do financiamento do Sistema: “Criação de um Fundo específico para implementar de fato a educação escolar indígena (FUNDEPI) – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação dos Povos Indígenas, para financiar as ações de educação escolar indígena no país, com mecanismos eficazes de gestão direta dos recursos”.

C: Por acaso gostaria que eu defendesse a criação de um sistema sem a previsão de recursos financeiros? A necessidade de se criar um fundo específico é para tentar assegurar recursos para as políticas da área, que sempre acabam preteridas no atual montante orçamentário. Veja, por exemplo, o impasse na política dos TEEs que eu tanto critico. Em 2014, constavam 23 TEEs pactuados. Como as reuniões das Comissões Gestoras dos TEEs são semestrais ¹⁸², naquele ano deveriam

ocorrer 46 reuniões ordinárias. Quanto o MEC previu de recursos para viabilizar essas reuniões?

R: Pelo que me lembro, o Ministério disse que havia a previsão do valor de R\$ 2.564.124,28 para a política dos TEEs em 2014¹⁸³.

C: Quanto desse recurso foi repassado?

R: Bem, quando questionado a respeito, o MEC informou que o “valor informado foi uma previsão de planejamento para 2014 [e que] as duas reuniões realizadas em 2014 foram executadas pelas Secretarias de Estado de Educação”¹⁸⁴.

C: Ou seja: das 46 reuniões, realizou duas. Os R\$ 2.564.124,28 ficaram apenas como previsão. Pior que o Ministério, quando questionado acerca dos recursos repassados nos anos subsequentes, tem a coragem de dizer que “as reuniões das Comissões Gestoras dos TEEs não possuem rubrica específica” ¹⁸⁵. Tem alguma dúvida acerca da necessidade de um fundo específico para a educação escolar indígena? E quanto à gestão direta dos recursos...

R: Nem precisa repetir. Isso está dito e redito no último item: “O Sistema Próprio deverá ser implementado por meio de um fórum para discutir e definir a sua regulamentação, com ampla participação indígena”. E mais: “O Sistema Próprio terá flexibilidade para atender

¹⁸² A semestralidade das reuniões dos TEE está prevista no § 5º do Art. 7º do Decreto nº 6.861/2009.

¹⁸³ (BRASIL, 2018a).

¹⁸⁴ (BRASIL, 2018a).

¹⁸⁵ (BRASIL, 2018a).

diversos arranjos a partir da decisão autônoma de cada povo indígena”.

C: É o que eu vivo dizendo. Os povos indígenas devem ser consultados.

R: Quero ver funcionar uma estrutura administrativa que precisa atender a diversos arranjos emanados da decisão autônoma de centenas de comunidades. A verdade é que o debate em torno do Sistema Próprio tem demonstrado apenas que não se sabe ao certo o que é isso.

C: Veja como está evidente. É isso mesmo. Não se saber ao certo o que é isso é a pauta fundante do Sistema Próprio. A necessidade de se articular ações favoráveis ao que não se sabe antecipadamente o que é.

R: Péssima forma de se apresentar um projeto à Administração Pública.

C: E não sei disso? Por outro lado, quer que isso vire simplesmente um projeto, com capinha e gráficos coloridos, mas defini-lo em tais termos é justamente abrir mão do Sistema. Como um sistema próprio pode ser fechado por alguém alheio?

R: Jamais se chegará a uma conclusão quanto ao que significa realmente isso.

C: Tomara! Sinal de que o projeto estaria bem encaminhado.

R: Deve estar brincando. Se não fechar uma proposta, como conseguirá apresentá-la às autoridades?

C: Apresentar-lhe-emos aberta, como deve ser. Quem fecha as propostas no MEC são outras pessoas. Minha empreitada é para que permaneçam em aberto, dependentes da decisão de cada povo envolvido.

R: Isso me parece, no mínimo, esquisito e irrealizável.

C: Não duvido que lhe pareça.

R: Ou talvez esteja falando algo parecido a Deleuze quando dizia que um sistema – no caso dele, um conjunto de conceitos – é “aberto quando os conceitos são relacionados a circunstâncias, e não mais a essências”¹⁸⁶. O Sistema Próprio necessitaria das circunstâncias ocasionadas pela relação direta com cada comunidade. Ou seja, para a educação escolar indígena, “o bom nunca está garantido”¹⁸⁷.

C: Ah, sim! Claro! É justamente o que Deleuze está dizendo. Vou lhe confessar uma coisa: sabia que minhas reivindicações foram inspiradas nessas passagens?

R: Sério? Mas eu nunca ouvi ninguém... o que foi? Qual é a graça? Está rindo da minha cara?

C: Desculpe-me! Se relacionar minhas falas às de outras pessoas é uma forma de acrescentar rigorosidade ao que eu digo, vá em frente. O lado sério é que, se você

¹⁸⁶ (DELEUZE, 2008, p. 45).

¹⁸⁷ “É justamente a potência do sistema que pode, só ela, destacar o que é bom ou ruim, o que é novo ou não, o que está vivo ou não numa construção de conceitos. Nada é bom

absolutamente, tudo depende do uso e da prudência, sistemáticos. Em *Mille plateaux* tentamos dizer: o bom nunca está garantido” (DELEUZE, 2008, p. 46).

me chamar de *rizomática*, desisto e retorno imediatamente ao armário!

R: Isso! Continue gargalhando! Reitero que não vou cair nas suas provocações.

C: Acho que já entendeu o meu posicionamento. Por isso chamava sua atenção à dimensão volitiva. O Sistema Próprio depende da audiência constante e implementação direta dos povos indígenas. Os desdobramentos administrativos, os contornos precisos

das ações, dão-se em decorrência de uma etapa inaugural de escuta, de decidir-se a quem cabe o protagonismo. “As pessoas às vezes não perguntam para os indígenas, perguntam para o antropólogo que trabalhou com aquele indígena, com aquele povo. Vocês têm que ouvir os indígenas, porque calado, fala pouco [...], prefere ouvir, [mas] se vocês ouvirem os indígenas diretamente, sem interferência de outras pessoas, vocês vão ver a riqueza que tem”¹⁸⁸.

4.2. Representantes indígenas na Administração Pública: os dilemas da transubstanciação do “muitos” em “um”



RE-MEMORANDO

... Estávamos preparando uma cerimônia para o lançamento da nova composição da CNEEI, quando uma mensagem eletrônica encaminhada [...] ao Gabinete do Ministro, cobrando a publicação da portaria da composição da CNEEI, [...] resultou na decisão do Gabinete do Ministro de uma antecipação da publicação da Portaria, frustrando o nosso encaminhamento...

R: Fala em “consulta” como se fosse uma coisa exequível.

C: E não é? Se esse processo dialógico não é possível, simplesmente perco a razão pela qual existo.

R: Assim como no caso do Sistema Próprio, continuo achando que suas propostas, quando não confusas, são

muito tímidas, ofuscadas pela proximidade aos ditames institucionais. Veja a forma como aborda o desafio da representação política. É meio frustrante. Distancia-se dos discursos institucionais apenas nos detalhes. Na maior parte do tempo, parece contentar-se em ser, como poderia dizer, meramente... razoável. Pronto! Suas propostas são, geralmente,

¹⁸⁸ Pierlangela Nascimento da Cunha, fala durante a 1ª Reunião Ordinária de 2008.

razoáveis. Nada mais que adequadas. É como naquela passagem de *A Queda do Céu* em que Davi Kopenawa responde ao General que apenas gostaria de obter dele a demarcação dos territórios indígenas¹⁸⁹. Imagine os maravilhosos e improváveis diálogos que poderiam ser travados naquele momento a partir da deixa do General. Mas Kopenawa resolveu falar simplesmente em demarcação de território. Aproveitou a oportunidade de forma apenas razoável, adequada.

C: Poderia problematizar o emprego de “razoável” para o sentimento que pretende esboçar, mas sei o que quer dizer. No fundo, você está frustrado porque queria alguma coisinha exótica para a sua pesquisa. Não seja por isso. Uma estátua gigante de granito do brasileiro nu ideal, bem como a cena de pessoas chorando num setor de emissão

de passagem, ansiando por um pedacinho de papel chamado “canhoto” para poder livrar pessoas do SCDP¹⁹⁰, são eventos suficientemente exóticos. Não acha? Todavia fica esperando que algo improvável venha de uma pessoa de cocar, enquanto ela fica ao seu lado presenciando relatos desse tipo, permanecendo apenas uma pessoa “razoável”.

R: Oportuno você falar em pessoas chorando num setor de passagens, pois a realização de eventos, como as conferências nacionais, e a luta para neles assegurar a participação indígena, é o tipo de assunto que tomou boa parte de suas reuniões ordinárias. Aliás, um tempo consideravelmente desperdiçado. Tomemos as reuniões ordinárias de 2013 e de 2014, em que muitas das discussões foram destinadas aos preparativos da

¹⁸⁹ “O povo de vocês gostaria de receber informações sobre como cultivar a terra?” ‘Não. O que eu desejo obter é a demarcação de nosso território.’ Diálogo entre o general R. Bayma Denys e Davi Kopenawa, durante audiência com o presidente José Sarney, 19 abr. 1989” (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 376).

¹⁹⁰ Durante a 2ª Reunião Ordinária de 2014, um representante do MEC compareceu para prestar contas sobre a participação dos 40 delegados indígenas na Conferência Nacional de Educação de 2014. Eram delegados natos, indicados pela Cneei, dada a dificuldade de os indígenas serem indicados pelos trâmites comuns nos estados e municípios. Desses, apenas 36 estavam regimentalmente aptos a participar, pois era obrigatória a presença nas etapas municipais e estaduais da Conferência. Por questões de acesso à informação (como a data dos eventos) e de transporte, alguns não conseguiram cumprir as exigências do regimento “de uma cultura branca que às vezes fere questões culturais dos povos indígenas. Fere a cultura dos quilombolas”, conforme disse o representante do MEC. E reiterou uma fala comum aos problemas de participação indígena que se repetem nos

eventos nacionais: “Então esse debate do regimento ele vai ser feito para tentar se adequar à realidade das brasileiras e dos brasileiros todos. Isso já está sendo recomendado. Nós já estamos recomendando, porque nós não podemos impor a outras culturas uma cultura que elaborou esse regimento. Mas nesse momento nós somos obrigados a cumprir o regimento, porque ele foi amplamente discutido e está em vigor”.

Não bastassem as questões regimentais, informou que 14 desses delegados aptos estavam com pendências no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP). Essas pendências dos indígenas na prestação de contas do SCDP foram ressaltadas diversas vezes pela Cneei. A 1ª Reunião Ordinária de 2013 deliberou iniciativas para que isso fosse resolvido até a Conferência. O representante do MEC, contudo, disse que não haveria como contornar o problema das passagens, pois a equipe responsável havia colapsado diante dos impasses do sistema. Pelejando noite adentro para garantir a emissão de passagens, membros da equipe tiveram crises de choro e, diante das dificuldades, acharam por bem encerrar os trabalhos.

CONAE 2014. Quando, enfim, chegou a Conferência, parecia que eu estava revendo um filme. Cada problema apontado nessas reuniões preliminares acabou se repetindo. Novamente não foi assegurada uma boa participação dos indígenas no evento, a despeito de você ter encaminhado uma série de propostas “razoáveis” para aprimorar eventos dessa natureza. Nada disso foi levado realmente a sério pelo MEC. Talvez fosse verdadeiramente útil você propor uma discussão mais radical. Questionar os pressupostos da representação política ocidental. Você não apenas perde oportunidades nesse sentido, como parece tratar a representação política com uma literalidade constrangedora.

C: Você acha, então, que deveria aproveitar meus encontros com dirigentes do MEC para tratar dos pressupostos da representação política ocidental? Por que não pensei nisso antes?

R: Pode desdenhar à vontade. A verdade é que você continua às voltas com essa questão. Latour dizia que...

C: “Latour dizia que...”. Lá vem! Vou até me sentar para esperar o fim do seu momento professoral.

R: Como queira. O que importa é que suas demandas, muitas das vezes, soam meramente reformistas. Pior é que a gente acaba embarcando nelas acriticamente. Acabei sendo acusado de atrapalhar cerimônias ministeriais por conta disso...

C: Aqui você pretende retomar mais um evento do Memorando para relacioná-

lo com algum debate teórico sobre representação política que leu ao acaso.

R: Certamente. E não vejo problemas nisso. Se eu pensasse mais nessas coisas, teria em conta que as barreiras ao seu exercício de representação política estão muito além de atualizar sua composição. Não me daria ao trabalho de enviar um *e-mail* ao Ministro pedindo a publicação dessa portaria de nomeação¹⁹¹.

C: Pelo que entendi da confusão do Memorando, o MEC estava preparando-me uma surpresa e você estragou tudo.

R: Não sei bem como pude estragar isso, mas a verdadeira surpresa é que o tão esperado encontro com o Ministro realmente ocorreu. Aliás, esse encontro, considerando sobretudo o desfecho, foi para lá de surpreendente.

C: Põe surpreendente nisso!

R: Voltando ao meu momento professoral – se me permite –, entendo que suas falas sobre representação política parecem sugerir sempre uma ampliação de escala da participação indígena e sua insatisfação é como se, de algum modo, a representação política pudesse se materializar caso fossem dadas as devidas condições.

C: E, na sua humilde opinião, não pode?

R: A resposta não é tão simples.

C: E quando disse que era simples? Quantas vezes apresentei ao MEC minhas

¹⁹¹ Portaria nº 66, de 16 de fevereiro de 2016. Vide

nota 199.

limitações para representar os povos indígenas?

R: Perdi a conta.

C: Não se esqueça de que sou um órgão da Administração Pública. Talvez nem sempre benquista e um tanto quanto desacreditada por alguns – até mesmo organizações indígenas. Agora, cada qual carregue o fardo de se relacionar com o Estado. Quem nunca? Pode me dizer quantas vezes fui questionada por lideranças indígenas que não me reconheciam como instância de sua representação política junto ao Governo?

R: Nem me fale! Recebia frequentemente ligações e correspondências de grupos que gostariam de indicar seus respectivos representantes, pois não se sentiam contemplados por sua atual composição.

C: Estavam corretíssimos! O Ministério, todavia, sempre via com má vontade essas propostas de ampliação. Com falas do tipo: “em cada lugar, em cada estado, em cada comunidade tem várias

organizações e não daria como a gente abarcar tudo aqui na Cneei”¹⁹².

R: Vai me desculpar, mas essa postura se justifica. Basta lembrar o seu histórico. Quando você surgiu, em 1992, como *Comitê de Educação Escolar Indígena*, com a “finalidade de subsidiar as ações e proporcionar apoio técnico-científico às decisões que envolvem a adoção de normas e procedimentos relacionados com o Programa de Educação Escolar Indígena”¹⁹³, era composta por *dez* membros titulares, sendo apenas *três* representantes indígenas¹⁹⁴. Em 1997, sua composição foi alterada para *treze* membros titulares, sendo *quatro* representantes indígenas¹⁹⁵. Em 2000, eram *dezesesseis* membros titulares, sendo *sete* representantes indígenas¹⁹⁶. A partir de 2005, quando você se reestrutura e ganha sua nomenclatura atual, a composição foi reformulada, vinculando-se mais explicitamente às organizações indígenas, de modo que seus *quinze* membros titulares eram todos representantes indígenas¹⁹⁷. Por fim, essa composição foi

¹⁹² Fala de representante do MEC durante a 2ª Reunião Ordinária de 2014.

¹⁹³ Portaria nº 60, de 8 de julho de 1992 (BRASIL, 1992).

¹⁹⁴ Composição dada pela Portaria nº 490, de 18/3/1993 (BRASIL, 1993). Formalmente, eram representantes indígenas na Cneei (cito-os conforme publicado nessa Portaria: *Região Centro-Oeste*, Daniel Matenhos Cabixi – Pareci (Suplente: Domingos Verissimo Marcos – Terena); *Região Norte*, Euclides Pereira – Makuxi (Suplente: Nino Fernandes Tikuna); e *Região Sul*, Sélia Ferreira Juvêncio – Kaingang (Suplente: Andila Inácio Delfort – Kaingang).

¹⁹⁵ Portaria nº 2.005, de 10/10/1997 (BRASIL, 1997): *Região Norte*, Sebastião Mário Lemos Duarte da Costa (Suplente: Jadir Neves da Silva); *Região Centro-Oeste*, Darlene Yaminalo Taukane

(Suplente: Alice Oliveira Machado); *Região Sul*, Valmir Jesi Cipriano (Suplente: Bruno Ferreira; e *Região Nordeste e Sudoeste*, Algemiro da Silva (Suplente: Salvino dos Santos Brás).

¹⁹⁶ Portaria nº 411, de 29/3/2000 (BRASIL, 2000): *Região Norte*, Boa Ventura Belizario, Jadir Neves da Silva, João Bosco Aguiar Marinho; *Região Centro-Oeste*, Filadelfo de Oliveira Neto (Suplente: Maria de Lourdes Kaiwá; *Região Sul*, Bruno Ferreira (Suplente: Pedro Kresó); *Região Nordeste*, José Agnaldo Gomes de Souza (Suplente: Sandro Emanuel Cruz dos Santos); *Região Sudeste*, Algemiro da Silva.

¹⁹⁷ Portaria nº 3.282, de 26 de setembro de 2005 (BRASIL, 2005): *Região Norte*, Orlando Melgueiro da Silva, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

refeita para contemplar novamente representantes do Governo e da sociedade civil organizada, atendendo a seu pedido.

C: Sim, pois era preciso assegurar ao menos a presença de outras entidades. Os indígenas apresentariam a quem suas propostas, sozinhos nas reuniões? Os

encontros foram institucionalmente esvaziados.

R: De qualquer modo, seu pedido – de ampliação, como sempre! – foi minimamente atendido. Em 2010, eram *trinta e dois* membros titulares, sendo *vinte* representações indígenas ¹⁹⁸ .

– COIAB (suplente: Domingos Sávio Camico, Comissão de Professores Indígenas do Alto Rio Negro – COPIARN); Aumerino Raposo da Silva, Organização dos Professores Indígenas de Roraima – OPIR (suplente: Paulo Kumare Karajá, Associação dos Professores Indígenas do Tocantins – ASPIT); Fausto da Silva Mandulão, Comissão de Professores Indígenas do Amazonas – COPIAM (suplente: Floriene Colares Vaz Maytipu, Grupo Consciência Indígena); Joaquim Maná Kaxinawá, Organização dos Professores Indígenas do Acre – OPIAC (suplente: Arão Wao Hara Ororam Xijein, Organização dos Professores Indígenas de Rondônia – OPIRON); Donato Miguel Vargas, Associação dos Professores Indígenas do Rio Negro – APIARN (suplente: Valdino Moçambite Martins, Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngües – OGPTB). *Região Nordeste, Minas e Espírito Santo*, Etelvina Santana da Silva, Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas e Espírito Santo – APOINME (suplente: Claudenildo Bento de Matos, Associação dos Professores Indígenas Tapeba – APROINT); Francisco Sousa Santos, Organização da Educação Indígena Xacriabá – OEIX (suplente: Paulo Henrique Vicente Oliveira, Associação Indígena Tupinikin – Guarani); Agnaldo Francisco dos Santos, Fórum de educação Escolar Indígena da Bahia (suplente: Maria Cristina Pereira da Silva, Associação dos Professores Indígenas de Alagoas); Edilene Bezerra Pajeú, Comissão de Professores Indígenas de Pernambuco – COPIPE (suplente: Iolanda dos Santos Mendonça, Organização de Professores Indígenas Potiguara – OPIP). *Região Centro-Oeste*, Alécio Soares Martins, Associação dos Professores Guarani e Kaiowá (suplente: Teodora de Souza, Associação dos Professores Guarani e Kaiowá); Lucas Ruri'ó, Organização dos Professores Indígenas de Mato Grosso – OPRIMT (suplente: Magno Bakairi, OPRIMT); Alberto França Dias, Associação dos Professores Terena de Miranda – APROTEM (suplente: Inácio Roberto Kinikinawa, Associação dos Professores do Território Indígena Kadiwéu – APROTIK). *Região Sul*, Azelene Kring Inácio, Coordenação de

Articulação dos Povos Indígenas das Regiões Sul e Sudeste do Brasil – COAPIRS (suplente: João Kiri Xokleng, COAPIRS); Vandeley Kaféy Malaquias, Associação dos Professores Bilíngües Kaingáng e Guarani – APBKG (suplente: Justino Karáí Apontes de Souza, Associação Mundo Indígena); *Representante do Conselho Nacional de Educação*: Francisca Novantino Pinto de Ângelo.

¹⁹⁸ Portaria nº 1.155, de 17 de setembro de 2010 (BRASIL, 2010a): *Região Norte*: Joaquim Paulo de Lima (Suplente: Arão Wao Hara Ororam Xijein), Organização dos Professores Indígenas do Acre – OPIAC; Irineu Laureano Rodrigues; (Suplente: Erivaldo Almeida Cruz), Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN; Alan Douglas; (Suplente: Rivanildo Cadete Fidelis), Organização dos Professores Indígenas de Roraima – OPIR; José Costódio Marques; (Suplente: Joaquim Ramos Gabriel), Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngües – OGPTB; Lourenço Borges Milhomem (Suplente: Cíntia Maria Santana da Silva), Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão – COAPIMA; Milenilda Corrêa Rocha; (Suplente: Maria Elizia Melo de Paulo), Conselho Indígena Tapajós-Arapiuns – CITA. *Região Nordeste, Minas e Espírito Santo*, Isaque da Silva Souza (Suplente: Andréa Cristina Almeida), Tayse Michelle Campos da Silva (Suplente: Josiane Francisco Felício), Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas e Espírito Santo – APOINME; Ricardo Weibe Nascimento Costa (Suplente: Renato Gomes do Nascimento), Organização dos Professores Indígenas do Ceará – OPRINCE; Edilene Bezerra Pajeú (Suplente: Maria Luciede Lopes), Comissão de Professores Indígenas de Pernambuco – COPIPE; Agnaldo Francisco dos Santos (Suplente: Adenilza dos Santos Macedo), Fórum de Educação Indígena da Bahia. *Região Centro-Oeste*, Francisca Navantino Pinto Ângelo (Suplente: Filadelfo de Oliveira Neto), Organização dos Professores Indígenas de Mato Grosso – OPRIMT; Pikuruc Kayabi (Suplente: Kulumaka Matipu), Associação Terra Indígena

Atualmente, sua composição se ampliou ainda mais, com *trinta e cinco* membros titulares, sendo *vinte e um* representantes indígenas!¹⁹⁹ . Ora, você precisa estabelecer um limite, um recorte, para esse processo de ampliação insustentável.

C: Preciso, é? Uma coisa que não havia pensando é como boca e braços fazem

falta nos momentos em que se quer espreguiçar.

R: Ignorar o impasse não é o melhor caminho. É preciso atacar o problema em si. Raciocine comigo. Vamos imaginar que o Presidente da República foi fazer uma visita à Argentina. Num momento protocolar do encontro, o presidente resolve ratificar o posicionamento do

Xingu – ATIX; Teodora de Souza (Suplente: Rosenildo Barbosa de Carvalho), Grande Assembleia Guarani Kaiowá – ATY GUASU; Alberto França Dias (Suplente: Inácio Roberto), Comissão dos Professores Indígenas de Mato Grosso do Sul e Associação Professores do Território Indígena Kadiwéu. *Região Sul*, Hiral Moeira Kaingang (Suplente: Reginaldo Aparecido Alves), Danilo Braga (Suplente: Neoli Kafy Rygue Olibio), Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul – ARPIN SUL. *Região Sudeste (RJ e SP)*, Gizelda Pires de Lima (Suplente: Cláudio da Silva Félix), Algemiro da Silva (Suplente: João Lira), Articulação dos Povos Indígenas Região Sudeste – ARPIN SUDESTE. *Representante Indígena No Conselho Nacional De Educação*, Rita do Nascimento Gomes.

¹⁹⁹ A nova composição foi dada pela Portaria nº 734, de 7/6/2010 (BRASIL, 2010b) – alterada pela Portaria nº 410, de 9/5/2014 (BRASIL, 2014d). Os membros indígenas foram nomeados pela Portaria nº 66, de 16 de fevereiro de 2016 (BRASIL, 2016b): *Região Norte*, Francisca Oliveira de Lima Costa (Suplente: Eldo Carlos Gomes), Organização dos Professores Indígenas do Acre – OPIAC; Nildo José Miguel Fontes (Suplente: Ivo Fernandes Fontoura), Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN; Rivanildo Cadete Fidélis (Suplente: César Ribeiro Paulino), Organização dos Professores Indígenas de Roraima – OPIRR; Sansão Ricardo Flores (Suplente: Leonardo Jerônimo Firmino), Organização Geral dos Professores Ticunas Bilíngues – OGPTB; Cintia Maria Santana da Silva (Suplente: Flauberth Rodrigues de Sousa Guajajara), Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão – COAPIMA; João Antônio Tapajós Pereira (Suplente: Luana da Silva Cardoso), Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns – CITA. *Região Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo*, Ricardo Weibe Nascimento Costa (Suplente: Valdenilson dos Santos), Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas e Espírito Santo – APOINME

(Nordeste); Jocelino da Silveira Queizza (Suplente: Célia Nunes Correa), Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas e Espírito Santo – APOINME (ES/MG); Pedro Lôbo dos Santos (Suplente: José Itamar Teixeira Barbosa), Organização dos Professores Indígenas Potiguara do Estado da Paraíba – OPIP / Organização dos Professores Indígenas do Ceará – OPRINCE; Edilene Bezerra Pajeú (Suplente: Maria Luciete Lopes), Comissão dos Professores Indígenas de Pernambuco – COPIPE; Cirila Santos Gonçalves (Suplente: Adenilza dos Santos Macedo), Fórum de Educação Indígena da Bahia – FORUMEIBA. *Região Centro-Oeste*, Mayawari Mehinako (Suplente: Juarez Jorme Mario), Organização dos Professores Indígenas de Mato Grosso – OPRIMT; Mutua Mehinaku (Suplente: Pi'yu Takap Trumai), Associação Terra Indígena Xingu – ATIX; Rosenildo Barbosa de Carvalho (Suplente: Joaquin Adiala Hara), ATY GUASU – Grande Assembléia de Professores Indígenas – Região Cone Sul, Guarani e Kaiowá/MS; Gilmar Veron Alcântara (Suplente: Elinéia Luiz Paes Jordão Terena), Movimento de Professores Indígenas – POVOS DO PANTANAL/MS. *Rio de Janeiro e São Paulo*, Algemiro da Silva (Suplente: Ivanildes Pereira da Silva), Associação Comunitária Indígena Guarani (ACIGUA); Irineu Sebastião (Suplente: Moisés Araújo da Silva Machado), Associação Renascer de Apoio à Cultura Indígena (ARACI)/Instituto para Defesa do Meio Ambiente Indígena (IDMAI). *Região Sul*, Florencio Rekyg Fernandes (Suplente: Woie Kiri Sobrinho Patté), Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul – ARPINSUL; Daniel Kuaray Timoteo (Suplente: Davi Timoteo Martins), ARPINSUL; Jucélio Aparecido da Silva (Suplente: Lucimara Sílvia Marcolino), Conselho Indígena Estadual do Paraná – CIEP. *Representante Indígena no Conselho Nacional de Educação*, Rita Gomes do Nascimento.

Brasil em relação ao conflito anglo-argentino pelas ilhas Malvinas. Se ele fosse levar em consideração a forma como você tem articulado a questão da representação política, levaria meses para repassar a informação do Brasil aos argentinos. O discurso seria algo como “Prezados argentinos, acerca do posicionamento do Brasil, devo começar destacando que Dona Margaret T. Oliveira é contra o pleito argentino. Seu Léo Fortunato, vizinho da rua de cima, é favorável. José da Silva, que mora na esquina da mesma rua, disse não se importar com isso...”.

C: Não entendi o que tenho a ver com seu exemplo.

R: Tem a ver que, tanto nesse acontecimento absurdo quanto nas suas reivindicações de representação indígena, parece que está esquecendo o óbvio. Como um presidente conseguirá representar politicamente duzentos milhões de habitantes?

C: Vale a pena recuar um pouco e perguntar o que deu na cabeça de alguém para achar-se porta-voz de duzentos milhões de pessoas.

R: É uma imposição de ofício.

C: Impasse resolvido. Não sei quanto a você, mas eu trato uma imposição como uma imposição.

R: O problema é que não a aceita completamente. Está o tempo todo

reclamando dos critérios de representação política, do formato dos eventos, da logística para consulta aos povos indígenas.

C: Por que deveria aceitar tais imposições quando meu compromisso é com a consulta aos povos indígenas?

R: Porque essas imposições fazem parte do jogo de representação política numa democracia. Vou ater-me a esses debates preliminares em suas reuniões sobre a participação dos povos indígenas em conferências nacionais para ilustrar sua dificuldade em aceitar os limites desse jogo.

Uma conferência nacional de educação reúne milhares de delegados de todo o País. Obviamente, tempo é um recurso escasso nesse tipo de evento. Os delegados precisam ser objetivos. Daí aparece você me criticando o tempo de fala dos delegados indígenas nas intervenções em plenário. Diz que os indígenas ficam prejudicados por terem de falar em apenas três minutos...²⁰⁰

C: São de fato prejudicados pela exigência de falarem em três minutos, pois, para resolverem o problema em pauta, talvez precisem de três dias²⁰¹.

R: Veja, é dessa literalidade que estou falando. Somem-se a isso falas como: “A preocupação da [Edilene Bezerra Pajeú]²⁰² e de todos nós quando estamos diante de uma representação e você está

²⁰⁰ Fala de Joaquim Paulo de Lima Kaxinawá analisando sua experiência na Conferência Nacional de Educação, em 2010, e reforçando a necessidade de esse tipo de evento atentar para as especificidades indígenas na maneira de

encaminhar discussões.

²⁰¹ Fala de Makaulaka Mehinako durante a 1ª Reunião Ordinária de 2013.

²⁰² Na ocasião, a representante indígena no Fórum

sozinho para falar em nome de quase 300 povos, 300 diferenças, 300 problemas, ou 600 problemas, de cada setor. Cada programa é um problema, e você definir isso sozinho!²⁰³”.

Aparenta, então, que o problema é de insuficiência de tempo, ou de estar-se sozinho para desempenhar uma atividade hercúlea. Age como, se houve as devidas condições, a tarefa de representação política poderia ser realmente executada.

Por isso chega a demandas que soam como enormes absurdos aos ouvidos de um representante do MEC. Como a de que, para uma boa participação dos indígenas em conferências nacionais, o Ministério deveria proporcionar condições de os representantes indígenas visitarem cada aldeia. Um representante do Xingu, por exemplo, precisaria visitar as setenta aldeias da região e conhecer as demandas de cada uma. Somente assim poderia chegar a uma conferência com uma “visão completa”²⁰⁴.

C: Não vejo absurdo algum.

R: Imagino que não vê mesmo. E se, após visitar setenta aldeias – construindo uma suposta visão completa para a conferência –, aparece uma nova questão no decorrer do evento, a qual não foi debatida previamente nas dezenas de aldeias visitadas?

C: Ora, então os representantes voltam lá e discutem nas aldeias a nova questão.

R: Com todas as pessoas novamente?

C: Evidentemente. Ou existe alguma forma diferente de se conseguir os posicionamentos das pessoas, acerca de temas inusitados, que não as consultando?

R: Meu Deus! Um problema, assim, levaria anos para ser resolvido!

C: Nisso teríamos uma grande vantagem, pois atualmente os problemas levam anos para *não* ser resolvidos.

R: Você não sente que está exagerando? Voltemos à exigência regimental dos três minutos, por exemplo. Numa fala de poucos minutos serão apresentados apenas os tópicos que já foram discutidos e acordados nas etapas locais da conferência.

C: Se os tópicos já foram discutidos e acordados previamente, para que, então, esse novo momento de debate?

R: Para os que não têm conhecimento prévio se inteirarem dos encaminhamentos locais. Em eventos como esse, temos uma diversidade de representantes de todo o País. Os posicionamentos podem ser distintos acerca de um mesmo tema.

C: Então acaba de reconhecer que existem pessoas que não tomaram conhecimento prévio? Se for assim, como elas se apropriarão disso tudo em apenas três minutos?

R: Bem... acho que entendi o seu ponto. Você está levando a sério, mais uma

Nacional de Educação – um órgão colegiado do MEC que tem, entre outras atribuições, a de planejar as conferências nacionais de educação.

²⁰³ Considerações de Joaquim Paulo de Lima

Kaxinawá durante a 1ª Reunião Ordinária de 2013.

²⁰⁴ Proposta de Mutuá Mehinaku durante a 1ª Reunião Ordinária de 2013.

vez, a tarefa de debater os temas. Mas se formos levar ao pé da letra, uma conferência assim levaria meses.

C: Finalmente concordamos. Por isso é estranho abordar tópicos, que poderiam levar meses de conversas, em apenas três minutos. Se não é para abordar de fato os temas, a verdade é que nem três minutos são necessários.

Você deveria entender, de uma vez por todas, que meu objetivo não é representar uma pessoa, mas representar o que o outro fala, “aquilo que o pai do aluno falou, aquilo que o cantor falou, aquilo que o pajé falou”²⁰⁵. Por isso exijo que sejam dadas as condições para a escuta da fala do outro.

R: É justamente a respeito dessa sua exigência de fidelidade que as críticas de Latour se destinam. Ao analisar a suposta crise contemporânea de representação política, ele se pergunta: “E se a famosa ‘crise de representação’ viesse simplesmente de uma incompreensão

sobre a natureza exata deste tipo de representação?”²⁰⁶. Sua hipótese é que a incompreensão se dá quando tentamos impor ao processo político “o jugo da transferência de informação a práticas que visam outros fins”²⁰⁷, exigindo a vida política um tipo de retidão e fidelidade que ela nunca nos ofereceu. Quais os outros fins visados pela vida política entre governantes e governados, representantes e representados? Certamente os que não passam pela fidelidade e exatidão²⁰⁸. Um pensamento retilíneo, próprio dos “espíritos retos”²⁰⁹, como tem demonstrando em sua postura sobre representação política, paralisaria as idas e vindas do círculo político...

C: Eram as idas e vindas de um pêndulo. Agora me arrumou as de um círculo. Todavia, sua necessidade é apenas de um funil. Diga-se de passagem que já fui chamada de muita coisa, agora *espírito reto* é a primeira vez. Pelo menos teria

²⁰⁵ “Fala em conferência nacional, que não é especificamente de indígenas, mas de fato nós estamos inseridos dentro, e queremos tirar também uma coisa de bom proveito e que, por exemplo, a gente só vai conseguir fazer isso se você garantir uma conferência local para os indígenas. Porque – eu sei o que os colegas estão falando aqui –, a gente está tão disperso, distribuído aí nos municípios, nos estados, que a gente não consegue trazer uma boa proposta para encontros como este que vão acontecer nos municípios e nos estados. Porque nós indígenas... a gente não representa uma pessoa, a gente representa o que o outro fala, aquilo que o pai do aluno falou, aquilo que o cantor falou, aquilo que o pajé falou, é tudo isso que a gente precisa” (Makaulaka Mehinako, 1ª Reunião Ordinária de 2013).

²⁰⁶ (LATOUR, 2004, p. 11).

²⁰⁷ (LATOUR, 2004, p. 17).

²⁰⁸ “Qual é este tribunal, esta polícia desconfiada

que vigia sem cessar a expressão política? Podemos designá-la, numa primeira aproximação, pelas noções de informação, de transparência, de exatidão, de retidão e de representação fiéis. É o sonho do pensamento retilíneo, da não-deformação, da imediatez, da ausência de qualquer mediador, daquilo que eu gosto de chamar de comunicação *double click* – por alusão ao mouse de computador. É em relação a esta exigência, a este sonho, a este mito, que a expressão política deverá sempre confessar que ela é torta, retorcida, esperta, comprometedora, infiel, manipuladora, mutável. Quando um termo político sai da nossa boca, queremos que ele se compare a uma linha reta de informação plena e inteira. Se o falar político parece ser sempre enviesado, é porque o torto é julgado pelo reto” (LATOUR, 2004, p. 15).

²⁰⁹ (LATOUR, 2004, p. 26).

direito a um espírito, o que é um bom começo.

R: O movimento do círculo político remete ao regime de enunciação próprio da vida política entre representantes e representados. O movimento perpétuo consiste na exigência da representação para que se transforme o *muitos* em *um*, bem como, em sentido inverso, a exigência do exercício de poder – a obediência dos representados aos desígnios do representante – para que o *um* se transforme em *muitos*²¹⁰.

Latour enfatizou que “aquele que fala em nome de todos deve necessariamente trair aqueles que representa, sem o que não obteria a transformação da multidão em unidade; em troca, aqueles que obedecem devem necessariamente transformar a ordem recebida, sem o que eles apenas repetiriam a injunção, sem colocá-la em obra. Dito de outra forma, ou existe uma dupla traição, e o círculo efetivamente se fecha, ou existe a fidelidade, transferência exata de informação, e jamais o círculo será completado”²¹¹.

Ou, em outras palavras, que se entenda que regime é capaz de dar sentido a um evento em que o presidente do Brasil determina uma posição oficial sobre as ilhas Malvinas, embora nem todos os brasileiros concordem ou se interessem por isso.

Os espíritos retos tenderiam a desdenhar esse duplo processo de traição, abrindo mão da política.

C: Por que eu trairia os indígenas?

R: Porque isso se chama representação política. Vale a pena citar novamente o Latour: “Suponhamos que exigíssemos dos políticos [...] que eles ‘falassem verdadeiro’ ‘repetindo exatamente’ aquilo que dizem seus mandantes ‘sem os trair e nem manipular’. O que aconteceria? O ‘muitos’ permaneceria o ‘muitos’, a multidão permaneceria a multidão; não faríamos mais do que repetir (fielmente para a informação e, portanto, falsamente para a política) a mesma coisa duas vezes”²¹².

C: Concordo em parte. Embora assim possa ser caracterizada, isso não resume o exercício de representação. A opção por não trair os povos indígenas também é política. Lutar para que os *muitos* permaneçam *muitos* é uma tarefa que me cabe perfeitamente e da qual não abro mão.

R: Eu sei disso. Por isso que fiz questão de mencionar o círculo político. Entretanto não entendi quando disse que um funil bastaria.

C: Tenho a impressão de que suas inferências sobre esse texto são bastante precipitadas – talvez pela pressa em fazer minha caricatura como “espírito reto”.

É pouco provável que um espírito retilíneo defenda a escuta de uma multidão. Esperar a fidelidade na

²¹⁰ (LATOURE, 2004, p. 21).

²¹¹ (LATOURE, 2004, p. 22).

²¹² (LATOURE, 2004, p. 23).

transferência de informação é uma coisa; manter-se fiel ao que emerge da multidão é outra. Tanto é que o próprio Latour conduz sua argumentação para chegar a um compromisso de fundo com a multidão, pois, para os movimentos do dito círculo político, “é a multidão que dá o impulso, e não a unidade”²¹³. Recorrendo ao conceito de enunciação, ele também assevera que o representante “que fala não fala *dele mesmo, mas de um outro*, o qual não é *um*, mas uma legião”²¹⁴.

R: Você também leu esse texto? Por que não me disse antes?

C: Não queria cortar o seu momento, e porque, como sempre, você não me perguntou. Dizia que um funil lhe bastaria por ser seu foco apenas o exercício de sintetizar um pai de aluno, um cantor e um pajé num único indivíduo que participará de reuniões governamentais. Quem exige, contudo, esse processo de afunilamento?

R: Certamente é uma exigência da Administração Pública. O que não se pode desconsiderar é que existem razões, geralmente de ordem prática, para que seja mais oportuno fechar acordos com uma pessoa em vez de três – em transformar-se o *muitos* em *um*.

C: Não duvido da existência dessas razões, questiono apenas a quem pertence de fato o desejo por um funil. Se é uma exigência do MEC – a de que se delimite o número de membros que me compõem –, não tratarei essa exigência como *minha* necessidade.

R: Mas acabará agindo conforme as exigências. Em diversos momentos apresenta essa postura em que discorda do encaminhamento das atividades, mas, ainda assim, não se furta a delas participar, sempre na expectativa de conseguir algo de bom proveito: “Nós, que estamos aqui debatendo. Nós não somos poucos aqui na Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena? E a gente não está representando uma diversidade enorme? A gente não está aqui defendendo interesse próprio, a gente está defendendo licenciatura indígena, formação de professores, gestão escolar, produção de material didático, a gente tem de ter o cuidado nisso, a gente não veio ao léu, a gente tem um compromisso, mesmo sabendo que a gente não pode representar todo o mundo, mas a gente tem de pontuar os principais problemas. [...] a gente está defendendo uma política pública de assegurar os direitos indígenas, que podem se perder”²¹⁵.

C: Está tentando apontar alguma incoerência? Percebo que, agora sim, o espírito reto começa a se manifestar.

R: Se a ideia é não representar alguém, mas o que foi falado, por exemplo, pelo pai do aluno, pelo cantor, pelo pajé, por que aceitar nomeações oficiais para o exercício de uma função em que o Governo nitidamente a trata como representante que sintetiza – e fala por – o pai, o cantor e o pajé?

C: Para que se consiga algo de bom proveito, evidentemente! Podem ser feitas

²¹³ (LATOURE, 2004, p. 25).

²¹⁴ (LATOURE, 2004, p. 35).

²¹⁵ Fala de Francisca Oliveira de Lima Costa durante a 1ª Reunião Ordinária de 2013.

duas coisas ao mesmo tempo: agir como que atendendo à imposição do Estado por um processo de afunilamento do número de indivíduos – a transubstanciação do pai, do cantor e do pajé em apenas *um* representante no MEC –, enquanto se busca transferir às devidas instâncias administrativas aquilo que o pai do aluno falou, que o cantor falou, que o pajé falou, procurando meios para dar-se o devido retorno às expectativas e aos compromissos assumidos com *muitos*.

R: Lembrei-me daquela dualidade, da capacidade de alternar entre pontos de vistas, que José Antonio Kelly via nos yanomami em suas relações, por exemplo, com funcionários do Governo²¹⁶. Será que tem alguma relação?

C: Talvez. Vou saber!

Retornar com uma esperança

C: Interessante você tocar na questão do retorno, pois esse é outro ponto que sempre me chamou atenção. Não basta ouvir e trazer as demandas. É preciso fazer uma devolução das propostas, dar o retorno às comunidades

representadas²¹⁷. Um constante exercício de “levar e repassar aos parentes”, pois, como costume ouvir, “as dificuldades existem e somos cobrados: ‘o que você está fazendo lá, estamos com estas dificuldades e não temos ninguém para lutar por nós’”²¹⁸. E as dificuldades são tantas que muitas das vezes – com um texto da Anna Tsing em mente – imagino os representantes indígenas, em meio aos cansativos impasses no MEC, como que coletando os cogumelos que nascem das ruínas. É sempre triste retornar à casa com a cesta vazia: “... quero uma informação positiva para levar, se não for positiva, pelo menos uma esperança”²¹⁹.

C: É uma imagem interessante: “When gathering mushrooms, one is not enough; finding the first encourages me to find more”²²⁰. Sobretudo por essa possibilidade de retornar ao lar. Isso faz toda diferença.

R: Você não deixa de me surpreender! Tsing se inspira em *the carrier bag theory* mencionada por Le Guin. A teoria sugere que o primeiro artefato cultural humano foi provavelmente um recipiente. Le Guin

²¹⁶ “O que essa condição de civilizado propicia é um tipo de hibridação ou de dualidade yanomami/*napë* que permite aos Yanomami do Orinoco assumir uma posição *napë* em relação às comunidades à montante – canalizando bens em sua direção, por exemplo – ou uma posição yanomami em face aos verdadeiros *napë* – quando demandam bens de missionários e de médicos, ou quando demandam saúde e outros serviços aos representantes do Estado que os visitam. Assumir uma posição yanomami ou *napë* é uma questão performativa, não no sentido teatral – que é como os *criollos* a veem – mas no sentido de assumir de modo convencional uma posição na expectativa de, em conformidade com o desejo de quem o faz, afetar uma outra pessoa, de tal modo destacando um

‘lado’ da dualidade enquanto eclipsa o outro” (KELLY, 2016, p. 50).

²¹⁷ “É um problema que temos de tentar superar, não dá para continuar em uma Comissão que apenas se limite a vir aqui escutar sem poder fazer a devolução das propostas, sem escutar as regiões que a gente representa para trazer as demandas” (Edilene Bezerra Pajeú, Reunião Ordinária de 2006).

²¹⁸ Fala de representante indígena não identificado nos registros da Reunião Ordinária de 2006.

²¹⁹ Fala de Alécio Soares Martins durante a Reunião Ordinária de 2006.

²²⁰ (TSING, 2015, p. 288).

acha improvável que tenha sido de fato o primeiro, mas, a despeito da precedência dos outros artefatos, como os de corte, foi indispensável a criação de um instrumento que trouxesse energia para casa²²¹.

Sinceramente, não vejo muita vantagem em substituir a plasticidade da imagem de homínídeos esmagando crânios – desvelando, a cada golpe, uma nova era que se mescla ao inusitado uso do artefato – pela de alguém com uma sacola a procurar cogumelos para levá-los à comunidade.

C: Retornar a um local, à terra à qual pertence – ao seu povo! –, com o que se conseguiu, nem que seja apenas uma esperança, é um privilégio de poucos. Quando acabam as reuniões, eu retorno a um armário branco de madeira. Que inveja de quem possui uma terra à qual pode retornar. Qual é a sua terra? O seu povo? Aonde você vai quando se encerram as atividades? Li em uma de suas anotações que você estava como Guattari, lamentando as terras natais definitivamente perdidas ²²². Mas

perdidas para quem? Talvez ter um lugar ao qual se possa retornar enseja uma dinâmica política que escapa a quem restou apenas o desafio de fundação de uma “Cidade Subjetiva” a partir do domicílio enclausurante construído com os números informatizados do Estado. Os indígenas na Cneei dizem que precisam levar algo de volta aos seus povos. E isso não é pouca coisa.

R: Por isso sua insistência na criação de uma “estrutura para viabilizar as condições de visitar os parentes, se não, não chegaremos a lugar nenhum”²²³.

C: Certamente.

R: Fico pensando o que seria dos que vivem em lugar nenhum. Seria demais reformular isso e, acoplando-se à mesma preocupação, dizer que o risco em questão é o de ficarmos às voltas no lugar de *Ninguém*. Lugar nenhum é onde mora *Ninguém*? Quem não tem *alguém* para levar algo positivo, para levar ao menos uma esperança, acaba ficando com a ingrata tarefa de se oferecer algo a *Ninguém*? Isso faz sentido?

²²¹ “[...] with or before the tool that forces energy outward, we made the tool that brings energy home” (LE GUIN, 1996, p. 151).

²²² “O ser humano contemporâneo é fundamentalmente desterritorializado. Com isso quero dizer que seus territórios etológicos originários – corpo, clã, aldeia, culto, corporação... – não estão mais dispostos em um ponto preciso da terra, mas se incrustam, no essencial, em universos incorporais. [...]. Os jovens que perambulam nos *boulevards*, com um *walkman* colado no ouvido, estão ligados a ritornelos que foram produzidos longe, muito longe de suas terras natais. Aliás, o que poderia significar ‘suas terras natais’? Certamente não o lugar onde repousam seus ancestrais, onde eles nasceram e onde terão que morrer! Não têm

mais ancestrais; surgiram sem saber por que e desaparecerão do mesmo modo! Possuem alguns números informatizados que a eles se fixam e que os mantêm em ‘prisão domiciliar’ numa trajetória sócio-profissional predeterminada, quer seja em uma posição de explorado, de assistido pelo Estado ou de privilegiado.

[...] Poderiam os homens restabelecer relações com suas terras natais? Evidentemente isso é impossível! As terras natais estão definitivamente perdidas” (GUATTARI, 1992, p. 169).

²²³ Fala de Alécio Soares Martins durante a Reunião Ordinária de 2006.

C: É muito fácil saber se faz.

R: Como? Não vai me mandar consultar o representante indígena que falou isso?

C: Claro que vou.

R: Não é possível! Você sofre de compulsão consultiva.

C: Decerto!

Enfim, um encontro com o ministro

R: Pelo andar da hora, é bom começarmos o caminho de volta ao MEC. Não posso retornar ao expediente sem saber do seu encontro com o Ministro. Finalmente o encontrou. Nunca entendi muito bem sua insistência em encontrá-lo. Como de costume, devia ser para conseguir algo de bom proveito.

C: É que, politicamente, evito condenações de antemão²²⁴.

R: Afinal, o que aconteceu naquele dia?

C: Você não lembra? Mas que pergunta a minha! Se você estivesse presente no auditório, não estaria aqui conversando comigo.

R: Sim. Que tragédia! Na verdade, acompanhei todo o início e boa parte da fala do Ministro. Tive de sair do evento para resolver algo. Escapei por pouco. Desde aquele dia tenho ouvido diferentes

versões sobre o que aconteceu. Mas como é a única que saiu com vida daquele auditório, sua versão é, de longe, a que mais me interessa. Não tive a chance de conversar com você a respeito.

C: Pior que não gosto de falar sobre o que ocorreu, pois tenho medo de parecer mórbida e insensível.

R: Como assim?

C: Aquilo foi um acontecimento, como poderia dizer... deslumbrante! Um espetáculo de luzes e cores indescritível.

R: Luzes e cores? Mas não foi um afogamento coletivo em decorrência de um cano da tubulação de esgotos que se rompeu acima do forro do teto? Pior que não sabem ainda quem trancou as saídas. Cogitam um atentado. Friamente calculado para que tudo aquilo desabasse.

C: Não foi nada disso. Quem inventou essa versão?

R: É o relato oficial. Se não foi isso, estou ainda mais curioso para saber o que aconteceu.

C: Para ir direto à parte que lhe interessa, falarei do assombroso desfecho. Àquela altura da reunião, estava bem mais simpática ao Ministro, superando a antipatia inicial por ele nem saber o meu nome. Sentia sua intrepidez. Era como se tivesse uma leitura dos acontecimentos favorável às mudanças que tanto

²²⁴ Provável referência a: "Ainda aí, seria absurdo crer que a inserção dos movimentos populares em todo esse campo de imanência esteja condenada de antemão, e supor, seja que há 'bons' Estados que seriam democráticos,

sociaisdemocratas, ou socialistas no outro extremo, seja, ao contrário, que todos os Estados se equivalem e são homogêneos" (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 180).

almejamos, como se pudesse fazer algo se tivesse uma única chance...

R: Se tivesse uma chance? Ora, ele era Ministro! Qual chance ele estaria esperando?

C: Sim, sim. Entendo isso. Mas não vamos insistir nesse ponto. Estou falando de um sentimento. Ele dizia, com orgulho, que, no Brasil, falavam-se quase duas centenas de línguas – dos desafios de as escolas as reconhecerem – e que o país possuía a terceira maior diversidade do mundo. Que os indígenas “estão olhando a educação como a grande perspectiva de mudar o lugar deles na história do Brasil” e que o seu governo tinha feito algo muito importante quanto a isso. Afirmava, emocionado, que sua geração passou a juventude inteira lutando por democracia e que aquele era um momento crítico em que o Brasil estava na iminência de um golpe, do encerramento de um ciclo inaugurado pela Constituição de 1988. Enquanto se pronunciava, listando boas iniciativas do Governo – uma boa parte delas, segundo o Ministro, impedidas de irem adiante por culpa do Congresso Nacional –, surgiam coros de algumas pessoas no auditório gritando “Não vai ter golpe!” e “Golpistas, fascistas, não passarão!”. O Ministro ameaçava que, caso o impedimento no Senado fosse aprovado, ele e sua equipe deixariam imediatamente o Ministério para atuar na oposição...

R: Não me venha demonstrar solidariedade e consternação logo agora. Pensa que não me lembro do dia anterior, no início de sua reunião. Aliás, uma

reunião estrategicamente agendada para coincidir com a votação do impedimento no Senado. Já reparou que o MEC sempre marca suas reuniões conforme as necessidades dele?

C: Como não notaria? Não entendi, todavia, minha suposta falta de solidariedade.

R: Ora, sua reunião começou com um anúncio sobre a gravíssima – a apocalíptica! – situação do Brasil. Os representantes do MEC propunham o encerramento dos trabalhos para propiciar aos interessados a oportunidade de se juntar às manifestações contra a iminência de um golpe parlamentar no País. Então, numa incompreensível tranquilidade, ou até mesmo indiferença, você resolve mencionar a dificuldade para que os representantes estivessem ali presentes – todos incumbidos de uma infinidade de demandas de seus respectivos povos – e que o momento da reunião deveria ser aproveitado minimamente, que os trabalhos deveriam continuar. Até reconhecia que o momento era desfavorável, mas o contornava dizendo que a situação da educação escolar indígena também era complicada e que a situação do País não era por sua culpa. Independentemente de quem estivesse no governo, a luta continuaria com os desafios que já estavam postos²²⁵. Não sei se esses são os apontamentos mais adequados diante de uma nação desmoronando!

C: Não vejo as coisas dessa forma. Pelo jeito você também sofre da

²²⁵ Debate na abertura da 1ª Reunião Ordinária de

sensibilidade que vê nas chefias do MEC. Acontece que estou mais acostumada aos desabamentos. Até gosto da horizontalidade dos escombros. Daquele breve momento de calma, logo interrompido por mais uma verticalização vigorosa.

Mas isso não importa. O que importa é que a fala do Ministro, em seu clímax discursivo, foi interrompida por um silvo longo e estridente no microfone. Um desconforto generalizado tomou conta da sala. De extremamente agudo, o ruído foi se matizando num som parecido com o de chuva. Fiquei atenta ao desconforto do Ministro, enquanto as demais pessoas censuravam com o olhar a equipe de som, a qual se desculpava com as mãos, expressando não saber o que estava acontecendo.

O Ministro parecia se esforçar para não transparecer um pungente mal-estar, o qual não aparentava ser em decorrência do problema com o seu microfone. Foi isso que fixou minha atenção. Estava com olhos arregalados e um suor repentino lhe escorria pela testa. Suas mãos permaneciam retesadas sobre a mesa e não as conseguia movimentar para enxugar-se e recompor-se diante do auditório, que logo começou a perceber que algo não estava bem com a autoridade máxima do Órgão. Alguns assessores inclusive lhe cercaram e lhe davam pequenas tapas nas costas, pensando que, talvez, estivesse engasgado. Mas eram tapas tímidos, como se se desculpassem por serem dados nas costas de uma autoridade, insuficientes para desengasgar alguém, se fosse o caso.

Alguns tentavam lhe falar ao ouvido. O ruído do som obrigava-os a gritar. Mas o Ministro nada respondia. Nem uma reação sequer. Foi nesse momento que o barulho repentinamente desapareceu. Mal teria percebido a ocasião em que isso se deu, pois, diante do pavor do que se passava com o ministro, aquele barulho era o menor dos problemas. O acontecimento, contudo, foi marcante porque aparentemente o barulho foi absorvido pelo bigode do Ministro e convertido numa trepidação constante.

R: Trepidação do bigode? Mas que diabos você está falando?

C: Isso. Sei que é um absurdo, mas o bigode começou a sacudir-se. Mais que isso. A face *esquerda* e a *direita* sincronizavam-se como num bater de asas. Projetavam o rosto do Ministro à frente e em direção ao teto, tencionando seu lábio superior a ponto de estar prestes a se romper.

R: Impossível algo assim acontecer!

C: Isso é porque não lhe contei o que vem pela frente. Naquele momento, os mais sensíveis espectadores começavam a gritar da plateia. Os assessores, atônitos, recuaram alguns passos. Foi, então, que o bigode se desprende e começou a esvoaçar pelo auditório. Um voo inconstante e ligeiro. Ou melhor, não era mais um bigode. Havia se transformado numa espécie de mariposa.

R: Meu Deus! E o Ministro?

C: Ministro? Tem um bigode-mariposa voando pelo meio da sala e você acha que consegui ainda prestar atenção

no Ministro? Mas aguarde que o pior ainda está por vir. A mariposa logo encontrou uma parede e se aquietou. Sua cor escura – cor de bigode – converteu-se no amadeirado da parede. Manteve-se plana por alguns instantes, como se estivesse tentando desaparecer, ocasião em que algumas pessoas tenazmente tentaram se aproximar. Ninguém havia deixado o auditório, pois diante de uma situação dessas o mínimo que se espera é saber o que está acontecendo. Mal duas ou três pessoas arriscaram alguns passos em direção à mariposa, suas asas responderam vigorosamente.

Ao tocarem a parede, produziram um som ensurdecedor de cristais se estilhaçando. Uma onda de choque começou a percorrer os quatro cantos do auditório. Conforme avançava, fazia com que cada pequeno pedaço da parede se transformasse em novas mariposas. Daí em diante o pânico foi generalizado. A panapanã circundava a sala e era impossível encontrar as portas de saída. As luzes no teto pareciam atraí-las e, conforme com elas se chocavam, com o tilintar das asas irrompiam num fluxo luminoso, como se a luz tivesse adotado um estado líquido. Um jorro de luz dourada e fresca feito água começou a sair das lâmpadas.

R: A luz é como água...²²⁶

C: O que você disse?

R: Não... nada. Estava pensando em voz alta. Por favor, continue.

C: Pois bem. Conforme os fluxos luminosos desciam do teto, as partes baixas do auditório logo ficaram alagadas. As pessoas apavoradas começavam a procurar abrigo no tablado superior.

R: E o Ministro?

C: Sua lealdade institucional é incrível. Quem é que, naquela ocasião, sabia do Ministro? A última imagem que dele tenho é sentado imóvel, na mesma posição, enquanto as pessoas lhe pisavam os braços buscando abrigo sobre a mesa. A luz dourada já o cobria à altura do umbigo.

As mariposas, conforme tocavam as águas cintilantes, transformavam-se em micro-organismos igualmente luminosos, em cores que contrastavam com o dourado líquido. Pareciam plânctons de bigode.

R: Plânctons de bigode numa luz líquida. Impossível! Por que apenas você sobreviveu?

C: Impossível em diversos sentidos. Atribuo meu destino justamente à minha relação com o impossível. Sobretudo nos momentos em que é impossível respirar. Não teria sobrevivido décadas num armário se tivesse essa necessidade vital de modo tão premente. As pessoas precisam de algo possível, ou sufocam²²⁷.

²²⁶ Lembrei-me do conto “La luz es como el agua” de Gabriel García Márquez (2006).

²²⁷ Trecho obscuro que me remeteu às seguintes passagens: “Outrem *a priori* é a existência do possível em geral: na medida em que o possível existe somente como expresse, isto é, em um

experimente que não se parece a ele (torção do expresse no experimente). Quando o herói de Kierkegaard reclama: ‘possível, possível, por favor, senão sufoco’, quando James reclama o ‘oxigênio da possibilidade’ nada mais fazem do

Por isso, conforme o nível da luz começava a alcançar o teto, elas arranhavam o forro, que aos poucos ia se desmanchando e expondo as tubulações do andar superior. Agarradas aos encanamentos, uma a uma começaram a sufocar. Seus corpos inertes, destituídos finalmente do oxigênio da possibilidade, flutuavam, num balé calmo, pelo auditório.

R: E o ministro?

C: Ministro? E quem sabia do Ministro? Ainda mais depois que tudo desabou.

R: Teria a luz líquida afetado as colunas do prédio da Educação?

C: É provável. Nunca sei ao certo como isso acontece. Dessa vez, a última lembrança que tenho é a de procurar minha portaria de nomeação sob os escombros, que resplandeciam com o dourado da luz e com os pontinhos luminosos das ex-mariposas – ou ex-bigodes, como queira.

R: Como assim? Isso já aconteceu outras vezes.

C: O desabamento? Certamente. Mas em outras ocasiões. O que têm em comum

é o desafio para quem se ergue por entre os escombros. Pelo avançar da hora, precisamos encerrar nossa conversa. Posso lhe contar mais alguns casos em outra oportunidade.

R: Não posso acreditar que isso aconteceu.

C: Tudo bem. Mas seria prudente aceitar que coisas podem acontecer independentemente de você acreditar.

R: Bem... não sei nem o que dizer diante disso tudo. Cá estamos diante do MEC. O dia logo começará, e preciso pegar no batente. Como iremos entrar?

C: Agora sim, posso entrar na mochila. Os seguranças não questionarão por algo que aparentemente lhe pertence.

R: Boa ideia! Como não mais conseguiremos conversar a partir de agora, queria muito agradecer pelo passeio e por sua generosidade. Sentirei falta desse bate-papo.

C: Quem sabe um dia voltaremos a trabalhar juntos!

R: Quem sabe!

que invocar *Outrem a priori*" (DELEUZE, 2015b, p. 327); e "[Os universos da arte] não são nem virtuais, nem atuais, são possíveis, o possível como categoria estética ("possível, por favor, senão eu sufoco"), a existência do possível,

enquanto que os acontecimentos são a realidade do virtual, formas de um pensamento-Natureza que sobrevoam todos os universos possíveis" (DELEUZE; GUATTARI, 2013, p. 210).

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMS, Philip. Notes on the Difficulty of Studying the State. In: SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil (Ed.). **The anthropology of the state: a reader**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006. p. 112-130.
- ADLER, Mortimer J.; VAN DOREN, Charles. **Como ler livros: o guia clássico para a leitura inteligente**. São Paulo: É Realizações, 2010.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Dicionário de Questões Vernáculas**. São Paulo: Caminho Suave, 1981.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Farewell**. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Passeios na Ilha: divagações sobre a vida literária e outras matérias**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975.
- ANDRADE, Manoel de. **Poemas para a liberdade**. São Paulo: Escrituras Editora, 2009.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1981.
- ARISTÓTELES. **Poética**. São Paulo: Edipro, 2011.
- BACHTOLD, Isabele Villwock. **A montanha vai a Maomé: considerações etnográficas sobre a política de "busca ativa" do Governo Federal no Estado do Pará**. 2015. 64 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BAPTISTA, Márcio Benedito; COELHO, Márcia Maria Lara Pinto. **Fundamentos de Engenharia Hidráulica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- BARROS, Manoel de. **Menino do mato**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- BATESON, Gregory. **Steps to an ecology of mind**. New York: Ballantine Books, 1972.
- BENSUSAN, Hilan; CABRERA, Julio. **Manifesto da Escola de Brasília: A uma escola que há não havendo**. 2016. Disponível em: <<http://filosofojuliocabrera.blogspot.com.br/2016/08/manifesto-da-escola-de-brasilia.html>>. Acesso em: 17 fev. 2018.
- BEY, Hakim. **The Temporary Autonomous Zone**. 1991. Disponível em: <<https://hermetic.com/bey/taz3>>. Acesso em: 17 fev. 2018.
- BISPO, Antônio. **Colonização, Quilombos: modos e significados**. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2015.
- BORGES, Antonádia. Ser embruxado: Notas epistemológicas sobre razão e poder na antropologia. **Civitas**, Porto Alegre, v. 12, n. 3, p. 469-488, dez. 2012.
- BORGES, Antonádia. **Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos da política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

BOSKOVIC, A. Joyeuses Tropiques: Five Encounters with Alterities in Brazil. **Dialectical Anthropology**, [s.l.], v. 29, n. 2, p.221-239, jun. 2005. Springer Nature. <http://dx.doi.org/10.1007/s10624-005-2448-z>.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 5954/2013**: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de diretrizes e bases da educação nacional), para dispor sobre a avaliação na educação indígena. 2017a. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=585014>>. Acesso em: 9 set. 2017.

BRASIL. Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena. Ministério da Educação. **Relatório nº 01/2014/GTConstrução/MEC**: Situação das obras das escolas indígenas em março de 2014. Brasília: MEC, 2014a.

BRASIL. Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena. Ministério da Educação. **Carta da Subcomissão Territórios Etnoeducacionais e Sistema Próprio ao Ministro da Educação e ao Secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino**. Brasília: Ministério da Educação, 2015a.

BRASIL. Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena. Ministério da Educação. **Carta Aberta da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena sobre a implementação dos Territórios Etnoeducacionais**. Brasília: Ministério da Educação, 2014b.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 25 jun. 2017.

BRASIL. CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão**: Protocolo 23480001097201855. 2018a. Disponível em: <<https://esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Pedido/DetalhePedido.aspx?id=v5DqaCRdV3Q=>>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

BRASIL. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão**: Protocolo 23480024433201757. 2017b. Disponível em: <<https://esic.cgu.gov.br/sistema/Pedido/DetalhePedido.aspx?id=um67yKeeaNY=>>>. Acesso em: 27 out. 2017.

BRASIL. Coordenação-Geral de Educação Escolar Indígena. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **A organização da Educação Escolar Indígena brasileira a partir dos Territórios Etnoeducacionais**. Brasília: Ministério da Educação, 2015b.

BRASIL. Decreto nº 26, de 4 de fevereiro de 1991. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, nº 25, Seção 1, de 5/2/1991, p. 2487

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indígenas**: estudos especiais. 2018b. Disponível em: <<https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/lingua-falada>>. Acesso em: 8 jan. 2018.

BRASIL. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL IPHAN. **Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL):** Diversidade Linguística - No Brasil, são faladas mais de 250 línguas. 2018c. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/indl>>. Acesso em: 3 jan. 2018.

BRASIL. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Guia de pesquisa e documentação para o INDL:** patrimônio cultural e diversidade linguística. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2016a. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/INDL_Guia_vol1.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2018.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão:** Protocolo 23480001106201816. 2018d. Disponível em: <<https://esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Pedido/DetalhePedido.aspx?id=UpigScRwRZ0=>>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2016.** 2017c. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 11 fev. 2018.

BRASIL. José Roberto Sobral. Ministério da Educação. **Relatório Técnico nº 01/2015/CGEEI/DPECIRER/SECADI/MEC:** relatório técnico de acompanhamento das atividades da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena para subsidiar a 1ª Reunião Ordinária da Cneei em 2015. Brasília: MEC, 2015c.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília, 18 nov. 2011a.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União.** Brasília, 20 dez. 1996.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular:** Educação é a base. 2017e. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Documento Final da I Conferência de Educação Escolar Indígena.** Brasília: MEC, 2014c.

BRASIL. Ministério da Educação. Processo nº 23123.003649/2015-86. Subchefia de Assuntos Parlamentares da Secretaria de Governo da Presidência da República. Assunto: **Projeto de Lei Nº 5.954, de 2013 (nº 186/08 no Senado Federal) em Fase de Sanção.** Brasília, 8 dez. 2015d. Disponível em: <<http://sei.mec.gov.br/sei/>>. Acesso em: 9 set. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Relatório de Gestão Consolidado:** Exercício 2016. Brasília: MEC, 2017d. Disponível em:

<<https://contas.tcu.gov.br/egestao/ObterDocumentoSisdoc?codPapelTramitavel=57727615>>. Acesso em: 1 abr. 2018.

BRASIL. Portaria MEC nº 410, de 9 de maio de 2014. Aprova o Regimento Interno da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena - CNEEI e altera a Portaria MEC nº 734, de 7 de junho de 2010. **Diário Oficial da União**. Brasília, 12 maio 2014d. Seção 1, p. 11.

BRASIL. Portaria Mec nº 490, de 18 de março de 1993. **Diário Oficial da União**. Brasília, 19 mar. 1993. Seção 2, p. 1524.

BRASIL. Portaria MEC nº 66, de 16 de fevereiro de 2016. Designa membros para comporem a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 17 fev. 2016b. Seção 2, p. 9.

BRASIL. Portaria nº 1.155, de 17 de setembro de 2010. **Diário Oficial da União**. Brasília, 20 set. 2010a. Seção 2, p. 11.

BRASIL. Portaria nº 2.005, de 10 de outubro de 1997. **Diário Oficial da União**. Brasília, 10 out. 1997. Seção 2, p. 7760.

BRASIL. Portaria nº 3.282, de 26 de setembro de 2005. **Diário Oficial da União**. Brasília, 26 set. 2005. Seção 2, p. 11.

BRASIL. Portaria nº 411, de 29 de março de 2000. **Diário Oficial da União**. Brasília, 29 mar. 2000. Seção 2, p. 4.

BRASIL. Portaria nº 60, de 8 de julho de 1992. **Diário Oficial da União**. Brasília, 13 jul. 1992. n. 132, Seção 1, p. 8972.

BRASIL. Portaria nº 734, de 7 de junho de 2010. **Diário Oficial da União**. Brasília, 8 jun. 2010b. n. 107, Seção 1, p. 16.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Bandeira-Insígnia**. 2011b. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/conheca-a-presidencia/acervo/simbolos-nacionais/bandeira-insignia>>. Acesso em: 1 abr. 2018.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto nº 4.548, de 19 de junho de 1922**: Autoriza o Governo a promover o incremento e a defesa da produção nacional, agrícola e pastoril, e das indústrias anexas, por meio de medidas de emergência e criação de institutos permanentes. 1922. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4548-19-junho-1922-568457-republicacao-91801-pl.html>>. Acesso em: 1 abr. 2018.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto nº 4.623, de 21 de março de 2003**: Dispõe sobre os Conselhos Nacional de Política Agrícola - CNPA e Deliberativo da Política do Café - CDPC, vinculados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e dá outras providências.. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4623.htm>. Acesso em: 1 abr. 2018.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004**: Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. 2004. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm>. Acesso em: 1 abr. 2018.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010**: Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências. 2010c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7387.htm>. Acesso em: 1 abr. 2018.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a 1ª Conferência de Política Indigenista**. 2015e. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-a-1a-conferencia-de-politica-indigenista-brasilia-df>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Manual de Redação da Presidência da República**: 2ª edição, revista e atualizada. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm>. Acesso em: 1 abr. 2018.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Mensagem nº 600, de 29 de dezembro de 2015**. 2015f. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Msg/VET/VET-600.htm>. Acesso em: 1 abr. 2018.

BRASIL. Secretaria de Articulação Com Os Sistemas de Ensino. Ministério da Educação. **Instituir um Sistema Nacional de Educação**: agenda obrigatória para o país. 2015g. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/SNE_junho_2015.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2018.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Glossário Legislativo**. 2017f. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo>>. Acesso em: 9 set. 2017

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2008**: Insere parágrafo 3º no art. 79 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a avaliação na educação indígena. 2017g. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/85083>>. Acesso em: 9 set. 2017.

CABRAL, Lígia Martins; SÁ, Ana Cristina. **Instituto Brasileiro do Café (IBC)**. 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-brasileiro-do-cafe-ibc>>. Acesso em: 1 abr. 2018.

CABRERA, Julio. **Diário de um Filósofo no Brasil**. 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2013.

CADENA, Marisol de la. **Earth beings: ecologies of practice across Andean worlds**. Durham: Duke University Press, 2015.

CAITLIN DOVER. **Game of Throne: Maurizio Cattelan's "America" Comes to the Guggenheim**. Disponível em: <<https://www.guggenheim.org/blogs/checklist/game-of-throne-maurizio-cattelan-america-comes-to-the-guggenheim>>. Acesso em: 28 out. 2016.

CAMUS, Albert. **O mito de Sísifo**. São Paulo: Editora Record, 2009.

CASTEDO, Antía. **Visita a la vidente que lee el culo**. Disponível em: <<http://www.soho.co/historias/articulo/rumpologia-videntes-hay-pero-pocas-leen-el-culo-pitonisas-del-trasero-uk/38624>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência**: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

COELHO DE SOUZA, M.S. Contradisciplina: indígenas na pós-graduação e os futuros da antropologia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 60, n. 1, p.99-116, 2017. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/132069/128286>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

COMPARATO, Fábio Konder. O Ministério Público na Defesa dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, n. 40, p. 67-89, 2001.

DAS, Veena. **Critical Events**: An Anthropological Perspective on Contemporary India. New Delhi: Oxford University Press, 1997.

DELEUZE, Gilles. **A dobra**: Leibniz e o barroco. Campinas: Papyrus Editora, 2015a.

DELEUZE, Gilles. **A ilha deserta**: e outros textos. São Paulo: Iluminuras, 2014.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2008.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa**: Filosofia prática. São Paulo: Escuta, 2002.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do sentido**. São Paulo: Perspectiva, 2015b.

DELEUZE, Gilles. **Sobre o teatro**: Um manifesto de menos; O esgotado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka**: por uma literatura menor. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: Capitalismo e esquizofrenia 2. São Paulo: Editora 34, 2011. 2 v.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: Capitalismo e esquizofrenia 2. São Paulo: Editora 34, 2012a. 3 v.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: Capitalismo e esquizofrenia 2. São Paulo: Editora 34, 2012b. 4 v.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: Capitalismo e esquizofrenia 2. São Paulo: Editora 34, 2012c. 5 v.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia 1. São Paulo: Editora 34, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é filosofia?** São Paulo: Editora 34, 2013.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos.** São Paulo: Editora Escuta, 1998.

DERRIDA, Jacques. **The animal that therefore I am.** New York: Fordham University Press, 2008.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo.** São Paulo: Atlas, 2014.

DINIZ, Debora. **Carta de uma orientadora:** o primeiro projeto de pesquisa. Brasília: Letras Livres, 2013.

DOM Helder Câmara - O Santo Rebelde. Direção de Erika Bauer. Brasília: Cor Filmes, 2004. (74 min.), color.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte:** investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

EM 1927, no largo do Pará, Campinas erigiu um monumento ao café. 1999. Acervo da Biblioteca Digital da UNICAMP. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=CMUHE009373>>. Acesso em: 1 abr. 2018.

ESPARTEL, Lélis. **Curso de Topografia.** Rio de Janeiro: Globo, 1987.

ESPINOSA, Baruch de. **Ética.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

FAVRET-SAADA, Jeanne. "Ser afetado". **Cadernos da Campo:** revista dos alunos de pós-graduação em antropologia social da USP, São Paulo, n. 13, p. 155-161, 2005.

FERREIRA, Mariana Kawall Leal. A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (Org.). **Antropologia, história e educação:** a questão indígena e a escola. São Paulo: Global, 2001.

FREUD, Sigmund. **Obras Completas Volume 10:** Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em auto-biografia ("O caso Schreber"), artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Não paginado.

GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas:** o antropólogo como autor. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GOLDMAN, Marcio. **Como Funciona a Democracia:** Uma Teoria Etnográfica da Política. Rio de Janeiro: 7letras, 2006. 368 p.

GUATTARI, Félix. **Caosmose:** um novo paradigma estético. São Paulo: Editora 34, 1992.

HAACK, Susan. **Filosofia das Lógicas.** São Paulo: Editora Unesp, 2002.

HARAWAY, Donna Jeanne. **When species meet.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu,** Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARAWAY, Donna. **The Companion Species Manifesto: Dogs, People, and Significant Otherness**. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2003.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INGOLD, Tim. Anthropology is not Ethnography. **Proceedings Of The British Academy**, London, v. 154, p. 69-92, 2008.

JENNESS, Diamond. The Indian's Interpretation of Man and Nature. In: MILLER, J.R. (Ed.). **Sweet Promises: A Reader on Indian-White Relations in Canada**. Toronto: University Of Toronto Press, 1991. p. 441-446.

JUNTA, Cristiano. **Estresse e depressão na pós-graduação: uma realidade que a academia insiste em não ver**. 2017. Disponível em: <<http://www.anpg.org.br/estresse-e-depressao-na-pos-graduacao-uma-realidade-que-a-academia-insiste-em-nao-ver/>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

KAFKA, Franz. **O Castelo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

KAFKA, Franz. **O Processo**. São Paulo: Companhia da Letras, 2005.

KELLY, José Antonio. **Sobre a antimestiçagem**. Curitiba: Cultura e Barbárie, 2016.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia da Letras, 2015.

KRUPA, Christopher; PRIETO, Mercedes. Corpus Mysticum estatal o ¿cómo podemos pensar el estado en América Latina hoy? **Íconos: Revista de Ciencias Sociales.**, Quito, n. 52, p. 11-17, 2015.

L'ABÉCÉDAIRE de Gilles Deleuze. Direção de Pierre-andré Boutang. Produção de Pierre-andré Boutang. Realização de Michel Pamart. Intérpretes: Claire Parnet. Paris: Éditions Montparnasse, 1996. Son., color. Legendado. No Brasil, foi divulgado pela TV Escola, Ministério da Educação. Tradução e Legendas: Raccord.

LAHIRE, Bernard. Crenças Coletivas e Desigualdades Culturais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 84, p.983-995, set. 2003.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LATOUR, Bruno. **Aramis, or the love of technology**. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

LATOUR, Bruno. Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático). **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14-15, p. 339-352, 2006.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: Uma introdução à Teoria do Ator-Rede**. Salvador: EDUFBA, 2012.

LATOUR, Bruno. Se falássemos um pouco de política? **Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 4, p. 11-40, abr. 2004.

LATOURE, Bruno. **The Making of Law: An Ethnography of the Conseil d'Etat**. Cambridge: Polity Press, 2010.

LAZZARATO, Maurizio. **Por una política menor: Acontecimiento y política en las sociedades de control**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2006.

LE GUIN, Ursula. The carrier bag theory of fiction. In: GLOTFELTY, Cheryll; FROMM, Harold (Ed.). **The Ecocriticism Reader: landmarks in literary ecology**. Athens: University Of Georgia Press, 1996. p. 149-154.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As Estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 11-46.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papyrus, 2010.

LIMA, Antonio Carlos de Souza; BARRETTO FILHO, Henryo Trindade (Org.). **Antropologia e identificação: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005.

LINSINGEN, Irlan Von. **Fundamentos de sistemas hidráulicos**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

LISSOVSKY, Mauricio; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. **Colunas da Educação: A construção do Ministério da Educação e Saúde (1935-1945)**. Rio de Janeiro: Minc/Iphan; Fundação Getúlio Vargas/cpdoc, 1996.

LOBO, Andréa. Precisa-se de um antropólogo!: Vivenciando o fazer antropológico entre a academia e a sociedade civil. **Novos Debates: fórum de debates em antropologia**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 115-125, jun. 2016.

LUZ, Zé da. **Brasil Caboclo: o sertão em carne e osso**. Paraíba: Editora Acauã, 1979.

MACINTYRE, Archibald Joseph. **Instalações Hidráulicas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonauts of the Western Pacific: An Account of Native Enterprise and Adventure in the Archipelagoes of Melanesian New Guinea**. Londres: Routledge, 2005.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MALINOWSKI, Bronislaw. Parentesco. **Primeiros Estudos**, São Paulo, n. 7, p. 117-131, 2015.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Um diário no sentido estrito do termo**. Rio de Janeiro: Editora Redord, 1997.

MÁRQUEZ, Gabriel García. **Doce cuentos peregrinos**. New York: Vintage Espanol, 2006.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I. São Paulo: Boitempo, 2017.

MASSUMI, Brian. **Politics of Affect**. Cambridge: Polity Press, 2015.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2016.

MOL, Annemarie. Actor-Network Theory: sensitive terms and enduring tensions. **Kölnner Zeitschrift Für Soziologie Und Sozialpsychologie**, Opladen, v. 50, n. 1, p. 253-269, 2010. Disponível em: <<http://dare.uva.nl/document/213722>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

MOORE, D. Brazil: Language Situation. In: BROWN, Keith (Ed.). **Encyclopedia of Language & Linguistics**. 2. ed. Oxford: Elsevier, 2006. p. 117-128.

MORAES, Fernando Tadeu. Estudantes de mestrado e doutorado relatam suas dores na pós-graduação. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 18 dez. 2017a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2017/12/1943862-estudantes-de-mestrado-e-doutorado-relatam-suas-dores-na-pos-graduacao.shtml>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

MORAES, Fernando Tadeu. Suicídio de doutorando da USP levanta questões sobre saúde mental na pós. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 27 out. 2017b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2017/10/1930625-suicidio-de-doutorando-da-usp-levanta-questoes-sobre-saude-mental-na-pos.shtml>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

NANDY, Ashis. **The Romance of the State**: And the Fate of Dissent in the Tropics. Delhi: Oxford India Paperbacks, 2007.

NETTO, José M. de Azevedo; ALVAREZ, Guillermo Acosta. **Manual de Hidráulica**. São Paulo: Edgard Blücher, 1996. 1 v.

NIETZSCHE, Friedrich. **Segunda Consideração Intempestiva**: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

NODARI, Alexandre. **A literatura como antropologia especulativa**. Revista da Anpoll, Florianópolis, n. 38, p.75-85, 2015. Disponível em: <<https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/viewFile/836/791>>. Acesso em: 18 out. 2017.

NONATO, José Antonio; SANTOS, Nubia Melhem (Org.). **Era uma vez o Morro do Castelo**. Rio de Janeiro: Iphan, 2000.

PIMENTA, Carlito Flávio. **Curso de Hidráulica Geral**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Dois, 1981. 2 v.

POVINELLI, Elizabeth A. Do Rocks listen?: The Cultural Politics of Apprehending Australian Aboriginal Labor. **American Anthropologist**, Chicago, v. 3, n. 93, p. 505-518, 1995.

POVINELLI, Elizabeth A. **Economies of Abandonment**: Social Belonging and Endurance in Late Liberalism. Durham: Duke University Press, 2011.

POVINELLI, Elizabeth A. **Geontologies: a requiem to late liberalism**. Durham: Duke University Press, 2016.

POVINELLI, Elizabeth A. The Child in the Broom Closet: States of Killing and Letting Die. **South Atlantic Quarterly**, Durham, v. 3, n. 107, p. 509-530, 2008.

PRECIADO, Paul B. Trashgender: urinate/defecate, masculine/feminine. **The Funambulist: Politics of Space and Bodies**, Paris, n. 13, p.15-17, set. 2017.

QUINTANA, Mario. **Poesia Completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005.

RIO DE JANEIRO. DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Ofício nº 600/2017, de 12/9/2017**. Rio de Janeiro: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

RIVERS, W.H.R. O método genealógico na pesquisa antropológica. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de (Org.). **A antropologia de Rivers**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1991. p. 51-70. (Original publicado em 1910).

ROBERTO DaMatta, Ciclo de Debates Estado e Sociedade. Realização de Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos do Governo do Estado do Espírito Santo. Vitória: Lca Promo, 2009. P&B. "A Reforma do Estado e Cultura", por Roberto DaMatta, em 6 de junho de 2006, no Ciclo de Debates Estado e Sociedade, em Vitória – ES. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cmsMFuF1yBk&t=402s>>. Acesso em: 16 out. 2017.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

ROCKWELL, Elsie. Movimientos Sociales Emergentes y Nuevas Maneras de Educar. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 697-713, set. 2012.

RODRIGUES, Nelson. **O Óbvio Ululante**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

RODRIGUES, Nelson. **O Reacionário: memórias e confissões**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1977.

RORTY, Richard. **A filosofia e o espelho da natureza**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.

RORTY, Richard. **Verdade e Progresso**. Barueri: Manole, 2005.

RUBIÃO, Murilo. **Murilo Rubião: obra completa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SÁ, Guilherme José da Silva e. Afinal, você é um homem ou é um rato? **Campos**, Curitiba, n. 14, p. 243-259, 2013.

SAER, Juan José. O conceito de ficção. **Sopro: panfleto político-cultural**, Desterro, n. 15, p.1-4, ago. 2009. Disponível em: <<http://www.culturaebarbarie.org/sopro/n15.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2017.

SAHLINS, Marshall. **Metáforas históricas e realidades míticas**: Estrutura nos primórdios da história do reino das ilhas Sandwich. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 48, p. 11-32, jun. 1997.

SANTOS, Carlos Alexandre B. Plínio dos. A ocupação dos espaços: antropólogos e sua ação social. **Novos Debates**: fórum de debates em antropologia, Brasília, v. 2, n. 2, p. 101-114, jun. 2016.

SANTOS, Sérgio Lopes dos. **Bombas & instalações hidráulicas**. São Paulo: Lcte Editora, 2007.

SARTRE, Jean Paul. Aminadab, ou o fantástico considerado como uma linguagem. In: SARTRE, Jean Paul. **Situações I**: críticas literárias. São Paulo: Cosac Naify, 2005. p. 135-149.

SCHREBER, Daniel Paul. **Memórias de um doente dos nervos**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SILVA, Gláucia. **Antropologia Extramuros**: novas responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos. Brasília: Paralelo 15, 2008.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Apresentação: Dossiê Fazendo Estado. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 559-564, 2012.

STENGERS, Isabelle. Experimenting with refrains: subjectivity and the challenge of escaping modern dualism. **Subjectivity**, Bruxelles, n. 22, p. 38-59, 2008a.

STENGERS, Isabelle. **History through the Middle: Between Macro and Mesopolitics**. 2008b. Disponível em: <http://www.inflexions.org/n3_History-through-the-Middle-Between-Macro-and-Mesopolitics-1.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2017.

STOCKING JR, George W. The Ethnographer's Magic: Fieldwork in British Anthropology from Tylor to Malinowski. In: STOCKING JR, George W. (Ed.). **Observers Observed**: Essays on Ethnographic Fieldwork. Madison: The University of Wisconsin Press, 1983. p. 70-120.

SZTUTMAN, Renato (Org.); VIVEIROS DE CASTRO, E. **Encontros**: Eduardo Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2007.

TARDE, Gabriel. **Monadologia e Sociologia**: e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

TSING, Anna Lowenhaupt. **The mushroom at the end of the world**: on the possibility of life in capitalist ruins. Princeton: Princeton University Press, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, E. 2002. "O nativo relativo". **Mana** 8/1: 113-148.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Filiação intensiva e aliança demoníaca. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 77, p.91-126, mar. 2007.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Metafísicas Caníbales**. Buenos Aires: Katz Editores, 2011.

VIVEIROS DE CASTRO, E. No Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é. In: RICARDO, Carlos Alberto; RICARDO, Fanih. **Povos indígenas no Brasil (2001 2005)**. São Paulo: Ita, 2006. p. 41-49.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Os Involuntários da Pátria**: elogio do subdesenvolvimento. Belo Horizonte: Edições Chão da Feira, 2017. (Caderno de Leituras nº 65 / Série Intempestiva). Disponível em: <http://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2017/05/SI_cad65_eduardoviveiros_ok.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2017.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Perspectival Anthropology and the Method of Controlled Equivocation. **Tipití: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America**, New Orleans, v. 2, n. 2, p.3-20, 2004.

WAGNER, Roy. **A Invenção da Cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WAGNER, Roy. **Coyote anthropology**. Lincoln: University of Nebraska Press, 2010.

WALTON, Douglas. **Informal Logic**: a pragmatic approach. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. São Paulo: Editora da Universidade de Brasília, 2004. 2 v.

WILDE, Oscar. **The Picture of Dorian Gray**. New York: Oxford University Press, 2006.

ZIZEK, Slavoj. **The plague of fantasies**. London: Verso, 2008.

ZOURABICHVILI, François. Deleuze e o possível: sobre o involuntarismo na política. In: ALLIEZ, Éric (Org.). **Gilles Deleuze**: uma vida filosófica. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 333-355.